

CRIME SCENE DO NOT CROSS

I Congresso Nacional de História Social do Poder
III Encontro de História da Ufal
I Seminário Internacional História Social do Crime e Segurança Pública



CRIME

ANAIS ELETRÔNICOS

ISSN 2176-784X

COMISSÃO ORGANIZADORA

Antonio Filipe Pereira Caetano – Ufal
Célia Nonata da Silva – Ufal
Irinéia Maria Franco dos Santos – Ufal
Ricardo Silva – Ufal/Delmiro Gouvêa

COMISSÃO CIENTÍFICA

André Rosemberg – Unesp
Antonio Filipe Pereira Caetano – Ufal
Célia Nonata da Silva – Ufal
Fábio Esperon – Fundação Esperança/Alagoas
Flávio de Sá Neto – UFPE
Francisco Linhares Fonteles Neto – UFRN
Irinéia Maria Franco dos Santos – Ufal
José Ernesto Pimentel Filho – UFPB
Paola Carducci Antenisio – Instituto Dante Alighieri
Ricardo Silva – Ufal/Delmiro Gouvêa
Wellington Silva - UFRPE

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDHis

Encontro de História: Poder, Crime e Segurança Pública (3: 2011: Maceió, AL)

Anais do III Encontro de História: Poder, Crime e Segurança Pública/I Congresso Nacional de História Social do Poder/I Seminário Internacional de História Social do Crime e Segurança Pública, Maceió, 21 a 23 de Setembro de 2011. [recurso eletrônico] Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió: Ufal, 2011.

ISSN 2176-784X

**1. História; 2. Encontro; 3. Crime; 4. Poder; 5. Segurança Pública
CDU: 981(063)**

Sumário

Apresentação	05
---------------------------	-----------

Resumos

Simpósio Temático 1 – Crime e Segurança Pública	07
Simpósio Temático 2 – Poder, Estado e Movimentos Sociais.....	12
Simpósio Temático 3 – Cultura e Representações	17

Trabalhos Completos

Adailton dos Santos Andrade. <i>Partido Comunista Brasileiro e o Assassinato de Elza Fernandes: Um Crime Esquecido pela História</i>	23
Alex Benedito Santos Oliveira, Gláucia Tiana da Silva Gonzaga e Raildo de Omena Vasconcelos. <i>Estado, Violência e o Discurso Midiático</i>	34
Amaro Xavier Braga Júnior. <i>Histórias em Quadrinhos, Informação e Memória: Uma Análise de “Passos Perdidos, História Desenhada: a Presença Judaica em Pernambuco”</i>	41
Anne Karolinne Campos Mendonça. <i>Conflito por Autonomia: a Ouvidoria de Antonio Barroso</i>	51
Arthur Bispo dos Santos Neto. <i>Poder Econômico e Poder Militar</i>	58
Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso e Marília Silva Correia. <i>Intelectuais da educação e as representações acerca da cultura escolar sergipana, 1910-1935</i>	68
Daniele de Oliveira Cavalcante e Jeanne Almeida Dias. <i>Hospital São João de Deus e Teatro São Pedro em Ruínas: uma Proposta de Trabalho em Arqueologia Histórica em Laranjeiras (SE)</i>	74
Deyvid Braga Ferreira. <i>A Segurança Pública Multifacetada no Brasil: as Políticas de Enfrentamento ao Estado Paralelo como agente recrudescedor do direito à Cidadania</i>	78

Dimas Bezerra Marques. <i>Elites locais e suas mercês: A distribuição de cargos na comarca das Alagoas. (Século XVIII)</i>	86
Estefanni Patricia Santos Silva. <i>Entre o Sagrado e o Profano: As Festividades Dedicadas ao Divino Espírito Santo em Poções – Bahia</i>	95
Giceli Andrade Rocha Santos e Raquel Andrade Dantas Figueirôa. <i>Arqueologia nas Ruínas de Laranjeiras (SE): novas práticas tridimensionais de salvaguarda do patrimônio histórico</i>	104
Hildênia Oliveira. <i>A Micarême de Laranjeiras em Busca de Reconhecimento</i>	114
Juliana Gonçalves da Silva. <i>Panorama sobre o ensino da cultura África e afro-brasileira nas escolas públicas em Maceió</i>	121
Laércio Albuquerque Dantas. <i>Cientificismo e projetos de sociedade: um exame da elaboração do discurso criminal no Recife das décadas de 1880-1890</i>	126
Oswaldo Batista Acioly Maciel. <i>Guido Duarte: Evolucionismo e Positivismo Caixerai</i>	135
Rodrigo José da Costa. <i>Notas para um Estudo da Repressão aos Movimentos Sociais em Alagoas (1961-1964)</i>	145
Sendy Santos Matos, Irla Suellen da Costa Rocha e Romário Portugal. <i>Véritas Mouseion: um Instrumento para Construção de Conhecimentos Específicos da Museologia</i>	156
Sheyla Farias Silva. <i>História de Sedução e Defloramento em Estância/SE (1840-1890)</i>	163

Apresentação

Por dois anos consecutivos, o Curso de História/UFAL organizou eventos e convidou pesquisadores de diversas Universidades do país, alunos de graduação e pós-graduação, para refletir sobre variados temas, ligados aos debates da historiografia contemporânea. O objetivo era atender a uma demanda crescente da comunidade científica interna, bem como criar espaços de reflexão e troca de resultados de pesquisas e investigações, mesmo que parciais.

Mais uma vez, o curso de História da UFAL, preocupado em dar continuidade às suas atividades de pesquisa e extensão, se articula para debater questões que gravitam em torno do campo da História Social e História Cultural. O Grupo de Pesquisa História Social do Crime - certificado no CNPq e liderado pela Profa. Dra. Célia Nonata, juntamente com professores do curso de História da UFAL e pesquisadores de várias IES, discutirão temas ligados a história da polícia, criminalidade, violência, poder, história das prisões e literatura de crime.

*Maceió, 23 de Setembro de 2011
Organização do Evento*

RESUMOS

Simpósio 1 – Crime e Segurança Pública

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O ASSASSINATO DE ELZA FERNANDES: UM CRIME ESQUECIDO PELA HISTÓRIA

*Adailton dos Santos Andrade
Universidade Federal de Sergipe, GET –GEMPS (UFS/CNPq)
Email: adailton_andrade@hotmail.com*

O Partido Comunista brasileiro (PCB), com seus erros e acertos, participou ativamente da dinâmica sócio-política e cultural do país. Em 1939, Luís Carlos Prestes foi acusado de ter sido o mentor intelectual do assassinato de Elza Fernandes, secretária do partido. O processo crime teve como relator o Presidente do Tribunal de Segurança Nacional, Augusto Maynard Gomes. Diante da consulta às fontes documentais, observa-se a participação e envolvimento do Partido Comunista e de Carlos Prestes nesse assassinato.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Era Vargas, Elza Fernandes.

ESTADO, VIOLÊNCIA E O DISCURSO MIDIÁTICO

*Alex Benedito Santos Oliveira
Graduando em História/Ufaal
Email: alexphelip2@gmail.com*

*Glaucia Tiana da Silva Gonzaga
Graduanda em Ciências Sociais/Ufal*

*Raildo de Omena Vasconcelos
Graduando em Ciências Sociais/Ufal
Email: raildovasconcelos@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Alberto Vivar Flores*

Estado e violência busca realizar uma crítica em relação ao poder predominante no Estado de Alagoas por meio de uma elite política econômica, que ver-se refletida em três seguimentos – Jurídico, Legislativo e Militar. Diante desse abuso de poder, encontra-se a sociedade alagoana que enxerga nosso Estado como um local de impunidade, “terra de ninguém”, levada a desacreditar nas instituições estatais. Como se não bastasse esse descrédito, a mídia local nas mãos desse poder também contribui para esse quadro, não deixando crescer o poder de um importante segmento da sociedade civil, os movimentos sociais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, levando em consideração a análise histórica e crítica do quadro social apresentado.

Palavras-chave: Estado; Violência; Mídia.

SEGURANÇA PÚBLICA MULTIFACEADA NO BRASIL: AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO ESTADO PARALELO COMO AGENTE RECRUDESCEDOR DO DIREITO À CIDADANIA

Deyvid Braga Ferreira
Mestrando em Educação/Ufal
Email: deyvidbrafe@bol.com.br

Este artigo tem por objetivo demonstrar que a atual política de enfrentamento no combate ao crime organizado, não coaduna com o direito a cidadania guardada como preceito maior por nossa Constituição. Para desvelar tal problemática, fora realizado um trabalho de pesquisa qualitativo com revisão bibliográfica. Os resultados mostraram que a política de segurança pública é ineficaz no combate ao estado paralelo. Seu maior mérito é o ceifamento de vidas e o desrespeito aos direitos básicos dos cidadãos, que ficam alijados e sem alternativas, no meio deste “fogo cruzado”. Enquanto isto, as classes mais abastadas, estão protegidos por suas “fortificações blindadas”.

Palavras-chave: Segurança Pública. Crime Organizado. Cidadania.

CIENTIFICISMO E PROJETOS DE SOCIEDADE: UM EXAME DA ELABORAÇÃO DO DISCURSO CRIMINAL NO RECIFE DAS DÉCADAS DE 1880-1890

Laércio Albuquerque Dantas
Mestrando em História/UFPE
Email: lalo_dantas@hotmail.com
Orientador: Marc Jay Hoffnagel

O presente artigo procura abordar a emergência de um projeto de sociedade diferente do modelo imperial em Pernambuco a partir da década de 1880 tendo como ponto de partida a discussão das idéias científicas apropriadas da Europa dentro da comunidade acadêmica da Faculdade de Direito de Recife. Esses acadêmicos absorveram também as idéias da Nova Escola Criminal, alicerçada na mistura entre antropologia criminal e sociologia criminal originando discursos e projetos diferentes sobre os indivíduos criminosos.

Palavras-chaves: Criminologia, Nova Escola Penal, Escola do Recife.

HISTÓRIAS DE SEDUÇÃO E DEFLORAMENTO EM ESTÂNCIA/SE (1850-1890)

Sheyla Farias Silva
Graduanda em História/Ufal-Sertão
Email: sheylafarias@yahoo.com.br

Essa comunicação tem por objetivo analisar por meio dos filtros dos processos-crimes guardados no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, as várias histórias sobre práticas sexuais vivenciadas pela população residente no município de Estância/SE no período compreendido entre os anos de 1850 e 1890. Para isso, nos valem da teoria Certauriana, coligimos a documentação pesquisada com a legislação eclesiástica e jurídica da época, a fim de refletirmos sobre os hábitos cotidianos dessa população oitocentista, em especial dos agentes envolvidos nessas tramas enredadas por carícias, promessas de casamento e por vezes violência e conveniência. Atentamos para os discursos concernentes a honra das vítimas, bem como os argumentos de defesa dos autores, além dos discursos dos bacharéis e médicos e testemunhas. Por fim, analisaremos como a intimidade dos envolvidos foi levada ao público e como esse público se apropriou das informações.

Palavras-chave: Sexualidade, honra e sedução.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Tassiana Alypia Gomes de Lira
Graduanda em História/Ufal

Luanna Klíscia de Amorim Meneses
Graduanda em História/Ufal
Orientadora Professora Dra. Célia Nonata da Silva

O artigo busca analisar o início dos trabalhos da história social sobre a criminalidade, principalmente os crimes identificados como passionais, motivados pelo sentimento de afinidade e de relacionamento íntimo, considerando as referências teóricas sobre gênero na historiografia, os estudos do crime segundo a metodologia da Escola de Chicago e apresentar as fontes primárias destes estudos para Alagoas.

Palavras-chave: gênero; violência; teoria.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E VITMIZAÇÃO

*César Leandro Santos Gomes
Luana Gomes de Araújo
Roseane Monteiro Virginio
José Fábio Cassiano dos Santos
Graduandos em História/Ufal
Orientadora Professora Dr. Célia Nonata da Silva*

O artigo busca analisar os crimes identificados como passionais, motivados pelo sentimento de afinidade e de relacionamento íntimo, somando-se o processo de vitimização e suas referências teóricas e metodológicas.

Palavras-chave: violência; gênero; vitimização.

FEMICÍDIO

*Ana Paula Soares de Lucena
Juliana Lemos da Paz
Renata Martins Macedo
Maria Leylane Oliveira Meneses
Graduandos em História/Ufal
Orientadora: Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

O artigo busca analisar os estudos dos crimes identificados como passionais, motivados pelo sentimento de afinidade e de relacionamento que num processo extremo de violência decorreram em homicídios femininos. Também procura identificar a matriz teoria e as abordagens de estudos hoje na América Latina.

Palavras-chave: violência; homicídio; gênero.

BANDITISMO

*Cinthia Roberta dos Santos
Tarcyelma Maria de Lira Silva
Graduandas em História/Ufal
Orientadora: Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

O artigo pretende analisar a formação dos bandos, quadrilhas e grupos criminosos, segundo a perspectiva de Eric Hobsbawm. Neste sentido, as sociedades pré-capitalistas e capitalistas tem se diferenciado das formações criminosas e é neste modelo conceitual que parte algumas de nossas análises de quadrilhas e bandidos em Alagoas.

Palavras-chave: violência; criminalidade; banditismo.

POLÍCIA EM ALAGOAS

*Raimundo Nonato Maia Junior
Daniel Cavalcante dos Santos
Adrienne Santos Gonçalves
Graduandos em História/Ufal
Orientadora: Profa. Dra. Célia Nonata da Silva*

A atual crescente produção historiográfica que problematiza a polícia, procura abandonar a idéia de uma instituição apenas como um braço armado do Estado autoritário e repressor, para controlar e manter a ordem. A nova perspectiva tem tentado entender a instituição policial não só como um "instrumento" de poder, mas como um espaço de disputa pelo poder, recheado de intrigas e conflitos. Uma outra possibilidade de investigação é o estudo da atividade policial em si em Alagoas.

Palavras-chave: Polícia; Autoritarismo; Violência.

Simpósio 2 – Poder, Estado e Movimentos Sociais

CONQUISTAS POLÍTICAS E CONTRADIÇÕES ECONÔMICAS (VILA DAS ALAGOAS 1712 – 1751)

Alex Rolim

Graduando em História/Ufal

Email: alex_zeppelin@hotmail.com

Orientador: Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano

Certas obras da historiografia alagoana, a partir de documentos “oficiais” emitidos pela câmara relatam supostas prosperidades econômicas, e trataram por enquadrar quase como uma “verdade” que o território, que há muito tempo foi o sul de Pernambuco, perpassou o período colonial sem complicações de cunho econômico-administrativo, fazendo com que um “mito de uma prosperidade econômica” fosse difundido por muitas obras, e que até hoje em algumas pesquisas tal ideia ainda teima por imperar, valendo-se apenas de reproduções sem novas análises documentais empíricas e críticas. Faz-se então nesse texto a intenção de tentar abordar o lado social e político dos habitantes (em foco a elite, os “senadores” da câmara) ao enquadrar que “Alagoas Colonial”, vista como uma peça de uma máquina maior que seria uma “empresa” da Coroa portuguesa, não viveu momentos áureos e de calma socioeconômica nos primeiros anos de instituição de sua Ouvidoria até meados da metade do século XVIII.

Palavras chave: Economia Política, Alagoas Colonial, Poder.

ELITES LOCAIS E SUAS MERCÊS: A DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA COMARCA DAS ALAGOAS (SÉCULO XVIII)

Dimas Bezerra Marques

Graduando em História/Ufal

Email: dimas_valek@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano

O presente ensaio pretende esboçar uma “conclusão” acerca do processo de distribuição de cargos na Comarca das Alagoas, no que diz respeito exclusivamente à documentação fornecida pelo Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas avulsos. Partindo do pressuposto de que as relações político-sociais na América portuguesa se davam por meio de pactos, o súdito prestava serviços no interesse da Coroa, que por sua vez o remunerava com mercês e privilégios que o nobilitavam socialmente. Nesse sentido, os cargos municipais podiam dotar de honra e *status* aos seus detentores. Na região sul de Pernambuco, os principais serviços prestados pelos vassallos *d’el Rey* se deram na guerra contra o quilombo dos Palmares, onde foram executadas as ordens reais a custo de sangue e fazendas, constituindo assim, meios para o requerimento de suas mercês.

Palavras-Chave: elites, Alagoas, cargos.

A DIFÍCIL TAREFA DE JULGAR, PUNIR E IMPOR A ORDEM: O CASO DA OUVIDORIA DA COMARCA DAS ALAGOAS

*Antonio Filipe Pereira Caetano
Professor Adjunto/História/Ufal
Coordenador Grupo de Estudos América Colonial (GEAC)
Email:afpereiracaetano@yahoo.com.br*

A criação do sistema de ouvidoria nas conquistas portuguesas na América acompanha o interesse régio em construir um espaço de ordem jurídica nos cotidianos locais. Levando em consideração a morosidade administrativa, marcada pela presença do Atlântico entre os dois lados continentais, muitos agentes régios tiveram dificuldade de fazer valer as ações de justiça, da ordem e do controle da população e dos próprios funcionários do monarca nas conquistas. Situação que a ouvidoria de Alagoas, instituída em 1711, também viverá enquanto órgão lusitano no Ultramar. Neste caso, a presente comunicação visa discutir os problemas enfrentados na estruturação deste instrumento administrativo português, bem como as alterações que promove nas relações políticas e sociais no cotidiano colonial ao longo do século XVIII.

Palavras-chave: Administração; Alagoas Colonial; Ouvidoria

CONFLITO POR AUTONOMIA: A OUVIDORIA DE ANTONIO BARROSO

*Anne Karolline Campos Mendonça
Graduanda em História/Ufal
Email: karolinne-campos@hotmail.com
Orientação: Antonio Filipe Pereira Caetano*

Durante muito tempo a historiografia brasileira se deteve a tratar de assuntos ‘marcantes’ do nosso passado. Não podemos deixar de dizer que se tratava de uma necessidade de se provar como nação após anos a fio de uma colonização exploradora e deficiente, mas sem dúvida alguma era a prova de que havia resquícios de uma forma de fazer a história apontando os atos mais importantes, a conhecida história historizante. Com o uso de uma documentação não utilizada antes e com uma visão teórica e metodológica que remete aos princípios de Marc Bloch e Lucien Febvre sobre como estudar os atos do passado, a intenção é encontrar aspectos que evidenciem a busca por autonomia de uma região que durante dois séculos se viu presa a jurisdição pernambucana apesar de suas evidentes especificidades. Aqui, isso será feito vislumbrando a ação da ouvidoria de Antonio Barroso.

Palavras Chaves: Administração Colonial Portuguesa, Capitania de Pernambuco, Comarca das Alagoas.

PODER E IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE COLONIAL: UMA ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA

*Gian Carlo de Mello Silva
Professor Assistente/Ufal
Doutorando em História/UFRPE
Email:giancmelo@hotmail.com*

O presente trabalho tem por objetivo analisar aspectos singulares acerca da Igreja católica no período colonial, para isso lançamos mão das Leis Sinodais, mais conhecidas como *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. A legislação eclesiástica brasileira foi posta em prática a partir de 1707 com a promulgação feita por D. Sebastião Monteiro da Vide, ao longo dos seus capítulos é possível perceber como a Igreja Católica queria cercar a sociedade da época, mostrando toda sua influência na construção da moralidade e obediência aos preceitos tridentinos. Entre as várias regras existentes o papel dedicado ao aspecto da escravidão é singular das leis feitas no Brasil quando comparamos com as outras leis ordenadas em terras de influência portuguesa. A partir da compreensão das Constituições é possível descortinar parte do cotidiano colonial, entendendo como relações eram construídas e quais as possíveis estratégias sociais foram realizadas pelos atores sociais na época em foco.

Palavras-chave: Igreja Católica, Sociedade colonial, Constituições Primeiras.

AS ILHAS DO RIO SÃO FRANCISCO ENTRE PENEDO E A VILA NOVA: UM CONFLITO DE JURISDIÇÃO (1732-1757).

*Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo
Graduando em História/Ufal
Email: arthurcurvelo90@hotmail.com
Orientador: Prof. Dr. Antonio Filipe Pereira Caetano.*

O presente trabalho tem por objetivo fazer a análise de um conflito envolvendo a Vila de Penedo e a Vila Nova de Sergipe D'El Rey em torno da jurisdição sobre as Ilhas do Rio São Francisco, especialmente a de Paraúna do Brejo Grande, para demonstrar certos aspectos da formação territorial da Comarca das Alagoas e da própria Capitania de Pernambuco no século XVIII. Pretende-se dar enfoque no envolvimento das câmaras municipais no conflito, destacando os desdobramentos de seus poderes enquanto instituições representativas das comunidades governativas, articulando e movimentando toda a comunicação política entre os espaços institucionais a que estavam subordinadas. Nesse sentido busca-se compreender o processo de estruturação e fortalecimento da administração na comarca, evidenciando as tentativas de afirmar sua dominação sobre o território.

Palavras Chave: Conflito de Jurisdição; Formação Territorial; Comarca das Alagoas.

RELAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS NA COLÔNIA: A CRIAÇÃO DA CONSERVADORIA DAS MATAS. COMARCA DAS ALAGOAS (1779-1799)

*Lanuza Maria Carnaúba Pedrosa
Graduada em História/Ufal
Pesquisadora Geac/Ufal
Voluntária Associação Comercial de Maceió
Email: lana_pedrosa@hotmail.com*

A malha jurídico-administrativa da Comarca alagoana no último quartel do século XVIII estava voltada às relações comerciais entre a Ouvidoria, suas Câmaras, mercadores locais e o Governo Pernambucano, justamente quando estes pediam a criação da Conservadoria das Matas para aquele espaço. Divisor de águas para a Comarca, o estudo deste órgão revelou uma intensa rede de alianças entre os principais chefes políticos locais, quadro diametralmente oposto ao início do século, 1711, quando a Comarca estava sendo instaurada. Verificam-se, igualmente, as conturbadas relações, entre estes oficiais da Coroa com os pequenos lavradores de terra, regidas, por queixas destes últimos contra os primeiros, supostamente por conta de desmandes e usurpação de poder. Nesse sentido, a presente comunicação tem por objetivo analisar esta conjuntura política local e as conseqüências desencadeadas por este processo.

Palavras-chave: Conservadoria das Matas, Administração

PODER ECONÔMICO E PODER MILITAR

*Artur Bispo dos Santos Neto
Professor Adjunto/Filosofia/Ufal
Email:arturbisponeto@gmail.com*

O presente trabalho tem como propósito tratar da relação dialética existente entre poder econômico e complexo militar mediante a análise da gênese e fundamentação da sociedade capitalista. Tendo como referência as reflexões desenvolvidas por Karl Marx e G. Lukács, busca-se apontar a natureza predominante do poder econômico e sua relação com o militarismo, entendendo seu movimento desigual como perpassado pela oposição substancial entre proletariado e capitalista, como clássica personificação do capital. Por fim, salienta-se a peculiaridade do complexo industrial-militar enquanto alternativa circunstancial ao caráter destrutivo e perdulário do sistema sociometabólico do capital, que ameaça o destino de toda a humanidade.

Palavras-chave: Complexo bélico. Trabalho. Marxismo.

GUIDO DUARTE: EVOLUCIONISMO E POSITIVISMO CAIXEIRAL

Oswaldo Batista Acioly Maciel
Professor Assistente/História-Uneal/Ufal
Email: os.maciel@yahoo.com.br

Apresento um breve esboço biográfico de Guido Duarte, caixeiro e publicista da segunda metade do século XIX em Alagoas, e liderança da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1882/1884) para, em seguida, discutir aspectos de sua ideologia, particularmente no que se refere ao evolucionismo e ao positivismo. Tendo como documentação principal a imprensa periódica do período, pretendo indicar aspectos da formulação ideológica dos caixeiros no final do XIX relacionando-os ao mutualismo, sua principal forma de organização à época.

Palavras-chave: Evolucionismo, Positivismo, Caixeiros

NOTAS PARA UM ESTUDO DA REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ALAGOAS (1961-1964)

Rodrigo José da Costa
Mestrando em História/UFPE
Email: rodrigoalcantaracosta@oi.com.br

Pretendemos neste artigo fazer uma breve exposição da pesquisa que estamos realizando sobre as lutas sociais em Alagoas no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Assim a partir do uso da fichas pessoais da Delegacia de Ordem Pessoal, Social e Econômica DOPSE-AL e da pesquisa feita no jornal “A Voz do Povo” editado pelo Partido Comunista Brasileiro em Alagoas buscamos fazer uma análise da repressão sofrida pelos trabalhadores alagoanos no período. Quando o Major Luiz de Sousa Cavalcante assume o Governo do Estado em 1961, os movimentos sociais que alcançaram significativa expressão durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão no período anterior (1956-1961) viram essa conjuntura mudar radicalmente com a eleição do Major. Luiz Cavalcante foi o elemento mais representativo desta articulação. Declarado anticomunista estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto “nacional reformista”, tendo atuado nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista após a renúncia de Janio Quadros em 1961 e sendo um dos principais articuladores, no Nordeste, do golpe militar que depôs o Presidente da República.

Palavras-chave: História de Alagoas; Repressão; Trabalhadores.

Simpósio 3 – Cultura e Representações

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DE “PASSOS PERDIDOS, HISTÓRIA DESENHADA: A PRESENÇA JUDACA EM PERNAMBUCO”

Amaro Xavier Braga Júnior
Professor Adjunto/Ciências Sociais/UFAL
Email: axbraga@gmail.com

O artigo apresenta uma análise da inserção e produção de histórias em quadrinhos enquanto veículo de informação na sala de aula. Através de um estudo de caso, enfatiza a propagação da memória cultural e o exercício de uma cidadania midiaticizada representativa da identidade local, mediada pelas histórias em quadrinhos através das representações sociais nelas contidas, de origem tanto imagética quanto textual. A partir de uma revisão de literatura sobre o uso das HQ's na sala de aula, realiza um estudo de caso da série de revistas em quadrinhos feitas para o uso da transmissão da memória etnohistórica com base nos cinco volumes das revistas “Passos Perdidos, História Desenhada: a presença judaica em Pernambuco”, retratando a presença judaica na região nordeste do Brasil. Defende a possibilidade da produção de quadrinhos que valorize a memória local e exerça a função informativa para escolares ao se constituir de referenciais identitários locais.

Palavras-chave: Quadrinhos; Memória; Representações Sociais

INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA CULTURA ESCOLAR SERGIPANA. 1910-1935

Cristina de A. Valença C. Barroso
Professora Assistente/Museologia/UFS
Email: tina_valenca@yahoo.com.br

Marília Silva Correia
Graduanda em Museologia/UFS
Email: psi.marilia@yahoo.com.br

O objetivo desse texto é identificar os intelectuais da educação, suas ações e estratégias relativas a disseminação dos preceitos da Pedagogia Moderna, bem como compreender o alcance dessas ações na formatação de uma cultura escolar percebendo as possíveis mudanças provocadas por esses agentes da educação. Trata-se de um estudo inicial e por isso a idéia, nesse momento, não é traçar a história de vida desses personagens que atuaram no campo educacional sergipano desvelando existências narradas em possíveis seguimentos ordenados pela lógica ou pela cronologia. A intenção se baseia em entender as ações que moveram as reformas educacionais, as idéias defendidas e a forma como estas foram difundidas e, posteriormente, perceber as representações construídas por e sobre esses intelectuais da educação.

Palavras-chave: Intelectuais da educação, representações, cultura escolar.

IGREJA CATÓLICA: REINVIDICAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA (1960-1979)

Wellington da Silva Medeiros

Graduando em História/Ufal

Orientador: Prof. Msc. Gian Carlo de Melo Silva

Email: well-medeiros@hotmail.com

A fé detém várias dimensões – familiar, mística, artística, cultural, política etc. – e entre estas dimensões sobre sai a dimensão política, já que a fé se encontra em meio a sociedade civil. Por tanto, a Igreja Católica sempre esteve ligada a política, mas a uma política das classes dominantes, de centro, de direita e que possuem o poder. O que diferencia a Igreja Católica dos anos sessenta e setenta dos anos – ou até mesmo dos séculos – precedentes, é que neste determinado período ela surge com o objetivo de fazer uma política com os menos favorecidos, uma política de libertação, seja uma libertação política, econômica, cultural ou social. O objetivo deste trabalho é mostrar como alguns setores da Igreja Católica Brasileira tais como, a Ação Católica Brasileira, a Juventude Universitária Católica (JUC), a Teologia da Libertação etc., atuaram nesta sociedade, entre os anos sessenta e setenta do século passado.

Palavras-chave: Igreja Católica – regime militar – teologia da libertação.

PANORAMA SOBRA O ENSINO DA CULTURA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM MACEIÓ

Juliana Gonçalves da Silva

Graduanda em História/UFAL

Prof. Orientador Amaro Xavier Braga jr

A pesquisa procurou identificar o cumprimento da Lei 10.639\03 nas escolas públicas da região metropolitana de Maceió. Foram selecionadas 10 escolas, segundo a listagem no INEPMEC, a partir dos seus índices de melhor rendimento e aplicação de questionário com entrevista com os professores responsáveis pelas disciplinas de Sociologia e História, buscando apurar se, entre seus conteúdos, havia referências aos propostos pela Lei. Os resultados preliminares demonstram que grande parte dos professores não foram capacitados para o ensino desse tema; que não se cumpre, de maneira satisfatória a inserção dos conteúdos de cultura Afro-brasileira e Africana; que a opção religiosa influencia na falta de inserção dos conteúdos; Apesar de se identificar a inserção de conteúdos, existe uma correlação direta com os temas estereotipados (como a escravidão) relacionados a falta de formação adequada destes professores.

Palavras chaves: Ensino, Lei 10.639/03 e Escolas Públicas

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: AS FESTIVIDADES DEDICADAS AO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM POÇÕES – BAHIA

*Estefanni Patricia Santos Silva
Graduanda em Museologia/UFS
Orientadora Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello
Email: estefanni.p@gmail.com*

A festa do Divino Espírito Santo, que ocorre em diversos municípios do Brasil e em alguns países, acontece em Poções, na Bahia, a mais de cem anos. O objetivo da pesquisa é analisar a junção que atualmente ocorre na cidade entre o profano e o religioso com a pesquisa memorialista. As referências teóricas utilizadas nesse artigo discutem a conceituação de “patrimônio”; “memória” e “identidade”; as “festas do Divino” e por fim, o “ideal expográfico”. A metodologia etnográfica e analítica que são empregadas resulta de pesquisas de campo realizadas desde os anos 2000, principalmente de 2004 a 2007. Há descrições sobre as pesquisas e análises dos trabalhos anteriores a propósito da mesma festa. O resultado são propostas de exposições sobre as inúmeras pesquisas que há, para que seja socializado o conhecimento adquirido, principalmente aos que não consultam os dados estudados.

Palavras-chave: Festa; Poções e Memorialista.

VÉRITAS MOUSEION – UM INSTRUMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA MUSEOLOGIA

*Irla Suellen da Costa Rocha
Graduanda em Letras/UFS
Email: irlasuellen@gmail.com*

*Romário Portugal
Graduando em Museologia/UFS
Email: romariohom@yahoo.com.br*

*Sendy Santos Matos
Graduação em Museologia/UFS
Email: sendy2529@hotmail.com
Orientadora: Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello*

O presente artigo tem por objetivo apresentar a proposta do projeto “*Véritas Mouseion – Dicionário Eletrônico de Termos Museológicos*”, como também esclarecer as técnicas que serão utilizadas para o seu desenvolvimento. Durante o texto significados de termos como: Linguagem, Terminologia e Terminografia são debatidos enquanto temas concernentes a formação teórica do dicionário. O interesse para a produção de um dicionário eletrônico de termos da área da Museologia é resultante de pesquisas realizadas anteriormente pelo Grupo Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS/CNPq) que detectou a não existência de um dicionário contendo termos ligados a Museologia. Além aspectos sobre Museografia que fazem parte das representações culturais da área.

Palavras-chave: Dicionário, Museologia e Terminológico.

ARQUEOLOGIA NAS RUÍNAS DE LARANJEIRAS (SE): NOVAS PRÁTICAS TRIDIMENSIONAIS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

*Raquel de Andrade Dantas Figueirôa
Graduanda em Museologia/UFS
Email: r.jor@hotmail.com*

*Gicele Andrade Rocha Santos
Graduanda em Museologia/UFS
Email: arqueogi@hotmail.com*

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello

As ruínas de cidades históricas como Laranjeiras (SE) sofrem depredações pela ação do tempo, por banalizações humanas individuais ou institucionais (demolição ou restauração). Consideram-se, então, nessa pesquisa, as potencialidades das ruínas de Laranjeiras como objeto de estudo para as pesquisas da arqueologia histórica a partir da “noção de significância”, ou seja, dos aspectos históricos, científicos, étnicos, públicos e legais contidos nesse espaço. Relacionando-se como objetos de pesquisa: as ruínas do antigo hospital São João de Deus e as do Teatro São Pedro. Independentemente de seu espaço, função e duração de ocupação, a cultura material das ruínas pode fornecer pistas importantes sobre a sociedade local, cultura e ideologia dos habitantes. A pesquisa recorrerá ao estudo de modernas técnicas de digitalização e modelagem tridimensional como uma nova perspectiva de salvaguarda desses patrimônios arqueológicos em ruínas.

Palavras Chaves: Ruínas, Arqueologia Histórica, Modelagem Tridimensional.

MICARÊME DE LARANJEIRAS EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

*Hildênia Oliveira
Graduanda em Museologia/UFS
Orientadora: Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello
Email: hildeniade@bol.com.br*

Este artigo tem como propósito apresentar a história da Micarême de Laranjeiras/SE, desde seu surgimento na década de 30 (século XX) até seus últimos desdobramentos. Bem como pedir o seu registro junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enquanto Bem Cultural de Natureza Imaterial. A pesquisa se deu em parte através da escassa literatura relativa ao tema, a oralidade que nos fez refletir as questões voltadas à memória e identidade, e acervos fotográficos existentes.

Palavras-chave: Micarême, carnaval, festa, memória, história, bem imaterial.

HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS E TEATRO SÃO PEDRO EM RUÍNAS: UMA PROPOSTA DE TRABALHO EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM LARANJEIRAS (SE)

Danielle de Oliveira Cavalcante
Graduanda em Museologia/UFS
Email: danielleoliveiracavalcante@hotmail.com

Jeanne Almeida Dias
Mestranda em Arqueologia/ UFS
Orientadora: Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello

A arqueologia histórica se desenvolve em nosso país tendo como um dos pilares o entendimento das relações sociais estabelecidas em diferentes fluxos de tempo. Com a pós-modernidade, a cidade histórica de Laranjeiras-Se, vem sofrendo diversas transformações no seu ambiente social e urbano. Dando ao presente estudo o objetivo de identificar, através das ruínas das estruturas que compuseram o antigo hospital São João de Deus e o Teatro São Pedro, o papel desse patrimônio na formação de uma identidade sócio - cultural local. A cultura material é o ponto de partida para o resgate do passado no presente, ressaltando aspectos que a documentação oficial não nos revela sobre tais espaços. Compreendido como um patrimônio urbano, mantém os vestígios da sociedade que ali viveu, encontrando na Arqueologia Histórica a metodologia para a prospecção de objetos e interpretação social do local.

Palavras-Chaves: Arqueologia Histórica; Ruína; Patrimônio Urbano.

Trabalhos Completos

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E O ASSASSINATO DE ELZA FERNANDES- UM CRIME ESQUECIDO PELA HISTÓRIA

*Adailton dos Santos Andrade¹
Universidade Federal de Sergipe, GET - GEMPS (UFS/CNPq)
adailton_andrade@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que marcaram o governo Vargas, que compreende os anos de 1930 a 1945, revelam o quão complexo foi este período. Na década de 30, o PCB assume papel de protagonista em vários fatos na História do Brasil. Em 1935, o PCB forma a Aliança Nacional Libertadora que obteve rapidamente um enorme apoio popular sendo constituída por centenas de comitês pelo Brasil a fora, chegando a ter 600 mil filiados. Contudo, logo depois foi posta na ilegalidade por Getúlio Vargas. Perdido o espaço legal, o partido opta por organizar a tomada do poder pela via insurrecional, sob a orientação da Internacional Comunista que, para este fim, envia para o Brasil Prestes, Olga Benário, Artur Ewert entre outros membros.

Com uma exagerada e arbitraria campanha anticomunista de repressão, que se seguiu ao fim dos levantes, Vargas, com habilidade, usou a rebelião como meio para ampliar o poder do Executivo e, com a promulgação do Estado de sítio, firmar o crescimento e a ação das forças armadas e calar a oposição. A forte tendência para a centralização do poder assumiu, a partir de novembro de 1935, claras e irrefreáveis proporções. A reação do governo se fez com prisões e torturas dos envolvidos e suspeitos, por meio da repressão policial, comandada pelo chefe de polícia Filinto Müller².

Carone (1982) caracteriza o momento ao afirmar que o governo polariza para si toda a confiança e simpatia das forças de centro e direita, aparecendo como o pivô da luta anticomunista. Suas mensagens, no Congresso Nacional, são aprovadas imediatamente, com um mínimo de discordância; os jornais louvam sua ação enérgica.

Em sua obra, Rodrigues (2009) determina que as mortes de militantes políticos, acusados de traição, por companheiros de suas próprias organizações preenchem um capítulo embaraçoso e pouco discutido nos ambientes de esquerda no Brasil. Há alguns casos famosos – especialmente no duro período em que organizações de esquerda, clandestinas, adotaram a luta armada para enfrentar a ditadura brasileira, em meados da década de 60 e de 70.

¹ Licenciado em História, Pós-graduando em Sergipe Sociedade e Cultura, na Faculdade Pio X, Pós-graduado em Ensino Superior em História na Faculdade São Luís de França, aluno especial de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Membro na qualidade de pesquisador dos Grupos de Estudo e Pesquisa da UFS: GET-GEMPS (UFS/CNPq)

² Político e militar mato-grossense (1900-1973). Uma das mais polêmicas e controvertidas figuras da política nacional, acusado de ser torturador de presos políticos durante o Estado Novo, Assumiu a chefia da polícia em 1933, sendo considerado o patrono das armas dos torturadores no Brasil. Participou dos levantes tenentistas entre 1922 e 1924. Participou da Coluna Prestes, sendo expulso por Miguel Costa a pedido do Próprio Carlos Prestes.

Segundo Dantas (1999), o maior desafio da trajetória política e militar de Maynard foi relatar o processo que envolvia Carlos Prestes e companheiros de Partido Comunista Brasileiro no assassinato de Elza Fernandes.

O objetivo deste trabalho é analisar o envolvimento do PCB no planejamento e morte de Elza Fernandes, através de fontes documentais (leitura de jornais, processo crime e registros do partido). Sabe-se que muitas provas foram avaliadas por Maynard desde a exumação da vítima até o testemunho de parte da imprensa do Rio de Janeiro e pessoas diversas, provas fotográficas e a confissão dos executores.

De acordo com Dantas (1999), o político e militar Maynard Gomes passou por diversas revoltas Nacionais, tais como: a Revolta da Vacina Obrigatória, no Rio de Janeiro em 1904; Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, no Rio de Janeiro; Revolta da 13 de Julho em Aracaju em 1924; Revolução de 1930 em Minas Gerais e a Revolta de 1926 de caráter local no quartel do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, em apoio aos tenentes da coluna Prestes que passavam por Jeremoabo-BA. Foi o relator (sorteado dentre 06 juízes) e juiz do processo crime que acusava Prestes de ter sido o mandante da morte de Elza Fernandes (Elvira Cupêlo/ “a garota”). Assim, a relatoria do processo foi entregue a Augusto Maynard Gomes.

Desse modo, mesmo com toda a pressão exercida por Filinto Müller e Getúlio Vargas, Maynard relatava que não condenou um idealista, mas o assassino que eliminou uma jovem de 16 anos que nada havia dito que comprometesse Prestes com base em provas concretas. Logo após o desfecho do caso, Maynard recebe como prêmio, mais uma vez, a governadoria do seu Estado.

2. Lei de Segurança Nacional

D’Araújo, Soares & Castro (1995) cita que em abril de 1935, como reação ao crescimento de movimentos ideológicos e doutrinários que estavam se organizando no país, (Aliança Nacional Libertadora – março de 1935 - e Ação Integralista Brasileira – outubro de 1932), foi aprovada, pelo Congresso, uma Lei de Segurança Nacional (Lei Nº 38), que definia os crimes contra a ordem política e social. Em novembro de 1935, aconteceu um levante comunista equivocadamente conhecido como “Intentona Comunista”, liderado por Luís Carlos Prestes, que resultou entre outras medidas na perda de patente e posto dos oficiais que participaram do movimento.

Fausto (1970) relata, na sua obra, que por consequência da tentativa de golpe pelos comunistas, em 1935, Getúlio Vargas inicia uma repressão no país preparando o mesmo para um regime autoritário, isso acontece com o golpe de 1937 (Estado Novo). Instituiu-se a Lei de Segurança Nacional e um tribunal para julgar e disciplinar os militares que se envolveram na tentativa do golpe comunista conhecido como Intentona Comunista.

3. Criação do Tribunal de Segurança Nacional

Criado em 12 de setembro de 1936, através da Lei Nº 244, o Tribunal de Segurança Nacional surgiu como órgão da Justiça Militar e funcionaria apenas no Distrito Federal (Rio de Janeiro) para onde seriam encaminhados todos os casos pertinentes. Foi instalado na Avenida Oswaldo Cruz, nº124, onde funcionava a Escola Alberto Barth. Após sua extinção em 1945, a Escola voltou a funcionar no mesmo local.

O Tribunal de Segurança Nacional destinava-se a julgar, em primeira instância, militares e civis acusados de crimes contra a segurança externa da República e crimes contra as instituições militares. Considerava como crimes desse teor aqueles “com finalidades subversivas das instituições políticas e sociais, definidos nas Leis Nº. 38, de 4 de abril e a Nº. 136, de 14 de dezembro de 1935, sempre que derem causa à comoção intestina grave, seguida de equiparação ao estado de guerra, ou durante este forem praticados” (artigo 3º). Por essa lei, os crimes tipicamente militares continuavam sendo julgados pelo Supremo Tribunal Militar.

Como citado por D’Araújo, Soares & Castro (1995), o novo Tribunal julgaria militares envolvidos em crimes contra a segurança interna do país, principalmente aqueles envolvidos no levante militar e que o governo estava particularmente preocupado em expulsar do Exército. Estava em marcha um processo de nacionalização e de modernização das Forças Armadas. Nas palavras de um dos principais mentores desse processo, o general Góis Monteiro, era preciso acabar com a política no Exército e impor a política do Exército.

A Lei de criação do Tribunal Superior Nacional (TSN) estabelecia que o juiz podia julgar por convicção e previa a criação de cinco colônias agrícolas (campos de concentração), para onde seriam enviados os réus e suas famílias. Até fins de 1937, o TSN funcionou como órgão de primeira instância e de suas decisões cabia recurso ao Superior Tribunal Militar (STM). Mas não por muito tempo, já que o golpe de 1937 e o *putsch* integralista de 11 de maio de 1938 vão motivar nova expansão no leque de crimes contra o Estado e mais rigor nos critérios de julgamento.

Quando foi extinto, ao fim do Estado Novo, o TSN havia condenado 4.099 pessoas em vários Estados do país. Os Estados com maior número de condenações foram aqueles em que houve o Levante de 1935: Rio de Janeiro, com 1458, Rio Grande do Norte, com 318, e Pernambuco, com 264. Para os envolvidos no Levante também foram reservadas penas maiores que as atribuídas aos integralistas. (D’ARAÚJO, 2000, p.29)

Segundo D’Araújo, Soares & Castro (1995), a condução dos trabalhos no Tribunal não foi feita exclusivamente pelos militares. Com exceção do primeiro ano, em que a presidência podia ser ocupada por um magistrado civil ou militar, nos demais coube a um civil presidir a Corte. De 1937 a 1939, o presidente era um magistrado civil e, após esse período até o seu fechamento em 1945, era um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os militares sempre estiveram presentes entre os juízes, mas nunca foram maioria. Inicialmente, o TSN tinha cinco membros, sendo dois militares, dois civis e um magistrado, civil ou militar, o qual seria o presidente. A partir de dezembro de 1937, passa a ter seis juízes, sempre nomeados pelo presidente da República, três deles militares sob uma presidência civil. Mas o fato de serem nomeados pelo presidente assegurava uma ação favorável às “razões de Estado”. Daí, Augusto Maynard Gomes é nomeado Juiz neste tribunal. Em 03 de janeiro de 1940, foi promovido a Coronel do Exército. Entre os seis Juízes foi feito um sorteio para ver quem faria a relatoria do processo de Luíz Carlos Prestes. Sendo assim, a relatoria do processo foi entregue a Augusto Maynard Gomes, tornando-se um desafio, pois todos os juízes estavam cientes da repercussão internacional³ e dos grandes movimentos que pediam a soltura de Prestes.

³ Prestes já era conhecido na União Soviética como o cavaleiro da esperança, seus feitos na coluna Prestes já eram de conhecimento de alguns países.

De acordo com Uchôa (1924), Augusto Maynard Gomes nasceu no engenho Campo Redondo de propriedade de seu pai Manuel Gomes da Cunha e de Teresa Maynard Gomes, localizado no município de Rosário do Catete (SE), em 16 de fevereiro de 1886. Aos 16 anos de idade, seguiu para o Rio de Janeiro onde assentou praça no 20º Batalhão de Caçadores (Exército), que ficava no bairro de Realengo, onde fez carreira chegando ao posto de General. Na vida política, chega a governar seu Estado por duas vezes, assim como representa Sergipe no Senado Federal por dois mandatos.

Em Aracaju, se envolve em movimentos revolucionários. Dentro do quartel, juntamente com outros oficiais, tais como: Capitão Eurípedes de Lima e os Tenentes João Soarino e Manuel Messias de Mendonça, forma uma ala dos revoltosos (Revolta de 13 de julho de 1924 e Revolta de 1926- no 28º Batalhão de Caçadores em apoio à coluna Prestes) o que o levou a ser preso. Participa do projeto revolucionário de 1930, em Minas Gerais, voltando a Sergipe para assumir a Interventoria Federal⁴.

Após deixar o governo em 1935, Maynard foi comandante do 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju. Foi chefe da 19ª Circunscrição de Serviço Militar durante os anos de 1936 a 1937. Em 1939, foi nomeado Juiz do Tribunal de Segurança Nacional, órgão maior do sistema repressivo. Nesse período, sendo escolhido para ser o relator do processo contra Luíz Carlos Prestes. Para Capelato (2007, p. 112):

1930 a 1937 foram os anos de indefinição, quando inúmeros projetos e propostas estavam sendo postos em pauta e quando, também, a sociedade se mobilizou intensamente em torno deles. O campo de possibilidades, nessa ocasião, era imenso e o governo se movia em terreno movediço.

4. Partido Comunista Brasileiro e o Envolvimento no Crime que Vitimou Elza Fernandes.

O PCB nasceu como resultado de lutas operárias que vinham desenvolvendo-se desde o final do século passado no Brasil e que se ampliaram entre 1917 e 1920, sob influência da revolução na Rússia. Eram lutas caracterizadas pela força e determinação, traduzindo verdadeiro espírito combativo, mas que não apresentavam ainda resultados efetivos. As próprias reivindicações formuladas (aumentos de salários, melhorias nas condições de trabalho) eram limitadas e apresentavam como objetivos máximos dos movimentos grevistas.

Elvira Cupelo frequentava as reuniões comunistas com o seu irmão Luíz Cupelo Colônio, onde conheceu Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda", Secretário-Geral do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1934, com 16 anos, Elvira Cupelo tornou-se a amante de "Miranda" e passou a ser conhecida, no Partido, como "Elza Fernandes" ou, simplesmente, como a "garota". Para Luiz Cupelo, ter sua irmã como amante do secretário-geral era uma honra, viu que era a sua chance de subir no Partido.

De acordo com Fausto (2006), o fracasso da Intentona com as prisões e os documentos apreendidos fez com que os comunistas ficassem acuados e isolados em seus próprios esconderijos.

Nos primeiros dias de janeiro de 1936, "Miranda" e "Elza" foram presos em sua residência na Avenida Paulo de Frontin, 606, Apto 11, no Rio de Janeiro, sendo mantidos

⁴ Os interventores reproduziam nos Estados a política que o Presidente determinava. O próprio Getúlio Vargas nomeava pessoas de sua confiança, sendo muitos de origem militar como o sergipano Augusto Maynard Gomes.

separados e incomunicáveis. A polícia logo concluiu que ela nada poderia adicionar aos depoimentos de "Miranda" e ao volumoso arquivo apreendido no apartamento do casal. Advindo o fato de ser menor de idade e não poder ser processada, "Elza" foi liberada. Ao sair conversou com "Miranda" que lhe disse para ficar na casa de seu amigo, Francisco Furtado Meireles, em Pedra de Guaratiba, praia da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Recebeu, também, da polícia, autorização para visitá-lo.

Em 15 de janeiro, Honório de Freitas Guimarães, um dos dirigentes do PCB, ao telefonar para "Miranda" surpreendeu-se ao ouvir, do outro lado do aparelho, uma voz estranha. Só nesse momento, o Partido tomava ciência de que "Miranda" havia sido preso. Alguns dias depois, a prisão de outros dirigentes aumentou o pânico. Segundo o PCB, havia um traidor. E o maior suspeito era Miranda.

Começaram as investigações do Tribunal Vermelho criado pelo Partido Comunista Brasileiro para julgar aqueles que lhes inspirava suspeita e receios. Honório descobriu que Elza estava hospedada na casa do Meireles e que ela estava de posse de um bilhete, assinado por Miranda, no qual ele pedia aos amigos que a auxiliassem. Na visão estreita do PCB o bilhete era forjado pela polícia, com quem Elza estaria colaborando. As suspeitas transferiram-se de Miranda para Elza.

Reuniu-se o Tribunal Vermelho composto por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha, Adelino Deycola dos Santos e José Lage Morales. Luiz Carlos Prestes, escondido em sua casa da Rua Honório, no Méier, já havia decidido pela eliminação sumária da acusada. O Tribunal seguiu o parecer do chefe e a "garota" foi condenada à morte. Entretanto, não houve a desejada unanimidade: Morales, com dúvidas, opôs-se à condenação, fazendo com que os demais dirigentes vacilassem em fazer cumprir a sentença. Honório, em 18 de fevereiro, escreveu a Prestes, relatando que o delator poderia ser, na verdade, o "Miranda".

A reação do "Cavaleiro da Esperança" foi imediata. No dia seguinte, escreveu uma carta aos membros do Tribunal Vermelho, tachando-os de medrosos e exigindo o cumprimento da sentença. Os trechos dessa carta de Prestes estão transcritos a seguir:

Fui dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação de vocês. Assim, não se pode dirigir o Partido do Proletariado, da classe revolucionária. Por que modificar a decisão a respeito da garota. Que tem a ver uma coisa com a outra? Há ou não há traição por parte dela? É ou não é ela perigosíssima ao Partido (RODRIGUES, 2009, p.168).

Ante tal intimação, acabaram-se as dúvidas. Lauro Reginaldo da Rocha tinha respondido a Prestes que iria executar o plano, pois os sentimentos pessoais e dúvidas não poderiam ser maiores que os do partido.

Decidida a execução, "Elza" foi conduzida por Eduardo Ribeiro Xavier ("Abóbora") para uma casa da Rua Mauá Bastos n.º 48, onde já se encontravam Honório de Freitas Guimarães ("Milionário"), Adelino Deycola dos Santos ("Tampinha") Francisco Natividade Lira ("Cabeção") e Manoel Severino Cavalcanti ("Gaguinho").

Elza, que gostava dos serviços caseiros, foi fazer café. Ao retornar, Honório pediu-lhe que sentasse ao seu lado. Era o sinal convencionado. Os outros quatro comunistas adentraram a sala e Lira passou-lhe uma corda de 50 centímetros pelo pescoço, iniciando o estrangulamento. Os demais seguravam a "garota", que se debatia desesperadamente, tentando salvar-se. Poucos minutos depois, o corpo de "Elza", com os pés juntos à cabeça, foi quebrado para que pudesse ser enfiado num saco, foi enterrado nos fundos da casa. Eduardo Ribeiro Xavier, enojado com o que acabara de presenciar, retorcia-se com crise de vômitos. Perpetrara-se o hediondo crime, em nome do Partido Comunista. (ONG –

O que se sabe sobre Elza é muito pouco, embora na época fosse manchete em todos os jornais. A documentação oficial tem pouca coisa para pesquisar existindo apenas uma única foto, a dos arquivos da polícia. O próprio Rodrigues (2009), que pesquisou a história, reconhece que teve que romancear por falta de sustentação documental.

Na obra de Werner (1962), uma compilação da primeira biografia de Olga a pedido do PC alemão, em 1962, o livro descreve detalhes sobre a autoria do Partido Comunista, a mando de Prestes, sobre a morte de Elza Fernandes, a garota como era conhecida no partido.

Como relator do processo, Maynard ouviu centenas de pessoas que estavam envolvidas direta e indiretamente ao assassinato, principalmente os comunistas que estavam presos.

Augusto Maynard observava o caso com muita preocupação, pois o processo crime⁵ tinha provas documentais baseadas nos resultados da perícia legista, investigações, comparações, exames grafológicos e fotográficos e confissão dos acusados, tudo levando a crer que a autoria do crime era de Carlos Prestes.

Quando Augusto Maynard olhava para Prestes, mesmo respeitando seu histórico (Revolta do 18 do Forte de Copacabana e a Coluna Prestes), relatava que não condenou um idealista, mas o assassino que eliminou uma jovem de 16 anos inteiramente inocente, que nada havia declarado que o comprometesse ou ao seu partido.⁶

São muitas as provas em mãos. De tudo havendo provas fotográficas, confissão dos executores que chegaram a fazer declarações, como esta que Francisco da Natividade Lira, vulgo "Cabeção", demonstra em seu depoimento:

Apertando ainda uma vez a corda, no que, fui auxiliado por alguns colegas de partido que estavam presentes, Elza deu os últimos suspiros, sendo depois o seu corpo transportado para uma sala contígua, onde auxiliado por meus companheiros dobrei o cadáver em dois, juntando os pés à cabeça e introduzindo-o nessa posição em um grande saco de aniagem. A seguir, todos nós, com exceção de Eduardo Ribeiro Xavier, fomos ao fundo do quintal da casa, próximo a uma árvore, e abrimos uma cova onde foi enterrado o saco contendo o corpo de Elza Fernandes. (ONG – GRUPO TERRORISMO NUNCA MAIS - TERNUMA) O Assassinato de Elza Fernandes, F. Dumont. Disponível em: <<http://www.ternuma.com.br/index.htm>> Acesso em 25.10.2009.

Rodrigues (2009) enfatiza, em sua obra, que neste mesmo ano dois dos que participaram do crime ("justiciamento" como era chamado pelos membros do Partido Comunista) resolveram contar a história confessando o assassinato e onde foi enterrado o corpo. Para o ato da abertura do local foram levados "Miranda" (Antônio Maciel Bonfim-

⁵ Processo Crime: Código de Referência C8.0.APL.0597 - Microfilme: AN 496-2004 v.1 - AN 497-2004 v.2 e v.3 Ano 1939 - Local: Distrito Federal - Rio de Janeiro - Envolvidos: 7 Crime: Art 17 da Lei 38 e 294 da CLP - Descrição: Luís Carlos Prestes é acusado de mandante do assassinato da menor de 16 anos, Elvira Cupelo Colonio (Elza Fernandes), conhecida como "A Garota", ex-detenta e (ex-)integrante do PCB, sob o pretexto dela ser informante da polícia.

⁶ Resposta ao senador Carlos Prestes - Discurso proferido na noite de 11 de janeiro de 1947, em comício realizado na Praça Fausto Cardoso, Aracaju – SE.

marido) e o seu irmão Luíz Cupelo Colônio que viram escandalizados a brutalidade dos fatos, reagindo com repúdio e desligando-se do partido a partir dali.

De acordo com Moraes (1994), em março de 1936 Prestes foi preso, juntamente com Olga Benário, numa casa na Rua Honório nº 279, no Méier, subúrbio do Rio de Janeiro. Levado para a Polícia Especial negou-se a prestar quaisquer esclarecimentos e informações, limitando-se a dizer que assumia inteira responsabilidade pelo manifesto de sua autoria, lido em 05 de julho de 1935 durante uma reunião realizada pela ANL. Entretanto, a polícia apreendeu em sua casa documentos que serviram para incriminá-lo e a seus companheiros. Em setembro do mesmo ano, Olga Benário, em adiantado estado de gravidez, foi entregue à agentes do governo alemão. A filha do casal, Anita, nasceu na prisão, na Alemanha, em 27 de novembro seguinte e, após grande campanha desencadeada pela mãe de Prestes, foi entregue à avó. Olga Benário viria a falecer numa câmara de gás do campo de concentração de Bernburg, em abril de 1942.

Prestes permaneceu preso na Polícia Especial até 07 de julho de 1937, em total incomunicabilidade e proibido de ler e escrever, sendo processado não só como responsável pelo levante de 1935, mas também como desertor do Exército brasileiro. Embora absolvido em agosto de 1936 do crime de deserção, em março do ano seguinte foi novamente julgado por esse crime - pois o primeiro julgamento fora anulado - e mais uma vez foi absolvido. O relatório do inquérito, conduzido pela Polícia Civil, foi preparado pelo delegado Eurico Bellens Porto, que o fez publicar. A denúncia ao Tribunal de Segurança Nacional esteve a cargo do promotor Honorato Himalaia Virgulino.

Prestes negou-se a apresentar advogado, pois, segundo ele, esse correria o risco de ser acusado de extremista, como já acontecera com outros juristas que haviam defendido os aliancistas. Entretanto, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já havia nomeado o advogado Heráclito Fontoura Sobral Pinto⁷ para defendê-lo.

Por considerar seu defensor pertencente "às classes dominantes" Prestes recusou-se inicialmente a colaborar. Embora católico e contrário às idéias comunistas, Sobral Pinto dedicou-se à defesa do líder comunista e, pouco a pouco, foi conquistando sua confiança a ponto de transformar sua relação profissional em relação de amizade. Diante da situação em que se encontravam os presos políticos - principalmente Harry Berger, que, segundo Sobral Pinto, teria sido submetido a torturas e colocado em condições subumanas, que o levaram à loucura -, o defensor de Prestes invocou em petição a Lei de Proteção aos Animais, que, em seu artigo 14, reza que nenhum animal pode ser posto em situação de desacordo com sua natureza. Nem assim, entretanto, Sobral Pinto conseguiu sensibilizar a polícia. Foi somente graças à intervenção do cardeal dom Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, que se conseguiu convencer o ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, a visitar os presos políticos, após o que houve mudanças no tratamento carcerário.

Segundo Davino (1948), em sua obra *A Marcha vermelha*, a prisão de Prestes provocou, por outro lado, um movimento mundial em favor de sua libertação. Telegramas foram enviados ao presidente Getúlio Vargas por intelectuais como Romain Rolland, André Malraux e Pablo Neruda, líderes políticos como Dolores Ibarruri, Lázaro Cárdenas, Cesar Uribe e Fulgencio Batista, e outros. Tais manifestações, entretanto, não sensibilizaram os políticos do Estado Novo.

O relator, depois de apurar os fatos e ceder às pressões recebidas por parte do chefe de polícia Filinto Müller, pronunciou-se de acordo com a lei e as provas dos autos. Em 7

⁷Jurista mineiro (nasceu: 05/11/1893 e faleceu: 30/11/1991) foi um dos mais célebres advogados brasileiros, defensor de presos e perseguidos políticos durante as ditaduras do Estado Novo (1930-1945), de Getúlio Vargas, e a militar, instaurada em 1964.

de novembro de 1940, Maynard manifestou-se pela sua condenação, sendo acompanhado pelos seus pares. A pena de Prestes passava a ser acrescida de mais trinta anos de prisão.

Dantas (1999) ressalta que não obstante tratar-se de julgamento de homicídio, a denúncia naquele momento e naquelas circunstâncias se apresentava revestida de forte teor político que afetava sua credibilidade. O líder tenentista Maynard não ignorou esses aspectos e, apesar de em 1926 tentar o levante no quartel do 28º Batalhão de Caçadores-Aracaju para se incorporar à Coluna Prestes, estava agora servindo de instrumento vital ao ato condenatório, comprometendo irremediavelmente sua imagem junto aos simpatizantes daquele líder comunista.

Fausto (1930) relata, em sua obra, que a sentença pronunciada no Tribunal Pleno teve a sua confirmação por unanimidade de votos. Toda a documentação, as fotos do Instituto Médico Legal, o bilhete de Luiz Carlos Prestes e os depoimentos estavam disponíveis para consultas em um processo de quase duas mil páginas do Tribunal de Segurança da época.

Por sua vez, Abamben (2003) cita que durante a ditadura militar, o Estado Novo ficou explícito para os donos do poder que um Tribunal de exceção era a melhor forma de punir os crimes contra o Estado. Em ambos os momentos não se confiou na ordem jurídica legalmente constituída. Do ponto de vista dos custos de imagem, o regime militar foi mais pernicioso para as Forças Armadas, era o Poder Executivo e ao mesmo tempo, através da Justiça Militar, tinham o monopólio no julgamento dos crimes contra o Estado. Havia uma superposição de poderes com custos altos para a sociedade e para a instituição exaurindo o prestígio político da mesma.

Na obra de Waack (1999), ele relata que Prestes e Olga eram, antes de mais nada, soldados do Partido, e a esses soldados não se admitiam crises de consciência.

5. Considerações Finais

O PCB combateu resolutamente a ditadura e pagou um alto preço por sua ousadia. Milhares de camaradas foram presos, torturados, mas a ditadura não conseguiu destruir o PCB. Ao longo dos 21 anos da ditadura, o Partido denunciou suas atrocidades, seu caráter antidemocrático, antinacional e antipopular e trabalhou pela constituição de uma ampla frente de oposição para derrotar o regime, o que terminou revelando o acerto dessa política, muito embora o Partido não tenha podido colher os frutos dessa decisão, em função das prisões, torturas e mortes de dirigentes e militantes.

Augusto Maynard Gomes, durante sua curta passagem no TSN como relator do processo e Juiz da sentença, julgou e condenou Luís Carlos Prestes. Tendo obtido, esse caso, muita repercussão em cenário nacional e internacional. Neste processo crime, pela 1ª vez, um acusado permanece presente no julgamento, um caso único, tendo sido essa uma exigência do relator e juiz da sentença. E logo após o término do processo, Augusto Maynard é beneficiado com o retorno ao governo do seu Estado, chegando a Aracaju em março de 1942 para tomar posse. Com o feito, a política repressiva de Vargas devolve o governo sergipano a Maynard Gomes, sendo empossado como interventor em 24 de março de 1942 no Rio de Janeiro, chegando a Sergipe para assumir no dia 27 de março de 1942, mostrando outro comportamento, mais político menos militar, se distanciando do perfil revolucionário que antes tinha como sua bandeira de luta.

Prestes negou o envolvimento na morte de Elza até morrer em 1990, contradizendo o que havia escrito em uma carta cujo conteúdo recomendava a punição para os traidores.

Deste modo, diante dos fatos expostos, conclui-se sobre o processo que, pelos relatórios analisados por Maynard, Carlos Prestes foi o mandante no assassinato de Elza Fernandes. Mesmo com toda pressão e rancor pessoal do chefe de polícia Filinto Muller e do próprio Vargas a sentença foi dada pelas provas contundentes contidas no processo na relatoria e confissões dos acusados.

Fontes pesquisadas

- Processo Crime: Código de Referência C8.0.APL.0597 - Microfilme: AN 496-2004 v.1 - AN 497-2004 v.2 e v.3 Ano 1939 - Local: Distrito Federal - Rio de Janeiro - Envolvidos: 7 Crime: Art 17 da Lei 38 e 294 da CLP - Descrição: Luís Carlos Prestes é acusado de mandante do assassinato da menor de 16 anos, Elvira Cupelo Colonio (Elza Fernandes), conhecida como "A Garota", ex-detenta e (ex-)integrante do PCB, sob o pretexto dela ser informante da polícia.
- Discurso proferido por Augusto Maynard Gomes , quando a resposta ao Senador Luis Carlos Prestes no comício na Praça Fausto Cardoso, Aracaju, 11 de janeiro de 1947.

Jornais

CORREIO DE ARACAJU – 17/01/1940
O GLOBO

Referências Bibliográficas

- ABAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Bom tempo, 2003.
- AMADO, Jorge. **O Cavaleiro da esperança**. Rio de Janeiro: Record, 1987 (34ª edição)
- BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Mello, 1962
- BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e a Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. **O Brasil republicano 2**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARONE, Edgard. **A primeira república (1889-1930): texto e contexto**. 3.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1976.
- CARONE, Edgard. **O tenentismo: acontecimentos, personagens, programas**. São Paulo: DIFEL, 1975.
- CASSIN, Marcos. **Partido Comunista do Brasil (PC do B): fundação e trajetória**. São Paulo: Mimeo, 1996.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe: Da revolta de 1924 à revolução de 1930**. 2. ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. e CASTRO, Celso, orgs. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DULLES, John W.F. **O Comunismo no Brasil, 1939-1945**. Rio de Janeiro; Nova fronteira, 1985

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e história**. 3.ed. Editora Brasiliense, 1970.

_____. SP, Brasiliense. —. 1977. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. In: Boris, Fausto (org.). História geral da civilização brasileira t. 3, v. 2. SP, Difel:401-426.

GASPARI, Hélio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada**. 5. edição. São Paulo: Ática, 1998.

JOFFILY, José. **Herry Berger**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos percorridos: Memórias de militância**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MORAES, Denis de (org.) **Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista**. Campo Grande, Letra Livre, 1997.

MORAES, J. Q. (Org.). **História do marxismo no Brasil (III): teoria e interpretações**. Campinas: UNICAMP, 1998.

MORAES, Fernando. **Olga**. 17.ed. São Paulo: Editora companhia das letras, 1994.

MORAES, João Quartim de. 2 ed. **A esquerda militar no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, Dênis de VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**. Petrópolis: Vozes, 1982

PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e companheiros. História e memória do PCB**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEREIRA, Astrogildo. **Construindo o PCB:1922-1924**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980

PINTO, Herondino Pereira. **Nos subterrâneos do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Difel, 2008

PRESTES, Anita Leocádia. **Luís Carlos Prestes: Patriota, revolucionário, comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PRESTES, Anita Leocádia, **Os militares e a reação republicana (As Origens do Tenentismo)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRESTES, Maria. **Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes**. Rio de Janeiro: Rocon, 1993 (2ª edição)

REZENDE, Antonio Paulo. **Uma trama revolucionária? : Do tenentismo à revolução de 1930**. São Paulo: Atual, 1990. – (História em documentos).

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1993.

RODRIGUES, Sérgio. **Elza, A Garota: a história da jovem comunista que o Partido matou**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

SANTOS, Raimundo. **A renovação pecebista: Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1958)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SANTOS, Davino Francisco. **A marcha vermelha**. São Paulo: Saraiva, 1948

SILVA, Hélio. **A ameaça vermelha, o plano Cohen**. Rio Grande do Sul: L&PM editores, 1980.

SILVA, Hélio. **1935 A revolta vermelha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **O tenentismo**. Porto alegre: Mercado Aberto, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. **A Justiça Militar em outros países**. Brasília: Gráfica do Senado, 1999.

UCHÔA, Severino. **Augusto Maynard: O Estadista e o Revolucionário**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1924.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: Sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WAACK, Wiliam. **Camaradas**. São Paulo: companhia das letras/Biblioteca do Exército, 1999.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **Contribuição histórica do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

WERNECK, Maria. Sala 4: **Primeira prisão política feminina**. Rio de Janeiro: Cesac, 1988

WIRTH, John D. “**O Tenentismo na Revolução de 30**”. In: Eurico de L. Figueiredo (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 37-59p.

ESTADO, VIOLÊNCIA E O DISCURSO MIDIÁTICO

*Alex Benedito Santos Oliveira
Gláucia Tiana da Silva Gonzaga
Raido de Omena Vasconcelos
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
Orientador: Alberto Vivar Flores*

O Estado é a superestrutura social responsável pela aplicabilidade da democracia, das melhorias sociais e do equilíbrio do antagonismo entre os grupos sociais que compõem a comunidade. Esse equilíbrio pode ser estabelecido mediante os tipos de intervenções que podem ser baseadas através do exercício da democracia por meio de implantação das leis tanto de forma indireta, por meio jurídico, quanto de forma direta, pela força policial, baseado na aplicação formal da violência no seio da comunidade. O uso da violência policial ocorre devido ao desrespeito às medidas democráticas (aplicação das leis), ou seja, trata-se de uma repressão que ameaça a liberdade e a vida, trata-se de uma medida reguladora do Estado para manutenção do controle do poder sobre os indivíduos. A aplicação dessa regularidade é feita por meio de dois seguimentos estruturais físicos que são: as instituições e as punições (cadeias e polícia).

A Superestrutura estatal apresenta uma forma de exercício dentro do Estado brasileiro que é constituído pelos modos burocráticos da democracia, agindo assim por meio de uma repressão e pela introdução de formas ideológicas de instrução dos corpos. Logo, a estrutura de poder age nas formas que proporcionem a proibição, constrói a exclusão planejada, impõem medidas aos cidadãos, o que não se pode fazer e também por meio oculto. Essas formas de dominação não são baseadas unicamente numa via de mão única, na qual o Estado priva a sociedade de participar das suas ações, mas são baseadas também na legitimação dessas ações de repressão material, feita pela camada social mais baixa do Estado, visando garantir-se e manter-se a custa das propriedades adquiridas por esses grupos sociais reprimidos.

Acreditar que o estado só age dessa maneira é completamente falso: a relação das massas com o poder e com o Estado, no que designa principalmente como consenso, sempre possui um substrato material. Entre outros porque o Estado, trabalhando pela hegemonia de classe, age no campo de um equilíbrio instável de compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas⁸.

A estrutura recebe um grau de caracterização muito forte das formas culturais existentes em cada região do Estado brasileiro, apresentando assim, as possíveis formas de expansão das linhas de poder em diferentes características que abarcam o regionalismo local e suas estratégias de mandos. São expressões que alcançam as medidas sociais, psicanalíticas e culturais de cada localidade. Assim, para cada forma de estrutura populacional é aplicada uma forma de medida de poder. Essas formas estruturam a base da ideologia estatal, isto é, diante da construção de um mecanismo de idéias e representações, que, por sua vez, formam um conjunto de hábitos, costumes, forma de vida dos agentes e

⁸ Poulantzas, N. Les appareils idéologiques: l'État, repression + idéologie In: - L'État, le pouvoir, le socialisme. Paris, PUF, 1978. P 31-38. Trad. Por Heloisa R. Fernandes.

práticas políticas, sociais e econômicas dos indivíduos da localidade. O Estado apela para a ideologia local para legitimar a violência, organizando um consenso de certas classes dominadas perante o poder político.

*O Estado, em certo nível, não só fala a verdade, declama a verdade do seu poder, como também assume os meios de elaboração e de formulação das táticas políticas. Ele produz saber e técnicas de saber que, certamente imbricadas na ideologia, ultrapassam-na de muito*⁹

A formação patrimonialista da violência

A construção é demonstrada pelos modos locais de influência de grupos políticos e indivíduos que exercem o domínio administrativo e identificam-se com ele. A formação de poder baseada em suas características locais denomina-se de “*patrimonialismo estatal*”- estrutura de identidades no âmbito administrativo e individual, estatais com as relações privadas de localidades de mando. Ele é influenciado pela dominação das linhas administrativas por grupos políticos que passam a admitir a máquina pública e pelas populações locais, como extensão das propriedades privadas dos mesmos. É ainda influenciado pelo conjunto de indivíduos que compõem a administração pública (os funcionários públicos), o qual passam a legitimar suas funções particulares com a estrutura de poder, construindo assim uma linha psicológica de reconhecimento e legitimação das ações de poder da estrutura para com as medidas de benefícios particulares.

*Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute de bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações, em terminologia adotada no curso deste trabalho*¹⁰.

Esse patrimonialismo é expresso pela aplicação das forças emanadas do Estado para ações de interesses particulares. Ações essas que se constitui por meio da “*violência legal*” que vinda da estrutura, formada através do meio jurídico que possui uma forma legal. Esse tipo de violência é denominada de “*violência institucionalizada*”, baseada na mediação do Direito e da Legislação mantidos pela força. Por meio da lei é estruturada e legitimada a violência, estabelecendo as características de uma “*violência legítima*”.

As características particulares de cada Estado são proporcionadas pelo modo de relações de poder internas e externas específicas de cada Estado. Assim, cada Estado da Federação desenvolve suas próprias alternativas sociais de poder estando ligadas à

⁹ Poulantzas, N. Les appareils ideologiques: l'État, repression + idéologie In: - L'État, le pouvoir, le socialisme. Paris, PUF, 1978. P 31-38. Trad. Por Heloisa R. Fernandes.

¹⁰ Faoro, Raymundo, 1925- Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.- 16 ed. – São Paulo: Globo, 2004.

estrutura estatal local e às ações de poder político das elites locais, atrelada a cultura da população local. Tais alternativas têm por objetivo garantir a preservação do poder sobre a localidade e a difusão das ações de força dentro da comunidade como formas de poder físico, moral e cultural.

A liberdade pessoal, que compreende o poder de dispor da propriedade, de comerciar e produzir, de contratar e contestar, assume o primeiro papel, dogma do direito natural ou da soberania popular, reduzindo o aparelhamento estatal a um mecanismo de garantia do indivíduo¹¹.

Alagoas apresenta-se com uma localidade que possui características particulares nos âmbitos da política nacional e nas relações sociais de violência. Trata-se de um Estado que apresenta uma expressão autêntica das suas estruturas de relações sociais no campo da violência, estruturada pela ação de uma classe dominante que controla as linhas administrativas do Estado e pelos indivíduos que compõem a mesma, que passam a legitimar as ações de violência emanadas desse estamento social, como por exemplo, o caso da polícia, por meio da expansão política da propriedade privado para o Estado.

Com isso as elites dominantes estruturam as formas de controle político através da violência, apropriados aos seus interesses de poder. Assim, a identidade de violência estadual é estruturada pela imposição de grupos políticos locais, ocorrendo a difusão de uma cultura social baseada no ato do extermínio, na justiça pelas próprias mãos e na impunidade de transgressores, mediante o conhecimento que a população apresenta sobre a estrutura de violência e poder no Estado de Alagoas, a descrédito dessa mesma população na resolução dos conflitos sociais por meio do Estado. Isso porque a comunidade conhece os indivíduos que praticam os crimes, podendo estes serem indivíduos ligados a grupos políticos, pistoleiros ou da polícia, apresentando um respaldo político dos meios que investigam, já que, os executores estão ligados à estrutura estatal, à políticos ou à juízes. Isso gera um descrédito da efetivação do cumprimento da justiça como forma de punição contra agentes transgressores.

Outro fator que constitui a difusão da violência em nossa sociedade vem da cultura de violência emanada do seio das comunidades locais. Formas de violência que transbordam a linhas da superestrutura, sendo refletidas como meios individuais de expressões de poder que saem do âmbito das ações macro-sociais e se reproduzem nos meios micro-sociais. Esses casos são expressos pela violência entre famílias por motivo de honra, o banditismo social proporcionada pelo surgimento do individuo marginalizados e excluído dos meios de obtenção dos bens consumíveis e da propriedade privada. Torna-se “comum” na sociedade alagoana a utilização da força para justificar atos contra a moralidade dos cidadãos locais. Crimes que surgem por homens que defloram mulheres, por traição feminina ocorrendo a destruição da moral do conjugue, geralmente por modo da difamação do mesmo. As pessoas atingidas na honra sentem-se obrigadas a lavar a dignidade por meio da violência para estabelecerem uma linha de moralidade local.

¹¹ Faoro, Raymundo, 1925- Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.- 16 ed. – São Paulo: Globo, 2004

Banditismo

A constituição de uma estrutura político-social baseada na propriedade privada dos bens consumíveis e uma estrutura baseada na legitimação das ações de violência para constituir as ações de poder, proporciona a emergência de ações violentas de grupos sociais excluídos destas ações de consumo. Grupos estes que passam a adotar a linha de protesto violento sobre os bens de consumo e a propriedade privada, recebendo a denominação de bandidos, ou seja, indivíduos que praticam o mal, cheio de maldade. Perante a busca da proteção por meios de consumo adquiridos pela denominação tem forte significado, já que seus bens construídos são amados por indivíduos, que para a comunidade que não apresenta identidade social com o grupo, não trabalharam a constituição do bem, e sim por bandidos, denominadas pessoas que roubam desde um simples anel a uma invasão de uma grande propriedade latifundiária.

As ações de parte deste grupo de bandidos, geralmente os que praticam a ação de tomar pequenos bens de consumo como carteiras, relógios, celulares, servem para sustentar padrões sociais de vida propostos pelo sistema, e também para a introdução do indivíduo do campo na sociedade de consumo. Por meio dessa expressão de poder, o Estado passa a receber benefícios em uma via de mão dupla, isso é, para cada objeto que esse indivíduo retira do proprietário ambos passam a colocar a mercadoria em um giro de consumo duplo, termo caracterizado já que o “expropriador” irá vender a mercadoria para obter capital e, posteriormente, comprar uma nova mercadoria. O indivíduo furtado irá adquirir uma nova mercadoria. Assim, ambos fazem com que a mercadoria ganhe uma seqüência de compras e vendas muito forte.

Outro fator é a construção de um aparelho repressor expansivo já que a sociedade que legitima o padrão violência é conduzida por aparelhos midiáticos a exigirem meios repressivos mais eficazes com o intuito de que suas propriedades de consumo não sofram as ações de indivíduos marginalizados pelo sistema. Assim, o micropoder expresso pelo banditismo é travestido da indução política e econômica da estrutura para que haja um fortalecimento dos aparatos repressivos, obtendo principalmente, o apoio dos mesmos grupos sociais que futuramente sofrerão com os mesmos meios repressivos.

Estado, mídia e movimentos sociais

Dentro do processo da alienação social por meio da informatização, o Estado assim como o Leviatã e seus tentáculos, conduzem a violência ao patamar do espetáculo midiático (reality), onde a violência é o ator principal e parte do jogo do amedrontamento social, criando assim o “estado” de violência.

Diante desse jogo, a sociedade alheia conduz a sua realidade e seus direitos tomando para si essa “realidade”, estabelecendo e conduzido a distopia social, como aponta Lucien Febvre: “*Peur toujours, peur partout*”, que significa “medo sempre e em toda parte”. A violência se estabelece como denuncia de uma sociedade que preza a liberdade e a democracia, e, diante desse discurso, a mídia torna-se porta voz dessa sociedade apática e alheia, estabelecendo um diálogo de mão única, pois a mesma nunca se pronuncia, e sim apenas assiste passivamente o seu discurso ser usado contra si.

Isso nos remete aos clássicos da distopia social da literatura mundial, como 1984 de George Orwell, Admirável mundo novo de Aldous Huxley, em que as sociedades amedrontadas por todo discurso de violência e incerteza deixaram-se levar por toda esquizofrenia social que a levaram a governos autoritários e violentos.

Estando assim situado, encontra-se o Estado de Alagoas, que desde o seu surgimento ver-se envolta do discurso de um Estado sem lei que contém a cidade mais violenta do país. Alagoas cultiva entorno de si a cultura do poder e da violência, principalmente por parte de mecanismos estatais e de uma mídia manipuladora. Esses mecanismos estão atrelados a pequenos grupos políticos que na manutenção dos poderes apropriaram-se desses meios contextualizando todo o discurso para a formação social, política e econômica de uma localidade fortemente agrária, latifundiária e com uma grande concentração de renda por parte de uma minoria, como afirma Ruth Vasconcelos em “O poder e a cultura de violência em Alagoas”: *Essa contingência histórica faz de Alagoas uma sociedade portadora de particularidades e contradições que marcam todo o processo de produção da vida social, política e econômica local*¹².

Dentro desse cenário, a violência vinda do Estado torna-se necessária para a manutenção dos interesses particulares, e que, ao mesmo tempo, aterroriza e inibir toda uma sociedade, sentindo-se esta inútil e atada a essas questões, uma vez que se convencem da impotência diante da situação.

Os meios de comunicação entram como elementos afirmativos da impossibilidade de ação na sociedade alagoana em tornar-se anêmica e castra, pois a mesma, como anteriormente é citada, pertence à minoria detentora da economia alagoana, uma vez que existem apenas dois jornais de grande circulação e apenas dois ou três pequenos jornais que circulam unicamente na capital.

Dentro dessa situação a sociedade alagoana não toma consciência de que ela é passiva, o que a transforma em mera reprodutora da ideologia dominante, fazendo com que desacredite nas instituições, e sim na impunidade aceitando o autoritarismo do Estado como um bem social. Para confirmar o que pensa os alagoanos, um representante do Poder Executivo do Estado de Alagoas faz a seguinte afirmação:

*[A Segurança Pública] está fragilizada... a banalização do crime deve-se a interferência política, à existência de uma elite política, até muitas vezes envolvida com o crime... eu não estou generalizando... o cara só comete os crimes continuados quando tem a certeza de que ele vai ficar impune, de que ele tem cobertura de governador, de autoridade...*¹³

Além do processo midiático encontra-se ainda o papel dos movimentos sociais em Alagoas. Trata-se de lutas em diversos segmentos da sociedade civil que buscam combater a violência em nosso Estado. Essas lutas, muitas das vezes, encontram barreiras na burocracia estatal, um processo de construção histórica da cultura de violência, que possibilitará a impunidade em muitos casos. De acordo com o livro “Reverso da moeda: rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas”, também de Ruth Vasconcelos,

Entendemos que, além da violência produzida pela exclusão social, comum a toda realidade brasileira, Alagoas experimenta uma violência institucionalizada, em que o Estado participa do processo de sua produção e em que fica evidenciada, inclusive pela mídia, a forte conexão entre o mundo da política e a violência no Estado. Evidente que

¹² VASCONCELOS, Ruth. O poder e a cultura de violência em Alagoas. EdUFAL. Maceió/AL. 2005, p. 27.

¹³ VASCONCELOS, Ruth. O poder e a cultura de violência em Alagoas. EdUFAL. Maceió/AL. 2005, p. 134.

as relações políticas produzidas no âmbito desta cultura de violência tem rebatimentos na dinâmica organizacional da sociedade alagoana...”¹⁴

A sociedade civil organizada tenta quebrar com essa cultura de impunidade gerada pelos parâmetros estatais. Trabalho árduo que busca sensibilizar a sociedade para os problemas que dentro dela existe. Essa independência de atuação em relação ao Estado em Alagoas gerou um impacto, uma vez que organizados procuraram confrontar o poder local primeiramente cobrando direitos sociais, econômicos e políticos, e logo após, exigindo do mesmo um posicionamento diante dos fatos dessa realidade.

Entretanto, os movimentos sociais apresentam uma fragilidade enquanto atuação, já que cada seguimento busca a solução das lutas próprias, ou seja, cada seguimento tem sua luta e necessitam de soluções para seus problemas. Esse tipo de atuação fragmenta a luta no Estado, o que impossibilita fortalecer o confronto contra o poder local. Segundo o Reverso da moeda:

No segundo momento, após o primeiro impacto do surgimento dos movimentos sociais, os analistas começam a reconhecer alguma fragilidade organizacional e política dos movimentos que apresentavam limites estratégicos, tais como: caráter fragmentário de suas manifestações, que giram em torno de lutas pontuais e imediatistas, produzindo um fluxo extremamente instável, com objetivos de curto prazo¹⁵.

Os movimentos sociais também se encontram atrelados ao Estado, uma vez que necessitam do seu reconhecimento enquanto segmento da sociedade civil. Estabelece nesse momento uma relação entre a sociedade civil como parte integrante e continuada para o poder estatal.

Na verdade, o Estado é o principal interlocutor dos movimentos sociais, constituindo-se numa arena política de negociação fundamental para as conquistas dos movimentos. O reconhecimento dos movimentos pelo Estado constitui um pressuposto fundamental para a sua manutenção e renovação a cada luta encaminhada e conquista obtida, para que possa representar, efetivamente, novos espaços de participação e representação política da sociedade civil em nível local e nacional¹⁶.

Claro que os movimentos tem uma dinâmica temporal muito diferente das demais instituições, porém, em se tratando de sociedade alagoana, o risco que esses movimentos sofrem é o de se tornarem massa de manobra para o poder local, coisa que não pode acontecer.

As redes midiáticas, como mecanismos do poder local, contribuem para a má formação de uma imagem dos movimentos sociais vistas pelas demais camadas sociais. São bruscamente marginalizados, tratados como vagabundos que não tem o que fazer a não

¹⁴ VASCONCELOS, Ruth. Reverso da moeda: rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. EdUFAL. Maceió/AL. 2006, p. 21.

¹⁵ VASCONCELOS, Ruth. Reverso da moeda: rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. EdUFAL. Maceió/AL. 2006, p. 23.

¹⁶ VASCONCELOS, Ruth. Reverso da moeda: rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. EdUFAL. Maceió/AL. 2006, p. 25.

ser protestar, querem apenas “tirar uma casquinha” do que o Estado é capaz de fazer, causando descrédito da sociedade.

Conclusão

Dentro do que foi aqui estabelecido, a sociedade alagoana encontra-se de mãos atadas por estar contida dentro de um Estado que a oprime não restando espaço para realizar sua liberdade de expressão, muito menos denunciar algo que vá ficar impune. Não é culpa da sociedade, e sim de uma construção histórica em crimes, fraudes e corrupção. Na ponta da lança encontra-se de um lado a mídia dominada por essas elites e no outro os movimentos sociais que buscam combater a rede de crimes em Alagoas, uma luta que se pode dizer injusta.

Transformar Alagoas seria reformular todas as suas instituições (militar, jurídica e legislativa) que são ocupadas por famílias que há décadas vem se firmando no poder local.

Referências Bibliográficas

FAORO, Raymundo, 1925- *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*- 16 ed. – São Paulo: Globo, 2004.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir*. Vozes. Petrópolis/RJ – 2007.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Graal Editora. São Paulo/SP – 2008.

POULANTZAS, N. *Les appareils ideologiques: l'État, repression + idéologie* In: - *L' état, le pouvoir, le socialism*. Paris, PUF, 1978. Trad. Por Heloisa R. Fernandes

VASCONCELOS, Ruth. *O poder e a cultura de violência em Alagoas*. EdUFAL. Maceió/AL. 2005.

VASCONCELOS, Ruth. *Reverso da moeda: rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas*. EdUFAL. Maceió/AL. 2006.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE DE “PASSOS PERDIDOS, HISTÓRIA DESENHADA: A PRESENÇA JUDAICA EM PERNAMBUCO”

*Amaro Xavier Braga Júnior*¹⁷

1. Problematizando as Histórias em Quadrinhos na Sala de Aula

A História em Quadrinhos (HQ's) tem sido, ao longo do século XX, um meio de comunicação bastante difundido e influente. Acima de tudo um meio de expressão artística. Os quadrinhos estabeleceram um espaço próprio entre as demais linguagens e veículos da arte (literatura, música, dança, teatro, arquitetura, artes plásticas, gráficas e cinematográficas), contribuindo para a formação da cultura de nosso século: a cultura de massa. Não aquela negativa, apocalíptica que homogeneiza a produção cultural e enfraquece a identidade cultural de um grupo. E sim, uma cultura de massa integrada, que não distingue público leitor de consumidor ao agregar tanto elementos populares, quanto sofisticados. E que, sobretudo, se dispõe a atender a qualquer consumidor.

Entre os meios de comunicação de massa, a histórias em quadrinhos talvez sejam os mais cotados pelos alunos e denegridos pelos pais e professores. Por mais que se fale e explique sobre uma possível função pedagógica, é comum que se perceba as HQ's como coisas de criança e uma forma descartável de entretenimento. É verdade que os tempos estão mudando. Professores já começaram a usar com mais frequência as HQ's na sala de aula, principalmente aqueles de cursinho e pré-vestibular que vêm nas tirinhas grandes agentes de auxílio na prática pedagógica, haja visto sua constante utilização nos concursos e provas avaliativas. Mesmo assim, alguns pais ainda criticam seus filhos por relegarem a leitura de um “livro” por uma “revistinha”.

Esta situação prescreve os quadrinhos como uma forma não-literária. Uma não-leitura. Entretanto, apesar deste senso comum, as referências às HQ's como literatura são ainda frequentes. Leis de incentivo, pesquisas acadêmicas, concursos e festivais de artes se dirigem a arte sequencial como um subproduto literário e não propriamente uma arte prima. Os quadrinhos ainda são uma expressão que encontra dificuldade de ser enquadrada. Artes gráficas, artes visuais, literatura visual, enfim, muitas expressões tentam abarcá-la. Defende-se aqui a perspectiva de Gubern (1979, p.13) onde as HQ's são “(...) uma arte popular, com seus próprios meios de expressão”, visão compartilhada por diversos outros pesquisadores (CIRNE, 1970; EISNER, 1989; ECO, 1993; BRAGA JR, 2005; RAMOS, 2009) isto é, as HQ's são autônomas e com uma linguagem própria e particular, assim como a Música, a Dança, as Artes Plásticas, as Artes Cênicas, a Literatura, a Arquitetura, o Cinema e a Televisão. Os quadrinhos se encaixariam, portanto, ao fim desta listagem¹⁸.

Apesar desta conclusão, não é difícil compreender o porquê desta associação com a literatura. Segundo Moisés (1973) a palavra “literatura” se origina da ação de ensinar as primeiras letras, a capacidade de criação ficcional e sua transcrição no papel com vistas à

¹⁷ É Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFPE), Especialista em História da Arte e das Religiões (UFRPE), Esp. em Artes Visuais (SENAC), Esp. em Educação a Distância (Esc. Exército) e Mestre e Doutorando em Sociologia (UFPE). É produtor de HQ's com 7 álbuns publicados. É professor Assistente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas.

¹⁸ Por isso serem reconhecidas como “Nona Arte”.

leitura. Estas características atestam sumariamente sua associação com os quadrinhos, afinal, não é ele, que muitas vezes, ensina as primeiras palavras na leitura, flui pela impressão e é reconhecidamente um receptáculo de criações ficcionais?!

Ao contrário do que se afirmava há algumas décadas, as HQ's não têm um caráter destrutivo na aprendizagem. Pesquisas têm demonstrado que não se encontra referência entre déficit de aprendizagem e leitura de quadrinhos. Em pesquisa comparativa, produzida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE e publicada em maio de 2002, entre alunos de escolas públicas e particulares que liam ou não quadrinhos em relação ao seu nível de proficiência, obteve-se a seguinte tabela:

Percentual de Proficiência entre leitores de Quadrinhos

Nível de Proficiência	Alunos que leram HQ's (%)	Alunos não leitores de HQ's (%)
Alta Proficiência (Esc. Pública)	17,1	9,9
Alta Proficiência (Esc. Particular)	53,6	28,8
Baixa Proficiência (Esc. Pública)	19,3	25,2
Baixa Proficiência (Esc. Particular)	4,2	10,7

Fonte: Dados retirados do relatório “Retrato da Escola 2”: A realidade sem retoques da educação no Brasil. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. CNTE. Maio de 2002. p.45. Disponível em: http://www.cnte.org.br/images/pdf/pesquisa_retrato_da_escola_2.pdf. Acessado em: 29 jun. 2008.

Segundo a pesquisa (RETRATO DA ESCOLA 2, 2002), o nível baixo de rendimento escolar dos alunos não está associado ao consumo e leitura de histórias em quadrinhos. Ao contrário, os dados mostram que os alunos leitores de quadrinhos, sejam oriundos de escolas particulares ou públicas, tendem a ter notas melhores com uma diferença percentual significativa. Os dados também mostram algo interessante: entre os alunos que tiveram baixo rendimento escolar, encontra-se uma associação com a não leitura de quadrinhos. Estes dados apresentam situações que caminham na contramão das opiniões negativas sobre a relação quadrinho e educação, de modo que a pesquisa concluiu que “a leitura de revistas especializadas, como seria de se esperar apresenta um diferencial na proficiência. No entanto, romances, **revistas em quadrinhos** apresentam mais influência do que livros especializados em educação” (RETRATO DA ESCOLA 2, 2002, p.50) [grifo meu]. Esta influência não atinge só os alunos. Os dados também mostram como professores que lêem quadrinhos conseguem maior rendimento de seus alunos, em comparação com aqueles que não lêem. Com isso em vista, tudo parece indicar as benesses da inserção da HQ na sala de aula, principalmente neste quesito incentivo a leitura. (CARVALHO, 2006)

Entretanto, não serão aqui retomadas as várias abordagens que aproximaram os quadrinhos da literatura. Tem-se consciência do quão complicado é se livrar totalmente do peso do texto: “(...) é difícil falar de imagem sem relacioná-la à palavra.” (BAUCAR, 2005, p. 144). Muitos críticos ainda nos dias de hoje relacionam um bom quadrinho a uma boa história, entretanto, boas histórias não se sustentam apenas com boas palavras, quando o fazem, deixam de serem quadrinhos e passam a ser Literatura, ou qualquer outro produto intersemiótico. Também não apenas o desenho garante uma boa leitura. São a união destes dois, mais alguns outros componentes, que garantem se configurarem como HQ's. É um

conjunto de formas visuais (mesmo o texto) totalmente adaptáveis as necessidades ficcionais o elemento mais importante da criação dos quadrinhos: “(...) as formas influenciam (...) partes importantes do ato de se contar uma história: (...) são a fundação literal do desenho. Elas permitem ao artista construir um elemento ou objeto de sua estrutura básica até o menor detalhe” (JANSON, 2005, p. 18)

Governam o fazer quadrinhos, os princípios de como são enquadrados e representados. Como o olhar é guiado e como se desenvolve a importância do que é visto pelo expectador. Como “palavras e imagens se combinam para criar efeitos que nenhuma delas poderia criar separadamente” (McCLOUD, 2006, p.04). Quando McCloud (2006) enumera escolhas básicas para a construção da imagem nos quadrinhos, lista cinco situações: momento, enquadramento, imagens, palavras e fluxo. Percebe-se nesta situação que as palavras são 1/5 do fazer quadrinhos e os 4/5 restantes se constituem de arcabouços visuais, sintaxes gráficas que configuram a leitura visual das HQ’s.¹⁹

A definição própria do que seria uma HQ também não é o foco deste trabalho, tendo em vista grandes ensaios mais elucidativos (LUYTEN, 1989; McCLOUD, 2005) que terminam por concordar que as HQ’s são “imagens pictóricas e outras justapostas em seqüência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou a produzir respostas no expectador.” (McCLOUD, 2005, p. 20). Esta é a grande surpresa dos quadrinhos, reúnem em só momento, recursos para se tornarem um repositório iconográfico dos usos e costumes de uma cultura, sem a necessidade de um aparato tecnológico dispendioso para seu acesso²⁰.

Esta compreensão parece ter atingido as políticas públicas já que desde 1996 com a publicação da LDB, se faz referência ao uso de HQ’s na sala de aula, aparecendo explicitamente nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), principalmente os de Língua Portuguesa (VERGUEIRO, 2009) . Mas foi com o Programa Nacional Biblioteca nas Escolas (PNBE), a partir de 2006, que os quadrinhos ganharam oficialmente as prateleiras da escola e espaço nos planos de ensino dos professores ou como nos alerta Vergueiro (2009, p.40):

[...] a inclusão dos quadrinhos no PNBE significa um avanço na maneira como a área do ensino os enxerga. Deixaram de ser leitura subversiva ou superficial para serem oficializados como política de governo. [...] trouxe também como consequência o aquecimento do mercado editorial brasileiro [...] (gerando um) volume grande de adaptações em quadrinhos[...] (grifo meu)

Ainda assim, tem sido um desafio tratar a HQ’s como recurso pedagógico, pois apesar desta aparente imersão das HQ’s na sala de aula, é de uma forma que continua não prestigiando os quadrinhos enquanto veículo, pois:

¹⁹ Esta hipótese nos ajudaria a defender a tese que Yellow Kid, por mais que desejem alguns, não se configuraria como a forma inaugural de quadrinhos. Já que a tão mencionada característica que o elevaria a esta categoria (os textos estampados nos camisolões e nos muros das histórias) não representam sumariamente a essência magna das histórias em quadrinhos. Encontramos produções institucionais com desenhos estáticos, muitas vezes figurativos em fundo branco ou neutro, em que existem muitos balões, diálogos e narrativas, mas por não contarem com um processo de movimento ou sequencialização, não são reconhecidos pela comunidade como quadrinhos e sim por cartilhas ou ilustrações.

²⁰ O Cinema assume função semelhante, entretanto, existe uma limitação tecnológica no acesso aos filmes, tanto pelos equipamentos (sala de exibição, aparelho de TV, DVD, e tc) quanto pelos recursos de exibição (energia elétrica). Os quadrinhos, depois de produzidos, não possuem nenhum pré-requisito para o seu consumo, tornado-se um excelente veículo comunicacional em determinados ambientes com baixos recursos sócio-econômicos ou limitado acesso a infraestrutura.

O risco que se corre em usar histórias em quadrinhos apenas como recurso para ensinar assuntos variados como a ‘descoberta da música [...] ou da jardinagem’ é o de vulgarizar ainda mais os objetos [...]. Isso pode acentuar a idéia de que é uma sublitteratura, ao invés de se incentivar a criação artística de qualidade e a interpretação crítica de conteúdos das HQs. (GRALIK, 2007, p.34)

Isto é, devem-se perceber as HQ's como veículo próprio, único. Detentor de linguagens específicas que devem ser observadas na apreensão de suas informações. Estes quadrinhos, sejam lá quais forem, são produzidos por um artista (desenhista, roteirista, entre outros). Este, por sua vez, possui enquanto agente cultural uma série de perspectivas sobre o mundo e a realidade e vai se utilizar desta visão-de-mundo para produzir seus trabalhos, de forma consciente ou não. Seu trabalho estará impregnado de vícios, ideologias, perspectivas culturais e, porque não, princípios comerciais, afinal “[...] o artista dos quadrinhos não é apenas um informante, como também um formador de conceitos e opiniões bem como fomentador de percepções e interpretações do pensamento subjetivo.” (BARBOSA, 2009, p.112)

Apesar do cinema e dos quadrinhos compartilharem o ano de 1896, no demarque de suas origens modernas, o cinema está muitos anos na frente desta percepção. Os críticos e a platéia já percebem a ideologia de um diretor pelas cenas de seu filme. Da mesma forma que a estética cinematográfica nomina uma cultura e serve de base nas definições culturais ao identificar o que é um filme estadunidense, iraniano ou francês. Estas ações são tão afirmativas da identidade nacional que terminam por se transformar em políticas nacionais e sistemas protecionistas que prevêm inclusive, cotas para o cinema estrangeiro ou prerrogativas para a linguagem de veiculação. Linguagem, vestimentas, falas e até alimentação são elementos que são incorporados nestas produções e terminam por caracterizar a cultura do país onde foi produzida. Será que os professores pensam nisso ao exibir filmes estrangeiros na sala de aula? Isto significa que este veículo é visto como uma forma de contato com a memória cultural do povo e de exercício de sua cidadania. A preservação de sua identidade cultural é mediada por estes fatores, afinal: “as mídias não somente podem influenciar na construção das identidades como podem definir a identidade” (GRALIK, 2007, p.41). A leitura do material absorverá estes fatores (ou parte deles) e logo se tornarão vivificados na moda, na linguagem e na própria ideologia.

Nos quadrinhos americanos a língua inglesa permeia todos os álbuns, mesmo com as transliterações. A grande propagação de onomatopéias como “smack”, “pow” e “crack” advêm destas publicações. Assim como, o layout de personagens esguios e de cabelos esvoaçantes ou da presença de suas miniaturas cômicas que se originaram dos mangás japoneses.

Os quadrinhos no Brasil sofreram (e ainda sofrem) com a contaminação dos materiais estrangeiros. Um exemplo disso foi nossas décadas de super-heróis “brazucas” influenciados pela indústria americana dos super-heróis (ainda efervescente) e atualmente a influência dos japoneses através do animes e mangás. Não é simplesmente levar um quadrinho nacional para a sala de aula, nem abolir os quadrinhos estrangeiros, mas levar ambos e principalmente promover ações de reconhecimento de um quadrinho que represente a linguagem nacional.

Este fator ainda é mal compreendido por parte dos professores. Quadrinhos na sala de aula ou como recurso pedagógico, não é simplesmente dispor uma adaptação de clássicos da literatura ou tirinhas de humor. É a imersão da compreensão desta linguagem.

Pensar em um quadrinho nacional que incorpore uma linguagem nacional e funcione como veículo de transmissão de elementos significativos para a formação da cultura nacional, e, do exercício de bens simbólicos representativos da cultura local, é uma tarefa hercúlea que demanda muita experimentação. Devendo despertar o interesse dos educadores e quadrinhistas na produção destes segmentos, pois “além de incentivar à leitura, o estudo das HQs pode auxiliar na reflexão sobre os processos hegemônicos globalizadores que aniquilam a diversidade provocam a perda de nossos referenciais culturais” (GRALIK, 2007, p.42). A seguir é analisado uma destas iniciativas.

2. Uma Análise das Histórias em Quadrinhos para a sala de aula: resgatando a memória histórica e a identidade cultural em “Passos Perdidos, História Desenhada”

A série em quadrinhos “Passos Perdidos, História Desenhada”, se compõe de 4 volumes que surgiram a partir da adaptação de um livro intitulado “Passos Perdidos, História Recuperada: A Presença Judaica em Pernambuco” da historiadora Tânia Kaufman. Propôs-se a apresentar em imagens a trajetória dos judeus no nordeste brasileiro e suas contribuições para a formação cultural da região, fato histórico que possuem certa relevância na historiografia, porém não encontra ainda a mesma constância nas salas de aula e na compreensão geral da população local.

Os álbuns distribuem as temáticas historicamente: o volume 1 (Fig.01), intitulado “A Segunda Comunidade Judaica em PE: os Ashkenazim do séc. XX” apresenta a migração dos judeus do leste europeu, chamados de Askenazitas, durante os meados do século 20 e início do século 21. No volume 2 (Fig.02), “Caminhos dos Judeus na Península Ibérica. Séc. XVI”, retratando os fatos medievais que farão os judeus saírem da Europa e virem para o Brasil. No terceiro volume (Fig.03) já se discute a ocupação territorial dos chamados cristãos-novos, judeus conversos a força que retomam as práticas judaizantes e influenciam na formação das primeiras cidades do Nordeste, álbum chamado “Cotidiano Colonial em PE. Cristão-novos do Séc. XVI”; e, no último volume (Fig.04), “A 1ª Comunidade Judaica nas Américas. Sefardim do Séc. XVII” se passa durante a formação do governo holandês na região e o desenvolvimento social, cultural e urbano por eles desempenhados.

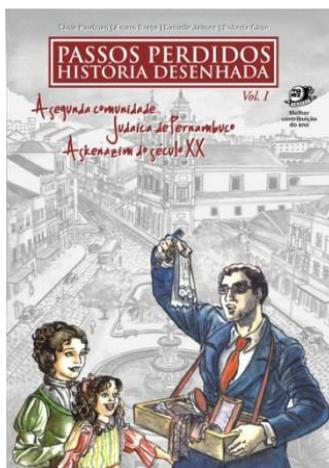


Fig.01 – Capa do Vol.I

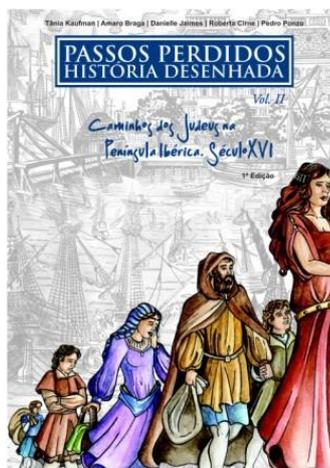


Fig.02 – Capa do Vol.II

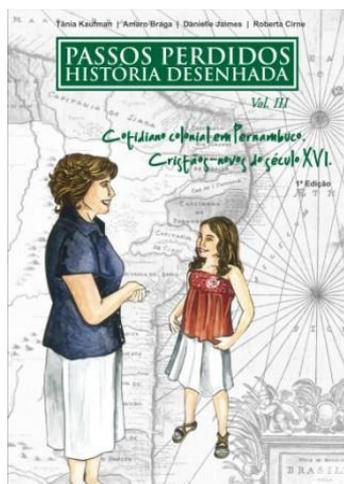


Fig.03 – Capa do Vol.III

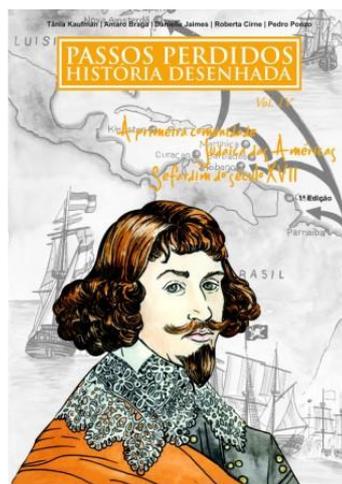


Fig.04 – Capa do Vol.IV

Ao todo são 320 páginas coloridas que apresentam imagens narradas e cenas motivadas pelo percurso histórico. Até então, nada de mais. É um álbum que apresenta uma proposta de inserir conteúdos históricos de uma maneira mais lúdica e acessível que um livro doutoral comum no meio acadêmico. É importante destacar que não são apenas os fatos históricos que levaram os judeus ao Brasil e em Pernambuco, mas também a diversos outros acontecimentos importantes da história geral e do Brasil escondidos nas páginas, auxiliando atividades que podem ser desenvolvidas pelos professores de história.

Entretanto, apesar das imagens coloridas feitas em aquarela, o que chama atenção no álbum é a proposta identitária que permeia a história e sua perspectiva historicista. Fica evidente a extensa pesquisa sobre a história da moda do séc. XV até o XIX (Fig.05 a 07), na Europa e no Brasil de modo a perceber o clima de cada época, principalmente quando é retratado o Brasil Colonial. Elementos que podem ser convertidos pelos professores em análises da diversidade de vestimentas que acompanham a humanidade ao longo das gerações e não só numa perspectiva histórica, temporal, mas acima de tudo, geográfica e cultural. A vestimenta sempre foi (e continuará sendo) um agente de identificação cultural, semeador da identidade do indivíduo e localizador sócio-cultural e econômico das personalidades na sociedade, revelam-se ai, temáticas propícias aos estudos sociológicos.

Durante o decorrer da história, os personagens de fundo, cenários e coadjuvantes trazem a tona outra discussão. Fazem um levantamento antropomórfico das aparências das pessoas, sua fisionomia, biótipo, gestos físicos nos períodos retratados e na própria localidade de criação do álbum: a região do Recife.

Há menções a cartografias, mapas, situações geográficas e textos de descrição climática (Fig. 08 a 10) que podem ser resgatados por professores de **geografia** e muitas das cenas forma construídas em cima de quadros de pintura e gravuras de artistas famosos (Fig. 09) dos períodos em que se passam cada micro-história para que os professores de **história da arte/educação artística** também possam se utilizar dos álbuns em sala de aula. Além de apresentar uma diversidade de materiais de pintura (apesar do predomínio da aquarela) sem quebrar a uniformidade plástica dos álbuns. O que permite ao professor que trabalhe com estas linguagens, mostrar as pequenas variações entre as técnicas. Neste momento se ostra como a arte tem uma função de representação social das situações importantes social e historicamente, e através de uma perspectiva crítica, conseguir extrair as ideologias de cada período histórico.

A HQ faz referência às linguagens e falas específicas de cada cultura e época. Salvo em alguns momentos, houve uma preocupação na construção das frases de diálogos em

cada período histórico, gírias, vocabulário, cantigas, versos e até gestos textuais foram catalogados e distribuídos entre os álbuns, criando certa identidade textual pela época e local do álbum.



Fig.05 - Pág.11 do vol.02



Fig.06 - Pág.25 do vol.02

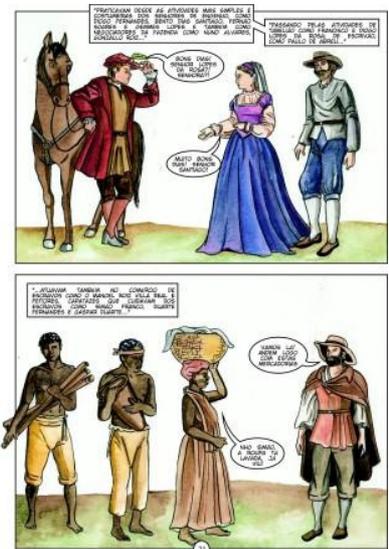


Fig.07 - Pag.31 do vol.03

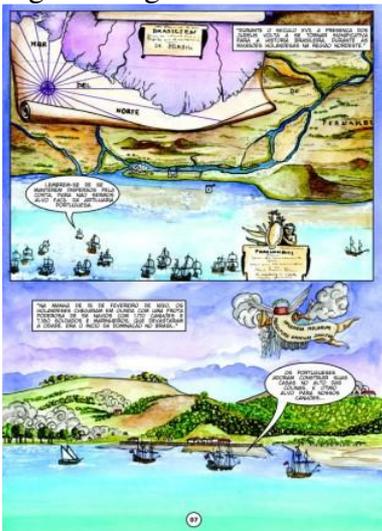


Fig.08 - Pág.07 do vol.04

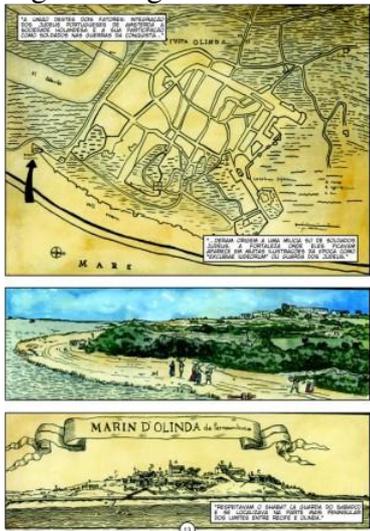


Fig.09 - Pág.13 do vol.04

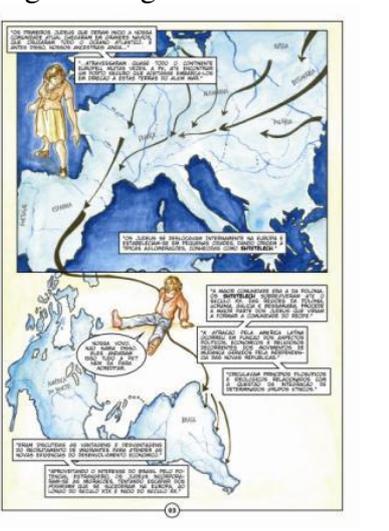


Fig.10 - Pag.03 do vol.01



Fig.11 - Pág.09 do vol.02

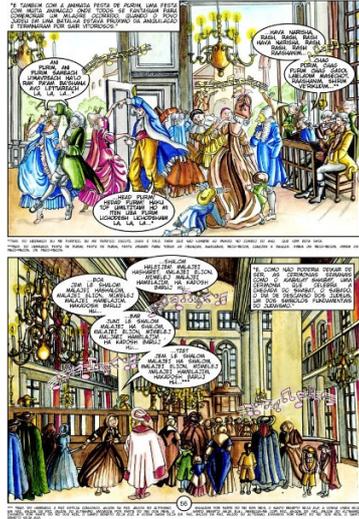


Fig.12 - Pág.56 do vol.02



Fig.13 - Pag.30 do vol.01

Comparando o álbum I e II, já se percebe esta variação lingüística (Fig. 11 a 13). Fator que não só pode ser explorado pelos professores de **português** na área de intertextualidade e estilística, como pelos de sociologia ao analisarem a identidade dos grupos mediada pela linguagem. Dialectos específicos como o ídiche e o ladino (presentes no álbum)²¹ e, principalmente os vícios de linguagem de cada época e região.

O álbum apresenta uma verdadeira **ação turística**, ao mapear pontos distintos de potencial turístico na região do Recife. Em cada álbum a temática histórica é retratada a partir da perspectiva de uma avó judia que narra para sua neta os fatos históricos. Esta narração ocorrer durante a relação de convivência entre as duas, que através de passeios pela cidade e de situações cotidianas (culturalmente representativas) incorporam o discurso histórico. No volume 1, a história é contada entre as cenas dos bairros centrais do Recife, entre eles: o bairro da Boa Vista, Santo Antônio e São José; já no segundo, mostra a praia urbana de Boa Viagem, e, no terceiro, o Parque 13 de Maio, a maior área arbórea em centro urbano do Brasil, projetado por Buler Marx; e, no último, o Bairro do Recife Antigo. Este desenvolvimento é particularmente significativo nas aulas de sociologia, ao se discutir como a identidade cultural de um grupo pode causar mudanças urbanísticas nas regiões ocupadas. Os judeus que ocuparam os bairros centrais do Recife no séc. 19 transformaram a urbanização da região ao reproduzirem as construções típicas das regiões de origem, formando verdadeiras juderias²² no Recife.

No decorrer das histórias, os quadros em que aparece a avô narrando, as cenas de fundo foram projetadas para mostrarem o dia-a-dia da cidade, mostrando além da **urbanização e da arquitetura** da região metropolitana com seus prédios característicos (Fig. 13), a maneira como as pessoas se vestem e como falam. Aparecem ainda alguns trejeitos característicos como os vendedores populares de laranja, picolé, doce, biscoito e até as tradicionais vendas de coco na praia. Foi uma verdadeira varredura etnológica dos usos e costumes da região, revelando uma preocupação e valoração dos aspectos culturais e identitários.

²¹ Idiche se origina da mistura do hebraico com o alemão, presente entre os judeus askenazitas no leste europeu; e o Ladino, do hebraico com o espanhol, entre os judeus sefaraditas que ocupavam principalmente a Península Ibérica.

²² Como eram chamados os bairros de judeus na Europa.

Esta preocupação com os aspectos de identificação regional não ficaram apenas nas imagens, mas também nos recursos de quadrinização utilizados. Entre eles, as **onomatopéias**, salvo alguns exceções, foram colocadas em português ou criadas próximas ao fato, sem se deixar levar pelas onomatopéias em inglês que invadiram a produção de hq nacional nos últimos anos. Algo que os professores de português podem também trabalhar na sala de aula, como o som onomatopéico é produzido em português ou suas variações entre as localidades.

Nota-se que a parte gráfica também foi idealizada com funções literárias e plásticas. As páginas ímpares e pares foram colocadas nestas situações de maneira proposital, ora para auxiliar na narrativa, ora para criar efeitos visuais significativos.

É desta forma que várias situações que resgatam as práticas xenófobas e anti-semitas sofridas pelos judeus no mundo e no Brasil, ao serem tema da HQ, seriam também a base para se discutir as diferenças e semelhanças entre preconceito, discriminação e racismo dentro da sala de aula. E ainda discutir a existência de uma relação entre os fenômenos de migração e as práticas de discriminação. Situação que não só acometeram os judeus na Europa como as migrações oriundas do nordeste do Brasil. Aspectos relacionados às discussões de gênero, como a construção do papel feminino e os modelos familiares existentes nas várias sociedades. Os conflitos religiosos, motivados pela presença judaica e o trânsito religioso que se desenvolve desde o surgimento do Brasil com os cristãos-novos, elemento significativo para debater as questões de sincretismo e tolerância religiosa no Brasil. Apesar deste álbum já será possível extrair o debate entre Raça e Etnicidade, esta discussão aparece com mais evidência em outra produção da equipe, analisada a seguir.

3. Considerações Finais

As histórias em quadrinhos têm um grande potencial na esfera do entretenimento, da educação e do exercício da cidadania. De forma indireta ou não, estas HQ's possuem, enquanto veículo de comunicação, a capacidade de escoar funções de representações sociais dos elementos altamente significativos para o processo de socialização dos valores sociais e dos elementos culturais. É um instrumento para a apreensão de elementos necessários aos processos comunicacionais, estando suscetível, entretanto, a desvio de fragmentação de informações ou inversão de valores, devido à inserção de materiais estrangeiros sem as devidas considerações, ou materiais nacionais fora de contexto. Estes efeitos não desejados podem ser minimizados, a partir do momento que sejam previamente observados pelos agentes envolvidos (professores, pais e os próprios leitores) no ato de aplicação ou consumo.

A partir destas reflexões teóricas, é possível produzir uma história em quadrinhos que atenda a estas necessidades culturais e pedagógicas. Na série de HQ's analisadas, as criações estéticas e o perfil editorial apresentado naquela história, segue o perfil do que se defende enquanto quadrinho regional (para não dizer nacional), que se propõe a inaugurar uma estética particular que incentive os elementos regionais identitários; e, ao mesmo tempo, tenha um cunho pedagógico e artístico, não só de entretenimento, mas que termine por ser um repositório dos hábitos e costumes de uma região, que resgata a memória étnica, histórica e cultural e propicia aos escolares um exercício visual de sua cidadania.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Alexandre. História e Quadrinhos: a coexistência da ficção e da realidade. In VERGUEIRO, W., RAMOS, P. (Orgs.). *Muito além dos quadrinhos: reflexões sobre a 9ª arte*. São Paulo: Devir, 2009. p.103-112
- BAUCAR, Eugen. A Imagem, vestígio desconhecido da luz in NOVAES, Aauto. (org.) *Muito Além do espetáculo*. São Paulo: Ed. Senac, 2005, pp. 144-157.
- BRAGA JR, Amaro X. *Desvendando o Mangá Nacional: uma abordagem sociológica sobre o fenômeno das histórias em quadrinhos japonesas no Brasil*. (Dissertação) Mestrado em Sociologia. Recife: UFPE, 2005.
- CARVALHO, Djota. *A Educação Está no Gibi*. São Paulo: Papyrus, 2006.
- CIRNE, Moacy. *A Explosão Criativa dos Quadrinhos*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRALIK, Thais Paulina. *As Histórias em Quadrinhos no ensino de Artes Visuais na perspectiva dos estudos da cultura visual*. Dissertação de Mestrado em Artes Visuais. Programa de Pós-graduação em Artes Visuais. Florianópolis: UDESC, 2007. Disponível em: http://ppgav.ceart.udesc.br/turma1_2005/thais/CapituloI.pdf. Acessado em: 29 jun. 2010.
- GUBERN, Roman. *Literatura da Imagem*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.
- JANSON, K. *Desenhos: Guia oficial DC comics*. São Paulo: Opera Graphica, 2005.
- KAUFMAN, T.N et al. *Passos Perdidos, História Desenhada*. Recife: Publikmagem, 2007. (Coleção com 4 vols)
- LUYTEN, Sônia M. Bibe. (org.). *Histórias em Quadrinhos – Leitura Crítica*. 3.a. Ed, São Paulo: Paulinas, 1989.
- McCLOUD, Scott. *Desvendando os Quadrinhos*. São Paulo: MBooks do Brasil, 2005.
- _____. *Reinventando os Quadrinhos*. São Paulo: MBooks do Brasil, 2006.
- MOISÉS, Massaud. *A Criação Literária: introdução a problemática da literatura*. 6 ed., São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1973.
- RAMOS, P. *A Leitura dos Quadrinhos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- PALHARES, Marjory Cristiane. *História em Quadrinhos: Uma Ferramenta Pedagógica para o Ensino de História*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2262-8.pdf>. Acessado em 29 jun. 2010.
- VERGUEIRO, Waldomiro. Quadrinhos e Educação Popular no Brasil: Considerações à luz de algumas produções nacionais. In VERGUEIRO, W.; RAMOS, P. (orgs.). *Muito além dos Quadrinhos: Análises e reflexões sobre a 9ª Arte*. São Paulo: Devir, 2009, cap. 4, p. 83-102.

CONFLITO POR AUTONOMIA: A OUVIDORIA DE ANTONIO BARROSO

Anne Karolline Campos Mendonça²³

Introdução:

Não obstante as contribuições feitas à historiografia alagoana por nomes importantes como o de Dirceu Lindoso, nota-se uma carência de análises que contribuam para um entendimento mais aprofundado sobre o trajeto da história de Alagoas. Portanto, a partir de análises sobre uma documentação praticamente virgem, que diz respeito ao período colonial, objetivo tentar preencher espaços vazios da História alagoana para um melhor entendimento de nossa realidade. Com um estudo de caso, analisaremos conflitos que comprovam e exemplificam teorias defendidas pela nova historiografia interessada no estudo da administração portuguesa no Brasil dos tempos coloniais.

Longe de ser adepta ao ídolo das origens²⁴, vejo como um elemento essencial o estudo de todo o caminho percorrido para a compreensão, na medida do possível, da realidade que nos cerca. Nessa linha de raciocínio não fica difícil notar a falta de investidas em análises sobre uma parte da História Alagoana que ficou meio obscurecida – o período colonial – devido a questões que vão desde a falta de documentação ou acesso a esta até as dificuldades metodológicas, por vezes ultrapassadas advindas de técnicas que foram combatidas pela escola dos Annales, a partir de 1929, através de seus fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre. O período colonial da região conhecida como Comarca das Alagoas a partir de 1710, parte integrante da Capitania de Pernambuco até 1817, foi raramente pesquisado em seu sentido mais apurado. Geralmente se vê interesse de historiadores alagoanos, no que diz respeito a esse período da história brasileira, em comprovar exatas posições onde ocorreram ‘marcos’, como a chegada dos portugueses ou em desvendar os mistérios da tomada de posição do porto-calvense Calabar, em favor dos batavos²⁵. Recentemente, pode-se apontar para o livro organizado por Antonio Filipe Pereira Caetano, *Alagoas e o Império Colonial Português*, que é um primeiro resultado dos esforços que vem sendo realizados de forma a contribuir com o preenchimento dessas lacunas da história de alagoas. Porém, o caminho a ser percorrido é longo e a ideia central das pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos América Colonial é procurar, dentro do possível, trazer luz aos estudos sobre o período colonial da história do estado alagoano.

A partir de um contato com documentos advindos do *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos referentes à Capitania de Alagoas Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*, - que encontra-se em formato de CD-ROM (digitalizados) no Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis), da Universidade Federal de Alagoas – pude, em conjunto com o Grupo de estudos a qual sou participante (GEAC) trabalhar no processo de transcrição e adaptação que rendeu o presente trabalho. É interessante salientar a importância da transcrição, adaptação e principalmente divulgação desse material anteriormente inacessível à construção de trabalhos que abranjam a história de Alagoas,

²³ Graduanda em História Bacharelado pela Universidade Federal de Alagoas onde participa do Grupo de Estudos América Colonial (GEAC), sob a orientação do Doutor Antonio Filipe Pereira Caetano.

²⁴ O ídolo das origens, segundo Marc Bloch é um erro cometido por historiadores, onde o ‘passado’ explica o ‘presente’, sendo este uma explicação e não uma consequência à nossa realidade. Cf. BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

²⁵ Os desvios de análises que vão à estudos de menos peso sobre a história alagoana são ressaltados em: AZEVEDO, José ferreira de. **Formação sócio-econômica de Alagoas. O período holandês (130-1654)**. São Paulo, 2002 tese (Doutorado em História), FFLCH/USP, 2002.

desse período tão pouco difundido e alcançado pela historiografia tradicional. Dessa forma espera-se que assim como inspira os componentes do grupo à realização de estudos, onde Alagoas é encaixada nesse período da história do Brasil, possa servir de forma mais acirrada em futuros trabalhos e pesquisas sobre o passado, ou melhor, sobre a trajetória alagoana frente a historiografia brasileira.

Se na Europa as duas Grandes Guerras Mundiais foi o que despertou a história mais humana, mais de todos, uma nova forma de pesquisa pode-se dizer, a meu ver, que em nosso país o que despertou nossos estudiosos – mesmo que não completamente, mas é preciso considerar alguns aspectos – foi a Ditadura Militar, o regime democrático que incitou historiadores como Raymundo Faoro a pensar numa análise da formação das elites brasileiras através do viés de investigação sob o sistema administrativo português aplicado em solo brasileiro, ou seja na América Portuguesa. É a partir da leitura de trabalhos relativos à administração portuguesa de suas conquistas americanas que tentarei através desse trabalho compreender a busca por autonomia política da região que segundo as organizações administrativas portuguesas se tratava por Comarca de Alagoas desde o ano de 1710. A documentação relativa à ouvidoria de Antonio José Pereira Barroso é rica em aspectos desse tipo, onde o mesmo (o ouvidor) se vê ao longo de sua atuação em conflito com autoridades da jurisdição de Pernambuco ou mesmo com a necessidade de criação de cargos para marcar de vez a autonomia da Comarca. A dissecação dessa documentação comprova ainda, aspectos da administração portuguesa que apesar de confusa e por vezes deficientes colaborou para a manutenção dos laços que ligavam cada vez mais os súditos aos seus soberanos: as más definições de jurisdição que confundia os funcionários régios, mas facilitavam a flexibilidade que a Coroa portuguesa precisa ter para manter uma conquista e súditos que se encontravam do outro lado do Atlântico.

Durante muito tempo a historiografia brasileira se deteve a tratar de assuntos ‘marcantes’ do nosso passado. Dessa forma, não podemos deixar de dizer que se tratava de uma necessidade de se provar como nação após anos a fio de uma colonização exploradora e deficiente, mas sem dúvida alguma era a prova de que havia resquícios de uma forma de fazer a história apontando aos atos mais importantes, a conhecida história historizante tão combatida e atacada pela escola dos Annales. Com o uso de uma documentação não utilizada antes e com uma visão teórica e metodológica que remete aos princípios de Marc Bloch e Lucien Febvre sobre como estudar os atos do passado, a intenção é encontrar aspectos que evidenciem a busca por autonomia de uma região que durante dois séculos se viu presa a jurisdição pernambucana apesar de suas evidentes especificidades.

Antigas e novas perspectivas acerca do Antigo Sistema Colonial:

O trabalho de Laura de Mello e Souza²⁶ é essencial para se ter uma noção das vertentes que foram defendidas ao longo dos anos no que diz respeito ao “estudo da administração portuguesa no Brasil dos tempos coloniais”. No entanto para não me alongar muito, pois este se trata de um ensaio inicial sobre a temática sugerida anteriormente, vou me ater apenas a citar o trabalho de dois grandes historiadores com o objetivo de fazer um parâmetro sobre a historiografia tradicional e a atual que trata da linha de estudos a qual nos diz respeito.

²⁶ SOUZA, Laura de Mello e. “Política e administração colonial: problemas e perspectivas” In: **O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII**. São Paulo, Companhia das Letras: 2006.

Raymundo Faoro, em seu livro intitulado *Os donos do poder*, segundo Laura de Mello e Souza: “é autor de uma interpretação marcante sobre o Brasil, em que ressalta o papel central do Estado no processo de constituição do país e sua capacidade de moldar uma criatura – o *estamento burocrático* – que sempre reproduzisse a ordem dominante sem alterar-lhe a essência²⁷”. Dessa forma o autor defende o ponto de vista por vezes confuso de que o Estado sempre soube como se situar frente às elites locais. Através de uma compreensão intensamente influenciada pelo momento em que escreve (período da Ditadura Militar), o autor não consegue enxergar a flexibilidade do Estado português; que por vezes se viu obrigado a ceder às elites como é ressaltado diversas vezes na obra de Vera Lúcia Costa Acioli.²⁸ Apesar de as estratégias da monarquia portuguesa ter sempre uma explicação que acabava por findar numa vantagem portuguesa, não se pode deixar de considerar a flexibilidade como componente ativo na administração portuguesa de suas conquistas no ultramar, já que graças a “mercês, honras e privilégios” cedidos era possível uma manutenção da soberania, fazendo os súditos que se encontravam tão distantes de seu monarca, saberem que ele estava ‘presente’, com bons olhos voltados a todos aqueles que prestavam bem seus serviços para privilegiá-los com gratidão régia. Citemos o exemplo das mercês concedidas pós-Restauração. A elite de Pernambuco solicita a gratidão do rei de Portugal, já que devido às dificuldades financeiras na Europa aflorada com o fato de estar-se sob domínio espanhol – período conhecido como União Ibérica – praticamente não obtiveram ajuda na expulsão dos batavos, sendo essa guerra financiada pela elite regional sedenta de notabilidade. Dessa forma cargos foram criados e a coroa mantinha seus colonos satisfeitos, cedendo um pouco para finalidades maiores. Segundo Arno Wehling²⁹, é daí que vem a proliferação de cargos, seguido por uma confusão intensa onde os deveres de um e outro funcionário se cruzam, há o gasto de dinheiro por parte da coroa portuguesa que precisa atender pedidos de fieis vassallos e o pior: conflitos de jurisdição e corrupção, notada, mas impune.

Essa flexibilidade por parte da monarquia lusitana é notada pelo estrangeiro A. J. R. Russel-Wood. Laura de Mello e Souza ressalta os estudos do brasiliense e sua importância para se compreender “as lógicas próprias do sistema administrativo do Império³⁰”. Segundo Russel-Wood, uma análise profunda na atuação de agentes locais denunciam a inexistência de uma rigidez administrativa, dessa forma, considera duas vertentes para a compreensão da vitalidade e duração do Império português, estas sendo: relação colono - monarquia e a outra uma relação colono - funcionários régios. Dessa forma, pode-se dizer que além da flexibilidade aberta, como podemos notar em toda a documentação referente a concessão de cargos administrativos ou outros importantes à época, ambicionados pelos colonos, existia uma série de “*jeitinhos brasileiros*”, onde as elites locais podiam além de ser ouvida por Lisboa, manipular, dentro de suas possibilidades, a fiscalização régia que vinha por meio de funcionários advindos da corte, já que estes uma vez em solo brasileiro, principalmente pernambucano/’alagoano’ se viam sem saída a não ser se adaptar aos interesses dos que estavam a frente daquela sociedade colonial.

O cruzamento desses feixes com a documentação nos comprova as lógicas do Antigo Sistema Colonial em seus aspectos administrativos; é realmente interessante perceber que

²⁷ Ibid., pp. 31.

²⁸ Em seu livro, Vera Acioli exemplifica com casos bem próximos a nós, já que diz respeito a Capitania de Pernambuco. ACIOLI, Vera Lúcia Costa. **Jurisdição e Conflitos: aspectos da administração colonial**. Recife: EDUPE/EDUFAL, 1997.

²⁹ WEHLING, Arno e Maria José. **Direito e Justiça no Brasil Colonial – O Tribunal de Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

³⁰ SOUZA, Op. Cit., pp. 45.

essas práticas viriam mais tarde fazer parte de uma realidade político-administrativa tortuosa. Num país que ainda se vê preso a certas *manias* coloniais se faz necessário compreender as especificidades regionais para analisar a realidade social brasileira.

Cruzamentos e comprovações:

A invasão flamenga em Pernambuco provocou mudanças no olhar português sob o que se conhecia como ‘região sul da capitania de Pernambuco’ (que hoje temos por Alagoas). A volta de senhores de engenho que haviam fugido para Bahia com a ameaça batava, evidenciou a deficiência do controle administrativo lusitano. Portugal se via, pela primeira vez desde a ‘descoberta’ com a responsabilidade de organizar a administração das estruturas da Capitania de Pernambuco. Se perdia o caráter privado, baseado nas capitanias hereditárias e no controle exercido pela família Duarte/Albuquerque a coroa investiria em projetos centralizadores para uma boa administração de suas conquistas no ultramar.³¹

Após o controle de Palmares e a reconquista de territórios antes sob vigília holandesa, somado a uma contextualização como: a *ressaca* da Restauração na Europa, onde Portugal se vê finalmente livre da monarquia espanhola, a necessidade de centralizar o poder, dentro do possível, nas conquistas do Ultramar e principalmente a busca de reerguer os cofres portugueses depois de longos anos de domínio hispânico, colaborou para a inserção de novos projetos colonizadores. Os resultados desse novo projeto ou desse projeto revisado foi, entre outras coisas, a criação do Conselho Ultramarino (órgão que seria responsável por uma comunicação mais eficiente entre metrópole e colônia), uma organização administrativa que dava a região sul da Capitania de Pernambuco o termo de Comarca das Alagoas e o envio de funcionários régios em favor de uma tentativa de centralizar o poder; funcionários estes que estariam responsabilizados por certa fiscalização nos domínios além mar da monarquia portuguesa.

As elites pernambucanas sempre se diferenciaram das demais da colônia americana portuguesas, por ser parte de uma sociedade do açúcar com características “autoritárias, aristocráticas e violentas³²”. Dessa maneira não fica difícil imaginar que apesar de ser uma autonomia política, administrativa e jurisdicional pouco detentora de grandes poderes – afinal de contas ainda se estava a Comarca das Alagoas submetida à Capitania de Pernambuco – o fato de ter-se realizado essas mudanças no quadro da estrutura da Capitania pernambucana gerou certo desconforto à elite local.

A ouvidoria de Antonio José Pereira Barroso nos dá indícios de conflitos que adivinham justamente de uma busca por autonomia por parte da Comarca das Alagoas ao mesmo tempo em que era submetida a Pernambuco. Tomando como base as teorias defendidas pela nova historiografia acerca da administração colonial portuguesa no Brasil, pode-se dizer que – levando em consideração as duas relações essenciais à duração e vitalidade do Império português Ultramarino – as elites locais se articulavam com funcionários régios de forma a alcançar autonomia, pelo menos dentro do possível, frente a Capitania Pernambucana.

³¹CAETANO, Antônio Filipe P. “Nos confins, nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional alagoana (século XVI-XVIII)” In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org). **Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)**. Alagoas: Cepal, 2010.

³² FERLINI, Vera Lúcia A. **A Civilização do açúcar**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1998, pp. 78.

A documentação referente ao período em que Antonio José Pereira Barroso atuava como Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas nos exemplifica/comprova vertentes anteriormente analisadas. Pode-se notar, primeiramente a flexibilidade entre o monarca e os colonos, uma vez que estes possuíam direito suficiente de requerer cargos, uma vez tendo servido com zelo a Sua Majestade Real. É o que faz, em documento de 1749, D. Izabel de Albuquerque de Jesus ao pedir o direito de nomear o seu para o cargo de Juiz dos órfãos e escrivão da câmara da Comarca das Alagoas³³.

*Eu El Rei, faço saber aos que este meu alvará virem que tendo respeito a Dona Izabel de Albuquerque de Jesus, moradora na Vila das Alagoas, Capitania de Pernambuco, me representar ser filha legitima e mais velha do Capitão-mor Jerônimo de Albuquerque de Mello, proprietário que foi dos ofícios de Juiz dos órfãos e escrivão da câmara da dita Vila de quem nos havia ficado filho varão e somente três filhas, das quais a suplicante é a mais velha e como tal lhe pertencia requerer a propriedade deles, pedindo-me que fizesse mercê da propriedade dos referidos ofícios que foram do dito seu pai, para com eles poder tomar estado e os servir a pessoa com quem casar, e sendo visto o seu requerimento em formação que nele deu o Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas [...] Hei por bem fazer mercê a dita D. Izabel de Albuquerque de Jesus da propriedade dos ditos ofícios de juiz dos órfãos e escrivão da câmara da Vila das Alagoas [...]*³⁴.

Apesar de ser uma evidência basicamente simples, é possível notar que ao contrário de que Raymundo Faoro dizia em 1975, sobre a rigidez na administração portuguesa, as elites podiam se articular a partir do contato com o próprio monarca, contato este possibilitado pelo Conselho Ultramarino, que a meu ver é outra evidencia de flexibilidade da administração lusitana em sua colônia americana.

Tal qual às elites pernambucanas fizera outrora devido a vitória sob os holandeses, os verdadeiros *donos do poder* em solo ‘alagoano’ se intrincavam em formas de manter-se no comando, em utilizar o máximo possível da autonomia cedida pela coroa portuguesa em 1710. O atendimento do pedido de dona Izabel de Albuquerque de Jesus é ainda mais uma comprovação de flexibilidade se nos atermos para que é uma mulher que faz o pedido e todos sabem que as mulheres nunca tiveram uma voz audível, principalmente em questões administrativas ou de nomeação de cargos. No entanto, D. Izabel faz parte da família Albuquerque, portanto é membro integrante da elite colonial que busca seus direitos a partir sua condição.

No mesmo ano, 1749, o Ouvidor da Comarca das Alagoas em carta ao rei D. João V, reclama sobre o procedimento do ex Ouvidor e Capitão General de Pernambuco e o ex Governador da mesma capitania haviam se “metido” a fazer serviços despóticos em Penedo que fazia parte de sua jurisdição:

Vindo em Correição a Vila de Penedo uma das da minha comarca, os juízes ordinários dela me representaram que o Ouvidor de Pernambuco e o Capitão General e Governador, que foi desta Capitania, D. Marcos de Noronha, tinham despoticamente diminuído e o termo desta vila, pondo em vastas [?] partes do Sertão, juízes pedantes [?] os quais usavam de uma jurisdição

³³ Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Documento 124.

³⁴ Ibid.

*despótica, tirando devassas, fazendo inventários e sendo provedores dos ausentes, metendo-se a fazer as ditas operações por todo o Rio de São Francisco...*³⁵

A meu ver além de defender sua jurisdição, implorando ao monarca uma melhor delimitação de jurisdições para facilitar o trabalho de todos os funcionários envolvidos, o Ouvidor Antonio Barroso, muito provavelmente, estava intensamente articulado às forças locais que se viam lesadas pela confusão de jurisdição. Uma vez tida como Comarca das Alagoas, com sua própria câmara municipal, sentia-se a necessidade de terem os mesmos direitos da Câmara da Vila de Olinda, cabeça da Capitania de Pernambuco. Assim, como Arno Wehling afirmava em seu trabalho, a proliferação de cargos para atender os interesses locais da elite, criava essa confusão de jurisdição. Todavia essa confusão parece ser uma estratégia régia, como um modo de se poder sempre flexibilizar a administração das conquistas do ultramar, pois como até o Ouvidor da Comarca das Alagoas dizia:

*[...] por ver nesta matéria, porque dou conta a Vossa Mercê do referido e além de que [corroído] me consta não só deste termo, mas da Vila das Alagoas, todos eles por causa de que o Ouvidor, que veio criar o lugar não fez demarcação judicial [e] a cada passo há dúvidas, contendas sobre as jurisdições, pois os delinqüentes quando lhes pertencam da jurisdição de Pernambuco e quando não das Alagoas [...]*³⁶

Fica claro que o problema poderia ser resolvido facilmente desde que houvesse uma melhor demarcação das jurisdições dos funcionários da coroa. Mas a alternativa da coroa portuguesa sempre foi imprecisa, apesar de que nesse sentido se tratava de uma imprecisão estratégica onde por vezes cedendo aos interesses locais e por vezes sendo a favor da centralização do poder a monarquia lusitana poderia sempre contar com fiéis vassalos dispostos a exercer bem seus cargos que vinham em forma de mercês, presentes de serviços prestados outrora. Ao longo do período em que Antonio Barroso esteve responsável pela Comarca das Alagoas, a criação de cargos que colaborassem com uma melhor delimitação da autonomia da região era pedida ao soberano.

Conclusão

Como já afirmava Russel-Wood, as articulações entre as elites locais e os agentes régios eram parte do cotidiano administrativo das conquistas ultramarinas portuguesas e mesmo a flexibilidade da administração colonial no Brasil. Enquanto a intenção régia era centralizar o poder de uma forma estratégica e que não levantasse muitas suspeitas, pois como já dizia Vera Acioli, a intenção era fazer a elite achar que tinha poder ao passo que este pertencia a coroa. Do outro lado do oceano, a intenção da elite local era por hora conseguir a autonomia frente a Capitania de Pernambuco. Por ser uma região isolada cheia de orgulhos próprios, como o controle dos Palmares, a Comarca das Alagoas via-se com os mesmos direitos que a Vila de Olinda. Tal qual a elite Pernambucana, se formava, dessa maneira, a elite alagoana com caráter muito mais forte de ‘mandonismo’, por se tratar de uma região longe das principais vilas daquela Capitania, as articulações pouco ou nunca

³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, Alagoas Avulsos, Cx. 2, Documento 129.

³⁶ Ibid.

eram percebidas pelo monarca português. Porém se formava uma sociedade rígida baseada no atendimento de interesses das elites.

PODER ECONÔMICO E PODER MILITAR

Artur Bispo dos Santos Neto
Universidade Federal de Alagoas

Introdução

A concepção materialista do mundo contrapõe-se diametralmente àquelas concepções que erigem a disjunção entre complexos parciais e totalidade social como esteio de suas perspectivas fetichizadas da realidade. Longe das perturbações refratárias que perpassam as diferentes concepções burguesas de mundo, nosso propósito aqui é salientar a relevância do critério histórico-ontológico na compreensão do complexo militar como um complexo essencialmente articulado ao poder econômico e ao Estado. Este percurso tem sua *démarche* fundante na produção teórica de Karl Marx, Georg Lukács e Rosa Luxemburg, em que os trabalhos destes pensadores permitem desvelar a terra pátria do complexo militar, enquanto complexo profundamente articulado ao processo de expropriação forçada do excedente da produção.

É mediante a práxis dos homens que se inscreve a realização do ser social como um complexo de complexo, em que os complexos se desenvolvem em estreita conexão entre sociedade e natureza, indivíduo e sociedade, poder econômico e poder militar. O trabalho, como intercâmbio orgânico do homem com a natureza, possibilita a constituição da série intermediária dos complexos que vão além do trabalho propriamente dito. Embora seja a categoria fundamental que permite elucidar a totalidade social como uma categoria dinâmica e complexa, composta de numerosos e heterogêneos complexos parciais, o trabalho em-si não explica a totalidade da realidade social. A predominância da totalidade social não deve obnubilar a peculiaridade dos complexos parciais, pois eles também interagem e interferem no modo de ser da totalidade social. Cada complexo possui uma relativa dependência ontológica e uma determinação reflexiva para com a totalidade, pois “em cada um de tais processos é a reprodução da totalidade que, neste múltiplo sistema de interações, constitui o momento predominante” (Lukács, 1981, p. 3).

Poder econômico e complexo militar

O desenvolvimento da história da humanidade não é um movimento linear e homogêneo, mas pautado pela presença de movimentos complexos envolvidos de avanços e recuos, continuidade e descontinuidade. Embora os elementos que gestam a sociedade de classes estejam postos nas sociedades precedentes, parece claro que sua emergência representa uma ruptura completa com o modo de vida que pautava o comunismo primitivo, pois desde então a natureza deixa de ser pertencente à comunidade para ser considerada como posse individualizada de uma determinada classe social. No centro dessa passagem está o desenvolvimento dos meios de produção que possibilita que o trabalho de um homem seja capaz de produzir mais do que o necessário para reprodução de sua existência biológica. A história das sociedades de classes é a penosa história da humanidade em que o desenvolvimento dos meios de produção e a recorrência aos meios coercitivos caminham de mãos dadas. Para consolidar seu poder sobre as outras classes sociais as classes

dominantes precisam constituir uma série de complexos bem mais sofisticados (direito, política, educação, Estado etc.) que o complexo militar; por sua vez, nenhum direito pode efetivar-se sem os aparatos coercitivos do Estado.

O capitalismo inaugura, de um lado, uma nova relação do homem com a natureza mediante o desenvolvimento dos processos científicos e tecnológicos que possibilita o aprimoramento dos meios de produção; do outro, na gênese de sua revolução tecnológica situa-se a luta de classes entre expropriadores e expropriados, entre capitalistas e camponeses.

A acumulação primitiva de capitais é uma das bases fundamentais que permite a passagem da manufatura para a maquinaria. A Revolução Industrial se constitui sobre a contradição entre, de um lado, subversão de todo o processo de produção que permite que a produção social ultrapasse o nível da escassez que permeava as sociedades precedentes; do outro, ela representa a primazia da máquina no processo de produção em que ocorre a subsunção da subjetividade do proletariado, que deixa de ocupar o papel de sujeito fundamental do processo de produção. Desse modo, os meios deixam de ser uma extensão do proletariado e este passa a ser uma extensão da máquina. A introdução da maquinaria no processo de produção vai representar demissão dos trabalhadores e a intensificação da exploração do trabalho. É indubitável que o desenvolvimento tecnológico propiciou, de um lado, a transformação do processo de produção; mas, do outro, trouxe consigo consequências sociais negativas para a classe operária; isso porque o controle absoluto do capital sobre o trabalho significa o aperfeiçoamento do processo de expropriação do tempo de trabalho do operariado.

No centro da Revolução Industrial impõe-se a luta de classes, em que o capitalista tenta aprimorar os mecanismos de expropriação do tempo de trabalho que o proletariado deve oferecer gratuitamente ao capital. Com ela se passa do processo de mais-valia absoluta para o processo de mais-valia relativa, ou seja, aquela forma de mais-valia engendrada pelo aperfeiçoamento dos meios de produção, em que uma não significa a exclusão da outra. É dessa maneira que o capital consegue recuperar as perdas sofridas diante das concessões oferecidas à classe trabalhadora pela redução da jornada de trabalho.

É somente numa perspectiva unitária e totalizadora da história que se supera as idiossincrasias que concebem a técnica como dotada de uma estrutura em-si e de uma autonomia absoluta. A técnica e a maquinaria não são entidades metafísicas que existem em-si mesmas. Elas são expressão do desenvolvimento do poder do capital como uma nova totalidade social. É tão somente no contexto dessa totalidade social que os complexos parciais podem ser devidamente elucidados. É o mundo material que engendra as condições de possibilidades para que a ciência possa irradiar pelo mundo da economia e das relações sociais.³⁷ A predominância do elemento econômico frente aos outros complexos parciais, não significa uma anulação dos outros complexos, pelo contrário, existem complexos que são fundamentais no processo de gestação das condições econômicas. É preciso sempre considerar a relação dialética que envolve os diferentes complexos entre si. A Revolução Industrial serve para revelar a relação existente entre o complexo da técnica e o complexo da luta de classes, o complexo econômico e o complexo militar. Escreve Lukács,

³⁷ Escreve Marx: “Dentro do sistema burguês já desenvolvido, cada relação econômica pressupõe outra já plasmada e é, ao mesmo tempo, premissa dela, como ocorre em sistema orgânico. E este mesmo sistema orgânico, como totalidade, tem suas próprias premissas, e seu desenvolvimento total consiste cabalmente em submeter a ele todos os elementos da sociedade ou em criar de seu próprio seio os órgãos que ainda carece” (1985c, p. 165).

Exatamente como na própria economia, a técnica é uma parte importante, mas sempre derivada, do desenvolvimento das forças produtivas e, acima de tudo, dos homens (o trabalho) e das relações inter-humanas (divisão do trabalho, estratificação de classe etc.), do mesmo modo, as categorias especificamente militares, como tática e estratégica, não derivam da técnica, mas das mudanças que intervêm nas relações socioeconômicas fundamentais entre os homens. (1981, p. 87)

Embora se constituam como esferas distintas, é possível apontar elementos de reciprocidade entre complexo militar e poder econômico. A interação dialética pode ser verificada no fato de que o complexo militar recorre ao uso de categorias que são próprias do complexo econômico como trabalho assalariado, divisão social do trabalho, liberdade, dinheiro, relações de troca, maquinaria e mercadoria. Para Marx, "As novas formas da produção material desenvolvem-se na guerra antes de se desenvolverem na produção do tempo de paz" (*apud* Korsch, 2010, p. 6). Observa-se a interposição dialética de elementos militaristas sobre aspectos econômicos, ocorrendo no universo da guerra a emergência de formas mais intensamente evoluídas do que aquelas que permeavam a economia propriamente dita.

Entre as heterogêneas experiências sucedidas nas sociedades precedentes, o complexo militar se constitui como um complexo irradiante de categorias e elementos decisivos que são próprios da sociedade capitalista. O exército romano, por exemplo, apresenta-se como um ordenamento social que permite observar algumas das características imanentes ao modo de produção capitalista. Como assinala Marx: "No império romano, por exemplo, no apogeu do seu desenvolvimento, o tributo e as prestações continuavam a ser fundamentais. O sistema monetário propriamente dito só estava completamente desenvolvido no exército. E nunca se introduziu na totalidade do trabalho" (1983, p. 221). Certos aspectos da economia capitalista têm sua gênese nas relações engendradas no complexo militar. É o que demonstra Marx numa carta a Engels de 1857:

*A história de army elucidada, com maior evidência que qualquer outra coisa, a exatidão da nossa concepção sobre a relação existente entre as forças produtivas e as condições sociais. A army é, em geral, importante para o desenvolvimento econômico. Por exemplo, entre os antigos o sistema assalariado se desenvolveu completamente, antes de tudo, no exército. Do mesmo modo entre os romanos o pecúlio castrense é a primeira forma jurídica pela qual se reconhece a propriedade mobiliária daqueles que não são pais de família. Do mesmo modo, o regime corporativo nas corporações de ofício. Igualmente, se encontra no exército o primeiro emprego das máquinas em larga escala. Até o valor particular dos metais e seu uso como dinheiro parece que originalmente se baseia... sobre sua importância bélica. Também a divisão do trabalho no interior de um determinado setor se realiza, primeiramente, nos exércitos. (*apud* Lukács, 1981, p. 86).*

A superioridade de o complexo militar diante do desenvolvimento das relações que perpassa a esfera econômica encontra sua razão de ser no processo de organização da própria economia escravista. Lukács (1974) ressalta que um dos limites fundamentais do processo de produção na sociedade antiga era a impossibilidade de reconciliação da escravidão com o emprego de máquinas. Como o trabalho era considerado coisa de escravo, não havia nenhum interesse na aplicabilidade dos inventos científicos ao mundo

da produção.³⁸ Por sua vez, como o exército era uma esfera da totalidade da vida social antiga que não pertencia ao mundo dos escravos, ele podia contar com a aplicabilidade dos inventos da ciência. A atividade bélica geralmente pertencia aos homens livres. Destaca Lukács: “A mecânica que não cabia na economia (e, por isso, também na ciência e filosofia oficiais) era, ao contrário, muito importante para a construção das máquinas bélicas” (1981, p. 87).

A exceção encontrada no complexo militar não altera em nada a estrutura da sociedade escravocrata, pois o complexo militar não poderia ocupar papel predominante no desenvolvimento da organização da existência material dos homens, haja vista que ele se circunscrevia à representação do poder coercitivo contra as classes dominadas. O fato de certos fenômenos econômicos poderem se manifestar no complexo militar, de forma mais desenvolvida do que na própria atividade econômica, não representa qualquer afirmação de autonomia absoluta do campo militar sobre as relações de produção, mas serve para ilustrar o caráter essencialmente contraditório dos complexos e como eles podem se manifestar historicamente de maneira desigual.

Essa conexão dialética entre poder econômico e poder militar é ainda mais acentuada na sociedade capitalista. Primeiro, é fundamental recordar que o capital vem ao mundo pondo em movimento uma nova forma de produção que é eminentemente cooperada, quer dizer, ele presume a organização e mobilização de um conjunto de trabalhadores para que ocorra a reprodução em escala ampliada. Como um exército, os trabalhadores precisam ser postos em movimento de uma forma combinada e articulada. Assinala Marx:

Do mesmo modo que a força de ataque de um esquadrão de cavalaria ou a força de resistência de um regimento de infantaria difere essencialmente da soma das forças de ataque e resistência desenvolvidas individualmente por cada cavaleiro e infante, a soma mecânica das forças de trabalhadores individuais difere da potência social de forças que se desenvolve quando muitas mãos agem simultaneamente na mesma operação indivisa, por exemplo, quando se trata de levantar uma carga, fazer girar uma manivela ou remover um obstáculo. O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual ou apenas em períodos de tempo muito mais longo ou somente em ínfima escala. Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas. (1985a, p. 259-260)

Da mesma forma que a infantaria consegue transpor a cavalaria, o trabalhador da manufatura ultrapassa o trabalhador isolado da corporação de ofício. A atividade combinada de diferentes trabalhadores entre si supera as idiosincrasias individuais mediante a divisão social do trabalho. O mecanismo específico da manufatura é o

³⁸ A depreciação do trabalho produtivo, nesse tempo histórico, é expressão de um sistema socioeconômico fundado no trabalho escravo, em que ainda não é posta necessidade fundamental da recorrência ao sistema de máquinas e engrenagens para desenvolver as forças produtivas. Segundo Lukács: “Sob esta influência, a geometria não se uniu com a matemática, e esta ficou reduzida a um artesanato aplicado, sobretudo, ao exército. Inclusive no caso de Arquimedes, indica explicitamente Plutarco, que o sábio desprezava a aplicação mecânica, porque nesse caso era mero artesanato, e só por patriotismo interveio com seus inventos na defesa de Siracusa” (1974, p. 152). Isso implica que as grandes descobertas no âmbito da investigação científica não tiveram uma plena influência sobre o universo das técnicas de produção, nem que os problemas da produção tiveram influência sobre o mundo da ciência. Assim, muitos inventos dessa etapa do desenvolvimento da humanidade não passaram de meros jogos ou artifícios engenhosos sem qualquer utilidade prática, e somente na época do capitalismo eles passaram a possuir consequências práticas.

trabalhador coletivo, constituído de muitos trabalhadores parciais como se fosse um exército. A mobilização de um determinado *quantum* de trabalhadores depende da grandeza de capitais que o capitalista consegue mobilizar para comprar força de trabalho e meios de produção, quanto maior for esse capital maior será o *quantum* de trabalhadores e, conseqüentemente, menor será o custo social da produção (Marx, 1985a).

O trabalho combinado é extremamente favorável ao capitalista; primeiro, porque 12 trabalhadores simultaneamente dedicados à produção de uma determinada mercadoria produzem num dia mais do que um trabalhador em 12 dias, quer dizer, 144 horas de trabalho coletivo é maior do que 144 horas de trabalho individualizado; segundo, ao fazer doze trabalhadores produzirem num mesmo local de trabalho ocorre uma economia de meios de produção. O trabalho combinado sabe atacar o objeto mais unilateralmente, porque o trabalhador coletivo é dotado do dom da ubiqüidade, ele possui olhos e mãos à frente e atrás (Marx, 1985a). O que revela que o todo é maior do que a soma de suas partes.

Segundo aspecto de identificação entre capital e complexo militar, subsiste no controle absoluto que o capital exerce sobre o trabalho. O sistema do capital presume a existência de um sistema hierárquico em que, de um lado, se põe os seus comandantes, e do outro, os comandados. O ordenamento do sistema de produção presume um decisivo processo de cooperação do trabalho em que se instauram, de um lado, aqueles que assumem tarefas de controle do processo de produção mediante as atividades de vigilância e administração; e do outro, aqueles que compõem a massa do proletariado produtivo que como soldados rasos, destituídos de grandes habilidades, podem ser substituídos a qualquer momento do processo produtivo. Escreve Marx,

A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho e a composição peculiar do corpo de trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos diversos níveis etários geram uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo, e desenvolve inteiramente o trabalho de supervisão, já antes aventado, portanto ao mesmo tempo a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos da indústria e suboficiais da indústria. (1985b, p. 44)

O espaço da fábrica mimetiza o cenário interior do mundo militar, sem que haja nenhuma relação de reconhecimento da autoridade fundada no mérito pessoal ou na história de vida de seus oficiais como no interior de um exército. O capitalista deve, enquanto máxima “personificação do capital”, incorporar o poder supremo de controle de todas as atividades sucedidas em seu interior. Esclarece Marx: “As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensável quanto às ordens do general no campo de batalha” (1985a, p. 263). Para fazer valer sua autoridade será fundamental a constituição de um código fabril que ultrapasse o código de caserna, em que cada falta será compensada por um desconto significativo no salário. A autoridade tradicional do chefe militar ou do feitor de escravos será substituída pelo manual de penalidades do supervisor ou suboficial. Desse modo, a violação da legislação fabril representa uma atividade mais rendosa para o capitalista do que sua própria observância. Aqui nota-se como o desenvolvimento do sistema sociometabólico do capital impõe a constituição de uma série de mediações sociais muito mais complexa do que a simples dominação de classe que advém da força bruta do exército; ao seu lado se impõe a coexistência de uma série de complexos muito mais mediados como o complexo jurídico, político, educacional etc. No entanto, a existência de todos esses complexos, que revelam a superioridade do processo de sociabilidade da sociedade capitalista frente às sociedades precedentes, não implica que

o sistema do capital tenha dispensada a recorrência ao auxílio do complexo bélico, pois a guerra constitui-se como apanágio fundamental ao processo de acumulação e expansão do capital.

Guerra e complexo industrial-militar

É sempre pertinente lembrar como a reconfiguração das táticas e estratégia militares, em que as armas de fogo desfrutaram primeiro plano, desempenhou papel substancial no processo de acumulação primitiva de capitais. A cavalaria, na luta dos príncipes contra os camponeses na Revolução alemã de 1525, foi substituída imediatamente pela infantaria, pois sem a constituição de novos incrementos bélicos a superioridade numérica dos camponeses teria dado outro curso ao seu desfecho histórico. E acentuada relevância ocupam a pólvora, os sabres e os canhões no processo de colonização dos diferentes povos da África, América e Ásia. Escreve Marx:

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. De imediato segue a guerra comercial das nações europeias, tendo o mundo por palco. Ela é aberta pela sublevação dos Países Baixos contra a Espanha, assume proporção gigantesca na Guerra Antijacobina da Inglaterra e prossegue ainda nas Guerras do Ópio contra a China etc. (1985b, p. 285)

A barbárie é o fio condutor de todo o processo de constituição da acumulação de capitais, em que culturas milenares e populações antigüíssimas são varridas do mapa. Escreve W. Horritt: “As barbaridades e as atrocidades crueldades das assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do mundo e contra todo povo que pudesse subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal, em nenhuma raça, por mais selvagem e ignorante, por mais despida de piedade e de vergonha que fosse” (Howitt, *apud* Marx, 1985b, p. 286). Sem o recurso militarista o capital jamais teria vindo ao mundo, como assinala Marx: “o capital nasce escorrendo por todos os poros sangue e sujeira da cabeça aos pés” (1985b, p. 292).

Entretanto, existem os que teimam em afirmar que o capitalismo é produto de um desenvolvimento natural do estado de coisas – quando nada existe de natural no capital. A sua essência é completamente social, pois sem apropriação do trabalho e sem expropriação dos povos não existiria capital. Rosa Luxemburg assinala:

nos primórdios do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias. (1985, p. 311)

O capital é um sistema sociometabólico que apenas pode se reproduzir levando à ruína todas as demais formas econômicas de organização social da produção. Para isso, o complexo militar se constituiu como ferramenta indispensável.

A economia do tempo é essencial ao capital. O capital tem pressa, pois tempo é dinheiro; por isso toda economia primitiva será destruída impiedosamente. Desse modo, o capital põe abaixo, num curto período de tempo, sistemas de produção milenares. É sempre importante lembrar aquilo que fez o capital na segunda metade do século XIX com o que havia restado do modo de produção asiático, especificamente com as economias da Índia, China, Egito, Turquia, Marrocos etc. Escreve Luxemburg:

É verdade que o desenvolvimento acelerado da economia mercantil do Egito, obtido graças ao auxílio do capital europeu, transformou o país em propriedade desse capital. Assim como na China e mais recentemente em Marrocos, o caso egípcio nos mostra como atrás dos empréstimos internacionais, das ferrovias, das obras de irrigação e de outras obras civilizadoras, o militarismo fica à espreita como executor da acumulação do capital. (1985, p. 300)

A força emerge de forma articulada à potência econômica, através dela velhas sociedades serão dizimadas e erguidas novos monumentos sobre o sangue de suas vítimas. Através da recorrência aos aparatos sofisticados de corrupção e traição de lideranças e da coerção ostensiva das forças militares, o capital conseguiu garantir novos processos de expropriação do trabalho nas diferentes regiões do mundo, alternando paulatinamente trabalho escravo com trabalho assalariado.

Numa perspectiva totalizadora, Lukács (1981) considera que a guerra parece representar um elemento de aceleração (algumas vezes também um freio) do desenvolvimento socioeconômico. Isso ainda é possível de ser assinalado acerca do conjunto das atividades bélicas desenvolvidas anteriormente ao século XX, em que as guerras ainda desempenhavam papel de reconfiguração da vida social das diferentes nações; particularmente quando lembramos o que representou a Guerra de Independência dos Estados Unidos e as Guerras napoleônicas, depois da Revolução Francesa. No entanto, isso não poderá mais ser afirmado no contexto do século XX, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial; pois com ela engendrou-se, de um lado, um elevado desenvolvimento do processo de produção, em que a sociedade do pós-guerra pôde desfrutar do universo da informática e da robótica, do aprimoramento das telecomunicações e dos transportes aéreos; do outro lado, tudo isso seria impossível sem o genocídio e o sacrifício de milhões de vidas ao processo de reprodução do capital. Se, de um lado, é possível elencar a existência de aspectos positivos; do outro, não deixa de ser descomunal o nível de ameaça que ela representa para o destino da humanidade. A Segunda Guerra Mundial trouxe à luz do dia o caráter essencialmente destrutivo do capital.

A guerra em grande escala revela o caráter paradoxal do capital, pois ela não apenas gera o desenvolvimento e o lucro, mas acima de tudo a destruição e a barbárie. É este o grande problema do complexo militar-industrial nesse começo de século XXI. Como a humanidade não suporta mais uma guerra em escala planetária, sem por em risco a existência de toda humanidade, o expediente de uma Terceira Guerra Mundial não pode se constituir como alternativa para debelar a crise de acumulação e expansão que afeta as esferas da produção, distribuição e consumo do capital desde 1970 (Mészáros, 2006).

Bellum omnium contra omnes é a essência do sistema do capital. A guerra declarada de todos contra todos subsiste em todos os nexos desse sistema sociometabólico. Tanto na gênese do capitalismo quanto na fase imperialista, quer dizer, tanto na fase de acumulação primitiva de capitais quanto na etapa econômica em que o capital precisa ampliar suas

áreas de influência para conseguir desencilhar aquilo que foi produzido em grande escala. A guerra subsiste tanto no nível interno da produção, quando o capitalista precisa controlar como um general o processo de produção, quanto no nível da circulação, quando o capitalista precisa enfrentar a guerra da concorrência com os outros capitalistas no mercado mundial. Isso não implica de maneira alguma que a guerra seja capaz de explicar a totalidade das relações sociais, muito menos que a guerra se constituía como momento predominante, mas apenas que ela ocupa um papel relevante no processo de desenvolvimento do complexo econômico e na totalidade social.

Partindo deste pressuposto é que se pode avançar na consideração da relevância desse complexo parcial. É nessa perspectiva que deve ser entendida a máxima do *bellum omnium contra omnes* como princípio hedonista que reverbera por todos os poros da sociedade capitalista. A guerra de concorrência marca tanto a existência dos trabalhadores entre si quanto dos próprios capitalistas, em que o exército dos pequenos capitalistas fragmentados é literalmente destruído pelo exército dos grandes capitalistas coesos. Desse modo, a expropriação dos trabalhadores é sempre seguida pela expropriação dos capitalistas entre si. Por sua vez, a concentração e acumulação do capital, de um lado, não podem subsistir sem a concentração e acumulação da miséria, do outro (Marx, 1985b). Enfim, enquanto sistema sociometabólico fundado na anarquia do processo de produção que conduz à superprodução, o capital precisa recorrer à destruição de suas próprias unidades produtivas. A guerra e a destruição deixam de ser estranha ao dinamismo desse sistema de produção e circulação para se colocar como um de seus apanágios fundamentais. Através da destruição de determinadas cadeias produtivas o capital busca reorganizar o processo de concentração e reconstituição dos padrões de lucratividade e expropriação da mais-valia.

É neste contexto que se coloca a peculiaridade da emergência do complexo militar-industrial no decorrer do século XX, particularmente nos “anos dourados” do Estado de Bem-Estar Social. A articulação entre capitalismo de Estado e complexo militar-industrial se configuram num formidável casamento que têm como propósito resolver problemas estruturais de produção, distribuição e consumo do sistema do capital. Convém destacar que o Estado capitalista é o principal agente financiador e consumidor do aparato militar-industrial. Ao financiar esse setor da produção, ele consegue fazê-lo diretamente com os recursos públicos captados pela intermediação da expropriação da mais-valia dos operários e camponeses. É preciso destacar que quem paga a conta do militarismo – desse peso morto da sociedade de classes – é o Estado (Luxemburg, 1985). O complexo industrial-militar não é financiado pelos capitalistas, porque, primeiro, eles teriam que sacrificar parte de sua mais-valia destinada à capitalização; segundo, ela deixaria de revitalizar a própria crise de produção e consumo que circunda o sistema do capital no decorrer dos séculos XX e XXI. São os proletários e camponeses que financiam o complexo militar-industrial mediante o pagamento de impostos e tarifas ao Estado; como esclarece Luxemburg: “Mediante impostos indiretos e altas tarifas alfandegárias, os custos do militarismo são cobertos em grande parte pela classe operária e pelo campesinato” (1985, p. 313). A tributação indireta dos operários significa a transferência de uma parte do poder de compra da classe operária para o Estado. Assim, parte da soma de dinheiro obtida pela venda da força de trabalho, adquirida na forma de salário, vai parar nas mãos do Estado. O deslocamento de parte de capitais representa a diminuição do poder de compra dessa classe e a ampliação do poder financeiro do Estado. A extração de parte do valor do salário do proletariado para o complexo militar-industrial representa o subconsumo da massa operária e sua pauperização (Luxemburg, 1985), o que representa uma alteração na relação entre capital constante e capital variável.

Essa variação implica que o capitalista do setor da produção dos meios de subsistência da classe operária deve diminuir sua produção em detrimento do setor da produção bélica, que deve, por sua vez, ampliar a produção de armamentos e a contratação de novos soldados (Luxemburg, 1985). Tal variação serve para revitalizar o processo de rotação do capital. Além disso, é fundamental que o Estado invista no complexo militar-industrial, porque sem ele torna-se difícil a constituição de novos processos de acumulação e expansão do capital. Ao ser financiado com recursos do Estado capitalista, o complexo militar-industrial deixa de ser uma responsabilidade econômica direta da burguesia e passa a ser um mecanismo de aperfeiçoamento da extração e partilha da mais-valia dos trabalhadores expropriada pelo Estado, dinamizando o capital.

Ao mesmo tempo não se deve esquecer que o complexo industrial-militar foi o carro chefe das políticas sociais que permitiram o “pleno emprego” nas economias capitalistas avançadas, mediante o denominado Estado de Bem-Estar Social. O complexo industrial-militar se constituiu como uma solução eficaz, ainda que transitória, de intervenção dos elementos extra-econômicos sobre o mundo da economia, na medida em que o Estado tentou com uma cajadada “acertar dois coelhos”, quando, de um lado, conseguiu salvar os capitalistas, apresentando um novo mercado consumidor; do outro lado, tentou resolver o problema de parte do exército industrial de reserva, que no pós-guerra conseguiu ser reduzido dos percentuais de 20% para 5%.

A produção destrutiva do complexo industrial-militar constitui-se pela alocação significativa de recursos para um setor parasitário e completamente avesso às necessidades efetiva dos homens. A sua contínua expansão revela o caráter perdulário do capital e a ameaça permanente de barbárie que acomete a humanidade. Diante do caráter destrutivo e parasitário do capital, nessa etapa do modo de produção e reprodução do capital, é imprescindível ultrapassarmos todas as lutas defensivas para adentrar numa fase histórica de ofensiva do trabalho contra o capital (Mészáros, 2006). Essa luta ofensiva significa o cessar de todas as lutas que pedem o impossível, ou seja, reformar o sistema do capital.

Conclusão

Diante da barbárie que ameaça a humanidade, existe a possibilidade concreta de constituição do socialismo como verdadeira alternativa. Este tem sua gênese na expropriação dos expropriadores, como assinala Marx: “O que está agora para ser expropriado já não é trabalhador economicamente autônomo, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. [...]. Lá, tratou-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, aqui se trata da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo” (1985b, p. 293-294). A expropriação dos expropriadores é a negação da negação; quer dizer, é a negação do capitalismo enquanto negação do feudalismo. No entanto, essa etapa constitui-se somente como gênese duma transformação mais ampla do processo sociometabólico que plasma as relações socioeconômicas. É necessária que a ofensiva política do proletariado seja seguida pelo processo de reorganização da produção, tarefa possível de ser realizada apenas pelo trabalho associado. Nele, o preceito de cada um segundo suas capacidades será superado pelo mandamento de “cada um segundo as suas necessidades” (Marx, 1980, p. 72). Com isso a administração dos homens será superada pela administração das coisas. O que representa uma nova forma de sociedade em que a humanidade não precisará mais gastar seu excedente com o Estado, muito menos com armamentos e financiamento da indústria da guerra, porque finalmente o homem pode

afirmar-se como princípio elementar de todo processo de produção e reprodução da riqueza social.

Referências bibliográficas

- KORSCH, K. *A guerra e a revolução*. In. Internet: [www.http//guy-debord.blogspot.com/.../karl-korsch](http://guy-debord.blogspot.com/.../karl-korsch). Acesso em 15/06/2011.
- LUKÁCS, G. A reprodução. Trad. Sérgio Lessa. Texto mimeografado. Extraído de *Per l'ontologia dell'essere sociale. Vol II*. Roma: Editori Riuniti, 1981.
- LUKÁCS, G. *Estética*. La peculiaridad de lo estético. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1974.
- LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Trad. Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985a.
- _____. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1985b.
- _____. *Grundrisse: lineamentos fundamentais para la crítica de la economía política 1857-1858*. Vol I. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura, 1985c.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In. MARX, K. – ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- MESZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2006.

INTELECTUAIS DA EDUCAÇÃO E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DA CULTURA ESCOLAR SERGIPANA (1910-1935)

Cristina de A. Valença C. Barroso(UFS)

Marília Silva Correia(UFS)

O encadeamento das ações dos intelectuais da educação ao empreender reformas que propunham renovar práticas escolares, métodos e processos pedagógicos definiram a conformação do campo educacional sergipano durante a primeira metade do século XX. Assim, o objetivo desse texto é identificar os intelectuais da educação, suas ações e estratégias relativas a disseminação dos preceitos da Pedagogia Moderna, bem como compreender o alcance dessas ações na formatação de uma cultura escolar percebendo as possíveis mudanças provocadas por esses agentes da educação.

Trata-se de um estudo inicial e por isso a idéia, nesse momento, não é traçar a história de vida desses personagens que atuaram no campo educacional sergipano desvelando existências narradas em possíveis seguimentos ordenados pela lógica ou pela cronologia. A intenção se baseia em entender as ações que moveram as reformas educacionais, as idéias defendidas e a forma como estas foram difundidas e, posteriormente, perceber as representações construídas por e sobre esses intelectuais da educação.

O relato muitas vezes não permite a compreensão de uma seqüência de acontecimentos contínuos, pelo contrário, o real é descontínuo como afirmou Bourdieu ao discorrer sobre o fazer biográfico³⁹. Dessa forma, sabendo que a produção dos sentidos não é linear e na tentativa de evitar a construção de uma ilusão retórica, as atuações dos intelectuais da educação foram tomadas nesse estudo observando a relação das ações com o ideal defendido.

Mas para reconhecer a conformação do campo educacional através da trajetória e das ações desses intelectuais da educação faz-se necessário perceber as relações estabelecidas entre esses agentes e o campo, entre os agentes e os outros grupos pertencentes ao mesmo campo. Ou seja, compreender o que Bourdieu chamou de *superfície social*, esta definida como “o conjunto de posições simultaneamente ocupadas num dado momento por uma individualidade biológica socialmente instituída e que age como suporte de um conjunto de atribuições que lhe permitem intervir como agente eficiente em diferentes campos”⁴⁰. Assim, os intelectuais da educação presentes nesse estudo apesar de pertencerem ao campo educacional, de pensarem os problemas da educação, de difundir preceitos pedagógicos através de publicações e preleções, de ocuparem cargos de gestão próprios desse campo também freqüentavam, tinham relações e interferiam em outros campos, principalmente o político e cultural.

³⁹ BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.p.184. (Ciências Sociais da Educação)

⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: **Usos de Abusos da História Oral**. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira(coords). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.190.

Os intelectuais da educação, aqui muitas vezes chamados de reformadores ou agentes da educação, são caracterizados como aqueles que pensaram em formas de modernizar o ensino primário, normal e secundário. Aqueles que planejaram, idealizaram e que criaram formas de regulamentar a educação. Foram também chamados de intelectuais da educação aqueles que serviram como difusores ou que tentaram implantar na prática escolar os princípios de modernização pedagógicos presentes no ideário republicano. Seus papéis ou funções serviram como meio possível de identificá-los.

Para compreender a ação dos intelectuais no campo educacional sergipano é preciso avaliar não só sua formação, mas sua produção cultural e educacional, seu envolvimento com iniciativas reformadoras e, principalmente, suas relações com a classe dirigente e dos cargos por eles ocupados.

Muitas vezes articulados com as organizações partidárias, instituições culturais e mesmo com o serviço público, esses intelectuais da educação escreveram um caminho peculiar na história da educação sergipana. A disseminação dos ideais reformistas através das conferências, a produção de livros e ensaios, os debates nos jornais, as ações públicas determinadas por órgão administrativos da instrução, a fiscalização e as orientações das práticas escolares, a implementação de programas, currículo e regulamentos foram os meios pelos quais esses intelectuais da educação interferiram na formatação do campo educacional. Assim, entende-se nesse estudo como intelectuais da educação não só aqueles que pensam ou elaboram situações ou soluções para os problemas educacionais, mas que através delas interferiram na conformação do próprio campo.

A pretensão aqui não é definir o que seria intelectual da educação, mas estabelecer critérios que poderiam caracterizá-los a partir das suas ações e do nível de influência que exerciam sobre o campo educacional. Nesse rol foi possível identificar um número apreciável de profissionais liberais, funcionários públicos e particulares, efetivos da carreira docente e administradores públicos. Funções que traduziam, em ampla medida, as possibilidades de acesso, a influência e o poder de interferência no campo. Entre os intelectuais da educação que atuaram no campo educacional sergipano nas primeiras décadas republicanas estavam presidentes de estado, diretores da instrução pública, inspetores do ensino, delegados do ensino, professores, médicos, advogados e farmacêuticos. Não era incomum encontrar nesse período a presença dos profissionais liberais ocupando cargos de gestão das atividades públicas, principalmente no campo educacional no qual ainda não havia um número significativo de profissionais formados na área.

Não resta dúvidas que parte desses agentes que atuavam no campo educacional e que contribuíram para a difusão dos princípios da Pedagogia Moderna tinham aproximações com a classe dirigente devido às ligações materiais e sociais de suas famílias e/ou por laços de empatia. Muitos deles, ligados ou não aos cargos administrativos da instrução pública, galgaram certas posições no campo por pertencerem a famílias de grande representação no campo político, como o caso de Rodrigues da Costa Doria, Gracho Cardoso, Carvalho Neto e Manoel Dantas. Conforme Miceli⁴¹ muitos letrados utilizavam-se do capital das relações sociais como um dos únicos meios de galgar ingressos em carreiras políticas, ou mesmo para conquistar cargos públicos de relevância e de prestígio social.

O recrutamento desses intelectuais coincidiu justamente com a expansão de mercado e de postos disponíveis principalmente no setor público. Dentre eles é possível citar Baltazar Goes, Adolpho Ávila Lima, Ítala da Silva, Clodomir Silva e Manoel Franco Freire

⁴¹ MICELI, Sérgio. **Poder, sexo e letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

que contribuíram para institucionalizar as atividades culturais e educacionais sergipanas. Outros cuja influência era fruto dos cargos que ocupava como Helvécio de Andrade, Carvalho Neto e Manoel Franco Freire que atuaram como professores, inspetores e diretores da instrução pública. Além deles é possível identificar Abdias Bezerra, Augusto da Rocha Lima, Penélope Magalhães, Baltazar Goes e Edgar Coelho que atuaram ou como professores e/ou como inspetores. Dente eles, destacam-se a atuação de Abdias Bezerra, Franco Freire, Penélope Magalhães e José Augusto da Rocha Lima que atuaram também como técnicos que viajaram para outros estados com a intenção de observar os sistemas educativos aplicados nesses locais e implantá-los em reformas sergipanas.

As ações quase sempre eram definidas pela posição do sujeito no campo, desse modo a função que estavam ocupando contribuía para aumentar seu poder de interferência. Essas interferências, por conseguinte, ajudava a entender as ações, mas não eram determinantes delas, isto porque muitas vezes a atuação do inspetor ou mesmo do professor, por exemplo, pode ter sido mais incisiva do que as ações de um presidente de estado ou diretor da instrução pública ao emitir leis, ofícios, pareceres. Isto não quer dizer que os instrumentos legais oriundos desse poder não lhes concedessem capacidade de intervenção, mas o que se esta afirmando é que a posição no campo ajuda a compreender o nível de interferência, mas não é determinante. Em alguns casos, a atuação de um professor poderia ser mais incisiva nas mudanças na configuração geral da educação do que a própria lei.

A atuação desses intelectuais da educação destacava a reavaliação das funções escolares e dos planos de reformas direcionados a construir caminhos para restaurar a civilidade, para recuperar o atraso brasileiro, para instaurar a ordem e o progresso. Acreditavam que esse atraso era, sobretudo, conseqüência no número de analfabetos. A proposta então discutida circulava em torno da necessidade de reformar a escola tornando-a acessível, ou seja, defendiam um sistema educacional uniforme, público e gratuito com a finalidade democratizar o ensino. Entendiam que os problemas educacionais poderiam ser minimizados com reformas que empreendessem nexos entre as necessidades educacionais as necessidades determinadas pela complexidade social decorrente do movimento de industrialização pelo qual passava o País.

As produções fruto das atividades desenvolvidas por esses intelectuais da educação refletem a tentativa de dotar o sistema educacional de uma rede de saber estável com base no ideal modernizador republicano. Além disso, através das reformas buscam institucionalizar a atividade intelectual e ao mesmo tempo garantem a legitimidade das práticas escolares tidas como aptas para preparar o homem republicano. Dessa forma, a difusão da cultura por meio da educação corria em mão dupla, tanto instituições culturais como educacionais eram utilizadas por esses intelectuais da educação como palco para a propagação dos ideais republicanos para a educação, dos ideais da Pedagogia Moderna.

O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca Pública Epiphânio Dória, a Escola Normal, o Atheneu Sergipense, os gabinetes de leitura, a Hora Literária, a Academia Sergipana de Letras eram instituições que serviam como instâncias de consagração cultural e reconhecimento dentro do campo educacional e cultural. Como instituições leigas, também serviam para direcionar e orientar as atividades intelectuais. Nesse período, Sergipe apresentou um crescimento visível da produção literária com a instalação de instituições dedicadas à difusão do conhecimento.

Era através da Hora Literária fundada em 1911, mais tarde se transformou na Academia Sergipana de Letras, do Centro Literário Educativo(1914) e do Centro Pedagógico Sergipano de 1918 que esses homens de saber discutiam as principais diretrizes para as reformas educacionais. O Centro Literário Educativo, fundado com o apoio de Helvécio de Andrade, tinha a pretensão de servir para o desenvolvimento

intelectual do Estado. Suas intenções foram difundidas numa conferência dirigida as alunas da Escola Normal, em 1914, intitulada “o Beijo” e publicada no jornal *Correio de Aracaju*. Já o Centro Pedagógico Sergipano foi destinado a congregar em seu seio as atividades intelectuais que se aplicavam ao ensino público por uma ação conjunta de médicos e professores para impulsionar e sustentar o movimento de modernização pedagógica.

Helvécio de Andrade sob o pseudônimo de Evandro Alves afirmava que: “Centro Pedagógico Sergipano logo que inicie as suas funções, deve ser considerado de utilidade pública”⁴². Florentino Menezes teceu um breve artigo publicado no *Jornal do Povo*, em agosto de 1918, expondo as práticas dessa instituição e os objetivos da fundação da mesma. No entanto, ao analisar o Livro de ata encontrado no Arquivo do Estado de Sergipe, percebeu-se que essa instituição teve uma vida muito efêmera, apesar da importância de sua proposta para a formação de uma intelectualidade sergipana a par das discussões pedagógicas.

Nesses espaços os intelectuais da educação promoviam conferências, palestras, aulas, debates, produziam artigos sobre educação, sobre as atividades escolares, sobre as novas propostas metodológicas. Funcionavam não só como difusores de cultura, mas também como agências pedagógicas que engendravam os projetos das reformas educacionais. Nesses locais o trânsito da intelectualidade sergipana era respaldado pela congregação e representação destes no campo. Além disso, nesses ambientes participavam ativamente do processo de modernização como também ajudavam na construção da identidade sergipana.

Um aspecto marcante do *campo intelectual* sergipano nas primeiras décadas do século XX eram os pronunciamentos, os discursos e as publicações. Eles assinalavam a representatividade dos intelectuais junto à sociedade. Chartier, ao explicitar a noção de *representação*, disse que ela permite articular três registros, a saber:

*As representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de pensamento a partir dos quais eles classificam, julgam e agem: por outro lado, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ser reconhecidas; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instancias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada*⁴³.

Muitos desses intelectuais da educação tinham projeção nacional, como era o caso de Rodrigues Dória, Helvécio de Andrade, Augusto da Rocha Lima que assumiam cargos de prestígio por consequência das posições que ocupavam no *campo educacional* e *intelectual* sergipano. Enquanto que Rodrigues Dória foi deputado federal e professor de Medicina e Direito na Bahia, Helvécio de Andrade foi inspetor em Santos, trabalhou como médico na Santa Casa de Misericórdia participou das reformas paulistas juntamente com Caetano de Campo e atuou por muitos anos como diretor da instrução pública em Sergipe.

Os intelectuais da educação autorizados pelo poder dos cargos que ocupavam na estrutura educacional e resguardados pela legitimidade das instituições culturais das quais faziam parte inscreviam ações que desenhavam valores, normas e princípios educacionais

⁴² ALVES, Evandro. “Nulla die sine línea”. **O Imparcial**. Aracaju, 22 de agosto de 1918, Ano I, n. 19. p. 01. Col. 03.

⁴³ CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002. p. 53.

que eram interiorizados e que corroboravam para nortear as práticas escolares e suas representações, ou seja, a cultura escolar.

Dentro desse período de consolidação da educação pública houve uma construção de significados que representaram a educação como um exercício do direito e de cidadania, além disso, estava delineada como possibilidade de remodelação da ordem social. Dessa forma, pensar na possibilidade de implantar um Jardim de Infância em Sergipe foi uma oportunidade que se encaixava com as pretensões políticas e com as necessidades sociais da época.

Para compreender a atividade intelectual no campo educacional sergipano seria importante avaliar não só o efeito simbólico dos discursos científicos sobre o campo, mas também as ações do grupo dominante que determinavam o exercício de imposição de definições, princípios ou representações que prevaleciam na memória coletiva e que estivesse o mais próximo possível da identidade legítima. Como lembra Souza, aqueles que estão posicionados no pólo de dominação das relações de forças simbólicas agem no sentido de deliberar “os princípios de definição do mundo social em conformidade com seus interesses”⁴⁴. Nesse jogo de reapropriação do poder na dominação simbólica, faz-se necessário entender quem eram esses agentes, quais estratégias foram utilizadas para galgar posições privilegiadas na estrutura do poder do campo educacional.

As perspectivas estavam desenhadas de acordo com o discurso que determinadas reformas adquiriam ao longo dos anos, ora defendiam a regeneração e a civilização social, ora a uniformização e a racionalização do ensino. Apesar disso, esses discursos se entrelaçavam em um único objetivo, instituir a modernização do ensino.

A difusão dos ideais reformistas através das conferências, palestras, a produção de artigos na imprensa sergipana, de ensaios, livros, compêndios e discursos contribuíram para formatar as ações públicas da instrução. Isto porque a maioria dos idealizadores das reformas educacionais ocupava cargos administrativos, o que proporcionava um maior alcance das suas ações. Assim, a fiscalização, as orientações das práticas escolares, a implementação de programas, currículo e regulamentos foram os mecanismos pelos quais esses intelectuais da educação se valeram para instituir as reformas interferindo na formatação do campo educacional.

Os reformadores também se valiam das instituições culturais e educacionais como palco para a propagação dos ideais republicanos para a educação, dos ideais da Pedagogia Moderna. Falar em nome de determinadas instituições lhes garantia legitimidade de seus discursos, por esse motivo que a maioria dos intelectuais identificados nesse estudo estavam atrelados as instituições como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Hora Literária, dos gabinetes de leitura, do Centro Pedagógico Sergipano, do Centro Literário Educativo, da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e outros.

Quando não falavam em nome de alguma instituição cultural, vinculavam seus discursos a algum órgão de divulgação como os jornais e revistas pedagógicas. Mesmo aqueles que não tinham muita projeção no campo educacional, ao emitirem seus relatórios ou suas reflexões sobre os problemas educacionais o faziam respaldado em autores de procedência científica já legitimados pelo campo.

Para compreender a trajetória desses intelectuais no campo educacional é preciso percebê-los dentro de uma configuração que envolve outros sujeitos, lutas pelo poder, conflitos de interesses, a busca pela legitimidade profissional e ideológica. Por isso é

⁴⁴SOUZA, Cristiane Vitória. **A República das Letras**. 1889-1930. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura). p. 27.

comum encontrar querelas, desentendimentos e discussões publicados por eles nos periódicos sergipanos.

As ações desses reformadores se complementam no ideal defendido, mas também revelam intenções que caracterizam as estratégias de conquista de posições que definem o nível de interferência e, conseqüentemente, de poder sobre o grupo, sobre o campo. Foi a seqüência dessas ações que possibilitaram a conformação do campo educacional.

Esses conflitos demonstram que o processo de implantação da modernização pedagógica em Sergipe não foi um processo simples. Pelo contrário, através da leitura dos textos normativos percebe-se que nem sempre o que a lei determinava era realmente cumprido, por isso as reformas educacionais investiram no serviço de inspeção escolar tornando-os mensageiros das determinações legais e porta-vozes dos ditames da Pedagogia Moderna.

Esses intelectuais também moviam debates em defesa da implantação dos novos princípios projetando na possibilidade de inovação metodológica o sucesso do ensino escolar. Suas ações, de certa forma, geravam a difusão da prática educacional que estava composta por idéias e valores que incorporavam o pensar republicano de modernização. Essas ações também estavam relacionadas aos cargos que ocupavam na estrutura educacional, eles poderiam exercer tanto cargos administrativos bem como poderiam exercer outras funções como inspetores e professores. Além deles, pode-se enumerar os delegados de ensino, os diretores de escolas, os professores primários, os diretores da instrução pública e os conselheiros que promoveram não só a difusão dos princípios reformadores, mas contribuíram para a formação de uma cultura escolar sergipana durante as primeiras décadas republicanas.

Referências Bibliográficas

ALVES, Evandro. “Nulla die sine línea”. *O Imparcial*. Aracaju, 22 de agosto de 1918, Ano I, n. 19. p. 01. Col. 03.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

_____. “A ilusão biográfica”. In: *Usos de Abusos da História Oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira(coords). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

SOUZA, Cristiane Vitório. *A República das Letras. 1889-1930*. São Cristóvão: UFS, 2001. Monografia (História Licenciatura).

**HOSPITAL SÃO JOÃO DE DEUS E TEATRO SÃO PEDRO EM RUÍNAS: UMA
PROPOSTA DE TRABALHO EM ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM LARANJEIRAS
(SE)**

*Danielle de Oliveira Cavalcante
(Graduanda em Museologia UFS/Bolsita PIBIC-CNPQ)*

*Jeanne Almeida Dias
(Mestranda PROARQ – UFS)*

*Janaina Cardoso de Mello
(Orientadora PROARQ – UFS)*

Laranjeiras é a segunda cidade mais antiga do Estado de Sergipe, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desde 1996, cidade como poucas onde ainda podem se destacar através da grande presença da arquitetura colonial, com grande quantidade de ruas, igrejas e casarios construídos em modelo português nos séculos XVII, XVIII e XIX, tornado uma cidade de grande potencial turístico devido a sua paisagem.

Segundo Nadja, a modernidade dentro de um contexto urbano, vai trazer idéias de mudanças no âmbito social, como uma forma de ruptura com o passado. Dando isso como consequência para a destruição e perdas no espaço da cidade, podendo ser percebidas principalmente quando é existente elementos da cidade antiga e ao lado possuem elementos modernos. Muitas transformações ainda vêm sofrendo as cidades brasileiras sobre diversas formas: urbanas, sociais, econômicas e culturais. (SANTOS, 2009, p.16)

É nesse aspecto que podemos enquadrar a cidade de Laranjeiras-SE, como sendo uma cidade que sofre com a gradativa evolução na porção da materialidade, se modificando e desaparecendo nas renovações e nas modernizações, processo em que também há muitas marcas presentes nas memórias de diferentes grupos sociais. Ainda que a memória se afirme nas continuidades urbanas, o esquecimento está presente na deteriorização daquilo que já é passado. (SANTOS, 2009, p.16)

Assim ao “texto” produzido, a partir da análise da cultura material desenvolvida por grupos humanos, quando estudados na cidade, é acrescido de outro importante testemunho, as estruturas físicas que conformam o ambiente. Nesse sentido, o estudo das ruínas, atrelado aos aspectos de memória, *habitus* e *ethos*, torna-se importante instrumento para o entendimento das percepções desses grupos acerca do tempo e da espacialidade ocupada ou não. Nessas bases, se estabelece a presente proposta de estudo, pois aborda concepções, subjetividades e apreensões, a partir de dois espaços privilegiados à usos humanos, no que tange seus aspectos sociais, econômicos e/ou políticos.

Nas Ruínas, pode-se perceber este elemento efêmero: as suas constituições materiais modificam-se pela ação do próprio tempo, além da ação que é promovida pelo homem. Construções abandonadas estão à mercê deste constante processo de esfacelamento. (FERREIRA, 2006 p.03)

Beatriz, ainda completa em seu texto “OS SILÊNCIOS DA CIDADE - As Ruínas e suas capacidades memoriais, que através das ruínas é possível refletir certos comportamentos sociais, e ter acesso, assim, ao pensamento daqueles que são responsáveis por sua criação, já que as memórias estão impregnadas também nos lugares. (FERREIRA, 2006 p.03)

Possibilita assim a partir de uma perspectiva da Arqueologia Histórica, estudar o espaço ocupado e modificado pelo homem, na compreensão das ruínas de Laranjeiras (SE), compreendidas entre o antigo Hospital São João de Deus e às ruínas do Teatro São Pedro, na forma de resgate desses grupos pertencentes a um ambiente arquitetônico urbano pouco conhecido e reconhecido pela sociedade moderna na sua relação com o ambiente social e urbano.

Segundo Vítor Jorge, o qual em seu texto a arqueologia como uma forma de cultura define como sendo de um grande papel social e como algo que necessita cada vez mais da coletividade, na necessidade de assegurar a coesão social através de sinais palpáveis, materiais, visíveis, do passado e da coletividade. (JORGE, 2000 p.93)

A Arqueologia Histórica produz estudos que ultrapassam a mera coleta de objetos, produzindo interpretações a respeito do fazer e do viver de uma sociedade. Através do estudo da cultura material podemos entender a estrutura espiritual da sociedade e, a partir da exploração material, compreender a estrutura e as suas relações de poder. (FUNARI Apud ORSER, 1992)

Na América, nas últimas décadas do século XX, com a ampliação do conceito e do campo da Arqueologia Histórica, um dos seus ramos passou a considerar a cidade como um todo e a cultura material de seu subsolo como objeto de estudo da Arqueologia Urbana. (SANTOS, 2009, p.41)

Ou seja, a cidade antiga começou a ser objeto de estudo da Arqueologia a partir da sua compreensão de sua dimensão espacial. Foi através do espaço, tempo e destruição que fez nascer a Arqueologia Urbana, sendo utilizada na contribuição para a geração do seu conhecimento sobre a cultura material e a preservação do Patrimônio Cultural da Cidade de Laranjeiras (SE).

La arqueología urbana nació como un área de investigación de carácter interdisciplinario; entrar al pasado significa sumarle a la arqueología la historia, poner los restos materiales junto con los documentos escritos y gráficos, tres formas de registros diferentes, y usarlos juntos para interpretar el pasado. (SCHÁVELZON, 2002 p. 203)

Buscando recuperar a identidade dos grupos locais num sentido social e histórico, através dessas ruínas, levando a um nível de conhecimento da população aí existente, visando a valorização patrimonial e salvaguarda, como sendo de dever de todos os cidadãos.

Esse estudo é importante por muitas razões, partindo do contexto de um habitat pelo qual se construiu a civilização, sendo um dos mecanismos em que a comunidade escolheu entre muitas possibilidades, para reunir uma massa de energia, pensamentos e relações

sociais suficientes como para edificar as diferentes culturas que tem havido na terra. (SCHÁVELZON, 2002 p. 204)

No desenvolvimento desse estudo, como forma de identificar e registrar as informações de tais ruínas será necessário a sua separação por etapas que terão o objetivo da realização do referido estudo.

Pesquisar as origens e o desenvolvimento histórico dessas ruínas, realizando assim pesquisas junto a prefeitura de Laranjeiras, na Biblioteca do IHGSE, nos arquivos de Laranjeiras e Aracaju em busca de informações adicionais sobre o estudo em questão, visto que os documentos primários como registros oficiais (certidões de nascimento e de óbito, material de recenseamento, estatísticas oficiais) e registros pessoais (cartas, diários, memórias), são necessárias ao arqueólogo, por conter informações sobre o passado que não pode ser disponibilizado por nenhuma outra fonte.

Além de entrevistas com moradores locais em busca das memórias sobre os prédios/ruínas em análise, que segundo Orser, (1992, p.45) caracteriza a informação oral como muito útil, em geral, nos casos em que o sítio em estudo foi ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas, ou nos casos em que o arqueólogo deseja conhecer a história do sítio após seu uso pelo povo que originalmente o construiu e usou, como é o caso das ruínas em estudo.

Para esse presente estudo, serão utilizados também estudos através da arquitetura, visando à cultura material representada assim pelas estruturas arquitetônicas.

Segundo Orser (1992) em seu livro Introdução à Arqueologia Histórica, faz menção a Arquitetura como sendo uma importante fonte para a Arqueologia Histórica, visto que ambos tem o objetivo pelo construído.

Todos os arqueólogos estudam os solos nos quais se encontram artefatos a fim de obter informações sobre quando estes artefatos foram depositados e que forças naturais – vento, chuva e enchentes – atuaram após seu depósito original. O mesmo se refere às estruturas arquitetônicas. (ORSER, 1992, P. 37)

Andrés Zarankin(2002), define a Arquitetura como sendo de forma útil e um ato de comunicação. Considerando que os edifícios fazem parte de uma narrativa cujo discurso está representado na arquitetura como um tipo de linguagem não-verbal.

Para realização do referido estudo serão necessárias leituras e discussões teórico – metodológicas sobre a Arqueologia Histórica e procedimentos de pesquisa e consolidação de ruínas. Possibilitando através da Arqueologia com sondagens e coletas, revelações da integridade possível na identificação do que foram tais estruturas, e o que o passado nos legou de tais paisagens humanizadas, recuperando dados, catalogando e higienizando os materiais encontrados nas ruínas, com a devida permissão dos órgãos responsáveis.

Na edificação, das pigmentações originais das paredes, os registros fotográficos tomados do edifício, com seus detalhes e arredores, filmagens com uma análise estratigráfica dos locais.

Entretanto, a partir do material coletado almeja-se com os resultados a elaboração de desenhos arquitetônicos e se possível a elaboração de maquetes em 3D com a colaboração do Núcleo de Arquitetura.

Em outra etapa, analisados os dados, será elaborado um documento/relatório encaminhado a prefeitura de Laranjeiras e ao Iphan-SE, além da realização de uma exposição fotográfica das ruínas no Campus Laranjeiras. Durante a realização das

pesquisas haverá a elaboração dos relatórios semestrais, de artigos e a apresentação de trabalhos em eventos científicos.

Tais edifícios, freqüentemente vistos por não-arqueólogos simplesmente como prédios velhos, fornecem ao arqueólogo indícios do passado que, de outra maneira, muitas vezes seria extremamente difícil visualizar. (ORSER, 1992 p.38)

Dessa forma a pesquisa através da Arqueologia Histórica irá contribuir para a consolidação das ruínas, com a preservação do Patrimônio local e a possibilidade de, a partir de informações coletadas, produzir conhecimentos capazes de corrigir distorções construídas historicamente aos enfoques dados no presente trabalho que busca um melhor entendimento do papel desempenhado pelo conjunto edificado em Laranjeiras/SE, remontando a sua materialidade, no entender histórico, social, econômico e cultural da sociedade que ali se fez presente.

As ruínas, materiais ou imateriais, serão o ponto de partida para a elevação da tarefa de resgate do passado para o presente, restos materiais que podem demonstrar aspectos, que a documentação oficial não nos revela sobre tais ruínas.

Referências Bibliográficas

- FERREIRA, Beatriz Rodrigues. *OS SILÊNCIOS DA CIDADE - As Ruínas e suas capacidades memoriais*. In: Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB/ Rio Grande – RS, 2006.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. São Paulo. Editora Ática, 1988.
- JOHNSON, M. *Teoria Arqueológica, Una introduccion*. Ariel Historia.
- JORGE, Vítor O. *Arqueologia Patrimônio e Cultura*. Instituto Piaget – Lisboa, 2000.
- LEMOS, Carlos A. C., *O que é Patrimônio*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ORSER Jr, Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Tradução Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1992.
- SANTOS, Nadja Ferreira. *Interface entre arquitetura e Arqueologia na preservação do patrimônio cultural urbano*. Pelotas, 2009. 156f
- SCHÁVELZON, Daniel. *El Futuro do Pasado: Indagaciones en arqueología urbana*. Ciudad y Ciudadanos: Aporte para lãs ensinãza Del mundo urbano, compilado por Silvia Alderoqui y Pompei Penchansky, pps. 199 – 215, Cuestiones de Educación, N°36, Editorial Paidós, año 2002.
- ZARANKIN, Andrés. *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires*. Campinas. CHAA-IFICH - UNICAMP/FAPESP. 2002.

A SEGURANÇA PÚBLICA MULTIFACEADA NO BRASIL: AS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO AO ESTADO PARALELO COMO AGENTE RECRUDESCEDOR DO DIREITO À CIDADANIA

*Deyvid Braga Ferreira
Mestrando em Educação
Universidade Federal de Alagoas*

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as forças de segurança pública possuem uma peculiaridade especial que as torna únicas no mundo. Conforme o art. 144 da Constituição Federal de 1988, possuímos atualmente 04 diferentes órgãos encarregados da segurança pública. São eles: Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), Forças Federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal), Forças Estaduais (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar) e Força Municipal (Guarda Municipal). Cada qual com suas atribuições e papéis definidos e distintos.

A ação do governo cada vez mais deve se pautar pelo respeito aos direitos humanos (em especial à vida e a segurança) e à cidadania. Se, por um lado, isso equivale ao desenvolvimento do indivíduo como valor fundamental da sociedade moderna e pelo consequente fortalecimento das instituições democráticas; por outro, isso põe novas questões a forma de sociedade que almejamos e da organização do próprio sistema social vigente.

Diante desta perspectiva, a proposta é repensar se a política de enfrentamento adotada para o combate ao crime organizado coaduna com o direito a Cidadania previsto em nossa Constituição, tendo na figura do aparato policial seu parceiro; ou se realmente existe uma mitigação desse direito na política de enfrentamento, gerada pelo não fornecimento de: equipamentos, técnicas e táticas adequadas ao labor policial?

2. A “POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO” NA SEGURANÇA PÚBLICA

2.1. OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No Brasil, após o fim do período ditatorial militar, pensou-se que os direitos fundamentais seriam amplamente difundidos e consolidados. Ledo engano. Fora justamente *durante a ditadura, que os dirigentes de nosso País, evitando-se assim de sujar as mãos com o sague dos presos políticos* (SOUZA, 2006), que o governo *teve a ideia de se juntar presos comuns (com pouca escolaridade) aos presos políticos (elevado grau escolar) na tentativa de que tal junção fosse um castigo. O que se queria realmente era que os presos comuns (que possuíam certo grau de periculosidade), engalfinhassem aqueles que eram politicamente perigosos para a manutenção do regime estatal. Isto aconteceu, sem dúvida, mas de forma inversa. Os presos políticos inculpiram nos demais sentimentos de unidade e fraternidade, conseguindo disciplinar as suas ações.*

É daí que nasce o embrião do que mais tarde se chamaria de: crime organizado, estado paralelo ou não-estado.

Buscando subsídios em VARELLA (1999) e fazendo um liame com BONAVIDES (1999), poderemos perceber que não existe nenhuma incongruência em tipificar, de forma igualitária, os três institutos, tendo em vista que *a ausência do Estado de Direito abre espaço para os oportunistas, pois; se aproveitam do quadro de extrema necessidade da população para oferecer-lhes uma “pseudo” ajuda e em contrapartida, compactuam com seus ditames. Por esse prisma, realmente, existe a instituição de um poder paralelo ou mesmo de um Estado paralelo que governa ocultamente e de fora das instâncias de expressão democrática da vontade política do povo, sendo que a lei que impera neste local não é uma norma oficial, é algo originado por uma subcultura de contravalores, nitidamente enraizada no crime organizado.*

Eis que nada dura para sempre. Com o advento do fim do regime ditatorial militar e a conseqüente liberação dos presos (políticos e comuns), houve uma migração destes para as periferias das cidades/ centros urbanos. Nestes locais, devido a pouca ou inexistente presença do Poder Público, o estado paralelo conseguiu instalar-se mais facilmente.

A migração da criminalidade para essas áreas, ocorre pela *falta de infra-estrutura urbana de equipamentos e serviços (saneamento básico, sistema viário, energia elétrica e iluminação pública, transporte, lazer, equipamentos culturais, segurança pública e acesso à justiça), além da ociosidade e da baixa oferta de postos de trabalho* (KAHN, 2002).

Mas o que seria esse tal “crime organizado”. Qual o nível de organização destes criminosos?

Segundo REINER (2004), podemos definir o crime organizado de duas formas: a primeira seria *o modelo tradicional, que possui um sistema de clientela (com lealdade e obrigação), impõe a lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas, cultiva o conceito de honra, uso da violência ou da intimidação e conta com a proteção de setores do Estado. Existe, também, o modelo Empresarial, conta com os mesmos requisitos, só que agrega valores de mercado, tais como: com hierarquia própria, planejamento, divisão do trabalho e previsão de lucros etc.*

Será justamente a segunda forma que predomina em nosso País.

Na última década, pôde ser observado o crescente e vertiginoso aumento da criminalidade no Brasil. Houveram diversas rebeliões de presos, que foram coordenadas simultaneamente com exemplar maestria pelos seus idealizadores além de assassinatos de presos rivais. Com tal postura, o crime organizado mostrou-se de uma forma que as pessoas comuns não conseguiam enxergar.

Ist se deveu/deve por que o *estado paralelo, em relação a prática de ilícitos: comanda, trafica, mata, rouba, fazem "leasing" de armamento pesado, escambo de drogas por armas, criam "sites" criptografados, tanto com o objetivo de obter vantagem econômica ou material indevida como para demonstrar controle e domínio pela difusão do medo, com fechamento de comércio local, eliminação de agentes públicos e seus familiares e facções rivais* (SOARES, 2006).

Em meio a todo este caos, eis que o Estado de direito determina uma nova forma de política; a política do enfrentamento; para suprir a lacuna social que Ele próprio havia semeado. *Deve-se entender a política de enfrentamento como sendo o confronto armado, de forma direta, ente a força policial e o estado paralelo; onde o não-estado faz uso de armamentos com alto poder de destruição e que podem ser usados a longas distâncias, como é o caso dos fuzis, carabinas e rifles utilizados pelo crime organizado. Além disto,*

utilizam-se de táticas de guerrilha, obstruem vias e entrincheiram-se em locais estratégicos (LIMA, 2007).

Decerto que a crise na segurança pública não é problema exclusivo de um ou outro estado da Federação, posto que se tratam de questões que vêm sendo discutida a nível nacional, ante a crescente onda de criminalidade que toma conta da sociedade atual. Criminalidade esta, ditada pela imposição do estado paralelo.

É justamente no cenário apresentado, que surge a atuação da “*longa manus armada*” do Estado, a força policial.

Conforme nos mostram BALESTERI (2002) e REINER (2004), a criação do aparelho coercitivo estatal, teve como norte *amanutenção do próprio Estado de direito, com atuação decisiva para sua defesa contra os “inimigos”, além de manter a ordem e a disciplina. Fora baseada no modelo de administração do Exército. No regime ditatorial, atendia as necessidades do Estado. Sempre era treinada para combater os inimigos estatais. Pautada na hierarquia e disciplina, só havia comandante e subordinados que não eram pagos para pensar e sim executar a ordem dos que hierarquicamente eram superiores.*

Mas não é isto que queremos como perfil de alguém incumbido de “promover a cidadania”. A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que deve envolver um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e obrigações a todos.

Segurança pública pressupões um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos.

2.2. O DIREITO A CIDADANIA

No ideário burguês, ser cidadão não é apenas possuir o direito de votar e ser votado. Para Carvalho (2006), a Cidadania plena seria junção dos direitos: Civis (garantem a vida em sociedade); Políticos (garantem a participação no Governo da Sociedade) e Sociais (garantem a participação na riqueza coletiva).

Entretanto este não é o quadro e nosso País. Dados do IBGE mostram que milhões de crianças ainda encontram-se alijadas de tudo, pois não possuem sequer um registro de nascimento, gratuito por lei e negado ao exército de indigentes que passam de milhões no Brasil.

Este quadro não é privilégio de agora, é um retrato que perdura de nossos ancestrais exploradores/ colonizadores que preferiam entregar milhares de orelhas dos rebeldes a fomentar uma unicidade. Fomentar um sentimento de união, de povo, de cidadão, de Brasil em nossa colônia Portuguesa.

No período compreendido entre 1500 à 1822, nosso País serve apenas de fonte de lucro a colônia Portuguesa, não tendo o que se falar em cidadania presente em nosso território. Milhares de indígenas e negros são escravizados, seviciados e mortos, pois são tidos como coisas e não como pessoas. Para satisfazer a classe dominante, bandeirantes e capitães do mato entregavam milhares de pares de orelhas a quem incomodasse o governo.

Só quem frequenta as escolas são os homens bons, ou seja, quem detinha uma certa quantidade de riqueza. É para eles que se destina a segurança pública. Aqueles

que desejavam cursar uma faculdade deveriam ir a Europa. Este detalhe é interessante, pois os delegados de província eram bacharéis formados, quase que exclusivamente, em Lisboa

No período compreendido entre 1822 à 1930, continua-se a política do “homem-bom”. A cidadania continua restrita a quantidade de terras, escravos. Somente quem tem posse é que ocupa cargos públicos. O ponto de destaque é a abolição da escravatura em 1888, que liberta os escravos, mas não propicia condições para que além da população liberta prosperar, sejam incorporados direitos civis a toda a população. Votar e ser votado continuavam sendo privilégio do “poder político local”.

A partir do final do Século XIX e início do Século XX começa o processo de industrialização no Brasil, e conseqüentemente, a luta pela implementação de direitos. Entretanto, continua precária a cidadania e, em consequência, os direitos civis, políticos e sociais. Aqui, destacamos a crise de 1929 para o novo regime entrante.

Entre 1930 a 1964 haverá uma aceleração nas mudanças político –sociais. O governo, devido a crise de 1929, avança sensivelmente no campo dos direitos sociais, propiciando uma legislação trabalhista (1943) e previdenciária, além de criar o ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em relação aos direitos políticos, este teve uma evolução mais demorada, devido as instabilidades (governos democráticos e ditatoriais) sofridas em nosso País. Pela primeira vez, é dada lisura ao voto popular e secreto. Cria-se um sentimento de nacionalismo, de identidade nacional, devido a real participação popular no governo.

Entre 1964 à 1985 podemos vislumbrar três momentos distintos. O primeiro vai de 1964 a 1968 e representa um cerceamento/ alijamento de repressão aos direitos civis e políticos. Os direitos econômicos são tolhidos, devido a crise inflacionária enfrentada. Em 1968 é que os direitos sociais apresentam significativa melhora. Entre 1968 a 1974 teremos o total tolhimento dos direitos civis e políticos (a própria cidadania). É o período de maior repressão política do País, sendo que o governo é administrado por Atos Institucionais, onde o mais famoso e antidemocrático será o AI5.

Mesmo com tamanha repressão, consegue-se índices de crescimento. Apesar deste crescimento, o salário mínimo “consegue” decrescer. A partir de 1974 existe uma tentativa de transigir do sistema repressor ao liberal, mas este sofre forte oposição dos pares militares do então presidente. Paulatinamente revoga-se as leis repressoras até que em 1985 é eleito Tancredo Neves, propiciando o momento político para a constituinte de 1988.

Em nossa atual carta constitucional (1988), constam diversos direitos e garantias fundamentais, dentre os quais se insere a cidadania. São sob estas circunstâncias que serão postas as condições de produção deste direito (cidadania).

2.3. O TEATRO DE OPERAÇÕES E SEUS ATORES/ATRIZES

Ter segurança é pressuposto de ser cidadão. Ter segurança é um meio de se garantir direitos fundamentais ao próprio ser humano, assegurando de forma plena o real exercício da “cidadania plena” pelos membros de uma sociedade, de um estado-parte, de um País.

A força policial, hoje mais do que nunca, devido a intenso processo de reciclagem está plenamente apta a garantir os direitos fundamentais do cidadão; entretanto nos parece que ela, não possui as ferramentas certas para tal empreitada.

Segundo SOARES (2006) e TOCCHETTO (2003), os policiais vivem um dia-a-dia no fio da navalha, pois colocam em risco suas vidas para preservação do Estado e da vida e segurança do cidadão, mesmo sem dispor dos equipamentos adequados; principalmente nas operações que são realizadas à noite ou durante a madrugada, onde as condições de

visibilidade são extremamente precárias, influenciando negativamente no desempenho do operador policial.

Devido à alta letalidade do armamento empregado atualmente pelo estado paralelo, podemos observar de acordo com PERES (2006), que o *Brasil é o país onde se tem o maior número de mortes por arma de fogo no mundo. Em 2002, morreram 38.088 (trinta e oito mil e oitenta e oito) pessoas vítimas de armas de fogo, seja por homicídio, suicídio ou por condições acidentais. Em número absoluto, supera tanto países tradicionalmente violentos, como é o caso da Colômbia, de El Salvador e da África do Sul e como os Estados Unidos, um país conhecido por suas regulamentações pouco restritas em relação ao acesso às armas. Ao se levar em conta o número populacional desses países, o Brasil ocupa o quarto lugar em taxas de mortalidade. Em cada 100.000 habitantes, 21,8 morrem, por ano, devido ao uso de arma. O risco de morrer por armas de fogo no Brasil é 2,6 mais alto do que no restante do mundo e essas mortes são, em sua grande maioria, homicídios.*

Este quadro é agravado, em virtude de uma *das maiores dificuldades encontradas nas missões policiais é o tiro de precisão noturno, que pode ter sua eficácia maximizada com o uso de intensificadores de imagem acoplado às lunetas dos fuzis. A vantagem deste equipamento é que permite o aproveitamento das poucas lunetas já existentes, além de não interferir no desempenho e zeragem da arma, pois pode ser instalado e retirado rapidamente, sem a necessidade de ferramentas especiais.*

Também é oportuno ressaltar-se, que para minimizar-se a possibilidade de acidentes decorrentes das vulgarmente denominadas “balas perdidas”, é imprescindível o uso de miras especiais, além de lanternas de alta potência acopladas aos armamentos. Tais recursos elevam ao máximo a precisão e confiabilidade do armamento, possibilitando, inclusive, o seu uso em condições de baixa luminosidade ou nas intempéries naturais.

Atualmente, as forças policiais, face ao poderio bélico apresentado pelas organizações criminosas, estão posicionadas, de maneira geral, em flagrante desvantagem.

O policial, para que possa garantir a efetividade dos direitos do cidadão ao adentrar uma área controlada pelo crime organizado, precisa carregar consigo um considerável número de equipamentos, tais como: fuzil, pistola, carregadores, colete de proteção balística, capacete balístico, colete tático, algemas, granadas não-letais *etc.* O peso excessivo dos equipamentos compromete sua atuação, vez que minimiza sua mobilidade e resistência, sendo recomendável a aquisição de equipamentos mais leves, para se obter um melhor desempenho.

Não são raros os casos de policiais e transeuntes vitimados por essas armas, principalmente no eixo Rio - São Paulo, onde a violência criminal se apresenta com maior evidência. Tal situação é tão drástica, que se chega ao absurdo de serem apreendidas armas de calibre 12,7 x 99 mm em poder de integrantes de organizações criminosas. Tal fato implica na necessidade das forças policiais possuírem poder de resposta ao menos satisfatório a esta situação.

Com tal poderio bélico, os criminosos acabam por se posicionar a maiores distâncias para a execução de seus disparos, como acontece nos morros do Rio de Janeiro, onde os criminosos efetuam disparos contra os policiais e transeuntes de posições protegidas no alto das lajes das residências, fazendo com que estes, com o simples uso de armas com miras tradicionais, tenham imensa dificuldade na identificação precisa de seus alvos, o que aumenta significativamente a possibilidade de acidentes envolvendo “balas perdidas”.

Uma forma de se minimizar a possibilidade de acidentes decorrentes das vulgarmente denominadas “balas perdidas”, é com o uso de miras especiais, além de

lanternas de alta potência acopladas aos armamentos policiais. Tais recursos maximizam a precisão e confiabilidade desses equipamentos, possibilitando, inclusive, o seu uso em condições de baixa luminosidade. É certo, que as operações policiais que oferecem maior grau de risco, são realizadas à noite ou durante a madrugada, onde as condições de visibilidade são altamente comprometidas, influenciando negativamente no labor policial.

A cidadania, como conjunto/ junção dos direitos civil, políticos e sociais, são direitos essenciais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque, sem eles, a pessoa não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida. Não existe um direito mais importante que o outro. Para o pleno exercício da cidadania, é preciso a garantia de todo o conjunto, nenhum deles deve ser esquecido. Respeitar a cidadania é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. Para que exista a igualdade de direitos, é preciso respeito às diferenças.

3. CONCLUSÃO

Com a libertação dos presos comuns e políticos de Ilha Grande, começou-se a tecer os primeiros fios do que seria mais tardiamente chamado de: crime organizado, estado paralelo ou não-estado. O cenário era extremamente propício: Brasil, país subdesenvolvido capitalista que possui uma imensa heterogeneidade econômica provocada pela elevada concentração díspar de renda.

Os bairros periféricos, eleitos primeiramente como morada dos trabalhadores que chegaram às cidades por serem perto das fábricas/ locais de trabalho – sem os serviços públicos elementares como: pavimentação, iluminação, água tratada, saneamento, segurança e educação –ofereceram o terreno fértil para o desenvolvimento primeiro de tais grupos.

Uma grande massa de pessoas, principalmente jovens que residem nesses bairros, não possui: estudo, qualificação ou quaisquer perspectivas de futuro. Junte a tudo isto o dissabor da incompletude humana, que na ótica do liberalismo econômico só seria sanada através dos hábitos consumeiristas e está formada a mão de obra do não-estado. Conforme COELHO (1987), o crime organizado foi o único meio que muitas pessoas dispuseram para poder retirar o seu sustento e de sua família; coisa que ainda ocorre constantemente nos grandes centros urbanos de todo país.

Para poder crescer e prosperar, o crime organizado precisou estruturar-se piramidalmente de forma bem definida, a fim de que pudesse colimar com seu objetivo precípuo: conseguir poder, que se reflete em uma ávida busca por dinheiro através de atividades ilegais. Uma parte do dinheiro ganho é usada para a manutenção do crime, pagamento de propina, compra de sentença *etc.* Já a outra parte, considerada como lucro, é investida em atividades lícitas, com: aquisição de restaurantes, hotéis, fazendas, investimentos no mercado especulativo *etc.*

O multifaceamento da segurança pública se dá pela “eleição” de uma única e exclusiva política pública no combate ao estado paralelo. Tem-se a impressão, pela “contabilização de corpos”, que tal prática se dá de forma efetiva. Não é isso que acontece. As Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social dos Estados, ao elegrem a política do enfrentamento, para o seu combate, camuflam sua inércia em promover reformas sociais, tratando a ppenas do problema em sí, não de suas causas, permanecendo o ciclo vicioso e não havendo perspectivas reais de quando se “acabaria” tal problema.

Isto sem falar na desmotivação e parca remuneração, fazem com que os profissionais se acomodem ou deixem a carreira policial. Urge a criação de políticas capazes de tornar atrativa e promover a auto-estima dos profissionais da Segurança Pública, para que estes não só promovam a Cidadania de forma indistinta, mas permaneçam na carreira policial.

A cidadania nada mais é que um instrumento de proteção dos necessitados contra as ingerências dos economicamente mais abastados e do próprio Estado. Assim como Meszarós (2009) afirma que ninguém passa mais que 10 horas num dia sem nada aprender, o profissional da segurança pública tem de despertar que ele é o agente maior da nossa sociedade democrática, ente garantidor dos direitos e garantias fundamentais e peça mestra para deter o avanço indiscriminado da violência que assola de forma pernicioso nosso País, como em nenhum outro momento de nossa história.

Foi justamente devido a omissão Estatal em combater as causas que impulsionam/levam ao crescimento do crime organizado (omissão na implementação de direitos e garantias fundamentais para todos), que a situação chega ao que observamos diuturnamente nos meios de comunicação.

Para fazer frente a tal situação, o correto seria a adoção de políticas públicas de modo a atender todos, indistintamente, através de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas (educação, saúde, saneamento, geração de emprego e renda...).

Além disto, a sociedade e o governo precisam entender que os profissionais da Segurança Pública são, em virtude de suas profissões, promotores da cidadania, sendo valorizados e tratados como tal, e não como meros instrumentos de coerção estatal, é que poderemos ter um profissional promotor e respeitador dos Direitos Humanos, sendo este seu baluarte, sua marca indelével, para a preservação, manutenção e proteção da sociedade. Além, é claro, de promoção de políticas públicas de inclusão social.

Referências Bibliográficas

- BALESTERI, Ricardo Brisola. *Direitos humanos: coisa de polícia*. 3ª Ed. Rio Grande do Sul: CAPEC, 2002.
- BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de ciências políticas*. São Paulo: Malheiros, 1999.
- _____. *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo - crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- DA ROSA, Alexandre Moraes. *Decisão penal: a bricolage de significantes*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998. Consultado da página 05 à 09.
- KAHN, Túlio. *Cidades blindadas: ensaios de criminologia*. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- LIMA, João Cavalim de. *Atividade policial e o confronto armado*. Curitiba, Juruá, 2007.
- MÉSZÁROS, Istévan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- _____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- _____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. *Violência por armas de fogo no Brasil – relatório nacional*. São Paulo: EDUSP, 2006.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3ª ed. São Paulo: Max Limonad, 1997. Consultado da página 55 a 58.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 4a Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado: 2006.

SOARES, Luis Eduardo. *Elite da tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SOUZA, Percival de. *O sindicato do crime - PCC e outros grupos*. São Paulo: Ediouro, 2006.

TOCCHETTO, Domingos. *Balística forense: aspectos técnicos e jurídicos*. 3ª Ed. São Paulo: Millennium, 2003.

VARELLA, Dráuzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ELITES LOCAIS E SUAS MERCÊS: A DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS NA COMARCA DAS ALAGOAS (SÉCULO XVIII)

Dimas Bezerra Marques
Graduando em História
Universidade Federal de Alagoas
Orientador: Antonio Filipe Pereira Caetano

Na década de 1720, Bento Rebelo Pereira e Feliciano Berenguer de Andrade foram nomeados respectivamente no ofício de escrivão da correição e no posto de comissário geral da cavalaria, ambos na vila de Alagoas do Sul⁴⁵. Mas para que isso fosse possível, estes indivíduos tiveram que *merecer* as ditas mercês, “preenchendo alguns requisitos”, bastante comuns dentro da lógica político-social do Antigo Regime português e de suas conquistas. Bento Pereira serviu a Coroa por *treze anos com bom procedimento*⁴⁶ e se achou com capacidade para exercer o cargo, enquanto que Feliciano Berenguer possuía uma das características mais notáveis dentro da hierarquia social da conquista, era *um dos homens nobres, principais (...) daquele mesmo distrito*⁴⁷. Além disso, auxiliaram financeiramente, o Real serviço de sua Majestade⁴⁸.

Estes casos revelam na prática conceitos defendidos por autores como Maria Beatriz Nizza da Silva e Rodrigo Ricupero e que caracterizam essa categoria das elites coloniais, ou seja, uma elite política, nobilitada a partir de seus feitos⁴⁹, ávidas por servir a Coroa em troca de recompensas, *as chamadas honras e mercês*⁵⁰. A respeito do *ser nobre*, Joaquim Romero Magalhães os classifica como *aquele que mostra qualidade de nobreza*⁵¹. Nesse sentido, o simples nobre, diferente de um fidalgo, era aquele que vivia à lei da nobreza. Seguindo esse raciocínio, Renato Ribeiro nos diz que *um dos critérios de nobreza é uma família manter, desde três gerações ou um século, padrão de vida nobre*, ou seja, *o que funda a qualidade de nobre é um estilo de vida*⁵². Essa prática seria usada pelos povoadores na América portuguesa para assentarem suas próprias nobiliarquias e prestígios frente à “nova” sociedade constituída.

Os primeiros povoadores seriam constituídos por fidalgos da casa real, nomeadamente os donatários, os quais adquiriam largas concessões de terras das quais possuíam plenos poderes, privilégios e jurisdições. Como era comumente sabido, uma das capitânicas foi a de Pernambuco, doada a Duarte Coelho. Estes indivíduos tinham o dever de distribuir essas terras em sesmarias para o devido povoamento. Foi nesse ínterim que foram fundadas inicialmente as povoações de *Porto Calvo*, *Penedo do Rio de São Francisco* e *Santa Maria Madalena da Lagoa do sul* nos finais do século XVI. Estes

⁴⁵ **Arquivo Histórico Ultramarino**. Alagoas avulsos, documentos 17 e 24.

⁴⁶ Idem, documento 17, fl. 1.

⁴⁷ Idem, documento 24, fl. 2.

⁴⁸ Bento Pereira auxiliou o capitão mor da vila de Alagoas do Sul no porto dos franceses, enquanto que Feliciano Berenguer ajudou tropas que marcharam no sertão contra *negros rebeldes*.

⁴⁹ SILVA, Maria Beatriz N. da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Ed UNESP, 2005, p. 7.

⁵⁰ RICUPERO, Rodrigo. **A Formação da Elite Colonial**. Brasil c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Ed. Alameda, 2009, p. 14.

⁵¹ MAGALHÃES, Joaquim R. A sociedade In: MAGALHÃES, Joaquim R. (Coord.). **No Alvorecer da Modernidade**. Volume três da História de Portugal, dirigida por José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 416.

⁵² RIBEIRO, Renato J. **A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987 (Coleção Tudo é História), p. 19.

indivíduos, nas palavras de Luis Felipe de Alencastro, ganham a alcunha de *homens coloniais*, pois buscavam sua ascensão social no lugar onde estivessem⁵³, o que não os impedia de circular dentro do território luso-americano a procura de outros empreendimentos que lhes pudessem garantir mais mercês reais.

Nesse sentido, nas palavras de Rodrigo Ricupero, podemos dizer que os súditos de *El Rey*, ao virem para este lado do Atlântico buscavam *se nobres (...), garantir seus privilégios*, além de arregimentar outras honras e mercês, *se plebeus procuravam se enobrecer*⁵⁴. Mas para que isso fosse possível, estes indivíduos deveriam servir bem ao monarca como reais súditos, firmando um pacto **Coroa/Vassalo**, tendo em vista uma lógica, amplamente defendida por Hespânia, a da *Graça*, ou seja, a realização de um serviço visando automaticamente a uma recompensa.

As pessoas que aqui chegavam buscavam participar e/ou financiar os vários empreendimentos em nome da Coroa. Iam desde exploração e conquista de outras terras até conflitos bélicos contra gentios e/ou estrangeiros. Esperavam juntar um bom número de serviços para daí requerer suas recompensas e, assim, sucessivamente. Em Pernambuco houve empreendimentos tais como o povoamento em si da região – fundação de povoações, vilas e cidades – conflitos com os índios resistentes, auxílio na defesa de pontos estratégicos – Porto dos franceses, por exemplo – porém, foram as guerras, contra os holandeses e contra Palmares, que deram os maiores motivos para os diversos requerimentos de mercês por parte dos indivíduos atuantes, sendo os conflitos contra o quilombo o de maior importância para a região sul da capitania.

As mercês mais solicitadas eram os filamentos na Casa Real⁵⁵, hábitos das ordens militares, em especial a de Cristo, cargos e postos militares. Em Alagoas, os pedidos mais comuns foram os de cargos e postos, abarcando grande parcela da documentação sobre requerimentos de mercês⁵⁶. Tendo isso em vista, podemos dizer que estes indivíduos constituíram suas próprias nobiliarquias, criando, ao seu modo, um tipo específico de nobreza hereditária, assentada no poder local dos senhores de engenho, e principalmente, sobre a afirmação de antepassados povoadores. Nesse sentido, é bastante comum encontrar na documentação expressões de justificação como *por ser nobre, das principais famílias desta terra*, afirmando, com isso, a nobreza do suplicante, talvez o *status* mais importante dentre as elites coloniais.

Nas palavras de Maria Fernanda Bicalho, *a conquista e a defesa da terra, o serviço do rei, a ocupação de cargos administrativos e as mercês régias recebidas em retribuição aos serviços prestados podem aqui ser evocados como critérios de formação e definição das elites coloniais*⁵⁷. É justamente esse contexto das elites locais e seus constantes requerimentos que veremos o contexto dos ofícios.

⁵³ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103.

⁵⁴RICUPERO, Rodrigo. Op. Cit., p. 18.

⁵⁵Segundo Maria Beatriz, os filamentos não se resumiam a uma ascendência fidalga, sendo também dados em recompensa a serviços militares. SILVA, Maria Beatriz N. Op. Cit., p. 76.

⁵⁶A outra parcela ficava a cargo dos pedidos de cônica e auxílios por parte dos eclesiásticos. Para mais informações, ROLIM, Alex. Por via da administração para salvação das almas: o clero secular e a comarca das Alagoas (Século XVII-XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe P (Org.). **Alagoas e o Império Colonial Português**. Ensaio sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII), Maceió: Cepal, 2010.

⁵⁷BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: MONTEIRO, Nuno G; CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda S. (Orgs.) **Optima Pars**. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005, p. 74. A autora ainda defende a especificidade colonial dessas elites vinha do fato das mesmas serem **escravistas**. Não nego essa importância, porém não é o foco deste trabalho.

Vera Acioli ressalta a *importância que as funções públicas tinham como via de aquisição de “status” social*⁵⁸. Para ela, os oficiais viviam presos e manipulados por uma rede patriarcal, fundada a partir de um sistema patrimonial, regida pelo monarca⁵⁹. Com isso, volto a mencionar a questão do regime de pactos defendida por António Manuel Hespanha. Para o autor, o principal fator que regia esta organização política era a chamada *economia da graça ou da mercê*, tratava-se

*não apenas de uma dependência dos vassallos em relação ao rei, que os obrigava a prestar serviços, esperando recompensas, mas, mais globalmente, de uma rede complexa de obrigações e pretensões recíprocas (...). Cria-se, assim, uma teia imperial de pactos beneficiais, que envolviam a Coroa, os seus funcionários, as instituições locais (...)*⁶⁰.

De uma maneira mais simples, Maria Beatriz discutia essa questão das graças e mercês, nomeadamente as nobilitações como uma *moeda de troca de que dispunham os monarcas do Antigo Regime para obter os resultados pretendidos*⁶¹ sem que com isso fizesse uso de sua fazenda real. Para os poderes locais, os ofícios constituíam a nobilitação e a honra de que precisavam para manterem, de forma legítima, seus *status*, além de complementarem seus poderes e influências, já enraizadas pelo controle da terra e da economia. Não é a toa que esses cargos eram reivindicados à propriedade das principais famílias da terra.

As características desses ofícios, segundo Arno e Maria Wehling, giravam em torno da *patrimonialidade*, ou seja, o cargo fazia parte do patrimônio da Coroa, no qual podia doar como mercê, sem ter gastos na fazenda, ou até vendê-los como mais uma fonte de renda da fazenda real. Esta se chocava, em tese, com a *estabilidade*, ou hereditariedade, que era o ato de um ofício permanecer sob a propriedade de uma família, sendo passada aos descendentes. Wehling afirma que a partir do século XVIII, muitos ofícios foram reduzidos a um período trienal, porém, ainda houve casos de hereditariedade, sobretudo em Alagoas⁶². Outra característica era a de que o ofício remunerava seu detentor⁶³.

Os principais cargos da administração colonial estavam divididos entre as áreas da justiça, fazenda e guerra. A área judicial, ou da magistratura, compreendia os desembargadores, ouvidores, juízes de fora, inquiridores, escrivães entre outros⁶⁴. À área fazendária compreendiam as provedorias. Já nas funções de guerra, estavam compreendidos os militares de terços e regimentos⁶⁵. Havia também os ofícios da câmara, como vereadores, escrivães e procuradores⁶⁶. Para Wehling, *não havia um modelo fixo para o funcionalismo municipal, uma vez que este variava de acordo com as dimensões da*

⁵⁸ACIOLI, Vera Lúcia C. **Jurisdição e Conflito**. Aspectos da administração colonial. Pernambuco – Século XVII. Recife: EDUFPE. Maceió: EDUFAL, 1997, p. 51.

⁵⁹Idem, Ibidem.

⁶⁰HESPANHA, António Manuel. Por que é que... Op. Cit., p. 55.

⁶¹SILVA, Maria Beatriz N. Op. Cit., p. 8.

⁶²Os casos já estudados de Francisco Álvares Camelo, Izabel Albuquerque de Jesus e João Paes de Bulhões, ver em MARQUES. Dimas B. Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de Cargos na Comarca das Alagoas (Século XVII-XVIII). In: CAETANO, Antonio Filipe P (Org.). Op. Cit.

⁶³WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. p. 155. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do Paraíso**: Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campos, 2000, p. 144.

⁶⁴WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Op. Cit., p. 145.

⁶⁵Idem, p. 146.

⁶⁶Idem, p. 147.

*vida ou cidade*⁶⁷. Do mesmo modo, Rodrigo Ricupero atentou para esta *falta de uniformidade administrativa: certos cargos são encontrados em algumas capitâneas e não em outras*⁶⁸. Nesse sentido, podemos ilustrar um pouco dessa “desorganização” estrutural nas vilas da comarca alagoana. Em carta dos oficiais da câmara da vila de Alagoas do sul, datada de 1712, além de agradecerem ao rei pela criação do cargo de ouvidor geral, os mesmos revelaram um pouco desta divisão funcional naquele período, como podemos ver a tabela abaixo:

Tabela 1 - Divisão funcional das Vilas de Alagoas do sul e Penedo em 1712⁶⁹

Vila	Cargos
Alagoas do sul	Escrivão da câmara
	Escrivão da almotaçaria
	2 escrivães do público, judicial e notas
	Escrivão dos órfãos
Penedo	Tabelião do público, judicial e notas
	Escrivão dos órfãos
	Escrivão da câmara

Três anos antes, os ditos oficiais haviam solicitado a criação, além do cargo de ouvidor, do ofício de tabelião do público, judicial e notas para Alagoas, que, curiosamente só aparece na vila de Penedo⁷⁰. No decorrer da primeira metade do século XVIII, a vila de Alagoas do Sul, então cabeça da comarca, foi se organizando administrativamente. Um documento datado de 1749 nos revela uma Alagoas do sul dotada de outros cargos como o de escrivão e meirinho da correição⁷¹, juiz dos órfãos, meirinho do campo, entre outros⁷².

Nos papéis avulsos referentes a comarca das Alagoas, os documentos acerca de requerimentos e nomeações de cargos e postos constituem uma parcela considerável do *corpus*. Excluindo-se o cargo de ouvidor, vemos aparecer ofícios específicos da municipalidade e, a partir do arrolamento dessa distribuição, podemos perceber *a priori* desta documentação, uma falta de organização estrutural da administração das vilas. Este fato é notável principalmente pela quantidade mínima de cargos a serem distribuídos, além do pouco aparecimento de muitos deles ao longo do século, como mostra tabela abaixo:

⁶⁷Idem, p. 148.

⁶⁸RICUPERO, Rodrigo. Op. Cit., p. 134.

⁶⁹**Arquivo Histórico Ultramarino**. Alagoas Avulsos. Documento 10. Não há informações sobre a vila de Porto calvo.

⁷⁰**Arquivo Histórico Ultramarino**. Alagoas Avulsos. Documento 8.

⁷¹Criado em 1718. **Arquivo Histórico Ultramarino**. Alagoas Avulsos. Documento 14.

⁷²Relação de todos os Offícios de Justiça e Fazenda Real, que há em toda esta Capitania de Pernambuco. In: Informação geral da capitania de Pernambuco. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, N° 28, 1906, pp. 472-473.

Tabela 2 - Distribuição de cargos na Comarca das Alagoas – 1701-1800⁷³.

Distrito	Cargo	Ano
Alagoas do Sul	Escrivão da correição/ouvidoria	1720, 1728, 1732, 1735, 1738, 1750, 1751, 1753, 1757
	Escrivão da câmara	1737, 1740
	Escrivão do geral	1751
	Escrivão do judicial	1744, 1753
	Tabelião do judicial	1744, 1755
	Meirinho da correição/ouvidoria	1751
	Meirinho do campo	1751
	Juiz dos órfãos	1737
	Inquiridor	1731
Distribuidor	1731	
Comarca das Alagoas	Administrador das madeiras	1796
Porto Calvo	Escrivão da câmara	1759
	Tabelião do judicial	1759
Penedo	Juiz dos órfãos	1755
	Escrivão dos órfãos	1755, 1761
	Tabelião do judicial	1755
	Escrivão da câmara	1755
	Mamosteiro Mor dos cativos	1730

Podemos perceber a partir desses dados, levando-se em consideração que tratamos apenas de um *corpus* documental, que a vila de Alagoas do sul, enquanto cabeça da comarca encontrava-se em um nível de organização e variedade funcional amplamente maior que as vilas de Penedo e Porto Calvo. Não só pelo número de ofícios serem maior, mas também a procura dos indivíduos pela propriedade ou serventia de um cargo era igualmente maior. Foram **onze** cargos requeridos e concedidos ao longo do século XVIII em Alagoas do sul, contra **dois** em Porto Calvo e **cinco** em penedo – sendo que quatro destes cinco ofícios em Penedo pertenciam em *propriedade à família dos Álvares Camelo*. Dentro desta perspectiva da quantidade de requerimentos e o espaço de tempo entre eles, cito o ofício de escrivão da correição da ouvidoria como o único a ter uma procura mais sólida por parte dos súditos na comarca das Alagoas. A tabela mostra o quão raro era os requerimentos de um ofício nas três vilas durante o século XVIII, situação essa bem mais acentuada em Penedo e Porto Calvo. Tirando o já citado, todos os cargos só apareceram **uma** ou **duas** vezes durante a centúria, lembrando que alguns deles vinham acumulados a uma mesma pessoa. Mesmo vendendo, era difícil uma localidade preencher as vagas, como foi atestado em 1759. As três vilas – Alagoas do sul, Penedo e Porto Calvo – disponibilizaram um edital de venda de ofícios, mas somente em Porto Calvo – por incrível

⁷³ **Arquivo Histórico Ultramarino.** Alagoas Avulsos. Documentos 17, 51, 64, 67, 76, 92, 95, 96, 105, 111, 131, 137, 141, 142, 151, 153, 166, 168, 174 e 254. Levou-se em consideração apenas as concessões inéditas, excluindo-se com isso as criações de cargos e os pedidos de renovação.

que pareça – houve uma pessoa interessada, no caso, um indivíduo, que comprou os dois únicos cargos que aparecem na tabela⁷⁴.

No que tange aos postos militares em “Alagoas” colonial, a situação abaixo nos mostra um quadro um pouco diferente.

Tabela 3 - Distribuição de postos militares na Comarca das Alagoas – 1701-1800⁷⁵.

Distrito	Posto	Ano
Alagoas do sul	Capitão Mor	1720, 1726
	Capitão Mor da ordenança	1797
	Capitão de infantaria da companhia de ordenança	1720, 1797
	Capitão de companhia do terço de infantaria auxiliar	1792
	Capitão de companhia do regimento de milícias	1800
	Capitão dos cavalos	1750, 1755
	Sargento do número	1769
	Sargento Mor das entradas	1799
	Coronel do regimento de infantaria de ordenança	1724
	Tenente de Companhia do regimento de milícias	1799
	Mestre de Campo do terço auxiliar	1800
	Comissário geral da cavalaria	1723
Alagoas do norte	Capitão Mor	1720
Porto Calvo	Capitão Mor da ordenança	1800
	Capitão de companhia do terço de auxiliares	1739
	Sargento Mor da ordenança	1800
	Sargento Mor dos forasteiros	1799
	Capitão Mor	1733, 1778, 1778
	Capitão Mor da ordenança	1742, 1797
	Capitão de infantaria da ordenança	1763, 1763, 1767, 1794
	Capitão de companhia de infantaria de ordenança	1794, 1794, 1800, 1800
	Capitão de companhia	1703, 1798, 1798, 1800, 1800
	Capitão de companhia do terço de infantaria auxiliar	1797, 1798

⁷⁴Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Documento 168 e MARQUES, Dimas B. Op. Cit., 150.

⁷⁵Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Documentos 7, 18, 19, 24, 29, 37, 60, 87, 90, 101, 107, 127, 132, 152, 172, 176, 178, 187, 194, 217, 218, 219, 222, 239, 243, 244, 246, 247, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 281, 282, 283, 286, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 297.

Penedo	Capitão de companhia do regimento de milícias	1800
	Sargento Mor da ordenança	1761, 1779, 1796
	Sargento Mor dos homens pardos	1798
	Sargento Mor do terço de infantaria auxiliar	1798
	Sargento do número de companhia	1799
	Coronel do regimento de cavalaria	1730
	Coronel do regimento de infantaria de ordenança	1749
	Mestre de campo do novo terço de infantaria auxiliar	1778
	Alferes do número de companhia	1799
	Quartel mestre do regimento de milícias	1800
	Comissário geral da cavalaria	1710
	Ajudante do número da ordenança	1799

Seguindo a mesma linha de raciocínio aplicado a tabela anterior, vemos, para os postos militares um quadro distinto em relação aos cargos da administração municipal. A vila de Penedo agora surge com uma maior organização militar em relação às vilas de Alagoas do sul e Porto Calvo, talvez pelo fato da maior quantidade de criminosos se concentrarem no limite sul da Capitania. Ou seja, se no âmbito administrativo, a cabeça da comarca era mais organizada, no quesito militar, foi a vila de São Francisco que deteve a maior variedade de postos, incluindo também a maioria dos requerimentos de carta-patente. Entretanto, Alagoas do sul ainda se mostrou bem organizada militarmente, foram **doze** postos contra **dezoito** de Penedo. Porto Calvo, assim como na tabela anterior, apareceu com pouquíssimos requerimentos de cartas-patentes, apenas **quatro**. Ironicamente, podemos pensar que a vila com o maior número de engenhos de açúcar da região sul, mais próxima das jurisdições das principais vilas da capitania – Recife e Olinda – era a mais desorganizada administrativamente e militarmente⁷⁶. Podemos pensar que essa proximidade seja a explicação, pois a Porto Calvo servia de tampão a parte norte da Capitania, fornecendo com isso contingente as vilas, ou quem sabe, recebendo gente de Recife e Olinda.

Curiosamente, o número de requerimentos de carta-patente foi bem maior do que os de ofícios na administração. Contando os casos de solicitação inédita, temos 54 requerimentos de carta-patente contra 21 de ofícios administrativos. Assim, como aconteceu com os cargos, o número de requerimentos a um mesmo posto é parco, variando de **um** a **quatro** solicitações, ou seja, havia também vários postos que só apareciam uma vez durante todo o século XVIII. Outro fato que merece ser citado é a baixa frequência da

⁷⁶Os documentos onde mais se nota a presença territorial porto-calvense são os requerimentos dos eclesiásticos. Ver ROLIM, Alex. Op. Cit.

justificativa da guerra contra palmares nos requerimentos. De todos, contamos em torno de **oito** documentos citando Palmares como justificativa de mercê, sejam os titulares (no sentido presencial na guerra) ou seus descendentes.

Havia defendido esta influência do discurso de Palmares nos requerimentos em *Elites administrativas e a dinâmica da distribuição de cargos*, porém, não havia especificado quantitativamente essas ocorrências, pois, como trabalhava com apenas pouco mais da metade da documentação, achava que haveriam outros pedidos usando tal justificação⁷⁷. Ledo engano! Agora, analisando a totalidade desses pedidos no AHU de Alagoas, confirmo essa baixa frequência nas justificativas encontradas nos documentos, proporcional, é claro, ao pequeno número desse tipo de escrita, se comparado ao total de papéis no catálogo, o que ainda sim era considerável. O fato é que a maioria dos requerimentos e concessões aparecem sem descrição de serviços, e outros nos mostram apenas a menção de serventia de outro ofício anterior ao requerido, enquanto que uma parcela mínima do total traz serviços outros, além de Palmares, como conflitos contra o gentio.

Não deixo de acreditar no significado real de Palmares para as elites sul- pernambucanas, sobretudo ao longo do século XVIII, até por que, como foi explicitado, estou trabalhando apenas com um *corpus* documental, posteriormente, tendo acesso a outros fundos, poderei arrolar uma quantidade maior de pedidos justificados por esta guerra.

A partir do uso da documentação do AHU, pode-se concluir que o processo de distribuição de cargos na comarca das Alagoas se deu sob a ótica de mecanismos usados a gosto pelas elites, os quais foram explicados ao longo da discussão. A ausência de casos de hereditariedade e venalidade nesse debate se deu por causa do esgotamento dos mesmos no primeiro projeto/relatório. Infelizmente, com a transcrição dos documentos restantes, não pudemos localizar outros casos. Portanto, discutiu-se mais objetivamente as ocorrências dos ofícios e postos ao longo do século XVIII, quais os mais cobiçados, os mais raros. Nesse sentido, pudemos abrir as portas da historiografia alagoana, casos específicos de uma realidade longínqua, porém, que vai abrindo espaço à análises discussões inéditas daquilo que concordamos chamar “**Alagoas Colonial**”.

Referências Bibliográficas

Arquivo Histórico Ultramarino. Alagoas Avulsos. Documentos 7, 8, 10, 14, 17, 18, 19, 24, 29, 37, 51, 60, 64, 67, 76, 87, 90, 92, 95, 96, 101, 105, 107, 111, 127, 131, 132, 137, 141, 142, 151, 152, 153, 165, 166, 168, 172, 174, 176, 178, 187, 194, 217, 218, 219, 222, 239, 243, 244, 246, 247, 254, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 269, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 281, 282, 283, 286, 288, 289, 290, 291, 293, 295, 296, 297.

Informação geral da capitania de Pernambuco. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, N° 28, 1906

ACIOLI, Vera Lúcia C. *Jurisdição e Conflito*. Aspectos da administração colonial. Pernambuco – Século XVII. Recife: EDUFPE. Maceió: EDUFAL, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Filipe de. *O Trato dos Videntes*. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda. Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia. In: MONTEIRO, Nuno G; CARDIM, Pedro e

⁷⁷MARQUES, Dimas B. Op. Cit., pp. 151-153.

- CUNHA, Mafalda S. (Orgs.) *Optima Pars*. Elites Ibero-americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS, 2005.
- CAETANO, Antonio Filipe P (Org.). *Alagoas e o Império Colonial Português*. Ensaios sobre poder e administração (Séculos XVII-XVIII), Maceió: Cepal, 2010.
- HESPANHA, António Manuel. Por que é que foi “portuguesa” a expansão portuguesa? Ou o revisionismo nos trópicos. In: BICALHO, Maria Fernanda et alli (Org.). *O Governo dos Povos*. São Paulo: Alameda, 2009
- MAGALHÃES, Joaquim R. (Coor.). *No Alvorecer da Modernidade*. Volume três da História de Portugal, dirigida por José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- RIBEIRO, Renato J. *A Etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987 (Coleção Tudo é História).
- RICUPERO, Rodrigo. *A Formação da Elite Colonial*. Brasil c. 1530 – c. 1630. São Paulo: Ed. Alameda, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed UNESP, 2005.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. p. 155. In: DEL PRIORE, Mary. *Revisão do Paraíso: Os brasileiros e o Estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

ENTRE O SAGRADO E O PROFANO: AS FESTIVIDADES DEDICADAS AO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM POÇÕES – BAHIA

*Estefanni Patricia Santos Silva*⁷⁸

A cidade de Poções, na Bahia foi povoada na primeira metade do século XVIII, a partir de 1732, desenvolvendo-se ao longo do século XIX. De acordo com a historiadora Moraes (2004, p.7), com a vinda de elementos da cultura religiosa dos colonizadores europeus que mais tarde resultariam na festa ao Divino Espírito Santo, a celebração apresenta marcas originárias da tradição portuguesa. Além disto, a profissional ainda destaca o bandeirismo como elemento desbravador do sertão baiano e em Poções o pioneirismo ficou a cargo da família do bandeirante João Gonçalves da Costa. O município foi elevado à categoria de vila em 1880, ano em que ocorreu sua emancipação política.

Para a pesquisadora Suerlange Ferraz de Jesus:

Segundo relatos de antigos moradores da cidade, o Divino Espírito Santo foi escolhido como titular em virtude de uma nuvem de pombos que pairou durante a construção da Capela da Lapinha. Os festejos ao Divino Espírito Santo são de origem portuguesa, a festa é oficialmente realizada em Poções a partir de 1880, pelo então pároco Luis França dos Santos (2011, p. 6).

A festa do Divino Espírito Santo, como o nome mesmo diz, realiza-se em homenagem ao Espírito Santo, a Terceira Pessoa da Santíssima Trindade, sendo representado pela pomba branca e por línguas de fogo, que pousaram sobre os apóstolos reunidos no cenáculo, em Pentecostes, cinquenta dias após a ressurreição. No centro da cidade, a “Igrejinha” (como é chamada pela população por ser pequena) é dedicada ao Divino Espírito Santo, possuindo em seu frontispício a representação do titular. Há muitos pombos voando sobre a igreja, e desde outrora, a passagem do animal se faz presente no local.

No decorrer das festividades percebe-se um forte apego ao símbolo representado pelas pombas que sobrevoam a igreja, as bandeiras, canções, orações, que são vista no decorrer de todas as celebrações do novenário. Com relação a isto, Gonçalves diz que:

*Evidenciam-se de modo simbólico, totalizadas pelo Divino Espírito Santo. Este, por sua vez, é representado não exatamente como a terceira pessoa da Santíssima Trindade, mas como uma entidade individualizada e poderosa (2003, p.25).*⁷⁹

Dentre as ações empreendidas que deixam transparecer esta afetividade, encontram-se: segurar os pombos e soltá-los no momento em que a cavalgada passa por si; segurar e beijar a bandeira do Divino; cantar a canção que Ivan Lins compôs chamada “A bandeira do Divino”; soltar fogos; acompanhar a cavalgada, aguardar a benção clerical que ocorre quando os cavaleiros chegam à matriz e entregam à bandeira, levar os familiares para

⁷⁸ Graduanda em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe; Monitora da disciplina: Fundamentos de História do Brasil e de Sergipe I e II; Integrante do Grupo de estudos: GEMPS/CNPq e do PIXVol-PROEX/UFS.

⁷⁹ Em Poções, em especial no dia da chegada das bandeiras, observa-se esta característica de forma ativa e muito praticada pelos fiéis.

assistir a comemoração, realizar as preces diante das bandeiras, colocarem crianças nos cavalos para serem fotografados (guardando de recordação da festa do ano retratado), entre outras.

A Festa

A festa é organizada com base no dia de Pentecostes. Devido a isto é realizada nos meses de maio ou junho.

A Chegada das Bandeiras, considerado o momento ápice dos festejos religiosos, inicia-se às 05h00min em média com a alvorada na Praça Monsenhor Honorato, organizada pelo memorialista Homero Ferreira da Silva junto aos seus familiares e amigos.⁸⁰ Algumas pessoas que vão prestigiar os fogos de artifício neste horário logo permanecem no espaço central da cidade e ficam aguardando a chegada das bandeiras, que passam em frente à matriz às 10h00min. Durante a tarde, vão ao encontro dos blocos (festa de camisa aberta) e durante a noite assistem aos shows com atrações a nível nacional.

Anteriormente, no lugar da Chegada das Bandeiras, devido à carência da comunidade, a igreja confeccionou duas bandeiras do divino, que percorriam a zona rural e a urbana, a fim de arrecadar fundos para a realização da festa. Após meses de peregrinação a bandeira era deixada em uma fazenda nas proximidades de Poçoêsinho⁸¹ e era entregue à cavalaria e aos membros da sociedade, como acontece nos dias atuais.

Um grande número de bandeiras é depositado na igreja devido ao pagamento de promessas feitas ao Divino. Devotos as entregam na matriz ou ao Senhor Homero e depois são levadas para Poçoêsinho, onde acontece o início da chegada das bandeiras.

A cavalgada na atualidade acompanha a seguinte ordem: dois carros, com carroceria devidamente enfeitada com flores e tecidos coloridos, levando crianças vestidas de anjos com túnicas de cores brancas, amarelas e azuis, utilizando acessórios como coroa de flores artificiais na cabeça (as meninas), e os meninos, sobre as túnicas, faixas transversais e segurando bandeiras com figuras de pombas bordadas⁸². Em seguida, doze Cavaleiros e amazonas vestem uma capa branca, bordadas com lantejoulas douradas e uma pomba (representando o Divino), sendo que entre eles, há o Senhor Homero Ferreira da Silva que carrega o estandarte de veludo marrom, diferente dos demais, pois a maioria das bandeiras possui as cores vermelhas ou brancas. À frente alguns Cavaleiros e amazonas acompanham com uma capa vermelha (em torno de trinta e oito pessoas) e depois centenas de fiéis, seguem sem capas, sobre os cavalos com bandeiras representando o Divino, além de carroceiros, motociclistas, ciclistas e etc. Além destes há uma cavalaria de policiais ou soldados do exército, acompanhando os doze cavaleiros da frente.

Com o passar do tempo, a cavalaria segue, não com o significado religioso (para alguns), mas em ritmo de brincadeira, ou seja, acompanham apenas por ser tradição, utilizando acessórios irônicos e entoando músicas profanas a fim de divertir-se com o

⁸⁰ A alvorada consiste na queima de fogos que acontece, atualmente, todos os anos. Os fogos representam o barulho das diversas línguas faladas pelas pessoas que estavam na descida do Espírito Santo (mesmo não sendo o dia da Chegada das Bandeiras a comemoração de Pentecostes).

⁸¹ Bairro localizado ao sul da cidade. No início das festas, onde hoje é o bairro, haviam fazendas por onde as poucas bandeiras (no princípio) percorriam.

⁸² Por volta do final da segunda metade do século XX, iniciou a prática de colocar estes anjos a frente da cavalgada; antes disto, não havia este acompanhamento.

momento tradicional da cidade, sendo que não são todos que participam e possuem este intuito⁸³.

A Chegada das Bandeiras sai às 10h00min de Poçõesinho, percorrendo toda a Rua de Vitória da Conquista, sempre com fogos de artifícios sendo lançados e músicas do Divino, sobretudo a composta por Ivan Lins. Sobem algumas Ruas largas da cidade, passam pela praça principal e seguem rumo à matriz. As pessoas saúdam a cavalgada a todo tempo e manifestam a sua fé de diversas formas.

O autor José Reginaldo Santos Gonçalves salienta em suas pesquisas sobre o Divino que:

Do ponto de vista dos devotos, a coroa, a bandeira, as comidas, os objetos (todo esse conjunto de bens materiais que integram a festa são propriedade das irmandades) são, de certo modo, manifestações do próprio Espírito Santo. Do ponto de vista dos padres, são apenas “símbolos” (no sentido de que são matéria e não se confundem com o espírito). Na visão dos intelectuais, são apenas representações materiais de uma “identidade” e de uma “memória” étnicas (2003, p.26).⁸⁴

Os representantes da igreja, responsáveis pela celebração, também se comovem e participam ativamente, no entanto, assim como os intelectuais não se envolvem como os devotos, levantando-se a hipótese de crer que toda a simbologia presentes nas representações do Divino são manifestadas e criadas, na maioria das vezes, pelos fiéis leigos.

Na contemporaneidade, todos os anos da festa têm sido dedicados, além do padroeiro, aos temas que são lançados na campanha da fraternidade⁸⁵. Na Paróquia, contam com a presença da fraternidade dos missionários orantes da Sagrada Face (que estão na cidade por volta da segunda metade da Década de 1990) e das Irmãs Medianeiras da paz (que estão por volta da segunda metade do século XX no município). Estas entidades reforçam o sentido religioso na sociedade, por serem participativas nas festividades e proporcionarem ajuda mútua na organização do evento.

De caráter religioso e profano a festa também proporciona *shows* com artistas locais, regionais e até mesmo em âmbito nacional. Tendo a sua origem com a organização dos festejos pela Paróquia, a fim de arrecadar fundos para as próprias despesas da parte religiosa e recepcionar os convidados, assim iniciaram-se as festas de largo. Sobre o religioso e profano, Martha Abreu, referência em festas no Brasil, afirma sobre as festas do Divino no Rio de Janeiro (1830-1900): “Além das missas com músicas mundanas, sermões, te-déuns, novenas e procissões, eram partes importantes as danças, coretos, fogos de artifício e barracas de comidas e bebidas” (1999, p. 34).⁸⁶

⁸³ Um exemplo é a turma do jegue, onde as pessoas montam em cima dos jegues e acompanham a cavalgada. As crianças se divertem ao verem, alguns adultos acham inadequados e os organizadores do evento aponta diversas características ao simbolismo.

⁸⁴ Observa-se a análise que o autor faz sobre as diversas percepções desta festa, apesar da festa do divino por ele estudado ser diferente da que ocorre na cidade de Poções, pois não existe a presença do imperador e por isso não utiliza a simbologia da coroa a qual ele cita. Assim observa-se a enorme presença que os fiéis delegam aos materiais e cujos aspectos da imaterialidade transformam.

⁸⁵ O objetivo é despertar a solidariedade dos fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira, buscando caminhos de solução. Organizado pela CNBB e utilizado nos novenários da festa do Divino em Poções, desde a sua criação, os párocos da cidade aplicam como tema.

⁸⁶ A obra “O Império do Divino” de Marta Abreu, estuda durante o século XIX, sobretudo a primeira metade, a Festa do Divino Espírito Santo, realizada no Campo de Santana no Rio de Janeiro. Assim como em Poções, nesta região, a festa era a principal ocasião do calendário festivo, propiciando lucro financeiro e político.

Em um determinado pavilhão organizado pela Comissão da festa realizavam-se leilões com os donativos arrecadados pela bandeira ao som da “Filarmônica Primavera” que era composta por cidadãos Poçoenses, que durante muito tempo esteve sob a regência do maestro Bernardo Fagundes, conhecido na cidade como seu Nadinho Fagundes.

A prefeitura, junto com os convênios, promove os *shows* durante os novenários, sempre depois, ou antes, da missa. Em alguns anos, principalmente nestes últimos tempos, são reduzidos os dias da festa de largo, em média de dez a cinco dias. O espaço onde ocorrem estas festividades é uma quadra de esporte sem cobertura que foi construída em 1998 pelo Prefeito Antônio Edvaldo Macedo Mascarenhas, sendo que antes deste ano o espaço não possuía o formato de hoje. As barracas, anteriores a esta data, possuíam a estrutura de madeiras com o revestimento de palhas de coqueiros; depois da inauguração, barracas padronizadas as substituíram e bandas renomadas nacionalmente passaram a ser contratadas.

Em 1998, com a inauguração da quadra, verifica-se a centralização dos *shows* presente no posicionamento do palco, sendo que esta concentração em torno de um palco acontece antes mesmo deste ano. Com isto, as pessoas das diversas classes se misturam e curtem o mesmo som, no entanto por questões de conforto ainda existe certa diferença, pois normalmente as classes menos favorecidas ficam em frente do palco, visualizando o artista com precisão e a parte elitizada da cidade (classe média e alta) fica nos fundos, ou nas barracas de comes e bebes, ainda hoje chamados de pavilhões. As pessoas que frequentam a festa de largo são turistas de cidades vizinhas, principalmente cidadãos da cidade e poçoenses que moram em outros municípios. Sobre este processo de valorização das pessoas que são da terra e mesmo morando em outro local retornam para ver a manifestação com as quais se identificam, escreve Marcos Ferreira Santos que isso ocorre:

(...) porque essa noção de herança nos vincula a algo que nós recebemos e que nós não valorizamos. Por vezes, só valorizamos quando estamos na iminência de perdê-lo ou quando, por que fomos para muito longe, nós o reencontramos (2004, p. 149).

Na noite do sábado (um dia antes de Pentecostes), em uma praça onde fica o crucifixo antigo representando a Lapinha (primeira igreja de Poções), os fiéis e o memorialista Homero Ferreira da Silva vão buscar o mastro, que consiste em uma tora de madeira com decoração branca, vermelha e flores naturais. De acordo com a historiadora Mércia Coêlho Moraes, que estudou a Festa do Divino em Poções, esse costume:

Está ligado a expansão marítima, quando os navegantes resolveram colocar duas madeiras (mastos) nas embarcações para içarem as velas, o que lhes permitiu conhecer todo o mundo. Em virtude desse acontecimento, o Papa Leão XIII ordenou que colocassem em frente às Igrejas um Mastro com uma bandeira obtendo a imagem do padroeiro do lugar como forma de identificação para os visitantes (2004, p.70).

As pessoas carregam-no e fazem os seus pedidos ao som de músicas religiosas, ocorrendo naturalmente um revezamento para que todos tenham a oportunidade de pegar na tora e fazer os seus pedidos. De acordo com os devotos, os seus pedidos se realizam e nos anos seguintes eles retornam ao cortejo ou então confeccionam uma bandeira e levam à igreja Matriz como forma de gratidão. Ao chegar à Igrejinha do Divino, o mastro é devidamente colocado e só retirado na festa do próximo ano, podendo ser a mesma tora mas com adornos diferentes.

A igreja é um dos grandes símbolos que há na cidade remetente à festa. A população da cidade tem apego a esta edificação do século XIX e estabeleceram de forma indireta um respeito a todos que passem por ela. Tanto os foliões, quanto os visitantes no decorrer das festividades não proporcionam atos de vandalismo no espaço e nem de orgias. Deixando clara esta concepção de salvaguarda patrimonial, assim escreve Françoise Choay: “A preservação dos monumentos antigos é antes de tudo uma mentalidade” (2001, p.149).

Com o decorrer dos anos alguns padres na paróquia do Divino, entre eles o padre Estevam Santos Silva Filho têm manifesto incômodo com os gastos realizados na festa de largo e em alguns momentos, até mesmo em público, pronunciada a sua irritação com relação à administração realizada junto ao fundo monetário investido nos festejos. Na festa de pentecostes no estádio de futebol da cidade, em junho de 2006, ele disse a todos no momento da homilia:

Diante de minha responsabilidade pastora, sinto-me no dever, à luz do Concílio Vaticano II e das conferências de Medellín, Puebla e Santo Domingo, de questionar publicamente o poder civil municipal que patrocinou 10 dias de muita festa, madrugada a fora, em um período de fome e de desemprego que atravessa o nosso município. (...)

Esta festa de largo de forma carnavalesca deixou de ser aquela tradição bonita e familiar, que era no passado. A festa deste ano não trouxe emprego, não fortaleceu a educação, não solucionou o problema da violência e não melhorou a saúde. A partir de amanhã, colheremos os prejuízos. O sonho acabará e logo chegará os pesadelos. (...)

Que o Divino Espírito Santo nos ilumine para compreendermos quais são os sinais da verdadeira tradição e quais os outros interesses que estão por trás destes festejos”. Poções, festa de pentecostes, 2006, Pe. Estevam dos Santos Silva Filho-Pároco (Jornal Folha do Divino. Informativo da Paróquia do Divino Espírito Santo Poções-Ba: Junho,2006).

Diante do pronunciamento muitas pessoas ficaram agitadas e começaram a questionar sua realidade em razão do que o padre havia dito. A administração da cidade estava investindo em festas caras e o sentido religioso estava sendo mantido pela inúmera quantidade de cristãos católicos em um momento em que o desemprego afetava o local e os problemas não eram resolvidos contratando grandes atrações, sendo que de acordo com o pároco o sentido religioso estava se perdendo. Por outro lado, os que discordaram deste posicionamento do vigário vaiaram sua fala, deixaram o local e alteraram a sua voz sobre o que estava sendo dito.

Após a fala do padre Estevam, o bispo da Arquidiocese de Vitória da Conquista, (Bispo em 2006) Dom Geraldo Lírio Rocha expôs o seu posicionamento frente ao que foi dito:

Quero dizer a todos irmãos e irmãs que a palavra dirigida pelo pároco Pe. Estevam questionando sobre 10 dias de festa de largo em Poções, já era de meu conhecimento e conta com meu pleno e total apoio. Precisamos corrigir o que está errado e preservar o sentido religioso da festa do Divino. ‘Festa do Divino Espírito Santo, é festa religiosa’. Qualquer outra coisa desvirtua os sentidos originais, tradicionais e autênticos da festa do Divino e perturba a religiosidade do nosso povo. Temos que preservar a festa religiosa; esta sim é patrimônio do povo de Poções e patrimônio da Igreja (Jornal Folha do Divino. Informativo da Paróquia do Divino Espírito Santo Poções-Ba: Junho,2006).

Frente ao posicionamento de Dom Geraldo, percebe-se um olhar sobre a festa no sentido patrimonial de ênfase ao religioso como se a festa profana não possuísse um significado para as pessoas da cidade. A preocupação social com relação à promoção de uma vida digna, sobretudo aos jovens do município, é algo claro nas duas falas, inclusive deixa explícito que bonito e familiar é estar nos eventos da igreja com todos reunidos e não curtindo a “carnavalesca” festa que organizam após as festividades religiosas. Entretanto, com relação ao mastro, que é posto na Igrejinha (monumento católico) onde adquiriu com o decorrer dos anos uma simbologia popular, mesmo não integrando o ritual litúrgico, nada é dito. Pedro Paulo Funari, ao escrever sobre os desafios da conservação dos monumentos e a perspectiva que deve existir em preservar, afirma:

Devemos lutar para preservar tanto o patrimônio erudito, como popular, a fim de democratizar a informação e a educação, em geral. Acima de tudo, devemos lutar para que o povo assuma seu destino, para que tenha acesso ao conhecimento, para que possamos trabalhar, como acadêmicos e como cidadãos, com o povo e em seu interesse (2007, p.67).

Sendo a festividade religiosa remota, cativante e promotora do despertar de tantos sentimentos na população, sobretudo na expectativa da chegada do evento, nota-se que a sociedade se emociona bastante com o novenário, principalmente com a chegada das bandeiras. No entanto, a ansiedade em ver as atrações que movem a festa de largo atualmente é o maior estimulante para a população local e aos visitantes das festividades. Mesmo com as marcas da contemporaneidade e as mudanças naturais que ocorrem em todas as manifestações culturais, observa-se a ênfase popular no atrativo profano que o festejo do Divino adquiriu neste século: a Chegada das bandeiras e festa de largo.

Nos festejos de largo se fazem presentes barraquinhas de cachorro quente,⁸⁷ barracas com uvas e “maçãs do amor”, os chamados “capetas”⁸⁸, barracas premiadas⁸⁹, as famosas grandes bolas,⁹⁰ além do estimado parque de diversão, que todos os anos chegam à cidade. Esta infra-estrutura fica montada entre duas e três semanas e o parque, normalmente apenas em uma semana.

Em alguns anos, ocorrem às chamadas Mostras Culturais que reúnem fotos da cidade e da população no coreto (um dos grandes símbolos materiais da cidade e que está situado na Praça do Jardim dos Pássaros, ao lado da igrejinha). Expograficamente, a exposição é inacessível aos diversos públicos, pois a função de comunicar não se efetiva, uma vez que não existem etiquetas com nome da obra, fotógrafo e data, ou quando existem são insuficientes ou incompletas. Além disto, as obras ficam bem próximas umas das outras, apesar de haver lonas ou outros meios de cobertura nas extremidades do coreto, dificulta-se a fruição e a acessibilidade. As obras também recebem luz solar direta, danificando-as, além de não serem empreendidos cuidados de conservação e segurança do bem. O público que vê as fotografias as observa rapidamente, mas alguns, especialmente os adultos e idosos, ficam muito tempo vendo as imagens e apresentam aos filhos e netos como era em sua época a cidade ou a pessoa à qual está se referindo. Por vezes, há pessoas perguntando

⁸⁷ Os poçoenses adoram, tanto crianças, quanto jovens, adultos e idosos, uns dizem que este lanche já é “a cara da festa”.

⁸⁸ Que são barracas onde se vendem bebidas alcoólicas, inclusive aos jovens que as consomem.

⁸⁹ Onde a pessoa miram em um objeto ou doce e caso consiga acertar o alvo ganha o que derrubou, ou às vezes, uma premiação maior como um urso de pelúcia, por exemplo

⁹⁰ consistem em bolas de plástico resistentes, as quais algumas crianças da cidade comparam ao do personagem Kiko, do seriado Chaves.

aos organizadores da exposição, sobre data, nome da pessoa retratada, e os mesmo não sabem informar esses dados.

A iniciativa de guardar as fotografias da cidade antiga e expô-las na festa do Divino é admirável, entretanto o material está sob a guarda de poucos indivíduos e com pouco espaço para armazená-las, precisando assim, na cidade, de uma política preservacionista para salvaguardar o legado cultural que na região existe, entendendo-o como um bem público.

Sobre peças que remetem à cultura, escreve Silvania Sousa do Nascimento: “Os objetos da Cultura remetem às tradições identificadas pelo grupo com suas marcas distintivas, específicas e identitárias” (2009, p.20).

No último dia da festa, domingo de pentecostes, os festejos religiosos ocorrem no estádio municipal que normalmente enche de pessoas seguido com a missa campal, sendo que às 05h00min há outra alvorada de fogos de artifício representando o barulho dos trovões que houve no dia de pentecostes. Depois segue a procissão, tendo muitos fiéis de roupa branca e descalços para pagar promessas, outros, levam bandeiras que a comissão organizadora da festa distribui e assim prosseguem seguindo os andores. No final, devolvem as bandeiras, fazem os últimos pedidos e entregam flores encerrando as festividades religiosas na Igreja Matriz. Durante toda a festividade padres de outros municípios são convidados a celebrar missas, bem como bispos. Em seguida, a festa de largo dá o prosseguimento encerrando a noite, normalmente, com a última banda por volta das 04h30min da manhã.

O Memorialista

Homero Ferreira da Silva, conhecido pela população como o Senhor Homero, é um dos organizadores da Chegada das Bandeiras desde 1990. Nascido na cidade de Poções na Bahia é um oficial de Justiça aposentado e casado com a Senhora Nivalda de Almeida Silva com quem teve onze filhos. Este homem acompanhava os senhores que estavam à frente da festividade com quem adquiriu muitos conhecimentos sobre a história da cidade de Poções e da região sudoeste baiana. Tedesco, ao analisar a relação da memória, cultura e identidade étnica, escreve:

(...) o cotidiano é o espaço por excelência de percepção das formas, do significado e das redefinições da historicidade e da dinâmica das representações sociais que norteiam a vida de idosos. (2004, p.229)

Procurado por muitos pesquisadores que se debruçam sobre a historicidade presente nesta região, o senhor Homero a princípio fica um pouco desconfiado com alguns. Ao conquistar a confiança do memorialista, às informações pedidas são dadas com bastante emoção e certeza, revelando a paixão que possui pelas festividades, neste caso especificado ao Divino Espírito Santo, que são transmitidas com muita precisão. Costuma passar vídeos e mostrar fotos da festa aos seus convidados, amigos e pesquisadores.

Foto1: O senhor Homero aproximando o estandarte à fiel para que ela toque-o.



Fonte: Arquivo de Wendel Cardoso Santana (2011).

Quando assumiu a função de empunhar o estandarte na chegada das bandeiras o senhor Homero iniciou um trabalho contínuo, durante todo o ano, junto aos seus filhos (até hoje isto acontece). Alguns na época já estavam casados e com suas esposas e filhos o auxiliavam nos preparativos para a festa. Sobre este segmento, importante na continuação da prática e do registro dos fatos, escreve Tedesco: *Conforme as gerações se distanciam, repositórios de lembranças se associam aos seus sucessores, segmentos de tempos vão se conectando com lembranças mais antigas (...)*. (2004, p.229)

Com isto, toda a família (filhos, genros, noras e netos) se mobilizava para o evento. Atualmente, também há bisnetos e os mesmos auxiliam no que está acessível, um exemplo desta ajuda que fazem, verifica-se no carro dos “anjos”. Desde muito tempo estes carros na maioria são compostos por netos do Senhor Homero. Além disto, um número elevado de pessoas que enfeitam os carros dos “anjos” e confeccionam as bandeiras são amigos e filhos.

Palavras Finais

A preocupação que permeia os profissionais da área cultural em resgatar os indícios da festa, sobretudo diante da iconografia, torna-se cada vez maior. Propondo exposições sobre a historicidade presente na festa, sobretudo com os meios digitalizados através de painéis, por exemplo, são emergências que existem no Brasil. Tendo esta festa como exemplo de manifestação que pode ser trabalhada em uma exposição, os critérios de análise, bem como o foco que os pesquisadores devem obter ao montar um trabalho sobre

festas, podem ser seguidos conforme as observações desenvolvidas neste artigo. Diferenciado de outros países, por obter municípios com tanta pluralidade folclórica, religiosa, brincantes, etc., surge à necessidade de divulgar as informações destas manifestações culturais através de exposições que contem sua história, seus costumes, hábitos, ou seja, o diferencial que possui para os turistas, convidados, mas principalmente aos moradores do município, provocando assim, o reconhecimento dos traços culturais nos moradores do local onde o trabalho expositivo poderá ser aplicado.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha. **O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro, DPCA, 2003.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade Editora da UNESP, 2001.
- CURY, Marília Xavier. **Exposição, concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim/RS: Habilis, 2007.
- JESUS, Suerlange Ferraz de e IVO, Isnara Pereira. **Emoção e Fé: dos festejos do Divino à Chegada das Bandeiras**. Trabalho de graduação em História. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista – Ba: UESB, 2002.
- LOURENÇO, Érica; GUEDES, Maria do Carmo e FREITAS, Regina Helena de (orgs). **Patrimônio cultural, museus, psicologia e educação: diálogos**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2009, p. 15-29.
- MORAES, Mércia Coêlho. **O Sagrado e o profano em Poções**. Trabalho de especialização em História Regional, pela Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus-Ba: UNEB, 2004.
- SANTOS, Marcos Ferreira. Cultura Imaterial e Processos Simbólicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 14: 2004, p. 139-151.
- TEDESCO, J. C. **Nas Cercanias da Memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo, RS: UPF; Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2004.

Referências Documentais

- Arquivo Fotográfico de Wendel Cardoso Santana;
- Folder do colégio IECEM do mês de Maio de 2005;
- *Jornal Folha do Divino*. Informativo da Paróquia do Divino Espírito Santo Poções-Ba, do mês de Junho de 2006;
- Programações das festas profanas nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007;

ARQUEOLOGIA NAS RUÍNAS DE LARANJEIRAS (SE): NOVAS PRÁTICAS TRIDIMENSIONAIS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

*Giceli Andrade Rocha Santos⁹¹
Raquel Andrade Dantas Figueirôa⁹²*

I – INTRODUÇÃO

Quando olhamos prédios antigos, ruínas, entre outras estruturas deterioradas com o passar do tempo, ficamos a perguntar: a quem pertenceu? Qual a finalidade dessas construções? Qual a relação que essas construções têm com a comunidade? Sabendo da importância do diálogo entre ruínas e comunidade, sua representação no meio urbano e no despertar da sociedade sergipana para a valorização que essas edificações adquiriram ao longo do tempo, este trabalho busca apresentar soluções para a preservação do patrimônio, promovendo ações de salvaguarda, já que a maioria da população de Laranjeiras não reconhece seus monumentos como parte da memória coletiva ou herança cultural.

Os monumentos, praças, edificações, vestígios arqueológicos, são fontes de conhecimento histórico de natureza material, e podem ser tomados pelos pesquisadores para gerar significados, em especial, no caso, suscitar a identidade de uma comunidade. (Funari 2007), em ‘Arqueologia e Patrimônio’, afirma que não há identidade sem memória, aqueles que perdem sua memória, perdem sua identidade também. Coloca ainda que os arqueólogos deveriam interagir com a sociedade, disponibilizando ao povo uma melhor compreensão do passado e do mundo. O autor afirma que informação, criação de consciência, ação no mundo, transformação, são as metas da preservação. Portanto, este trabalho busca compreender a relação dos grupos sociais de Laranjeiras com o ambiente arquitetônico que o cerca ao longo dos tempos e propor novas práticas de inclusão de meios tecnológicos digitais (como o 3D) que auxiliem as pesquisas históricas e torne possível reconstruir de forma virtual aquilo que se destruiu com o tempo, precisamente, as ruínas do antigo hospital São João de Deus e o Teatro São Pedro.

Por se tratar de materiais já desgastados pela ação natural, muitos deles estão em delicado estado de conservação e por utilizar técnicas não invasivas na obtenção de dados, o 3D tem sido um importante aliado no processo de catalogação, conservação dos artefatos encontrados enquanto informação, salvaguardando assim o patrimônio arqueológico como objeto de estudo. Com a digitalização das ruínas, os registros e as informações das estruturas catalogadas poderão ser incorporados aos projetos de educação patrimonial em Laranjeiras. O estudo visa também colaborar com os debates sobre o tema, abrangendo o conceito de preservação do patrimônio edificado em arqueologia.

1.1 HISTÓRIA DOS SÍTIOS

⁹¹É graduada em História pela Universidade Tiradentes (2009) e estudante do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: arqueogi@hotmail.com

⁹²É graduada em Comunicação social pela Universidade Tiradentes (2029), Pós-graduação em Comunicação Digital pela Fanes (2005) e estudante do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: r.jor@hotmail.com

O município de Laranjeiras, localizado no Estado de Sergipe (Brasil), fica a aproximadamente 20 km da capital sergipana, Aracaju. No passado foi considerada a “Atenas Sergipana” pelo luxo e requinte de seus casarios, igrejas, pontes e por possuir a aristocracia açucareira que transitava por suas ruas, inúmeros escravos africanos trazidos para trabalhar nos engenhos e trapiche e nas casas dos senhores da região. (Dantas.2009:186) ressalta que com a mão de obra escrava eram geradas cada vez mais riquezas, fomentando a criação de serviços e a vinda de profissionais para servir a aristocracia laranjeirense.

Com o comércio em expansão estavam os muitos negociantes, caixeiros, alfaiates, sapateiros, músicos, boticários, ourives, pintores, fogueteiros, barbeiros, advogados e sacristães entre outros. (Dantas.2009:187) Entre brancos, escravos e mestiços a população daquela cidade foi se formando e se agrupando com diversas etnias e identidades. Mas quando a cidade perdeu a sua força comercial devido ao surto migratório para a então nova capital, Aracaju (em 1855), ocorreu a transição de várias famílias, principalmente de uma elite de posses, fato este que gerou um grande impacto na economia laranjeirense, o que tornou a cidade um lugar cada vez mais difícil de viver devido à gradual decadência de oportunidades.

Com a saída das famílias para a nova capital, seus casarios e sobrados foram abandonados. A partir daí começam os desgastes das construções pela ação do tempo. Muitos tiveram sua destruição parcial e outros se transformaram em ruínas como, por exemplo, o Teatro São Pedro e o Hospital São João de Deus. No caso do teatro não se tem notícia se realmente chegaram a finalizar as suas obras, mas foi visitado por D. Pedro II e a Imperatriz D. Tereza Cristina, em visita a Laranjeiras na segunda metade do século XIX. Já o Hospital chegou a funcionar no início de século XX e contava em seu quadro de funcionários o Dr. Antônio Militão de Bragança, laranjeirense de nascimento, filho do Dr. Francisco Alberto de Bragança e Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1883, ajudou no combate a uma grave epidemia de varíola que atingiu Laranjeiras. Desde o século XIX até os dias atuais, é perceptível o esquecimento por parte da população de sua própria história e patrimônio edificado. E é com a consciência de preservação e memória que citaremos a importância das ruínas de Laranjeiras em seu contexto urbano e as propostas de salvaguarda do patrimônio edificado para firmarmos um diálogo com a comunidade e incentivar a promoção desse patrimônio com consciência e responsabilidade.

A importância dessas ruínas não se dá apenas à sua temporalidade e sua relação com o passado (que infelizmente ficou adormecido na memória de alguns e desconhecido para outros), mas sim, na sua representação social de identidade da população local. Podemos então, a partir desses pressupostos, criar ações sócio-educativas voltadas para a preservação patrimonial e ações econômicas de sustentabilidade envolvendo a sociedade laranjeirense e criar uma harmonia entre turismo e consciência histórica do município. Entendendo que essas ações incluem a comunidade, já que patrimônio e turismo são compatíveis tendo possibilidades de uso, desde que haja parcerias com o Estado e município para realização dessas ações de gestão e preservação do patrimônio cultural edificado e imaterial.

O descaso com algumas edificações é uma realidade tocante. O teatro São Pedro, por exemplo, guarda atrás de sua fachada já pendente um espaço de destruição tomado pela construção de uma casa que no decorrer dos tempos virou depósito de entulhos e espaço de materiais de construção das casas vizinhas (resto de tijolos, areia, etc.). Já no antigo Hospital São João de Deus o cenário não é diferente, em sua calçada são depositados restos de animais (ossos) e seu interior se tornou uma espécie de lixeira. Ainda podemos

constatar o que é mais grave: não há nem um tipo de sinalização ou aviso para os perigos de desabamento que essas estruturas oferecem à comunidade. É cristalino o estado de deterioração que as ruínas sofrem pela ação do tempo e o próprio descaso por parte da comunidade, empilhando sujeira nesses espaços que acabam por contribuir para a degradação física e ambiental desses locais.

Nas figuras abaixo, há dois momentos das transformações ao decorrer de sete meses no espaço das ruínas, intervenções em diversas partes das estruturas, falta de segurança e abandono dos governantes e da comunidade.

FIGURA 1: Ruínas do Teatro São Pedro (fachada)

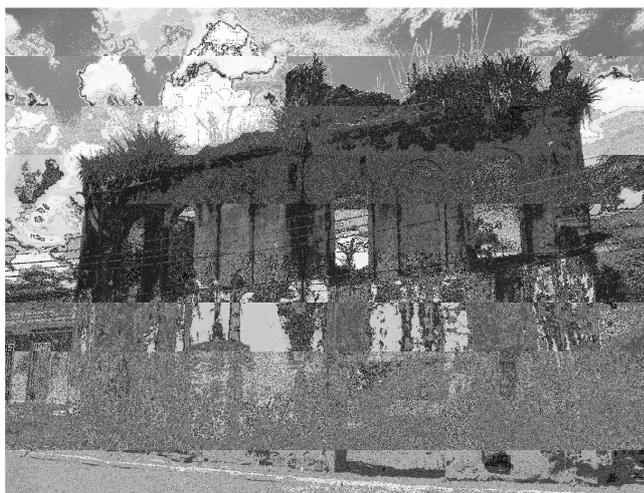


Foto: Janaina Cardoso de Mello (24/01/2011)

Na figura 1, percebe-se características arquitetônicas neoclássicas ortodoxas, com tendências ao neocolonial, janelas em arco pleno que sofreram intervenção com tijolos recentes.

FIGURA 2: Ruínas do Teatro São Pedro (parte interna)



Foto: Janaina Cardoso de Mello (24/01/2011)

As ruínas do teatro estão localizadas na Praça Possidônia Bragança, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Pardos.

FIGURA 3: Teatro (parte interna)



Foto: Raquel de Andrade DantasFigueirôa(25/08/2011)

Além da abundante vegetação, percebemos a esquerda da imagem uma construção que invadia parte do terreno, mas acabou sendo abandonada e ficando em ruínas.

FIGURA 4: Ruínas do Hospital São João de Deus(parte externa)



Foto Raquel Figueirôa (25/08/2011)

Possui vários elementos arquitetônicos como: frisos, ornamentos, flores e brasões. Observamos que os moradores já fazem da calçada do antigo hospital uma lixeira mostrando o descaso com o patrimônio histórico e arquitetônico.

1.2 – ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A Arqueologia Histórica é a ciência que tem como objetivo a reconstrução do passado do homem, através da cultura material (objetos, estruturas, paisagens etc.). A arqueologia vem sendo mais conhecida por estudar objetos milenares que remontam aos primeiros povoamentos. Todavia, a maioria dos estudos brasileiros preocupa-se ao período *a posteriori* do descobrimento, denominada assim como Arqueologia Histórica:

A arqueologia histórica tem como característica a utilização conjunta de diversas fontes: escrita (manuscritos, cartas, relatos de viajantes, relatórios de governo, registros religiosos etc); iconográfica (mapas, fotos, desenhos, croquis etc); material (estruturas e objetos); oral (relatos de moradores antigos) (ORSER, 1992, p. 55).

Assim, a arqueologia como ciência dialoga com a história, tendo papel importante na sociedade. “[...] o estudo da cultura material histórica permite conhecer as tensões sociais e a variedade de situações sociais vivenciadas (FUNARI, 1999, p. 37.). A arqueologia possibilita que conheçamos populações que não tiveram acesso a escrita, mas que utilizaram a oralidade como principal forma de transmissão de suas culturas.

Por outro lado, Tânia Lima (2008) também coloca como estudo da arqueologia histórica, materiais encontrados provenientes de achados do século XIX. Em *Los Zapatero sdescalzos*, a autora destaca em sua obra que praticamente não existem referências sobre o trabalho dos sapateiros negros por se tratar de uma profissão marginalizada na época em que o esforço físico era visto como castigo para igreja e toda a sociedade.

Em seu artigo *Preservação patrimonial e arqueologia bíblica*, a pesquisadora Gabriela Rodrigues comenta que o passado não existe senão pela recriação por parte dos pesquisadores da maneira como lhes convêm e que conhecer o que realmente aconteceu é uma ambição infundada, é possível, principalmente através das evidências arqueológicas, recriar quantos passados forem necessários, da forma que melhor convier à situação.

O passado, em especial, tratando-se de cultura material, pode ser visto como uma fonte, inesgotável de símbolos e ideais políticos, a favor de quem o constrói. A partir da definição daquilo que pode ser considerado patrimônio cultural e da criação de medidas, inclusive legais, para sua manutenção, cristaliza-se uma memória, que se torna um instrumento para a construção da identidade cívica das instituições bem como do desenvolvimento cultural e econômico. O patrimônio histórico pode, então, ser entendido, como uma maneira de o poder público instituir a memória social. Um lugar de memória com reconhecimento oficial que determinado legalmente como patrimônio torna-se um campo de exercício de poder, porque se abre às disputas econômicas (RODRIGUES, 2008, p. 3).

Diversos pesquisadores têm se dedicado ao estudo da preservação do acervo do patrimônio arqueológico, mas poucos sob o olhar digital. A importância da preservação de achados arqueológicos e as alternativas que buscam garantir a proteção à informação irão garantir acesso à educação patrimonial material pelas gerações atuais e futuras. Patrimônio era visto com muita abrangência. Sinônimo de qualidade de vida, pesquisa e ensino, erudito e popular, antigo e moderno e, acima de tudo, preservação para a

informação.

Trigger ressalta a importância da computação na Arqueologia:

A proliferação de formas eletrônicas de tratamento de dados revolucionou a análise arqueológica tanto quanto a datação por radiocarbono. Hoje é possível, de forma rotineira, estabelecer correlações entre grandes quantidades de dados num montante que, no passado, apenas arqueólogos excepcionais, como W. M. Petrie, poderiam tentar analisar (Kendall, 1969,1971). A computação permite aos arqueólogos usar os abundantes dados ao seu dispor em busca de uma padronização mais detalhada dos testemunhos arqueológicos e permite-lhes testar hipóteses mais complexas (TRIGGER, 2004, 17).

Para o filósofo Pierre Lévy, em *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*, o processo de surgimento e evolução do gênero humano, não terminou, mas vem se acelerando de maneira brutal. É uma transformação contínua e rápida das paisagens científica, técnica, ambiental, econômica, social, mental e espiritual.

Diferente do que ocorreu na origem de nossa espécie, ou por ocasião do neolítico primeira grande mutação antropológica – surgimento da agricultura, escrita e a cidade), podemos agora pensar coletivamente a nossa história e influenciá-la. Não é mais o tempo da história, tendo como referência a escrita, a cidade, o passado, mas de um espaço móvel, paradoxal, que nos vem igualmente do futuro (LÉVY, 2000, p. 15).

Orser (2000) também explica que um dos aspectos da Arqueologia Histórica diz respeito ao seu uso como fornecedora de informações sobre a aparência física de sítios históricos, a fim de que sejam restaurados ou reconstruídos. Grande parte desta arqueologia é praticada em sítios de “significação nacional”.

1.3 NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À ARQUEOLOGIA

Os últimos anos que a sociedade vem passando estão sendo marcados por mudanças significativas e grandes evoluções tecnológicas. As mudanças no campo das ciências, da medicina e, principalmente, da informática são frequentes. A sociedade já viveu vários tipos de revolução: a industrial, a das telecomunicações e, atualmente, a revolução da informação. Vivemos na era da informação, na qual a rede mundial de computadores será à base de recepção e transmissão de informação e comunicação. Em *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, o autor aponta que

A internet tem tido um índice de penetração mais veloz que qualquer outro meio de comunicação na história: nos Estados Unidos, o rádio levou 30 anos para chegar a sessenta milhões de pessoas; a TV alcançou esse nível de difusão em 15 anos; a Internet fez em apenas 3 anos (CASTELLS, 1999. P. 439).

Com isso, observa-se que cada vez mais a sociedade se insere nesse novo contexto web, por isso da necessidade dos profissionais da arqueologia acompanhar esse crescimento, procurando adaptar-se às demandas gradativamente em todo o mundo.

No fluxo de trabalho de uma pesquisa arqueológica o pesquisador é em muitos níveis confrontado com a tarefa de gravar o que está investigando, já que uma documentação completa para análise e interpretação são pré-requisitos básicos de um estudo. A técnica a ser utilizada depende do grau de conhecimento e de recursos disponíveis, mas em geral traz uma série de vantagens. Desde a integridade do objeto a ser estudado até a ampliação do estudo do trabalho de campo. A obra *Memória do Futuro* retrata a importância do registro arqueológico sob a perspectiva digital, com o objetivo de caracterizar algumas possibilidades que essa interação oferece, principalmente quanto a uma possível mudança de paradigma na pesquisa arqueológica. Na perspectiva digital, a arqueologia, além de estudar o passado humano, teria condições de estudar também a relação entre espaço e tempo humano, o que permitiria a análise do presente e do futuro. O autor ressalta a importância dos registros arqueológicos digitais:

Os registros, inscritos nos bancos de dados, advindos da digitalização das informações analógicas (papel, iconografia, relatos orais, vídeos, etc.) passam a ter uma dinâmica diferente com as novas e inúmeras possibilidades de se estocar toda a informação disponível de forma ativa e não mais estática. Esses registros digitais permitem cruzamentos, simulações e criação de modelos, que podem ser constantemente avaliados e interpretados, em confronto com a realidade, como também possibilitam a inclusão de novos conhecimentos, oriundos dessas simulações e cruzamentos...(CHERMANN, 2008, p. 36).

1.3.1 PROTOTIPAGEM RÁPIDA

A Prototipagem Rápida é uma tecnologia que permite fabricar objetos físicos tridimensionais a partir de arquivos digitais criados em sistema CAD⁹³. Os mesmos dados do desenho do arquivo digital servem para a execução do protótipo (modelo). Dentre as vantagens que a Prototipagem Rápida oferece então: alta precisão; inclusive em detalhes de pequena escala, produção ilimitada de peças iguais em formato e tamanho; produção de curvas planas; até mesmo as feitas à mão livre e diminuição do trabalho com acabamento e economia de tempo em relação às produções manuais. As técnicas mais recentes de modelagem computacional têm sido empregadas pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro⁹⁴ que abriga um dos acervos mais importantes da América do Sul. São coleções egípcias, de Dom Pedro I e Dom Pedro II, Greco-Romana, Pré-Colombiana; além de exemplares da antropologia biológica e de paleovertebrados.

O processo criado pelo Museu Nacional da UFRJ deu início com o projeto Geração de Imagens Digitais das Coleções do Museu Nacional que recorre a modernas técnicas de digitalização e modelagem tridimensional: o escaneamento 3D a laser e a prototipagem

⁹³ *Computer Aided Design* é uma sigla em inglês que significa Desenho Auxiliado por Computador. É o nome genérico de sistemas computacionais utilizados pela [engenharia](#), [geologia](#), [geografia](#), [arquitetura](#), e [design](#) para facilitar o projeto e desenho técnicos. Outras informações no <http://pt.wikipedia.org/wiki/CAD>. Acessado em: 04 set. 2011.

⁹⁴ Outras informações sobre o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro podem ser acessadas no <http://www.museunacional.ufrj.br>. Acessado em: 04 set. 2011.

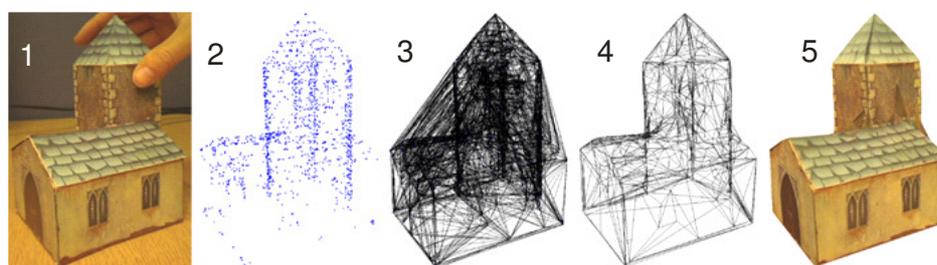
rápida. A técnica consiste no uso de tecnologias não invasivas para obtenção de imagens virtuais das peças. Isso possibilita a análise profunda da estrutura de múmias e fósseis de dinossauros por meio da tomografia computadorizada. As imagens geradas nesses exames médicos ou nos scanners 3D a laser são transformadas, por meio de ferramentas digitais, em arquivos virtuais 3D. Esses dados são enviados em tempo real para máquinas de prototipagem rápida, que finalmente os transforma em réplicas precisas e concretas, tridimensionais, das peças analisadas.

A prototipagem rápida oferece muitas vantagens para a pesquisa. O uso dessa tecnologia evita o manuseio das peças, contribuindo para a conservação do acervo, possibilitando ao visitante, conhecer a fundo o material pesquisado, permitindo o acesso às informações e detalhes da estrutura das peças que dificilmente seriam encontrados a olho nu. Além de ser uma importante ferramenta para a reconstituição da história, a técnica permite que as réplicas sejam utilizadas para o intercâmbio entre os centros de pesquisa, que muitas vezes guardam peças complementares no processo de construção do conhecimento, que se encaixam como um grande quebra-cabeça científico.

1.3.2 PROFORMA

As limitações orçamentárias em muitas pesquisas se tornam muitas vezes uma problemática no desenvolvimento e execução dos estudos arqueológicos. O Scanner 3D, por ser um equipamento importado, ainda não é tão acessível à maior parte dos pesquisadores. Para facilitar e otimizar os custos na construção de imagens tridimensionais, estudantes da Universidade de Cambridge desenvolveram um software que transforma qualquer webcam em uma scanner 3D. O programa consiste num sistema de aquisição de um novo modelo, chamado de Proforma, que gera uma imagem 3D on-line (em tempo real), de acordo com a sequência de entrada como está sendo coletada. À medida que o usuário gira o objeto na frente de uma câmera fixa, um modelo parcial é reconstruído e exibido para o usuário, facilitando com isso, a sequência de imagens a serem desenvolvidas e também usado pelo sistema para rearrumar robustamente o objeto. Modelos são produzidos rapidamente através de pontos obtidos on-line em uma estrutura de estimativa de movimento, seguido por uma etapa probabilística numa escultura triangular para obter uma malha de superfície texturizado do objeto.

FIGURA 5



Fonte: http://mi.eng.cam.ac.uk/~qp202/my_papers/BMVC09/

De acordo com a figura acima, observa-se a presença de cinco imagens. Na imagem 1, da esquerda para a direita realizamos a rotação do objeto com a mão na frente da câmera. Na imagem 2, são formadas nuvens de pontos obtidas em tempo real. Na imagem 3, depois

da formação da nuvem de pontos, ocorre o particionamento do cascoconvexo⁹⁵ em tetraedros⁹⁶. Na imagem 4, é esculpida a malha de pontos obtendo a escultura em forma de tetraedros e por fim a texturizada e formada a imagem em 3D.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações de salvaguarda nas ruínas de Laranjeiras necessitam ser realizadas o mais breve possível. Ainda que em fase inicial da pesquisa, podemos constatar problemas estruturais e ambientais, comprometendo a segurança, a integridade física, estrutura e da memória da população local. A utilização de imagens em 3D na arqueologia brasileira ainda está em fase embrionária, diferentemente de outros países como os EUA que possui uma vasta bibliografia de estudos recentes da aplicação de modelagem tridimensionais em objetos e arquiteturas em ruínas. Tal deficiência se dá por restrições orçamentárias e até mesmo pela falta de conhecimento das técnicas presentes. O que não despotencializa a sua aplicabilidade e sua importância como instrumento de salvaguarda do patrimônio esquecido.

Precisamos desenvolver estratégias de aplicação dessas novas tecnologias para buscar avanços na arqueologia brasileira contemporânea. Uma metodologia para desenvolver imagens em 3D com rapidez e precisão, como a Prototipagem Rápida proporciona, se faz muito válida pela redução de limitações na concepção e assimilação de formas complexas. A utilização de técnicas modernas de modelagem tridimensional, através das Tecnologias de Informação e Comunicação, além da salvaguarda, vai contribuir também para o desenvolvimento, divulgação e uma maior durabilidade dos achados arqueológicos.

Desse modo, partimos do pressuposto de que os profissionais de hoje precisam compreender que, além dos princípios básicos da Arqueologia, necessitam reformular seus processos, interagindo nesse contexto de mudanças tecnológicas. Criar espaços criativos, flexíveis, dinâmicos e participativos, valorizando a inteligência coletiva e com foco na sociedade são desafios para os profissionais da arqueologia de hoje. Nesta perspectiva a digitalização, os registros e as informações das peças catalogadas irão transmitir conhecimento por meio de uma educação patrimonial tão eficaz quanto de forma presencial. É o olhar do real pela virtualidade do ciberespaço.

Referências Bibliográficas

DANTAS, Góis Beatriz. *Laranjeiras: entre o passado e o presente*. O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras 2 ed, p. 179 a 198. São Cristóvão: 2009.

⁹⁵Casco convexo é um conjunto C que é a interseção de todos os conjuntos convexos que contém um determinado conjunto B. Se B for um conjunto convexo, então B=C. Este conceito é muito importante em informática. Outras informações no http://pt.wikipedia.org/wiki/Casco_convexo. Acessado em: 04 set. 2011.

⁹⁶ O tetraedro é um poliedro composto por quatro faces triangulares, três delas encontrando-se em cada vértice. O tetraedro regular é um sólido platônico representante do elemento fogo, figura geométrica espacial formada por quatro triângulos equiláteros (triângulos que possuem lados com medidas iguais); possui 4 vértices, 4 faces e 6 arestas. Outras informações no <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tetraedro>. Acessado em: 04 set. 2011.

- CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.
- CHERMANN, Davi. *Memória do Futuro: registros arqueológicos em tempo real*. 150f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- DIZARD JR., Wilson. *A nova mídia - a comunicação de massa na era da informação*. 2000 Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/html/IS1120112>>. Acesso em: 8 jan. 2011.
- FUNARI, P. P. A. *A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial*. Revista De História Regional, Ponta Grossa, v. 6, nº 2, p. 35_41, 2003
- FUNARI, P. P (2007). *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Habilis, 2007.
- LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência*. São Paulo: Editora 34, 1993.
- LIMA, T. Andrade. *Los zapaterosdescalzos: arqueologia de una humiliación em Rio de Janeiro del siglo XIX*. In: Acuto, F. & Zarankin, A. compiladores, *Sed non Satiata II*, Córdoba: Encuentro Grupo Editor, pp. 35-57, 2008.
- MELLO, Cardoso Janaina. *Por uma Arqueologia Social das Ruínas de Laranjeiras (Se-Brasil) para dar voz aos esquecidos*. Laranjeiras, 2011.
- NOGUEIRA, Dantas Adriana, SILVA, da Donizeti Eder (org). *O despertar do conhecimento na colina azulada, a Universidade Federal de Sergipe em laranjeiras* vol.II. São Cristovão: 2009.200p.
- NUNES, Meneses Maria Verônica, NOGUEIRA, Dantas Adriana (org). *O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras*. 2 ed, São Cristovão: 2009. 390p.
- RIBEIRO, Marcelo (org). *Olhares sobre o Patrimônio Cultural: reflexões e realidade*. Porto Alegre: Asterisco, 2010.
- ORSER Jr, Charles E (1992). *Introdução à Arqueologia Histórica*. Tradução Pedro Paulo Abreu Funari. Belo Horizonte. Oficina de Livros.
- PAIVA, Marcus Vinicius Jacob. *Os impactos das bibliotecas virtuais sobre os hábitos de leitura e estudo*. Monografia apresentada ao Departamento de Comunicação Social do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Comunicação Social. Vitória, 2008.
- RODRIGUES, Gabriella Barbosa e FUNARI, Pedro Paulo. *Preservação patrimonial e arqueologia bíblica: a reforma do acesso ao portão Mughrabi, um exemplo do uso da cultura material como elemento político-religioso*, 2008. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st1/Rodrigues,%20Gabriella%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 8 janeiro de 2011.
- TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

A MICARÊME DE LARANJEIRAS EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

Hildênia Oliveira
Graduanda em Museologia
Bolsista PIBIX, 2010-2011 (PROEX-UFS)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Hoje é quase consensual que a palavra Carnaval originou-se de carne + vale (do latim: caro, carnis = carne; vale = adeus), ou ainda da expressão carne levare ou carnilevamen. As duas expressões têm sentido quase idêntico: suspensão da carne, abstenção de carne⁹⁷.

O Carnaval, festa profana e encantadora do imaginário coletivo⁹⁸, precede a chegada da Quaresma, período no calendário da Igreja Católica consagrado à penitência e ao jejum. Em tempos passados, a Igreja recomendava aos católicos que ficassem toda a Quaresma sem comer carne. Hoje esta proibição restringe-se à Sexta-feira Santa.

O Carnaval é celebrado em praticamente todos os países do mundo, embora a sua descendência seja incerta, pois segundo Urbano⁹⁹:

Várias são as hipóteses que procuram elucidar o “mistério” de seu nascimento, porém, num ponto elas são unânimes: o da origem longínqua. Ele poderia estar relacionado com as práticas iniciais mágico-religiosas. Com o passar dos séculos essas práticas perderam sua função inicial e tornando-se meramente lúdicas (festejos e divertimento).

No Brasil a realização das primeiras manifestações carnavalescas que se tem notícia, ocorre através do entrudo¹⁰⁰, um carnaval trazido de Portugal para a corte no Rio de Janeiro no século XIX segundo Clodomir Tavares¹⁰¹ de quem diverge Cláudia Lima¹⁰² que em sua pesquisa sobre o carnaval no Brasil data a proibição do entrudo já em 31 de janeiro e 13 de fevereiro de 1608, afirmando já haver registro da festa ainda no século XVII. O

⁹⁷ Retirado de: “A festa mais popular”. Fundação Biblioteca Nacional, RJ. Coleção Artur Ramos. <http://www.aticaeducacional.com.br/htdocs/secoes/festas.aspx?cod=278> (Acesso em: 01/09/2011, às 09h32min).

⁹⁸ Entendendo-se imaginário como um ato correspondente “ao aspecto insondável do ser humano, em que se produz, além de todos os condicionamentos psíquicos e sociais, o elemento criativo; ele constitui o ‘sem-fundo’ inescrutável da pessoa humana, que possibilita a imaginação e também a racionalidade como dimensões próprias do humano”. RUIZ *Apud* RAHDE, Maria Beatriz Furtado; CAUDURO, Flávio Vinicius. Imagens e Imaginários: do moderno ao pós-moderno. In: **Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Agosto de 2007, pp. 6-7.

⁹⁹ URBANO, Maria Aparecida. **Carnaval & Samba em Evolução na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Piedade, 2006, PP. 21.

¹⁰⁰ O entrudo foi trazido, provavelmente, pelos portugueses da Ilha da Madeira, Açores e Cabo Verde, como brincadeira de loucas correrias, mela-mela de farinha e água com limão, surgindo depois as batalhas de confetes e serpentinas. Cf. LIMA, Cláudia Maria de Assis Rocha. Enquete Cronológica do Fervedouro. [homepage:www.claudialima.com.br](http://www.claudialima.com.br) (acessado em 05/08/2011 às 14:30)

¹⁰¹ Retirado de: TAVARES, Clodomir. <http://claudomirtavares.blogspot.com/2010/05/cultura-popular-no-brasil-colonial.html> (acessado em 05/08/2011 às 15:30)

¹⁰² Cf. LIMA, Cláudia. Maria de Assis Rocha. Enquete Cronológica do Fervedouro. [homepage:www.claudialima.com.br](http://www.claudialima.com.br) (acessado em 05/08/2011 às 14:30)

entrudo era o carnaval do mela-mela, ou lima-de-cheiro, onde se jogava farinha, ovos podres, fuligem e água suja, e era festejado praticamente pela camada mais pobre da população.

Ainda segundo Claudia Lima não se tem uma precisão na transição do entrudo para o carnaval, mas, a inclusão das classes mais abastadas nos blocos de rua marcou o início dos carnavais, saindo assim, dos salões e ganhando espaços nas ruas, com os desfiles de fantasias e carros alegóricos, e a troca da farinha e de outras coisas que eram utilizadas no entrudo, por confete, serpentina e lança perfume (de uso permitido).¹⁰³

Em meio a todas as representações carnavalescas que aconteciam no Brasil, segundo Luiz Antônio Barreto¹⁰⁴, em Sergipe a primeira forma de carnaval foi o 'entrudo', ocorrido na cidade de São Cristóvão e nas Vilas de Maruim e Laranjeiras, sendo muito festejado. A festa carnavalesca acontecia, como acontece até hoje, nos três dias anteriores a quarta-feira de cinzas, que marca o início da quaresma. Desse modo, no registro dos primeiros blocos carnavalescos em Sergipe segundo Luiz Antônio Barreto constam:

Os Mercurianos, trajando as cores azul e encarnado (vermelho) e os Cardovínicos, que vestiam as cores branco e vermelho. Já na primeira década do século XX apareceram Os Filhos de Baco e o Arranca, e também os Fenianos, que disputavam, como rivais, com os Mercurianos, nos últimos tempos deste bloco. Em 1940 apareceram Os Legionários de Sergipe, grêmio carnavalesco que ficou famoso em toda a década, dividindo a preferência com os Mercurianos, nos anos finais de existência deste grupo. Na mesma década de 1940 apareceram, com seus carros alegóricos e suas fantasias, o bloco Gato na Tuba. Na década seguinte surgiu a escola de samba Império Serrano, que ensaiava nas imediações da velha Caixa d'Água. Em 1966 foi fundada a escola de samba Império do Morro, pelo babalaorixá Gilberto da Silva, o popular Lê, com sede na rua de Gararu, 419.¹⁰⁵

Laranjeiras/SE é uma cidade sergipana tombada pelas esferas Estadual e Federal, com um amplo e rico patrimônio arquitetônico, e um grande número de manifestações culturais imateriais do Brasil, possuindo grupos folclóricos dos mais diversos e dentre essas manifestações está a Micarême.

A cidade que foi o berço da cultura Sergipana manteve a sua importância cultural e econômica na província, quando constantemente eram realizados saraus e bailes, ao final do século XIX e início do século XX. Seu apogeu econômico foi marcado pela presença de engenhos açucareiros e mão-de-obra escrava na região do rio Cotinguiba e seu declínio econômico principiou-se pelo surto de cólera que dizimou uma grande parte da população, momento em que a proximidade com a capital Aracaju (aproximadamente 20 km) em processo de urbanização resultou num êxodo demográfico significativo. A população que permaneceu conservou suas tradições populares através dos grupos folclóricos, da Micarême e de manifestações religiosas seculares.

¹⁰³ LIMA, Cláudia. Idem.

¹⁰⁴ BARRETO, Luiz Antônio. Carnaval e Micarême. Entrevista concedida a Infonete:

http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=44543&titulo=Luis_Antonio_Barreto (Acessado em 05/07/2011 às 19:30)

¹⁰⁵ BARRETO, Luiz Antônio. . Carnaval e Micarême. Entrevista concedida a Infonete:

http://www.infonet.com.br/luisantonioabarreto/ler.asp?id=44543&titulo=Luis_Antonio_Barreto (Acessado em 05/07/2011 às 19:35)

A Micarême é uma festa¹⁰⁶ urbana que ocorre em Laranjeiras/SE, desde 1934, realizada com recursos da comunidade local visando a diversão e a manutenção das tradições locais. Essa comemoração ocorre no período pós-quaresma, remontando às antigas celebrações medievais de algumas aldeias francesas. Durante os festejos, blocos e carros alegóricos (cursos¹⁰⁷) desfilavam pelas ruas da cidade, acompanhados por bandas de frevo, da mesma forma que acontece até os dias atuais.

Os blocos da Micarême surgiram a partir de times de futebol da comunidade, a exemplo do Futebol Clube Comandaroba¹⁰⁸ que deu origem aos blocos Ninho dos Gaviões, assim como o Laranjeirense e o Botafogo (desses times de futebol que deram origem aos blocos da Micarême, os dois primeiros ainda permanecem atuantes na contemporaneidade). As comemorações são realizadas em dois dias: sábado à noite, destinado ao ensaio geral com fantasias mais simples e domingo contemplando o desfile com toda a suntuosidade dos blocos.

Dentro desse microcosmo cultural, preservam-se memórias¹⁰⁹, pessoas e idéias, contribuindo para a manutenção de identidades e a permanente revitalização das redes de sociabilidades¹¹⁰ locais. Desse modo, ainda que não reconhecido oficialmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Micarême enquadra-se no conceito de “patrimônio imaterial” definido pela Organização Nacional das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1993, como:

O conjunto das manifestações culturais, tradicionais e populares, ou seja, as criações coletivas, emanadas de uma comunidade, fundadas sobre a tradição. Elas são transmitidas oral e gestualmente, e modificadas através do tempo por um processo de recriação coletiva. Integram esta modalidade de patrimônio as línguas, a medicina tradicional, as artes da mesa e o “saber fazer dos artesanatos e das arquiteturas tradicionais.”¹¹¹

¹⁰⁶ Para Martha Abreu, o conceito de festa é “bastante multifacetado e dinâmico, podendo ser um espaço de solidariedade, alegria, prazer, inversão, criatividade, troca cultural, e, ao mesmo tempo, um local de luta, violência, controle e manutenção dos privilégios e hierarquias”. *Apud* NASCIMENTO, Mara Regina do; PAULA, Durval Saturnino Cardoso de. Festa e devoção em Cruzeiro dos Peixotos, Uberlândia, MG. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 09-31, jan./mar. 2011, p.24.

¹⁰⁷ Segundo Urbano: Corso eram os desfiles de carros enfeitados (alegóricos). no século XIX. Cf. URBANO, Maria Aparecida. URBANO, Maria Aparecida. **Carnaval & Samba em Evolução na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Piedade, 2006, PP.22.

¹⁰⁸ O futebol clube Comandaroba é um time de futebol da década de 30 do século XX, que deu origem ao primeiro Bloco Carnavalesco o Ninho dos Gaviões, e ainda é atuante possuindo sede própria.

¹⁰⁹ Percebendo-se “a memória como capacidade de armazenar certas informações, recorre, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele representa com passadas”. LE GOFF, Jacques. *Storia e Memória*. 1977,1978, 1979, 1980, 1981, 1982 Giulio Einaude editore, S. p.a.,Turim. Lisboa/Portugal, 2000. PP.9.

¹¹⁰ Compreendendo-se “redes de sociabilidade” como um sistema de intercâmbios sócio-culturais através dos quais: “veiculam-se e atualizam-se conteúdos culturais, o que contribui para a ‘modernização’ do capital cultural”. LOPES, João Teixeira. **Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural**. p. 187. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1456.pdf> (Acesso em: 03/09/2011, às 13:46)

¹¹¹ *Apud* ABREU, 2009, p. 83. ABREU, Regina “Tesouros Humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em Patrimônio Cultural – Notas sobre a experiência Francesa de Distinção do “Mestre da Arte”. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs) **Memória e Patrimônio**. Ensaios contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. (p 83 – 96).

Além desta classificação, a Micarême pode ser considerada como parte integrante do item “celebrações”, de acordo com Decreto nº 3.551/2000 que institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* sugerindo a sua classificação em *quatro livros* (saberes, celebrações, formas de expressão e lugares). Esta classificação se justificaria pelo fato dos festejos realizados tratarem da cultura imaterial local através da dinâmica cultural constante e por fazerem parte do calendário oficial da cidade.¹¹²

Conforme Almeida¹¹³, as celebrações consistem em festejos e rituais que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do trabalho, do entretenimento e de outras práticas da vida social. As celebrações são a expressão da memória coletiva de um determinado local. Através de gerações, as músicas, os passos de uma dança, a indumentária são componentes de rituais que através da dinâmica cultural são reinterpretados, modificados e vários elementos são conservados. As celebrações contam também alguma história que faz parte do lugar através da religião ou de elementos profanos, ou da mistura dos dois.

Segundo Moura¹¹⁴, as festas populares brasileiras podem ser classificadas conforme seus elementos estruturais, como religiosos, profanos e profano-religiosos. No caso da Micarême, esta celebração pode ser considerada como ‘profana’ por possuir o caráter de entretenimento não-religioso, pois possui o intuito de fazer com que os participantes se prolonguem bastante na festa.

Assim, através de gerações, a Micarême, com seus foliões fantasiados e torcedores dos blocos, chega a sua apoteose quando os blocos rivais se encontram e simulam uma batalha pelo reconhecimento do bloco vencedor, seja pela estética da fantasia, ou animação dos brincantes.

A criação da Micarême de Laranjeiras na década de 1930 do século XX, provavelmente foi influenciada por outras cidades de Sergipe como Maruim e Riachuelo, e pela explosão dos carnavais de rua aqui no Nordeste, a exemplo do Recife, utilizando o ritmo do frevo com um passo marcado, configurando-se como uma mistura de frevo e reisado. Tendo ao longo dos anos blocos surgido e desaparecido como o Chiquita bacana, os Flores de Outrora, dentre outros.

Para a apreensão da voz dos sujeitos que fizeram e fazem parte da trajetória da Micarême em Laranjeiras/SE, foram realizadas entrevistas gravadas em MP-3, com questões semi-abertas que buscavam coletar as memórias, referenciais identitários e historicidade da festa. O universo de entrevistados compreendeu dez pessoas, compostas por mulheres em sua maioria já na terceira idade, moradoras da cidade.

Dona Maria Gilene Andrade, 68 anos, representa até hoje o mais tradicional e antigo dos blocos do Micarême, o Ninho dos Gaviões (usuários das cores preto, vermelho e branco). Ela até arrisca cantar as velhas cantigas que marcaram época do bloco e disse que os participantes, sempre do povoado Comandaroba, são conhecidos pelo talento, dedicação e harmonia.

O Ninho dos Gaviões é datado de 1936. Os participantes de todos os outros blocos nos respeitam e não têm rivalidade conosco. Quando estamos na rua, todos param para nos assistir. É um exemplo de beleza e talento, fruto da dedicação e harmonia. Sem medo de dizer que somos sempre os campeões”, frisou¹¹⁵.

¹¹² Calendário desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Laranjeiras/SE, onde se encontra discriminado todas as festas e manifestações do ano realizados pelo município.

¹¹³ ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. **Patrimônio Cultural**. Aracaju/SE:UNIT, 2010.

¹¹⁴ MOURA, A. P. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo;

¹¹⁵ Maria Gilene Andrade, 68. Entrevista concedida em 14 de abril de 2010 a acadêmica Hildênia Santos de Oliveira, em Laranjeiras - SE.

Outra sócia fundadora é Dona Idalice, como é mais conhecida na cidade, conta também que várias paródias são criadas para insultar os participantes ‘rivais’. Além disso, a inteligência e a estratégia dos blefes são bastante utilizadas no período que antecede o Micarême.

A equipe de um bloco busca sempre se infiltrar entre os oponentes, justamente para a descoberta dos segredos. Os blefes são extraordinários, aparecem retalhos e parte dos adereços das fantasias na porta das casas das costureiras, pessoas desfilam pelas ruas com objetos que jamais vão utilizar nos blocos, pulam janelas, muros, sobem em telhados. É muito bom e engraçado. A identidade deve ser preservada até o último momento¹¹⁶.

Dona Maria Celina é moradora da Rua da Vitória, 84 anos, defende as cores amarela e branca do Águia de Ouro, bloco no qual é presidente, e é atualmente o bloco mais novo da Micarême, mas divide a paixão pelas cores vermelha e branca do laranjeirense ao relatar:

Gosto muito de ser Águia de Ouro, mas o Laranjeirense também é a minha paixão. O mais importante de tudo isso é que não podemos deixar morrer a tradição. Me lembro muito bem das velhas cantigas e de outros blocos que já existiram em Laranjeiras. Essa recordação vai ficar para sempre na minha memória. É claro que não poderemos revelar os preparativos desta grande festa e das fantasias que estamos preparando¹¹⁷.

Considerado o bloco da elite de Laranjeiras, o Botafogo é da década de 1930, e uma das sócias fundadoras é Dona Maria Aparecida, uma das principais representantes, que revela algumas cantigas e conta um pouco da rivalidade com o Laranjeirense:

o sr. Dudu, várias vezes vinha na minha porta com o bloco Laranjeirense como insulto e ainda me perguntava se o bloco não estava mais bonito. Pedia a minha nota e aí eu respondia, mas, por dentro, ficava me roendo. Na realidade, os representantes do Laranjeirense sempre tiveram inveja do meu Botafogo azul e branco. O fato é que eles querem ter o sangue azul”, disse sorrindo dona Aparecida¹¹⁸.

Por se tratar de uma festa de mais de 75 anos, que tem uma importância significativa para a população de Laranjeiras/SE, o poder Público Municipal na última década, vem incentivando e patrocinando a realização da Micarême, para que esta manifestação não passe novamente pelo esquecimento¹¹⁹. Conforme Ferreira, retomando Dominique Poulot: “a história do patrimônio é a história da construção do sentido de identidade e mais

¹¹⁶ Maria Idalice. Entrevista concedida em 02 de maio de 2010 a acadêmica Hildênia Santos de Oliveira, em Laranjeiras -SE.

¹¹⁷ D. Maria Celina, 84 anos. Entrevista concedida em 03 de maio de 2010. a acadêmica Hildênia Santos de Oliveira, em Laranjeiras -SE.

¹¹⁸ Maria Aparecida Barreto Silva. Entrevista concedida em 22 de abril de 2011 a acadêmica Hildênia Santos de Oliveira, em Laranjeiras -SE.

¹¹⁹ A partir de conceito de esquecimento de Ferraz, O esquecimento não será por ele entendido como *vis inertiae* (força da inércia), como pura passividade, tal como pretenderiam aqueles que o filósofo chama de “superficiais”, mas será considerado como uma força plástica, modeladora, como uma faculdade inibidora e, nesse sentido, como uma atividade primordial.

particularmente, dos imaginários de autenticidade que inspiram as políticas patrimoniais”.¹²⁰

O envolvimento da comunidade com os seus blocos vai desde o planejamento da festa, a confecção de fantasias e adereços, e o apoio de uma grande parte dos torcedores para com seus blocos ocorre sem nenhum tipo de retorno financeiro, dessa forma demonstrando o anseio da comunidade em preservar essa manifestação autêntica, que descende de gerações passadas e se reafirma a cada ano de apresentação.

Diante do reconhecimento da comunidade junto ao poder público e pela importância dada a essa manifestação que representa parte da história do município, chama-se a atenção dos órgãos competentes, para o reconhecimento da festa enquanto bem imaterial, visto que essa traduz a memória coletiva do povo lanranjeirense. Ainda de acordo com Ferreira inspirada em Poulot: “Para que exista patrimônio é necessário que ele seja reconhecido, eleito, que lhe seja conferido valor, o que se dá no âmbito das relações sociais e simbólicas que são tecidas ao redor do objeto ou do evento em si.”¹²¹

Referências Bibliográficas

Martha Abreu. *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

ABREU, Regina “Tesouros Humanos Vivos” ou quando as pessoas transformam-se em Patrimônio Cultural – Notas sobre a experiência Francesa de Distinção do “Mestre da Arte”. IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs) *Memória e Patrimônio*. Ensaio contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. (p 83 – 96).

ALMEIDA, Fernanda Cordeiro de. *Patrimônio Cultural*. Aracaju/SE:UNIT, 2010.

BARRETO, Luiz Antônio. Carnaval e Micarême. Entrevista concedida a Infonete: http://www.infonet.com.br/luisantoniobarreto/ler.asp?id=44543&titulo=Luis_Antonio_Barreto (Acessado em 05/07/2011 às 19:30)

COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? In: *Estudos de Psicologia*, 2008, 13(2), pp. 125-131.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Nietzsche: esquecimento como atividade*. Cadernos Nietzsche 7, 1999. pp. 27-40

GONÇALVES, Renata de Sá. *Os ranchos pedem passagem*. Rio de Janeiro: Dissertação Mestrado/PPGSA/UFRJ/IFCS, 2003. In: <http://www.infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=113023&titulo=cultura> (Acesso em: 30/08/2011, às 09:38).

LIMA, Cláudia. Maria de Assis Rocha. Enquete Cronológica do Fervedouro. homepage: www.claudialima.com.br (acessado em 05/08/2011 às 14:30)

LOPES, João Teixeira. *Sociabilidade e consumos culturais: contributos para uma sociologia da fruição cultural*. pp.179-188. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1456.pdf> (Acesso em: 03/09/2011, às 13:46).

MOURA, A. P. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo;

NASCIMENTO, Mara Regina do; PAULA, Durval Saturnino Cardoso de. Festa e devoção em Cruzeiro dos Peixotos, Uberlândia, MG. In: *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 09-31, jan./mar. 2011.

¹²⁰ FERREIRA Apud COSTA, Marli Lopes da; CASTRO, Ricardo Vieiralves de. Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? In: **Estudos de Psicologia**, 2008, 13(2), pp. 126.

¹²¹ Idem, ibidem.

RAHDE, Maria Beatriz Furtado; CAUDURO, Flávio Vinicius. Imagens e Imaginários: do moderno ao pós-moderno. In: *Compós - Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Agosto de 2007, pp. 1-19.

TAVARES, Clodomir. <http://claudomirtavares.blogspot.com/2010/05/cultura-popular-no-brasil-colonial.html> (acessado em 05/08/2011 às 15:30)

URBANO, Maria Aparecida. *Carnaval & Samba em Evolução na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Piedade, 2006, PP. 21.

VASCONCELOS, Marilene da Graça. *Carnavais fora de Época em Itabaiana: de Micareme a Micarana(1950 – 2002)*. Itabaiana, 2002, 163 f. Monografia (Graduação em História). Pólo Regional de Itabaiana, Programa de Qualificação Docente II, DHI, CECH,UFS. Orientador: Prof. Msc. Carlos Franco Liberato CX. 03, N° 21.

PANORAMA SOBRA O ENSINO DA CULTURA ÁFRICA E AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS EM MACEIÓ

*Juliana Gonçalves da Silva
Graduanda em História
Universidade Federal de Alagoas*

Durante um ano, de Maio de 2010 a Maio de 2011, foram aplicados um questionário com 45 perguntas aos professores da rede estadual de ensino, a pesquisa foi financiada pelo programa OdéAyê do NEAB/PROEX UFAL, e teve como objetivo primordial saber a realidade do ensino referente a lei 10.639/03. A pesquisa teve início com a escolha de 10 escolas públicas que possuem o ensino médio. O critério de seleção foram as escolas que tiveram as 10 maiores notas no ENEM 2009. A relação das escolas está mais a seguir está na sequencia da maior nota para a menor nota.

Colégio Tiradentes- Trapiche da Barra
Escola Estadual Rosalvo Lobo –Jatiúca
Escola Estadual Profª Aurelina Palmeira de Melo – Vergel do Lago
Escola Estadual Moreira e Silva – Farol
Escola Estadual Theonilo Gama – Jacintinho
Escola Estadual Maria das Graças – Feitosa
Escola Estadual Théo Brandão – Santo Eduardo
Escola Estadual Irene Garrido – Dubeux Leão
Escola Estadual Maria Ivone – Cidade Universitária
Escola Estadual Nossa Senhora do Bom Conselho – Bebedouro

A pesquisa feita nas escolas públicas para saber se e como o conteúdo da história africana e afro-brasileira estava sendo trabalhado em sala de aula, tiveram como resultados as opiniões e sugestões de 38 professores. Os professores entrevistados lecionam História e/ou Sociologia possuindo a idade entre 25 e 60 anos. As questões colocadas aos professores abordam desde os seus dados pessoais e profissionais até o conteúdo e a metodologia de ensino em sala de aula no ensino médio.

A seguir serão expostos os resultados percentuais da pesquisa, para termos uma idéia quantitativa de como está o ensino nessas escolas públicas para mais adiante fazermos uma reflexão em cima desses dados. Dos 38 professores que colaboraram com a pesquisa, 52,63% são mulheres e 47,36% são homens.

Em relação ao nível de instrução desses professores temos os seguintes dados:

Estudantes de graduação	2,63%	Graduação Completa	39,47%
Especialistas	47,36%	Mestres	5,26%
Não informaram	5,26%		

Entre os 38 professores entrevistados das escolas públicas, 65,78% ministram a disciplina de História e 34, 21% de sociologia.

Os cursos de formação superior desses professores são distintas:

História – 60,52%	Ciências Sociais – 21,05%
Filosofia – 7,87%	Psicologia – 2,63%
Pedagogia – 2,63%	Não informaram – 7,89%

Os cursos superiores desses professores também são de Universidades / faculdades distintas

UFAL	57,89%
CESMAC - AL	28,94%
UFPE	2,63%
FABEJA - PE	2,63%
NÃO INFORMARAM	5,26%

Em relação à vida religiosa desses profissionais temos os seguintes dados:

Católicos 34,21%	–	Evangélicos– 21,05%	
Espíritas 5,26%	–	Cristãos 2,63%	–
Só freqüentam algumas, mas sem especificação – 13,15%		Não possuem religião 5,26	–

Dos trinta e oito professores entrevistados das escolas públicas, apenas 55, 26% conhecem a lei 10.639/ 03, que obriga os estabelecimentos de ensino tanto públicos como privados a passar para os alunos os assuntos referentes ao ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula.

Professores que conhecem a lei 10.639/03

Todos os professores que conhecem a lei 10.639/03 trabalham com a cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar.

Em relação à história da África 80,95% trabalham com esse assunto em sala contra 19,04% que não fazem nenhum tipo de menção a esse assunto.

Em relação ao conteúdo que envolva a religião-afro brasileira, 76,19% dos professores que conhecem a lei fazem menção a esse assunto e 23,80% não fazem nenhuma referência.

Todos os professores entrevistados acham relevantes os trabalhos em sala de aula que abordem problemas como preconceito e discriminação.

Em relação a capacitações para os professores sobre a temática negra, que envolvam a História e Cultura africana e afro-brasileira, apenas 28,57% dos professores passaram por esse processo de conhecimento. A maioria dos professores que conhecem a lei 10.639/03 não tiveram nenhum tipo de preparo, ou seja, 71,42% professores sem capacitações.

Dos professores que conhecem a lei, 80,95% acham que as atividades artísticas é uma maneira eficaz de passar aos alunos, assuntos referentes ao conteúdo afro –brasileiro na hora da aula, 52,92% acham que o capítulo do livro didático deve ser sempre usado e 42,10% acham que deveriam ser inseridos material paradidático. Cada professor escolheu mais de uma opção.

Desses professores 57,14% nunca estiveram em um centro afro-religioso – apenas 42,85% dos professores que conhecem a lei já estiveram nesses centros por pesquisa ou curiosidade como foi esclarecido no preenchimento do questionário.

Em relação à resistência sobre o conteúdo sobre a cultura afro brasileira em sala de aula 52,38% nunca encontraram problemas em sala de aula ou no espaço escolar de uma forma geral, sobre o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, 47,61% já presenciaram, resistência por parte de alunos e/ou pais de alunos.

Das escolas cujos professores conhecem a lei 10.639/03 apenas 4,76% fizeram algum tipo de comemoração referente ao dia 13 de maio, 90,47% não tiveram nenhum tipo de manifestação e 4,76% não sabem ou não lembram se a escola fez algum tipo de trabalho nesse dia.

Desses professores que conhecem a lei todos sabem o significado do dia 20 de novembro – consciência negra. Desses estabelecimentos de ensino em que esses professores trabalham, 61,90% comemoraram o dia da consciência Negra, 19,04% não comemoraram e 14,28% ficaram limitados em atividades isoladas em sala de aula.

Os dados acima são resultados do questionário aplicado aos professores que conhecem a lei 10.639, podemos ver que apesar de existir o conhecimento, muitos deles não tiveram uma capacitação que os preparassem para o ensino em sala de aula sobre o conteúdo que aborde a questão da história e cultura afro-brasileira. E que as reflexões em datas tão relevantes para a história do país como o dia 13 de maio e 20 de novembro não são comemoradas em algumas escolas, o que acaba prejudicando em parte o interesse por parte do discente em relação a esses conteúdos que durante muito tempo foram esquecidos no espaço escolar.

Professores que não conhecem a lei 10.639/03

Dos professores que não conhecem a lei 10.639/03, 62,50% fazem menção a história africana e 37,50% não fazem nenhum tipo de referência.

Em relação à menção da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, 87,50% dos professores passam o conteúdo aos alunos enquanto que 31,25% não fazem nenhum tipo de menção.

Em relação ao conteúdo específico sobre a religião afro-brasileira, 68,75% dos professores trabalham em sala de aula e 31,25% não abordam o tema.

Todos os professores que foram entrevistados que não conhecem a lei acham importante inserir no espaço escolar temas que abordam questões como preconceito e racismo em sala de aula.

Em relação a capacitações sobre o conteúdo da cultura africana e afro-brasileira apenas 18,75% foram preparados, 75% dos professores não tiveram nenhum tipo de capacitação e 6,25% não responderam.

Em se tratando dos materiais e/ou atividades que deveriam ser usados em sala de aula, 68,75% optaram pelo livro paradidático, 62,50% por algum tipo de atividade artísticas e 47,75% capítulo de livro didático. Lembrando que os professores escolheram mais de uma opção.

Dos professores que não conhecem a lei, 31,25% já estiveram em um centro afro-religioso, 62,50% nunca estiveram e 6,25% não responderam.

Em relação a resistência e preconceito quando o conteúdo sobre a cultura e história afro-brasileira é abordado no espaço escolar, 68,75% dos docentes já encontraram na escola por parte de alunos, pais de alunos e funcionários, 25% nunca encontraram nenhum tipo de resistência e 6,25% não responderam.

Em relação ao dia 13 de maio, 81,25% das escolas não tiveram nenhum tipo de comemoração, 12,50% dos professores não lembram ou não sabem e 6,25% não responderam.

Em relação ao dia 20 de novembro 93,75% dos professores sabem o significado do dia e 6,25% não responderam.

Dessas 16 escolas que possuem professores que não conhecem a lei, 62,50% não tiveram nenhum tipo de comemoração ou atividade no dia 20 de novembro – consciência negra – 18,75% lembraram do dia com comemorações no espaço escolar e 18,75% não responderam.

Podemos perceber que mesmo esses professores não conhecendo a lei 10.639/03, mais de metade deles, 87,50% para ser exata, abordam assuntos como a cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar. Mas o fato desses professores não conhecerem a lei que obriga as escolas a passar para os seus alunos essa parte importante para a história da formação do povo brasileiro é muito grave. Significa que mesmo sendo uma lei aprovada no ano de 2003, podemos ver pela quantidade de educadores que não tiveram nenhum tipo de capacitação, que é algo que ainda não está no primeiro plano nas instituições que formam e empregam os profissionais da educação.

Conclusão

Podemos perceber que a pesquisa nos revela dados não satisfatórios pois existe um despreparo dos professores pelas faltas de capacitações que lhes deem suporte tanto de material como de conteúdo para o desenvolvimento e aplicação da lei 10.639/03 nas escolas públicas. A lei existe, isso é fato, mas é fato também que os assuntos sobre a identidade e história africana e afro-brasileira só são lembrados nas datas comemorativas, como a Consciência Negra, sendo que o correto seria que esses assuntos já estivessem presentes no cotidiano de ensino.

Referências Bibliográficas

ROCHA, Luiz Carlos. *Políticas afirmativas e educação: a lei 10.639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo*. Dissertação de mestrado da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SILVA, Maurício. *Novas diretrizes curriculares para o estudo da História e da Cultura afro-brasileira e africana: a lei 10.639/03*. EcccS, São Paulo, V.7, n I, p.39 – 52, jan./jun. 2007.

CIENTIFICISMO E PROJETOS DE SOCIEDADE: UM EXAME DA ELABORAÇÃO DO DISCURSO CRIMINAL NO RECIFE DAS DÉCADAS DE 1880-1890

Laércio Albuquerque Dantas
Instituição de origem: UFPE
Orientador: Marc Jay Hoffnagel

A partir de 1870 a estrutura política, econômica e social do Império brasileiro começa a sofrer rupturas devido a reformas políticas, à modernização da agricultura e a mudanças no tecido social, principalmente, no âmbito urbano. Tais transformações culminariam, no último quartel do século XIX, na abolição da escravatura e na mudança do sistema de governo de Império para República.

Segundo Ângela Alonso¹²², no que tange o campo político, as transformações que desembocaram na instauração da República, podem ser consideradas, em grande parte, fruto do descontentamento de uma parcela das elites regionais que teve seu estopim nas reformas empreendidas pelo gabinete Rio Branco na década de 1870. O resultado desse descontentamento foi uma cisão do antigo corpo político imperial composto por liberais e conservadores, havendo brigas intra-partidárias e migrações de membros de um partido para outro. Estes políticos eram os mesmos que então restringiam o jogo da política imperial e concediam favores e cargos na burocracia estatal a seus grupos de dependentes diretos.

Com o desentendimento dentro do núcleo político imperial, a possibilidade de reivindicar reformas ou cargos públicos se apresentou a parcelas de grupos economicamente emergentes, como os cafeicultores paulistas e os grandes proprietários gaúchos, ou decadentes, como senhores de engenhos falidos em Pernambuco, que eram aliados desse jogo político.

Esses, por sua vez descrentes da possibilidade de obterem as reformas e os cargos desejados através da política imperial, passaram a contestá-la através de discursos variados importados da Europa. Como esses grupos descontentes dentro das elites não eram homogêneos, cada um procurava um tipo de discurso que, através de apropriações e elaborações locais, pudesse servir aos seus propósitos.¹²³

Muitos encontraram no regime republicano uma possibilidade de formulação discursiva no qual podiam associar à monarquia valores atrasados e à república valores desejáveis de modernização e de democracia. O discurso era esboçado em formas contrastantes, a monarquia sendo representada por idéias como atraso, soberania do chefe político, forma de governo hereditário, teologia, centralização e apatia. Já a república assumia um caráter de ruptura com o presente indesejado através de idéias como futuro com chefe eleito e responsável, meritocracia, federalismo, liberdade, soberania popular, energia e ciência.¹²⁴

A absorção de sistemas de pensamento como o evolucionismo de Spencer e o positivismo possibilitaram um papel proeminente para o discurso científico e uma visão

¹²² ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

¹²³ ALONSO, Ângela. *Op. Cit.* p. 39

¹²⁴ MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. In: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Vol. 13 n°. 26, 2009. pp. 15-31. p.27-28.

teleológica de mundo que levaria a sociedade brasileira a civilização através de um projeto pensado por quem dominasse a linguagem científica. As mudanças sócio-econômicas também fizeram com que as novas idéias tivessem maior penetração a partir da geração de 1870 e legitimassem essa idéia de sentido histórico para a sociedade brasileira.

Este papel de “verdade” dado ao discurso científico possibilitou que os diferentes partidos políticos pudessem se apropriar das novas idéias para defender seus projetos de sociedade. Utilizaram-no para debater reformas e questões nacionais dos mais variados escopos, dos projetos abolicionistas, passando pela substituição da mão de obra escrava e pelas formas de governo, até as questões jurídicas.

Pernambuco na década de 1880

No caso de Pernambuco podemos visualizar um quadro de fragmentação e recepção do discurso cientificista dentro do ambiente político local. No ano de 1878, o partido liberal, que apoiava o governo imperial e participava de seu jogo político, se dividiu em dois, os liberais comandados pelos Souza Leão, que reunia parte da oligarquia local, e os liberais democratas, onde Joaquim Nabuco e José Mariano lideravam um movimento mais popular e abolicionista.

No ano seguinte, novamente reunidos num mesmo partido, a reunião de senhores de escravos com abolicionistas convictos geraria uma série de desentendimentos que mais tarde desencadearia na ruptura de alguns proprietários de terras com o partido liberal e sua posterior migração para o novo partido republicano em 1887.¹²⁵

Contribuiu para o descontentamento desses proprietários o desenlace das legislações sobre a escravidão na década de 1880 e o apoio dos liberais às reformas empreendidas pelo governo imperial, como a lei do sexagenário que foi a gota d'água para muitos deles.¹²⁶ É importante ressaltar que o grupo liberal liderado pelos Souza Leão não era favorável ao fim da escravidão, mas uma vez que havia o fantasma da divisão do partido e que os favores da política imperial se tornavam cada vez mais necessários para a manutenção de cargos burocráticos e favores do governo, não possuíam unidade política para fazer frente às reformas nem podiam dispensar as boas relações com o governo central.

Por outro lado, em princípios da década de 1880, toma corpo o movimento republicano em Pernambuco nos periódicos locais. Pode-se encontrar uma série de jornais de curta e média duração com tiragens irregulares e que tratam de assuntos comuns entre si, tais como política, letras, ciências e notícias locais de maior interesse. Neles pode-se encontrar a discussão sobre questões nacionais como a utilização da mão de obra escrava, escritos ácidos contra a manutenção da monarquia, proselitismo em favor da abolição da escravidão e mesmo discussões políticas com ironias e respostas direcionadas a figuras públicas.

Muitos desses periódicos contam com a presença de estudantes e ex-estudantes da Faculdade de Direito do Recife como redatores, proprietários ou apenas colunistas. Aparecem neste cenário figuras como Clóvis Bevilacqua que escreve no “A Idea nova” de 1880, “Folha do Norte” entre 1883 e 1884 e “A republica” um órgão do clube republicano acadêmico no qual foi redator em 1882 e 1883.

¹²⁵ HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista, 1880-88. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 1, p. 07-24, 2007. p. 15-19

¹²⁶ HOFFNAGEL, Marc Jay. *Idem.* p. 19

Já em 1882 o próprio Bevilaqua em artigo escrito para o jornal “A Republica” aponta problemas críticos que enfrentava a educação no país mesmo após algumas tentativas tímidas de reforma. Neste artigo ele demonstra a incredulidade no governo imperial:

O nosso fim é, aproveitando a ocasião que agora se apresenta, mostrar a má e acanhada compreensão que o governo parece ter desse problema, compreensão talvez mais perturbadora que o próprio abandono; o nosso fim é mostrar que também debaixo deste ponto de vista o nosso governo nos leva a conseqüências desastradas, e, pois, se há alguém bastante ingênuo neste paiz para esperar e crer no governo, deixe cair mais esta ilusão¹²⁷.

O mesmo Bevilaqua, depois de formado continuou a escrever para o jornal “Folha do Norte” sobre a questão abolicionista que então ganha escopo em âmbito nacional. O então bacharel escreve num título especial em comemoração a abolição da escravidão no Ceará ao lado de ex-colegas de Faculdade e futuros professores da mesma instituição como Artur Orlando, Phaelante da Câmara e Isidoro Martins Júnior. Sobre a questão escreve:

(...) sem lhe dar bases sans e solidas não se pode esperar a reorganização da sociedade civil, não se pode esperar que lancemos de sobre a cerviz a dura pupilagem que nos desora. O Ceará, eliminando o regime escravagista, o elemento dissolvente que tanto corrompe os costumes e os sentimentos, que tanto perverte a sociedade domestica, tem dado o primeiro passo para essa desejada palingenesia¹²⁸.

Não a toa os quatro escrevem nos mesmos jornais, todos participam do movimento republicano na província pernambucana. Eles estudaram juntos na Faculdade de Direito do Recife formando-se nos períodos de 1882, 1883 e 1885, partilhavam da mesma situação de exclusão do círculo político e burocrático instrumentalizado por conservadores e liberais. Cabe aqui exemplificar com o caso de Bevilaqua que, depois de formado em 1883, assumiu o cargo de promotor na província do Ceará no mesmo ano, sendo destituído do posto pelo presidente da província em favor de um leigo que ocupava o cargo anteriormente a sua chegada e que era protegido do mesmo. Apesar de a lei dar razão a Bevilaqua e este fazer uso dela para legitimar a ocupação do cargo por sua pessoa, teve de deixar o cargo e voltou a Recife.¹²⁹

Também tiveram aulas com os mesmos professores como Tobias Barreto por quem possuíam admiração e sobre quem escreviam nos seus jornais¹³⁰ e que também escreveu nos deles. Compartilharam o ambiente de cientificismo através das leituras do evolucionismo de Spencer, da negação da metafísica em favor de uma lei natural e recebiam as discussões em torno da nova escola criminal que então se propalava na Europa.

¹²⁷ A Republica: órgão do club republicano acadêmico. Ano 2, nº 4. 11 de agosto de 1882.

¹²⁸ Folha do norte, Recife, 25 de março de 1884, ano 2, nº 59.

¹²⁹ RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. Considerações acerca do campo jurídico e da cultura política na passagem à modernidade no Brasil. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, vol. 2 nº.3, janeiro 2010, p. 39-53. p. 46-47.

¹³⁰ Elogios de Martins Júnior a Tobias Barreto no jornal A Republica: órgão do club republicano acadêmico. Ano 2, nº 2. 05 de junho de 1882.

Este grupo, que se convencionou a chamar Escola do Recife possuía um projeto de sociedade para além das idéias jurídicas e filosofias as quais se tem dado muita ênfase.¹³¹ Seguindo o trabalho de Ângela Alonso, podemos perceber esses intelectuais como indivíduos atuantes não apenas no plano das idéias, mas também como agentes políticos com propostas republicanas, abolicionistas e, mais tarde, propondo reformas jurídicas no âmbito do direito penal.

A Nova Escola Penal e um projeto de sociedade

No mesmo período no qual emergem as discussões sobre reformas políticas e sociais ancoradas no discurso científico e modernizante, também aporta no Brasil, primeiramente em Recife, as novas idéias sobre o domínio da criminologia. Estas dizem respeito à antropologia criminal de Lombroso, Ferri e Garofalo com um misto de Sociologia criminal de Gabriel Tarde e Durkheim entre outros.

Apesar de possuírem conteúdo diferente e terem causado discussões conflitantes em terreno europeu, as duas orientações teóricas sofreram uma mistura na elaboração da intelectualidade brasileira. A orientação lombrosiana defendia que os comportamentos dos indivíduos são biologicamente determinados. Esta afirmação se baseava em dados antropométricos que o possibilitou construir uma teoria evolucionistas na qual os criminosos aparecem como tipos atávicos, ou seja, reproduzem física e mentalmente as características dos homens primitivos.¹³²

Nesse sentido, a antropologia criminal ia ao encontro do que pregava a escola clássica de direito, então predominante no âmbito do direito penal. Para os clássicos os indivíduos possuíam plena consciência dos seus atos ao enfatizar a liberdade individual, e que a penas causariam um efeito dissuasivo nos indivíduos. Já para os partidários da antropologia criminal as penas deveriam ser individualizadas uma vez que acreditavam num determinismo biológico que levava o indivíduo criminoso a cometer os delitos.

Apesar do pretensão científicismo advogado pelos partidários da antropologia criminal, havia várias críticas quanto à ênfase do caráter biológico sobre o social e o pouco rigor e precisão científicos nos experimentos de seus partidários. Aos poucos o ingrediente

¹³¹ Alguns trabalhos clássicos trataram da recepção das idéias européias pelos intelectuais formados pela Faculdade de Direito do Recife a quem se denomina “Escola do Recife”. O termo foi criado por Sílvia Romero e apropriado por outros autores, inclusive o filósofo baiano Antônio Paim. Para ele a denominação de “Escola do Recife”, mesmo que não condizente com uma unidade filosófica de seus membros, poderia ser assim rotulado devido à concepção de Bevilacqua sobre o assunto: a escola não era um conjunto rígido de princípios, mas uma orientação filosófica progressiva, que não impedia cada um de ter suas idéias e investigações. PAIM, Antonio. *Historia das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: editora Gijalbo, 1967. P. 131. Entretanto, atualmente Ângela Alonso questiona o rótulo colocando-o como uma criação de Silvio Romero em 1879 que tinha como objetivo lançar uma plataforma geracional, auto-proclamanda como vanguarda intelectual destinada a operar uma renovação intelectual no país. Ainda segundo a autora o rótulo só ganhou respeitabilidade depois de usado por Clóvis Bevilacqua, como cita Paim. Para Alonso, do ponto de vista intelectual os membros não tem peculiaridade e não se fixam em doutrinas fixas como seus contemporâneos. ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-império*. São Paulo: Paz e terra, 2002. Para os trabalhos sobre a história das idéias de feição clássica que abordam a “Escola do Recife” ver: CHACON, Vamireh. *Da escola do Recife ao código civil (Artur Orlando e sua geração)*. Organização Simões editora, 1969. PAIM, Antonio. *Historia das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: editora Gijalbo, 1967. MACHADO NETO, A. L. *História das idéias jurídicas no Brasil*. São Paulo: editora Grijalbo, 1969. VEIGA, Gláucio. *Historia das idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: editora universitária UFPE, 1984.

¹³² ALVAREZ, Marcos Cesar. *A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. DADOS – revista de ciências sociais. Rio de Janeiro, vol. 45, n° 4, 2002, pp. 677 a 704. p. 679.

social foi adicionado às formulações da escola lombrosiana, mas o fator biológico continuou sendo predominante em suas análises.

No Brasil a criminologia tem sua recepção na Faculdade de Direito do Recife por professores como Tobias Barreto, João Vieira de Araújo ainda na década de 1880 e, mais tarde, por Clóvis Beviláqua e José Higino.

Bevilaqua redige em 1896 *Criminologia e Direito*, então como professor da Faculdade onde se formou e com a república já em curso desde 1890. Neste livro Bevilaqua parte do pressuposto que o meio social pesa mais no ato desviante do indivíduo criminoso do que os fatores biológicos. Sobre esse aspecto ele escreve:

*no crime, como no direito, e mais visivelmente naquelle do que neste, há um aspecto puramente biologico: são as raízes, os fundamentos, as condições primárias. Mas esse bolbo não germinaria se não encontrasse o meio social. Dahi o aspecto social do direito e do crime, o qual é consideravelmente preponderante*¹³³.

Um dos pontos interessantes de seu estudo diz respeito à associação do aumento da criminalidade com o crescimento demográfico das cidades. Sobre esse assunto ele disserta:

*(...) a razão deste anomalo crescimento de delictuosidade concomitante com o desenvolvimento mental e industrial dos centros populosos, está no contacto mais immediato de indivíduos de indole e costumes diversos que tornam lismo, e em todas as profissões, industrias e modo de vida suspeitos que constituem as fronteiras do crime, segundo a característica expressão de um escriptor. Só pelo concurso de todas essas causas a criminalidade da comarca de Fortaleza deveria se revelar mais forte numericamente do que a de qualquer outro estado. Mas, além dellas, uma outra existe que não pode ser olvidada. Refiro-me a concentração em sua detenção de criminosos de varias procedências, os quaes, terminada a reclusão a que foram condemnados, vão naturalmente ficando como habitantes da cidade e serão, em regra, fomentadores, quando não auctores, de attentados de todo genero*¹³⁴.

Segundo Marcos Cesar Álvarez, nesse período o progresso social nas metrópoles começa a ser associado com o crime e a criminalidade, decorrentes da desagregação social do meio urbano associado à pobreza. Começa a haver entre os juristas uma grande preocupação a partir de uma associação constante entre progresso e civilização e crime e criminalidade.¹³⁵

Nesse sentido cabe lembrar que o processo de modernização da agricultura levou a um incremento da população urbana. No caso de Pernambuco, por exemplo, o implemento da usina no lugar dos antigos engenhos centrais causou um aumento populacional nas cidades decorrente da liberação da população do campo com a compra de pequenas

¹³³ BEVILAQUA, Clóvis. *Criminologia e Direito*. Salvador: livraria Magalhães, 1896. p. 20.

¹³⁴ BEVILAQUA, Clóvis. *Op. Cit.* p.86-87.

¹³⁵ ALVAREZ, Marcos Cesar. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

propriedades pelos usineiros e da mecanização do processo açucareiro.¹³⁶ O aumento dessa massa pobre, em parte descendentes ou mesmo ex-escravos, nos centros urbanos e um paralelo aumento da criminalidade contribuíram para uma associação direta entre os dois fenômenos.

No entanto, a análise de Bevilaqua pode ser transplantada para outros lugares que possuem o mesmo descaso com o acondicionamento dos presos no regime prisional, como em Pernambuco. Na casa de detenção do Recife indivíduos presos por assassinatos estavam lado a lado com os ladrões mais simples, mulheres ao lado de homens, loucos e mendigos, inclusive menores também se misturavam ao caldo. Ainda no Império e mais tarde na República se questionava essa mistura de indivíduos diferentes e principalmente da presença de menores, o que era uma influência perniciosa a formação destes.¹³⁷

Com relação aos demais, uma formação do indivíduo voltada para a prática do trabalho também é alvo de discussão de muitos juristas, de políticos, burocratas e da opinião pública. É a tentativa de regeneração do criminoso que voltaria a sociedade regenerado e apto ao trabalho, uma vez que o ambiente social da casa de detenção forneceria o meio necessário para sua reintegração social.

Segundo Nunes Maia e Sá Neto essa era a opinião do administrador da Casa de Detenção do Recife em 1880 José Baptista Gilirana. Este defendia o trabalho como forma de regeneração do criminoso, o que estava de acordo com os padrões jurídico-penais do século XIX no qual a correção do delinqüente ocorreria com disciplina na rotina de trabalho e educação moral.¹³⁸

Ainda segundo os mesmo autores, esse ideal do trabalho como forma de regeneração do criminoso nunca foi posta em pratica em sua totalidade:

*Contudo, em se tratando da disciplina do trabalho penal na Casa de Detenção, o que havia era uma discrepância entre a aspiração e a realidade. A transição da cadeia para a prisão correccional no Recife, talvez, possa ser descrita apenas em termos arquitetônicos e de projetos nunca levados a efeito em sua totalidade. Se nas cadeias da província era comum o entra-e-sai de indivíduos alheios à sua rotina administrativa, se a indisciplina grassava, e a jogatina não era incomum, por outro lado, a nova estrutura de prisão que se desejava implementar – ordenadas e silenciosas, entre outras coisas – nunca foi estabilizada...*¹³⁹

Ainda em 1884 voltou-se a debater na assembléia provincial sobre a possibilidade de trabalhos grupais em oficinas como na experiência de Rufino de Almeida, chefe da casa de detenção que montou iniciativa parecida, mas que malogrou em meados de 1870. Mas devido a dúvida da rentabilidade dessas oficinas por parte do governo, elas nunca foram levadas adiante, mesmo reativas em épocas diferentes por administradores diferentes.¹⁴⁰

¹³⁶ ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Recife, culturas e confrontos. Recife: EDUFERN, 1998. p. 40-43

¹³⁷ MAIA, Clarissa Nunes. A cada de detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915). In: MAIA, Clarissa Nunes, SÁ NETO, Flávio de, COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luis (orgs.). História das prisões no Brasil, volume 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 125.

¹³⁸ MAIA, Clarissa Nunes e SÁ NETO, Flávio de. O trabalho prisional na casa de detenção do Recife no século XIX. In: *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 3, no. 2, maio-agosto 2011, p. 187- 202. p. 192.

¹³⁹ Idem. p. 193.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 198-9.

Ainda houveram ecos relacionados a questão do trabalho associado a regeneração dos criminosos e a esse trabalho desonerar os cofres públicos, como em artigo do “Seis de Outubro”, jornal abolicionista:

Sob o fundamento de punir o delicto, a autoridade concorre para corromper os delinquentes, alimentando-os na ociosidade, de sorte que as casas de prisão, são outros tantos focos de immoralidades, sustentados as custas do suor dos contribuintes (...).As penas, como elas são applicadas e executadas em nosso paiz, salvas algumas excepções, não corrigem, não emendam, não melhoram: são meios de corrupção postos em prática pelo poder público (...) si é um dever enclausurar os malfeitores, cumpre submettel-os a um regimen que os corrija, e no qual possam trabalhar para alliviar a sociedade do peso das despezas, que eles obrigam-na a fazer¹⁴¹.

Tal artigo além de criticar a forma como o Estado lida com a questão do preso e sua reabilitação propõe o mesmo mecanismo de trabalho e conseqüente regeneração, indicado que a prática das casas de detenção apenas corrompe ainda mais o individuo.

Outro reflexo desse estado de coisas pode ser auferidos nos relatórios dos chefes de polícia para os governadores. Nesses relatórios eles pedem por reformas no sistema correcional que dêem conta dos mendigos, vagabundos e menores abandonados baseando-se em leituras da antropologia criminal. Em 1900, por exemplo, Leopoldo Marinho de Paula escreve o seguinte para o então governador Sigismundo Antonio Gonçalves:

acceitando e procurando utilizar-me da concepção trilateral do factores do crime, tão magistralmente exposta por de Enrico Ferri, a sociedade descança o fundamento do seu direito de punir nas condições de sua existencia e desenvolvimento, mas, a applicação da pena, como meio correctivo do delicto, para ser justa, deve visar a possibilidade do regresso do delinquente ao meio social, cercando-o de medidas que o impeçam de commetter novos crimes e facilitando-lhe, ao mesmo tempo, a applicação honesta de sua actividade (...) E é, de accordo com este modo de ver, consoante com as riquezas accumuladas pela observação e pela experiência, que, desde 1897, a administração policial d'este estado se afigura indispensável a adoção de uma serie de medidas tendentes a repressão da vagabundagem e reincidentes em pequenos delictos. (...) Na serie d'essas medidas surgem, como imprescindíveis, a instituição de penitenciarias destinadas a setenciados por delictos graves, onde pelo trabalho obrigatorio, a actividade criminosa se transforme em um elemento de progresso; a fundação de azylos para os mendigos, pois a miseria é inconstestavelmente um dos mais poderosos factores na elevação das cifras dos attentados, principalmente a propriedade; a organização de colonias correcionais agricolas e de colonias educadoras industriais, visando não so a recuperação do homem predisposto as diferentes modalidades da delinquencia, como traduzindo o nobre esforço no sentido de desviar do crime a infancia desprotegida e abandonada as influencias multiples do mond ambient; e finalmente, a

¹⁴¹ (transcrição do jornal dos economistas) Jornal “Seis de Outubro”, Recife 15 de maio de 1888. Ano VI, N.º 8.

organização de sociedades de beneficência e patrocínio 'afim de auxiliar a acção do Estado na tarefa de promover a reabilitação do criminoso'¹⁴².

Interessante lembrar que Leopoldo Marinho de Paula Lins se formou na Faculdade de Direito do Recife em 1881, mesma época em que a geração de Clóvis Bevilacqua, Martins Júnior, Phaelante da Câmara, entre outros estão cursando a faculdade compartilhando um ambiente de reformas sociais e políticas ancoradas no cientificismo.

Obviamente até o começo do século XX nenhuma dessas propostas havia sido de fato implantada como um projeto de governo, apesar de que houvesse uma demanda da intelectualidade, dos membros da burocracia policial e mesmo da opinião pública em fornecer ao indivíduo que cometesse o delito um meio de regeneração e inclusão social. Nesse posicionamento de que o meio exerce grande influência no indivíduo que possui a predisposição biológica para o crime, as reformas no sistema prisional eram vistas como um projeto de sociedade e civilização ancorados num discurso científico de verdade além de um meio de utilidade prática relacionado a contenção de despesas, mesmo com a reticência de parte dos políticos da província em meados da década de 1880.

Entretanto, a proposta de sistemas penitenciários correcionais não é o único no que diz respeito ao trato com o indivíduo criminoso. Havia também aqueles que, imbuídos do mesmo discurso científico da Nova Escola Penal, propunham projetos diferentes, como o de João Vieira de Araújo quando deputado pela província de Pernambuco, em 1892, pelo antigo partido conservador, propôs a volta da pena de morte para determinados indivíduos criminosos. A sua alegação residia no discurso do predomínio do fator biológico sobre o social e de que determinados indivíduos criminosos não possuem regeneração, ao se reproduzirem passam os genes degenerados aos descendentes e que mesmo a prisão não garante a segurança da sociedade uma vez que as evasões são constantes.¹⁴³

O discurso de Vieira de Araújo nos propõe que para além de um mesmo discurso científico pode haver apropriações diferenciadas. No caso da Nova Escola Penal, a predominância de fatores biológicos ou de fatores sociais podiam gerar diferenciados tratamentos discursivos a questão do indivíduo delinqüente, da sua possibilidade de regeneração ou da supressão de sua vida, por exemplo.

Referências Bibliográficas:

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

ALVAREZ, M. C. *Bacharéis, Criminologistas e Juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.

ALVAREZ, Marcos Cesar. *A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais*. *DADOS – revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 4, 2002, pp. 677 a 704.

ALVAREZ, Marcos Cezar; SALLA, Fernando ; SOUZA, Antonio Luis . *A Sociedade e a Lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República*. In: *Justiça & História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 97-130, 2003.

¹⁴² Relatório apresentado ao Dr. governador do Estado, em 19 de fevereiro de 1900 pelo Dr. Leopoldo de Paula Lins Chefe de Polícia. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2368/000128.html>. visto em 09/07/2011.

¹⁴³ APEJE – folhetos raros caixa 12 referência R. 2.161/85. ARAÚJO, João Vieira de. *A constituição federal e as sciências penais: discurso pronunciado no congresso nacional na sessão de 28 de janeiro de 1891*. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1891.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos*. Recife: EDUFRN, 1998.

CARRARA, Sérgio. Crime e loucura: *O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998.

CHACON, Vamireh. Da escola do Recife ao código civil (Artur Orlando e sua geração). Organização Simões editora, 1969.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal de Pernambuco e a Questão Abolicionista, 1880-88. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), v. 1, p. 07-24, 2007.

MACHADO NETO, A. L. *História das idéias jurídicas no Brasil*. São Paulo: editora Grijalbo, 1969.

MAIA, Clarissa Nunes. *A cada de detenção do Recife: controle e conflitos (1855-1915)*. In: MAIA, Clarissa Nunes, SÁ NETO, Flávio de, COSTA, Marcos e BRETAS, Marcos Luis (orgs.). *História das prisões no Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAIA, Clarissa Nunes e SÁ NETO, Flávio de. O trabalho prisional na casa de detenção do Recife no século XIX. In: *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 3, no. 2, maio-agosto 2011, p. 187- 202.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. In: Revista Tempo. Rio de Janeiro: Vol. 13 n.º. 26, 2009. pp. 15-31.

PAIM, Antonio. *Historia das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: editora Grijalbo, 1967.

RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. *Considerações acerca do campo jurídico e da cultura política na passagem à modernidade no Brasil*. *Passagens*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro, vol. 2 n.º.3, janeiro 2010, p. 39-53.

VEIGA, Gláucio. *Historia das idéias da Faculdade de Direito do Recife*. Recife: editora universitária UFPE, 1984.

Referências documentais

BEVILAQUA, Clovis. *Criminologia e Direito*. Salvador: livraria Magalhães, 1896

A Republica: órgão do club republicano acadêmico. Ano 2, n.º 4. 11 de agosto de 1882.

Folha do norte, Recife, 25 de março de 1884, ano 2, n.º 59.

Jornal “Seis de Outubro”, Recife 15 de maio de 1888. Ano VI, N.º 8.

Relatório apresentado ao Dr. governador do Estado, em 19 de fevereiro de 1900 pelo Dr. Leopoldo de Paula Lins Chefe de Polícia. In: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2368/000128.html>. visto em 09/07/2011

APEJE – folhetos raros, caixa 12, R. 2.161/85. ARAÚJO, João Vieira de. A constituição federal e as sciências penaes: discurso pronunciado no congresso nacional na sessão de 28 de janeiro de 1891. Rio de Janeiro: imprensa nacional, 1891.

APRESENTANDO GUIDO DUARTE E SUA PARTICIPAÇÃO NA IMPRENSA MACEIOENSE

Guido Martins Duarte nasceu em 1842, tendo falecido em 11 de outubro de 1893. Sua biografia reflete a aspiração mais comum entre os empregados do comércio, a de ascender socialmente, ora se estabelecendo com negócio próprio, ora exercendo cargos de natureza administrativa ou burocrática e, se possível, tornando-se um intelectual ou jornalista de prestígio na sociedade. Após uma fase de estudos contínuos, quando já acalentava o gosto pelas letras, aos 24 anos ingressa na carreira de auxiliar do comércio como guarda-livros da Companhia União Mercantil de Fernão Velho. Percebe-se que já começa sua carreira profissional num posto elevado dentre as diversas ocupações dos auxiliares do comércio, chegando a alcançar o posto de secretário da Associação Comercial de Maceió em 1890. Entre 1877 e o final da vida colaborou assiduamente em diversos jornais e órgãos periódicos de Maceió e, possivelmente, de outras províncias/estados do Brasil. Em alguns casos chegou mesmo a ser redator ou dirigir algumas folhas, passando por vezes ao ramo do jornalismo. Dentre os periódicos onde atuou, poderíamos citar *O Século* (?-1877), *A Estréia*, *Gazeta de Notícias*, *O Orbe* (1879/82), *José de Alencar* (órgão do club Literário José de Alencar, 1882-?), o *Guttemberg* (1882-?, órgão inicialmente da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos) e *A Nova Crença* (1884). Neste último jornal, órgão da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, foi seu diretor e principal redator. Sua trajetória literária foi coroada com a entrada no quadro de sócios do *Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas* em 1884. Foi presidente e principal articulador da referida *Sociedade Instrução e Amparo* ao longo de toda sua existência (1882-4), além de ter participado da diretoria da *Sociedade Libertadora Alagoana* (1884-?). Foi abolicionista, como já se depreende de informações indicadas acima, mas também republicano e um dos principais divulgadores do positivismo e do evolucionismo em Alagoas.¹⁴⁶

Através desse breve bosquejo biográfico percebe-se que Guido Duarte possui um padrão incomum de inserção na classe caixeiral, porém não pode deixar de ser entendido como um legítimo representante da categoria, muito embora o seja a partir de um certo estrato mais bem-posicionado na hierarquia desta, não se configurando como o caso dos

¹⁴⁴ Esta comunicação, com pouquíssimas modificações, corresponde a um tópico desenvolvido no terceiro capítulo de nossa tese de doutorado. Cf. MACIEL, Oswaldo. *A Perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011 (tese de doutorado).

¹⁴⁵ Professor Adjunto dos cursos de História da Universidade Estadual de Alagoas (campus Arapiraca) e da Universidade Federal de Alagoas (campus Maceió).

¹⁴⁶ Guido Duarte (verbete). In: AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. *ABC das Alagoas*. Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I. Brasília, DF: Senado Federal, 2005, p. 440; SANT'ANNA, Moacir. *Positivismo e Republicanismo em Alagoas*. Maceió: sem/id/editora, 1989, pp.43/6; p. 60; diversas notas de jornais ajudaram a compor estes dados o que nos fez julgar ocioso inseri-las aqui. As informações contraditórias que recolhemos não permite identificar se ele nasceu em Alagoas.

caixeiros dos pequenos e médios estabelecimentos, que era o tipo o mais comum da época.¹⁴⁷

Na longa colaboração de Guido Duarte inserida na imprensa maceioense vimos o caixeiro/jornalista tratar tanto de questões pessoais, como de temas mais gerais do debate filosófico, realizando a crítica de obras da literatura local e mundial e passando também pelo inescapável tema da reforma dos costumes. Vejamos alguns exemplos de sua intervenção no debate da imprensa do período.

Em julho de 1883 Guido Duarte faz uma despreziosa crítica literária do livro *Linha Recta*, de Mathias Carvalho, “um ilustrado amigo”. Tratando da versificação, mas também dos temas e abordagens que lhe são dadas, em uma determinada altura da crítica traça um quadro mais amplo do estágio de desenvolvimento da literatura brasileira no período e da forma como ela refletia a complexidade social em que vivíamos. Para Duarte, exprimindo uma opinião comum que circulava à época,

*a literatura brasileira não pode dar ainda frutos sazonados e perfeitos porque [...] o meio social em que vivemos, sem estímulos outros que não sejam as exuberâncias de uma corrupção precoce, repugnante, opõe-se a que manifestem desassombadamente os nossos talentos toda a sua virilidade, toda a seiva de inspiração que lhes doa a contemplação das maravilhas do Universo.*¹⁴⁸

A partir dessa avaliação, afirma que uma das tarefas da literatura, amparada nas conquistas científicas do período, seria “derrubar os ídolos antigos e substituí-los pelos resultados práticos, utilíssimos, das concepções humanas subordinadas às leis da evolução natural.” Com tais intuítos, a análise do livro revela em Mathias Carvalho a “impavidéz heróica do poeta” que “do alto de sua consciência de trabalhador honrado” fulmina “a vilania e a miséria do povo.”¹⁴⁹ A um só tempo, percebemos tanto a avaliação da imaturidade literária nacional, corrompida pelo *meio social* em que vivíamos, como o seu evolucionismo, expresso numa concepção utilitarista da poesia e da ficção como meios que contribuíssem para que se regenerasse a sociedade. O norte desta regeneração seria uma civilização do trabalho e da honra.

¹⁴⁷ Em termos gramscianos, poderíamos identificá-lo como um intelectual orgânico da classe caixeiral. Segundo Eagleton, interpretando Gramsci, o intelectual orgânico não é tanto um “pensador contemplativo”, porém um “organizador, construtor, ‘persuasor permanente’, que participa ativamente da vida social e ajuda a trazer para a articulação teórica correntes políticas positivas já contidas nela.” Este intelectual, distante da atitude contemplativa da *intelligentsia*, “não aquiesce sentimentalmente ao estado corrente de consciência das massas nem lhes traz ‘de cima’ alguma verdade alheia”. Muito pelo contrário, o intelectual orgânico “forja os vínculos entre ‘teoria’ e ‘ideologia’, criando uma passagem em ambas as direções entre a análise política e a experiência popular.” Cf. EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges – São Paulo: Boitempo/Edunesp, 1997, pp. 110/1. Sob tais condições de entedimento, não nos resta dúvida que Guido Duarte exerce este tipo de função no seio da classe dos empregados auxiliares do comércio de Maceió, mesmo quando contribui para forjar uma certa divisão na categoria, a partir do momento em que realiza forte crítica à *Sociedade Perseverança e Auxílio* em meados de 1883, aparentemente motivado pelos interesses em garantir um certo monopólio da entidade que então comandava no mutualismo caixeiral maceioense, como visto no segundo capítulo. Para maiores detalhes sobre a caixeiragem do período, consultar POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas, SP: Edunicamp, 2007.

¹⁴⁸ DUARTE, Guido. Estudos Literários. Guttemberg, Maceió, ano II, nº 21, 31 de julho de 1883, pp. 2/3. Todos os jornais citados nesta comunicação foram publicados em Maceió. Doravante, não indicaremos mais este dado.

¹⁴⁹ DUARTE, Guido. Estudos Literários. Guttemberg, ano II, nº 21, 31 de julho de 1883, pp. 2/3.

Em um outro artigo, em que Guido Duarte se encontra envolvido numa querela com a redação do periódico *O Orbe*, o presidente da *Instrução e Amparo* coloca como sendo uma das causas de tal polêmica a miséria dos costumes e da moralidade da imprensa local. Para ele, este tipo de jornalismo “não merece as bênçãos dos romeiros da civilização”. Os argumentos que levanta para explicar tal pobreza lançam pistas para entendermos o modo como Duarte entende a circulação de ideias e sua influência no Brasil:

a corrupção de costumes, a degradação moral que, infiltrada desde muito no seio de nossa população, resiste tenazmente às influências benfazejas que porventura vêm de fora reagir contra a tendência corrosiva de um vírus, que adquirido por herança, tem sido perpetuado por aqueles que só podem medrar sobre os destroços do caráter de um povo.

*[...]Em toda parte o senso moral, capaz de dirigir o homem nas lutas da vida, supre a falta de habilitações mais elevadas; aqui, porém, a ignorância concorre com a falta de critério, porquanto, desde que falha a moralidade de uma educação, baseada em verdadeiros princípios sociais, a consequência não pode ser diferente da que vemos.*¹⁵⁰

Para o guarda-livros, o vírus adquirido pela herança, ou seja, pela tradição corrosiva dos costumes antigos, desmorona as salutares *influências benfazejas* que poderíamos conseguir com as ideias alevantadas do mundo avançado. Por si só, o *senso moral* poderia ser um bem, contribuindo na superação da falta da técnica, alavancando o progresso, porém a falta de um concorre para os problemas do outro pela *corrupção dos costumes*.

Em um outro momento vemos Guido Duarte articular o pensamento típico de reprovação e de mal-estar em relação à sociedade em que se vivia, com o papel que a caixeiragem engajada no mutualismo possui na superação destes males. Para ele, Maceió seria um “solo levedado pelo fermento da corrupção e do indiferentismo”, porém os sócios da mutual caixeiral seriam os “romeiros da instrução e da mutualidade”, devendo “compenetrar-se do elevado papel que lhes cabe na evolução da humanidade.”¹⁵¹

EVOLUCIONISMO E POSITIVISMO NOS ESCRITOS DE GUIDO DUARTE

Seguindo algumas das linhas hegemônicas do pensamento científico, literário e social do período, os caixeiros organizados irão dialogar de maneira profunda com o positivismo e com o evolucionismo. Em boa medida, além de fazer parte do ideal de ilustração e de ascensão social, o conhecimento e – se possível – a fluência em torno de ideias e de pensadores que estavam em voga no cenário nacional, contribuíam para a inserção social desses trabalhadores nos ambientes e espaços nobres de difusão da cultura letrada.

Para o caso dessas duas correntes de pensamento que se aproximam muito no período em foco, temos um bom material a partir da contribuição publicada por Guido Duarte na imprensa local. A partir deste material, que se constitui basicamente de transcrições de conferências, artigos de opinião, crítica literária e teatral, além de traduções, parece-nos que ele se configura como um pensador que, em termos ideológicos,

¹⁵⁰ DUARTE, Guido. A missão do jornalismo em Maceió. Guttemberg, ano II, nº 3[?rasurado], 18 de agosto de 1883, pp. 2/3.

¹⁵¹ DUARTE, Guido. Alocução na reunião festiva ... [do] 1º aniversário desta instituição. Guttemberg, ano II, nº 42, 4 de setembro de 1883, pp. 2/3.

posiciona-se a meio caminho entre o positivismo e o evolucionismo.¹⁵² Acerca de seu positivismo, o estudo do Moacir Sant'ana sobre esta corrente evidencia tal interpretação e nos coloca uma série de informações relativas a este movimento na província. Inicialmente, segundo Moacir Sant'ana, pelo menos desde junho de 1875 já possuímos notícias sobre a circulação de ideias positivistas em Alagoas, através de referências como Littré, Comte e Spencer.¹⁵³ No estudo, Sant'ana está mais preocupado em identificar as relações que os positivistas alagoanos possuem com o republicanismo. Não obstante, ficamos sabendo de diversos publicistas, jornalistas e profissionais liberais que ou são adeptos declarados ou simpatizantes do positivismo, como é o caso de José de Barros, João Gomes Ribeiro, João Francisco Dias Cabral, Pedro Costa Rego e, obviamente, Guido Duarte. Para Sant'ana, constata-se que mesmo antes da fundação “da nossa primeira sociedade positivista” no Rio de Janeiro em abril de 1876, “já existiam em Alagoas adeptos da doutrina de Comte”. Para o autor, neste quadro de surgimento do positivismo em Alagoas, Duarte seria um “republicano histórico” que divulgava o positivismo no *Club José de Alencar*, do qual fazia parte, e classificava Comte como “um dos mais ilustres talentos do século presente”.¹⁵⁴

Ao advogar a prioridade positivista no pensamento de Guido Duarte, Sant'Ana não percebe de maneira clara a forte vinculação deste às ideias de Spencer e ao evolucionismo. De todo modo, ele admite que, de acordo com Littré, “a lei da evolução constitui o próprio alicerce da filosofia positivista”, deixando-se entrever uma fresta por onde dialoguem o positivismo e o evolucionismo.¹⁵⁵

No surgimento do periódico *A Nova Crença*, servindo como uma espécie de carta-programa para a opinião pública mais ampla do que seria a filosofia da *Sociedade Instrução e amparo dos Caixeiros de Maceió*, seu presidente aqui enfocado expõe no editorial de primeira página do órgão da entidade que “...o reconhecimento da evolução natural, como suprema lei da sociologia moderna, vai dia por dia, ganhando prosélitos e se impõe no caráter de uma força a todas as manifestações da atividade humana”.¹⁵⁶

Em outros momentos da curta vida deste órgão dos caixeiros, vemos outras manifestações claras das matrizes de referências do pensamento de Guido Duarte. Em abril daquele ano, atacando a ideia divina do surgimento do homem, ele advoga “inseparáveis eles” entre os homens e os animais, observando “uma pronunciada analogia, uma evidente semelhança de funções orgânicas” entre as duas espécies. Mais adiante, afirma que a razão é o “caráter único” que distingue os homens dos demais animais.¹⁵⁷ Em clave nitidamente evolucionista, sem contudo citar o termo nem o nome de Charles Darwin, vai se utilizando

¹⁵² É bom considerar aqui a proximidade e os contatos contínuos da capital alagoana com a pernambucana. Mesmo levando em conta a interpretação acertada de Angela Alonso de que a “Escola do Recife” não se resume apenas à divulgação de ideias evolucionistas, esta é uma corrente privilegiada da circulação de ideias promovida por aquele grupo. Influenciada por esta “escola”, formou-se a Sociedade Positivista do Recife em inícios dos anos 1880. A autora destaca também, no conjunto geral das correntes necessárias para se entender a geração de 1870, uma vertente *positivista* do abolicionismo, que é forte na capital pernambucana. Esta corrente teria como um de seus pontos estruturantes a condenação moral do escravismo. Como se vê, havia um forte caldo de pensamento filosófico e cultural que associava evolucionismo e positivismo no Recife que pode ter influenciado um pouco da recepção destas ideias em Alagoas. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, passim, especialmente pp. 133/42; 205/22.

¹⁵³ SANT'ANA, Moacir Medeiros. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit., p. 37.

¹⁵⁴ IDEM, pp. 39/40; 43.

¹⁵⁵ IDEM, p. 46.

¹⁵⁶ DUARTE, Guido. A nossa missão [editorial]. *A Nova Crença*, Ano I, nº 1, 6 de janeiro de 1884, p1. Apud SANT'ANA, Moacir. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit., p. 44.

¹⁵⁷ DUARTE, Guido. *A Nova Crença*. In: *A Nova Crença*. Ano I, nº 10, 27 de abril de 1884, p. 1.

de diversas categorias e expressões do vocabulário evolucionista, como *adaptação*, *aperfeiçoamento dos órgãos*, *luta pela existência da vida*, num texto que, imaginamos, teve forte repercussão no cenário provinciano e profundamente católico de Maceió à época.¹⁵⁸ Para completar a forte impressão de heresia que deve ter acometido os leitores deste artigo, Guido Duarte, identificando-se como um “pensador livre”, expressa ainda uma forte crítica ao dogmatismo religioso, particularmente o de matriz cristã, que vem impedindo a população de aceitar os avanços da Ciência, esta “inimiga irreconciliável do erro e da superstição.” Para ele, lembrando a alegoria da caverna platônica, “Os olhos habituados por longo tempo às trevas, não podem suportar sem assombro, sem dor, os penetrantes clarões da verdade.”¹⁵⁹

Como se percebe, o evolucionismo é patente em Duarte, e ele utiliza, entre outros periódicos da época, o órgão da sociedade de mútuo-socorro dos caixeiros que presidia para divulgação das suas ideias. Este gesto potencializa a inserção de tais ideias no conjunto da classe caixeiral, e muito particularmente entre os associados da entidade.

Podemos reforçar um pouco mais esta leitura evolucionista da realidade, como propugnada por Guido Duarte, a partir da tradução de um trecho da obra de Spencer que ele realiza para jornal local. Publicado ao longo do mês de agosto de 1883 no *Guttemberg*, então órgão da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, o material servirá para compreendermos um pouco do pensamento pedagógico de Guido Duarte.

O material traduzido de Spencer refere-se a uma parte do primeiro capítulo de um texto mais longo do filósofo, intitulado *Sobre a Educação*. A parte transcrita refere-se mais diretamente ao item “Que conhecimento tem mais valia?”¹⁶⁰

A série de artigos começa argumentando, a partir da pura e simples dedução, que os ornatos e os enfeites precedem o vestuário, como se percebe pelas opções e hábitos de vestimentas indígenas e de outros povos “primitivos”. Para Spencer, o que sabemos destes povos indica que “o vestuário deriva do uso dos ornatos” e que tal ideia não deve ser estranha porque, mesmo entre nós, “muitas pessoas se preocupam mais do luxo do que do necessário, mais da elegância que da comodidade, mais do tom que lhes [...rasurado] vestidos que dos serviços [...rasurado] que eles lhes prestam.” Em seguida, o pensador inglês realiza uma analogia deste argumento para a “esfera intelectual”: “Tanto para o espírito como para o corpo, o útil cede o passo ao queorna”; deste modo existiria, tanto nas universidades como nas escolas, “a mesma antítese”: “Os homens ajeitam o espírito de seus filhos da mesma forma porque lhes vestem o corpo, isto é, segundo a moda que

¹⁵⁸ IBIDEM.

¹⁵⁹ IBIDEM.

¹⁶⁰ Cf. SPENCER, Herbert. Sobre a educação – Capítulo I [Tradução de Guido Duarte]. *Guttemberg*. 7 de agosto de 1883, p. 1; IDEM; 12 de agosto de 1883, p3; 16 de agosto de 1883, p. 3; 25 de agosto de 1883, p. 1; 30 de agosto de 1883, p. 3). Ao que parece, a tradução não foi publicada na íntegra, tendo em vista indicação de continuação saída no quinto artigo da série, porém não ocorrendo a sequência nos números posteriores do periódico. Aparentemente a tradução, que lhe consumia tempo demasiado, foi abandonada pela disputa que Guido Duarte começa a travar, nas páginas do jornal, com a outra sociedade caixeiral existente em Maceió, a *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió (1879-195...?)*. É preciso considerar, ainda, que o exercício da tradução, que reflete o bom grau de educação formal que possuía, já vinha sendo praticado por Duarte desde o começo do primeiro semestre daquele anos, pelo menos. Através de sua iniciativa, o *Guttemberg* publicou alguns textos mais aprofundados discutindo questões relevantes a partir do olhar de autoridades intelectuais nos assuntos, muitas vezes pensadores e divulgadores de ideias franceses. Os textos, além de traduzidos, eram escolhidos pelo próprio Guido Duarte e versavam sobre diversos temas, como “Estudos sobre a criminalidade” de R. Minzloff, ou “Algumas páginas do Dr. Carlos Letourneau sobre a Biologia”. Para facilitar a leitura do resumo das principais ideias contidas nos trechos publicados por Duarte, o material que segue está redigido sem referências específicas a cada uma das passagens e notas.

imperar.” Esta tendência seria mais acentuada nas mulheres, tanto no que se refere à moda, quanto no que se refere à educação.

Sempre segundo Spencer, resulta que escolhemos o que estudamos pela rotina e pelo preconceito e não pelo entendimento refletido, pois não pensamos “de um modo racional” quais seriam “as coisas que merecem realmente ser aprendidas” ou porque escolhemos este ou aquele “ramo de instrução”, gastando um determinado tempo “exigido para adquiri-lo?”. No fluxo desses argumentos, arremata: “A questão importante não é, em nosso parecer, saber se tal ou tal gênero de conhecimento tem algum valor, mas qual o seu valor *relativo*”, pois deve-se sempre perguntar-se “se estas vantagens são proporcionais ao trabalho que custaram para serem adquiridas.” Efetivamente, está convencido Spencer, tudo de que o homem possa se interessar possui alguma utilidade. A questão porém é saber o valor relativo e a prioridade que se deve dar a isto ou aquilo: “Se não nos faltasse o tempo para apossarmos-nos de todas as ciências, então sim, ser-nos-ia permitido não escolher; mas, nós, cuja vida é apenas um momento, não poderemos esquecer de que muito pouco tempo temos para instruímo-nos [...] Logo, devemos procurar empregá-lo da maneira mais vantajosa.” Assim, é preciso saber como se deve viver. Quais decisões tomar ao longo da vida. Percebe-se, aqui, claramente, uma das preocupações que será a tônica do ensino mútuo no Brasil, que se refere a uma otimização dos esforços, do tempo e dos resultados obtidos com a instrução popular. Apesar de configurar uma nova leitura pedagógica para se pensar a instrução no Império, percebe-se que havia um solo de confluência com algumas questões que já vinham sendo debatidas e enfrentadas em outros projetos e propostas educacionais.

Sigamos um pouco mais o pensamento pedagógico de Spencer. Para ele, segundo a tradução de Duarte, o objetivo central da educação é preparar o indivíduo “para a vida completa”. Para tanto, a melhor forma de avaliar de “maneira racional” um sistema educativo é tomar como critério “saber até que grau preenche ele tal objetivo.” Nesses termos é necessário classificar, hierarquizando, “os principais gêneros de atividade que constituem a vida humana”, quais sejam:

- 1 – que objetiva de forma direta a “conservação do indivíduo”;
- 2 – que contribua indiretamente para tal conservação;
- 3 – que sustente e eduque a família;
- 4 – que assegure a ordem social e política;
- 5 – que, preenchendo as horas vagas, satisfaça os desejos e sentimentos.

Com a palavra, Spencer, traduzido pelo nosso auxiliar do comércio: “Eis portanto, repetimos, o que se pode chamar a ordem racional desta hierarquia: a educação que tem em vista a conservação direta do indivíduo, a que lhe ensina a prover o seu mantimento, a que lhe ensina a criar a família, a que forma o bom cidadão, e finalmente a que permite gozar de todos os cômodos da vida.” O pensador adverte, contudo, que esta divisão não é estanque entre cada uma das hierarquias, e que internamente a cada uma existem gradações de interesses e utilidades etc. Apesar disso, as grandes divisões devem subordinar-se umas às outras.

Justificando a classificação que elaborou, deve ser dado destaque particularmente à precedência do indivíduo em relação à família e desta em relação ao Estado. A necessidade de prover a sua própria sustentação precede à da família por motivos óbvios, pois sem o indivíduo esta não existiria. Com relação à segunda precedência, ele afirma que “no **desenvolvimento sucessivo** da sociedade, a família precedeu ao Estado; por isso que

foram criados filhos sem dependência da existência deste”.¹⁶¹ Disto segue-se que “tem os deveres do pai de família uma importância superior aos do cidadão”. Em outras palavras, a propriedade privada seria mais importante que o bem comum geral:

Já que o valor e a força de uma sociedade dependem, em última análise, do caráter dos cidadãos que a formam, e já que a educação é o meio mais certo de influir sobre o caráter deles, naturalmente resulta que é fundada sobre a da família a prosperidade da sociedade, e que a ciência que mais diretamente concorre para o desenvolvimento daquela [ou seja, da prosperidade da família], deve colocar-se à frente da que assegura a existência desta [a prosperidade do Estado].

O mesmo princípio valeria para a relação entre a educação para a cidadania e a educação literária e artística. Assim, teríamos que a educação deve ser útil, fisiologicamente responsável, garantindo a sobrevivência individual, para em seguida cultivar o zelo pela família. Só então ela pode se dedicar ao civismo, preparando o indivíduo para viver como cidadão. Em uma última ordem de preocupações estaria o estudo das humanidades e a erudição literária. Ressalva, contudo, ao final desta exposição:

Naturalmente seria o ideal da educação obter uma preparação completa em todas essas divisões. Não permitindo ainda o estado de nossa civilização atingir este ideal, cumpre nos contentemos com uma justa proporção entre os diferentes graus de preparo para cada uma das divisões da atividade humana.

O comentário a respeito desta série de artigos escritos por Spencer, para efeito do que vimos desenvolvendo aqui, serve duplamente. Por um lado, ajuda a entender um pouco do que seria a perspectiva da pedagogia evolucionista e positivista, corrente que gradativamente foi amalhando adeptos no Brasil do Segundo Reinado, obtendo penetração a partir de propaganda de publicistas, políticos e pedagogos. Por outro lado, visa esclarecer uma importante referência de Guido Duarte não só em termos de princípios pedagógicos que lhe informavam as bases do projeto e da prática que vai exercer nas aulas e conferências que ministrava na *Instrução e Amparo*, mas também serve para caracterizar melhor a ideologia política mais ampla desta liderança da classe caixeiral maceioense do último quartel do século XIX. No estudo mais amplo que desenvolvemos em nosso doutoramento, apresentaremos na prática como se efetiva a postura de Guido Duarte e da sociedade de socorros-mútuos que liderava, no que se refere à instrução e à educação formal dos trabalhadores em geral (artistas, artesãos, operários) e dos caixeiros em particular.¹⁶² Para o que nos interessa aqui, caracterizemos um pouco mais o pensamento pedagógico positivista e, em particular, de Spencer.¹⁶³

O positivismo, enquanto corrente pedagógica, articula-se em consonância com o método científico, sob o primado da indução, a observação orgânica, a argumentação dedutiva e a coerência sistemática. Este quadro cientificista, no entanto, era ainda muito incipiente particularmente no que toca à produção de conhecimento e reflexões em torno

¹⁶¹ Grifo nosso.

¹⁶² MACIEL, Osvaldo. **A Perseverança dos caixeiros**. Op. Cit., especialmente o quarto capítulo.

¹⁶³ Os caixeiros de Fortaleza também dialogam com as referências evolucionistas, de progresso e da redenção social, de Spencer e Haeckel, pelo menos um pouco mais tarde, em 1914. Cf. OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na revista Phenix (1891-1916)**. Fortaleza/CE, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2005 (dissertação de mestrado), p. 59.

das diversas demandas oriundas de um novo princípio educativo que ainda quer se impor à sociedade. Junto a este quadro oriundo das hostes científicas, temos um princípio valorativo amplo de que a educação é um “dever” do estado moderno e um “direito” do cidadão, sem disfarçar sua adesão à ordem social vigente, que deveria apenas ser melhorada a partir de sua evolução natural.¹⁶⁴

Apesar de ser associada mais diretamente ao evolucionismo, a obra de Herbert Spencer (1820-1903) é caracterizada também pelo positivismo e, junto com ele, pelo cientificismo e pela crença no progresso da humanidade. Para o que se propunha, sua obra *Educação* obteve uma aceitação bastante ampla. O trecho que Guido Duarte traduziu faz parte de sua obra-prima *Educação intelectual, moral e física*, editada em 1861 e que obteve ampla divulgação para os padrões deste tipo de publicação. O livro seria uma espécie de “manifesto do positivismo pedagógico” que principalmente comportava uma crítica da educação tradicional, antiutilitarista e decorativa. Para Franco Cambi “O princípio que governa a educação spenceriana durante todo o curso da idade evolutiva é o da ‘utilidade’, que corresponde exatamente ao tipo de educação solicitada pela sociedade atual, dinâmica e industrial, científica e comercial.”¹⁶⁵ Tal postura deveria ser conseguida através da formação do “espírito científico” nos alunos. Nestes termos, Spencer entendia que a física, a química e a biologia eram as ciências/disciplinas mais importantes. Em boa medida, sua pedagogia retoma, a partir de uma articulação entre positivismo e evolucionismo, a tradição empírica inglesa, acentuando um tratamento naturalístico-metafísico.¹⁶⁶ No âmbito das políticas públicas para a educação, além de lutar por um ensino em que as ciências aparecessem com uma força que até então era nula ou quase nula, objetivava uma educação leiga e gratuita, ofertada pelo Estado.¹⁶⁷

PARA EFEITOS DE UMA CONCLUSÃO

Ao longo do século XIX, particularmente na segunda metade, a longa tradição humanista, literária e retórica oriunda das instituições pedagógicas de origem religiosa passa genericamente a ser criticada em nome de um ensino prático, de características laica e técnica mais acentuadas. É neste quadro mais amplo de desenvolvimento das ideias pedagógicas que surge o debate acerca do positivismo na educação brasileira. Em certa medida poderíamos dizer que a partir de um determinado momento, na oposição entre a velha forma de ensino e a novidade que surgia, oriunda das transformações pelas quais passava a sociedade, ocorre uma espécie de divisão social do trabalho educacional: enquanto as instituições religiosas continuavam a oferecer uma educação com características humanísticas exacerbadas, a tendência dos estabelecimentos educacionais

¹⁶⁴ CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Edunesp, 1999, pp. 467/72.

¹⁶⁵ IDEM, p. 471.

¹⁶⁶ IDEM, pp. 439/40.

¹⁶⁷ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996, p. 156. Em que pese nos posicionarmos do lado desta interpretação, cabe assinalar que existe uma opinião oposta, neste ponto, por parte de Anaete Schelbauer. Para ela, neste período, há um intenso debate em torno da intervenção ou não do Estado na educação pública. Nestes embates, “os positivistas são os mais ardentes opositores à intervenção do Estado na educação”. Cf. SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá, PR: Editora da UEM, 1998, p. 59.

sob orientação positivista era a implantação de “um ensino de caráter mais *técnico*.”¹⁶⁸ Não obstante, no questionamento dos princípios assentados na tradição católica de ensinar, começa a surgir aos poucos uma cisão interna entre os que criticavam a velha postura jesuítica: de um lado, estão os princípios liberais e, de outro, o positivismo com sua inclinação técnica. As críticas de natureza estritamente liberal, ao que parece, possuíam um nível de aceitação razoável, apesar de realizar (ou justamente por causa disso mesmo) mudanças muito tímidas no arcabouço geral da instrução pública brasileira. Por sua vez, as críticas e proposituras de matriz positivista não eram tão bem valorizadas.

Considerando-se com Gramsci que na América Latina “inexiste uma ampla categoria de intelectuais tradicionais”, neste continente cultural tais funções seriam cumpridas pelo clero e pela casta militar, “duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole européia”. Neste quadro, teríamos que a maioria destes intelectuais são de origem rural, ligados ao clero e ao latifúndio. Nesses termos, há ainda uma baixa oposição a esta forte tradição, fazendo com que Gramsci chame a atenção para a importância da Maçonaria e de organizações culturais como a Igreja Positivista enquanto oposição ao *jesuitismo*.¹⁶⁹ Mesmo que não exclusivamente por seu intermédio, as verberações da Igreja do apostolado positivista de João Lemos no Brasil chegavam a Alagoas a partir da mediação de Guido Duarte, uma das principais lideranças do mutualismo caixeiral em Maceió no período em foco, e isto não parece ser fortuito, porquanto o mutualismo, como já indicado por vários autores, é um dos poucos ambientes em que se percebe algum fortalecimento da sociedade civil, mesmo considerando-se as suas limitações evidentes.¹⁷⁰

Referências Bibliográficas:

- ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. *ABC das Alagoas*. Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Edunesp, 1999.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges – São Paulo: Boitempo/Edunesp, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. CADERNO 12 (1932) – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do cárcere*, vol 2. Tradução de Carlos Nelson coutinho – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, (pp. 13/53).

¹⁶⁸ STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol II: século XIX. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, (pp. 166/78), p. 170.

¹⁶⁹ GRAMSCI, Antonio. CADERNO 12 (1932) – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do cárcere**, vol 2. Tradução de Carlos Nelson coutinho – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, (pp. 13/53), p. 30/1.

¹⁷⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil** (vol. 1) – A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (pp. 21/51).

- MACIEL, Osvaldo. *A Perseverança dos caixeiros: o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879-1917)*. Recife, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2011 (tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. *Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na revista Phenix (1891-1916)*. Fortaleza/CE, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, 2005 (dissertação de mestrado).
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Edunicamp, 2007.
- SANT'ANNA, Moacir. *Positivismo e Republicanismo em Alagoas*. Maceió: sem/id/editora, 1989.
- SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá, PR: Editora da UEM, 1998.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol II: século XIX. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *As esquerdas no Brasil* (vol. 1) – A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (pp. 21/51).

Referências Documentais

- A Nova Crença (Órgão da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, periódico, ano 1884, Hemeroteca do APEJE – Arquivo Público do Estado de Pernambuco Jordão Emerenciano, Recife, PE).
- Guttemberg (Órgão da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos, anos 1883/4, Hemeroteca do IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Maceió/AL).

NOTAS PARA UM ESTUDO DA REPRESSÃO AOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ALAGOAS (1961-1964)

Rodrigo José da Costa
(*Mestrando em História – UFPE, Bolsista CAPES*)
Orientador: Prof. Dr. Ana Maria B. Santos

O movimento civil-militar de março de 1964 foi o capítulo mais decisivo das lutas sociais no Brasil na década de 60. Toda a conjuntura que se iniciou com a turbulência que envolveu a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 e a posse de seu vice João Goulart em setembro do mesmo ano e se estendeu até março de 64 quando o movimento militar que depôs Jango fez a sociedade brasileira mergulhar num período de 21 anos de regime militar.

Em Alagoas, esse período também foi marcado pela luta entre os setores mais conservadores, dentre os quais os proprietários dos engenhos de açúcar que tinham no latifúndio a base de seu poder. Faz-se necessário situar o papel que exerceram no Estado esses proprietários. Na economia alagoana o setor primário possuiu um lugar de grande primazia. Neste a agricultura, em particular a produção da cana-de-açúcar, foi ao longo do século XX uma das atividades econômicas preponderantes. Mudanças neste setor ganharam então imensa importância porque se revestiram de um caráter político com enormes conseqüências sociais, interferindo diretamente na vida da população.

A partir da década 1950 foram operadas importantes mudanças na economia local, com o desencadeamento de um processo de expansão do cultivo da cana-de-açúcar e de modernização do parque sucro-alcooleiro em Alagoas – o que gerou graves problemas sociais e uma grande onda migratória¹⁷¹, além de mudanças estatais com uma nova atitude do Estado em relação a esta economia local buscando assumir um papel ativo de planejador desta economia.

Cabe salientar que em Alagoas a produção açucareira foi tão hegemônica, particularmente a partir dessas mudanças que foram operadas a partir da década de 1950 e que consolidaram a primazia e o poder desse setor nos anos 1960, que em parte obscureceu ou fez desaparecer do discurso intelectual e da produção historiográfica, a existência de outros setores econômicos, de outras áreas de produção, e em especial, de uma indústria que com ela rivalizou em termos econômicos, em particular entre os anos 1930 a 1950, a indústria têxtil, bem como a experiência de outros sujeitos e organizações em torno dessa produção. Prevaleceu, a partir dos anos 1960, o que Lessa denominou de tese canavieira sobre a formação social alagoana¹⁷².

Efetivamente, com a consolidação desse setor produtivo, os empresários da agroindústria canavieira ocuparam o proscênio, não apenas da vida econômica, mas também da vida social, intelectual e política do estado e passaram a exercer sobre a estrutura do Estado em Alagoas um imenso controle.

Em contrapartida temos a emergência de setores populares que desde a década de 50 vinham atingindo grande expressividade nas lutas por garantias trabalhistas. Merece

¹⁷¹ Veja-se sobre o tema MEDEIROS, Fernando. **Montando o cenário: O Quadro de redefinição/modernização social e econômica: Alagoas nas décadas de 1950-1960**. Campinas, manuscrito, 2009.

¹⁷² LESSA, Golbery. **Trama da Memória, Urdidura do Tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos**. Maceió, manuscrito, 2008.

destaque os trabalhadores urbanos organizados, em sua maioria os operários têxteis bem como outros segmentos organizados em seus respectivos sindicatos como os rodoviários e os portuários. O PCB também ocupou um papel de destaque neste período, atuando ao lado (quando não dentro) destas organizações

No presente artigo pretendemos analisar a partir do uso do jornal *A Voz do Povo* editado pelo Partido Comunista do Brasil em Alagoas e das fichas policiais da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE, como o Governo do Estado ao lado de grupos conservadores sociedade alagoana se utilizaram da repressão para conter a atividade dos grupos de trabalhadores urbanos bem como para reprimir e controlar o processo de sindicalização rural entre os trabalhadores do campo.

A *Voz do Povo* circulou entre 1946 e 1964. O periódico era composto de quatro páginas, sem uma periodicidade definida, em decorrência da difícil conjuntura vivida pelos comunistas, sempre perseguidos pelas elites alagoanas, alvo de vários assaltos e empastelamentos a sua sede¹⁷³.

*Mesmo nos períodos de funcionamento “normal” / “regular” o jornal precisava vencer uma série de obstáculos para circular pelas ruas e chegar aos leitores. Entre os vários percalços podem ser elencados primeiramente que, quando as edições estavam prontas, por exemplo, era montada a estratégia de vendas avulsas e distribuição aos assinantes. Os comandos de venda do jornal eram realizados aos domingos nos bairros de Maceió, e muitas vezes havia perseguição aos mesmos.*¹⁷⁴

Os temas tratados no jornal comunista são os mais variados, porém todos ligados diretamente a política (local e nacional) e as causas da classe trabalhadora alagoana, indo desde o movimento estudantil da educação básica e do ensino superior, passando pelo movimento operário e às condições de trabalho nas fábricas, chegando às perseguições patronais e as lutas sindicais. Além disso, encontramos textos sobre a cultura política da cidadania e dos direitos trabalhistas.¹⁷⁵

Entretanto, é importante ter sempre em mente o fato de *A Voz do Povo* ser o jornal oficial do Partido Comunista em Alagoas, com forte ligação com a classe operária e não um órgão exclusivamente operário, produzido por operários. Era um jornal voltado para esta classe. É necessário ler as entrelinhas e buscar também outras fontes.

Outra fonte, só recentemente estudada pelos historiadores alagoanos, são as fichas da Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica (DOPSE).¹⁷⁶ No Arquivo Público encontram-se apenas as fichas pessoais, sem os referidos prontuários (onde teríamos um leque maior de informações). Ainda assim, tais fichas nos mostram uma série de novos dados, como a profissão de vários militantes comunistas, endereço de células, data de filiação de alguns membros do PCB e o mais importante: a razão pelo qual o indivíduo foi fichado no DOPSE. Apesar de muitas delas serem relatos muito breves e simples, conforme veremos adiante, nos ajudam a entender a atuação comunista em Alagoas.

¹⁷³ MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964)*. Cabanos - Revista de História, v. 1, p. 129-144, 2008.

¹⁷⁴ Ibid., p. 3.

¹⁷⁵ Ibid., pp. 12-13.

¹⁷⁶ Este material faz parte do projeto de digitalização capitaneado inicialmente pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e posteriormente cedido ao Arquivo Público de Alagoas. Atualmente as fichas encontram-se disponíveis em formato de arquivo digital no portal www.memoriasreveladas.com.br mantido pelo Arquivo Nacional.

Modernizar para controlar

Quando assume o governo do Estado em 1961, o Major Luiz de Sousa Cavalcante, eleito através de uma coligação entre seu partido o Partido Liberal - PL e a União Democrática Nacional – UDN que nas eleições anteriores (1960) haviam derrotado o bloco opositor ligado ao seu antecessor, Sebastião Marinho Muniz Falcão do Partido Social Progressista – PSP. O bloco de Muniz Falcão fazia parte em Alagoas de uma coligação que agregava outros partidos defensores do projeto Nacional Desenvolvimentista que tinha no Partido Trabalhista Brasileiro - PTB¹⁷⁷ o seu maior representante. Nos seus primeiros meses de governo a frente do Executivo estadual, Luiz Cavalcante juntamente com a Superintendência de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste – SUDENE, e outros órgãos da administração federal¹⁷⁸ desenvolveram o “Seminário Sócio-Econômico de Alagoas”, de onde saiu o documento Problemas de Base de Alagoas que foi *praticamente convertido em plano de ação governamental*¹⁷⁹. Com o Major¹⁸⁰ como Chefe do Executivo, as elites alagoanas mais uma vez tinham seu poder representado no domínio das decisões políticas e, além disso, nas esferas sócio-econômicas.

Luiz Cavalcante, assim como o bloco político que representava, sabia que tinha um obstáculo a superar dentro do seu projeto de manutenção de sua posição hegemônica no Estado: o protagonismo cada vez maior que os segmentos sociais de trabalhadores vinham exercendo na política, tanto em nível nacional, quanto local¹⁸¹. Os trabalhadores em Alagoas, em grande parte operários têxteis¹⁸² ligados as Fábricas de Fiação e Tecelagem de Maceió, bem como outros segmentos como os portuários, os rodoviários, os bancários e os trabalhadores na extração de Petróleo, chegavam ao início da década de 60 depois de viver um período de intensa atividade e de conquistas no tocante a direitos trabalhistas na década anterior.

Mas o inimigo das elites alagoanas se personificava no Partido Comunista do Brasil – PCB cuja atuação junto aos trabalhadores e, posteriormente no processo de sindicalização rural instaurado no final de 1962, era tida como uma prática que deveria ser combatida e erradicada do território alagoano, a fim de deixar livre o caminho para que o grupo dominante mantivesse o *status quo* de desigualdade social reinante em Alagoas. E é partir das páginas do seu jornal, *A Voz do Povo* de 25 de junho de 1961 que encontramos uma denúncia ao governador, onde este *estaria pressionando os líderes sindicais para nomear seu irmão, Dr. Linésio Cavalcante, delegado do Instituto de Aposentadorias e*

¹⁷⁷ Partido ao qual também pertenciam o então Vice-Presidente da República João Goulart, e o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

¹⁷⁸ A saber, o Departamento Nacional de Serviço Social da Indústria – SESI, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA).

¹⁷⁹ Cf. ARRUDA MELLO, Paulo Décio de. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990. Op. cit. p. 111. Veja-se também o Plano Trienal (1963-1965) do governo Luiz Cavalcante, onde o governador faz menção ao “Seminário Sócio-Econômico de Alagoas” e à equipe de técnicos paulistas que elaboraram o plano. pp. 5-7 (“Introdução”).

¹⁸⁰ O vice de Luiz Cavalcante era o usineiro Teotônio Vilela, eleito para este mandato depois exercer o mandato de Deputado Estadual, e ter tomado papel importante na oposição realizada contra o governo de Muniz Falcão (1956-1961), inclusive no processo que culminou com o Impeachment deste. Sobre o tema ver Cf. TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)**. Maceió: EDUFAL, 1995.

¹⁸¹ Sobre esse protagonismo ver Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita* In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp 319-379.

¹⁸² Cf. LESSA, Op. cit.

*Pensões dos Industriários - IAPI*¹⁸³. O jornal relata que *por duas vezes (foi) chamado a Palácio o presidente da Federação dos Trabalhadores-Sindicatos firmaram documento pedindo a permanência do Dr. Leônidas Barbosa*¹⁸⁴. A matéria também faz alusão ao governador dizendo que o mesmo *vem se caracterizando pela incúria para solucionar os problemas do povo constitui-se num governo “soçaita”[sic] e demagógico*¹⁸⁵.

A crítica a atuação de Luiz Cavalcante continua na matéria:

*Embora goste de se dizer filho de Operário, nenhuma preocupação revelou nos cinco meses de governo em defesa ou favor dos trabalhadores. (...) LC aspira ver seu irmão Dr. Linésio Cavalcante nomeado delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, quando os Sindicatos filiados àquela altura já haviam solicitado do Conselho de Administração a continuação do DR Leônidas Barbosa como delegado em Alagoas. (...) LC ainda tentou pressionar o presidente da Federação, mas encontrou uma negativa por parte deste*¹⁸⁶.

O acirramento das tensões entre o Major e o PCB se deu quando da campanha empreendida pelo Partido para conseguir a legalização de sua legenda eleitoral em 1961¹⁸⁷, perdida durante do governo do Presidente Eurico Dutra em 1947. Após um comício realizado em 6 de Agosto do mesmo ano, acabaram detidos Áureo Calazans de Albuquerque¹⁸⁸, operário na Fábrica Têxtil de Rio Largo, Solon Araujo¹⁸⁹ Funcionário da Câmara de Vereadores de Maceió e do mecânico Júlio de Almeida Braga¹⁹⁰ e de seu filho Laudo Leite Braga¹⁹¹, que era militar do 20º Batalhão de Caçadores de Maceió, e exerceu a função de redator do jornal *A Voz do Povo*.

Poucos dias depois, a crise que se iniciou no país com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a “Campanha da Legalidade” que se iniciou para garantir a posse do Vice João Goulart, mais uma vez colocou a repressão policial contra os que se manifestaram a favor da posse de Jango e contra o golpe urdido pelos ministros militares¹⁹². A repercussão deste evento movimentou os ânimos dos diversos grupos sociais alagoanos. No dia da posse de Goulart, 7 de setembro de 1961, foi organizado um comício onde os manifestantes

¹⁸³ “Governo do Estado Pressiona Líderes Sindicais para nomear seu irmão delegado do IAPI.” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 25/06/1961 n.21. p. 01.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid.

¹⁸⁶ Ibid. A matéria ainda destaca que o Governador entenderia a negação a seu pedido por parte da Federação como uma ação hostil ao seu governo.

¹⁸⁷ “Representantes de Várias Correntes Políticas Manifestaram-se Favoráveis à Legalidade do Partido Comunista Brasileiro *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 27/08/1961 n.32. p. 01. Na edição de 24 de setembro, há uma matéria sobre a campanha de coleta de assinaturas que iria se realizar. “Comunistas Iniciam a Campanha de Coleta de assinaturas pelo registro eleitoral do partido comunista brasileiro.” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 24/09/1961 n.36. p.1.

¹⁸⁸ Delegacia de Ordem Político Social e Econômica – DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 12.

¹⁸⁹ DOPSE. Pasta 04, Ficha Pessoal 80.

¹⁹⁰ DOPSE. Pasta 07, Ficha 133.

¹⁹¹ DOPSE. Pasta 07, Ficha 134.

¹⁹² Sobre o período, a historiografia brasileira que discute o período dispõe de obras que tratam do evento e de seus desdobramentos. Cf. TOLEDO, Caio Navarro. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982.; Cf. REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.; Cf. FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge. (Org.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

comemoraram a vitória do movimento da legalidade¹⁹³. A atuação de parlamentares, líderes estudantis e sindicais e jornalistas que lutaram pela garantia da Legalidade enfrentaram a oposição de Luiz Cavalcante, que tomou posição ao lado dos que tentaram barrar a posse de Jango¹⁹⁴.

Dias antes no dia 28 de agosto as entidades estudantis convocaram concentração cívica na escadaria da Assembléia Legislativa Estadual e enfrentaram a polícia política para repudiar o golpe militar. No dia seguinte os estudantes programaram uma passeata que foi impedida pelo 20º BC¹⁹⁵. No entanto, a atuação da bancada de senadores de Alagoas, Silvestre Péricles, Rui Palmeira e Afrânio Lages que votaram contra a legalidade desagradou os que lutaram contra a quebra da Constituição¹⁹⁶. Posteriormente a Assembléia Legislativa aprovaria as posições assumidas por Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul e do General Machado Lopes, Comandante do III Exército na defesa dos princípios constitucionais¹⁹⁷.

Mas essa vitória momentânea foi apenas um dos inúmeros capítulos que se desenrolariam a partir de então. Durante um comício da União de Estudantes do Estado de Alagoas – UEEA, no início de 1962, um dos principais articuladores do PCB em Alagoas, Nilson de Amorim Miranda¹⁹⁸ é preso juntamente com outros jornalistas. Numa matéria publicada no dia 21 de janeiro, o jornal *A Voz do Povo*, sobre a prisão de Miranda, apareceu a versão classificada como “farsa” onde os policiais que prenderam o jornalista alegaram que o mesmo estaria portando um revólver. A denúncia feita pelo jornal é que a referida arma teria sido “plantada” no carro de Miranda¹⁹⁹.

Dias depois o Comitê do PCB lançaria um manifesto de repúdio ao *seqüestro*²⁰⁰ que contou com o apoio de diversos sindicatos, mas que em seguida também sofreu repressão policial, pois também terminaram sendo presos alguns dos manifestantes que assinaram a lista de solidariedade que protestava contra a prisão de Nilson Miranda. Nas fichas pessoais pesquisadas foram encontradas as prisões de Rubens Colaço²⁰¹, Presidente do Sindicato dos Rodoviários e destacado membro do PCB em Alagoas e a de Daniel Augusto de Alcântara²⁰², Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

No mês seguinte, a greve dos comerciários também foi repreendida violentamente, a ponto de os policiais, armados com fuzis e metralhadoras e exigirem que os comerciantes abrissem as portas de seus respectivos estabelecimentos. Os abusos praticados seriam repudiados nos meios sindicais e denunciados na Assembléia Legislativa²⁰³.

¹⁹³ “Povo no Grande Comício do Parque Rodolfo Lins Comemorou Vitória Sobre o Golpismo” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 10/09/1961 n.34. p.1.

¹⁹⁴ Ibid.

¹⁹⁵ “Câmara de Vereadores Foi Trincheira de Luta em Defesa da Democracia” In: *A Voz do Povo*. Op. cit., p.4.

¹⁹⁶ “O Povo Saberá Julgar Aqueles que Traíram a sua Confiança” In: *A Voz do Povo*. Ibid.

¹⁹⁷ “Leonel Brizola e Machado Lopes Cidadãos Honorários de Alagoas” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XV 17/09/1961 n.35. p.1

¹⁹⁸ Jornalista e radialista, ex-editor do semanário *A Voz do Povo*, ex-vereador de Maceió pela legenda do Partido Social Progressista – PSP. No final da década de 1950 trabalhou para fundar o Sindicato dos Radialistas de Alagoas e foi o seu primeiro presidente. Quando eclodiu o golpe militar em abril de 1964, entrou na clandestinidade, tendo de evadir-se de Alagoas, pois passou a ser procurado pela polícia.

¹⁹⁹ “Polícia de Luiz Cavalcante Descadeia Terror Contra Povo e Estudantes Agride, Seqüestra e Prende Jornalistas no Comício da UEEA” In: *A Voz do Povo*. Maceió Ano XVI 21/01/1962 n.01. p.1.

²⁰⁰ A referida matéria usa o termo “seqüestro” ao se referir à abordagem da polícia.

²⁰¹ DOPSE. Pasta 11, Ficha Pessoal 214. Sobre a trajetória de Colaço ver MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical**. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010.

²⁰² DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 19.

²⁰³ “Governo Fascista Lança Mão do Terror Policial para Intimidar os Comerciantes” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 18/02/1962 n.03. p.1.

A intensificação da luta

Posteriormente, o PCB começou a atuar em nova frente de mobilização: o processo de Sindicalização Rural²⁰⁴, processo esse que foi mais um elemento a acirrar a disputa entre a elite dominante e o PCB. Mário Grynzpan, em análise de fôlego²⁰⁵ amplo sobre a questão agrária no Brasil republicano, localiza os anos do início da década de 1960 como fase de aceleração tanto dos processos de luta pela terra, como também da percepção de intelectuais e políticos sobre a necessidade de equacionamento da questão agrária como pauta fundamental para os projetos nacionais de desenvolvimento. Segundo o autor, aquele período foi fundamental na produção e consolidação de *novos esquemas e categorias de percepção da realidade brasileira, de seus problemas e também de suas soluções*, que repercutiram decisivamente sobre as ações políticas dos agentes envolvidos com a questão.

Na avaliação de Grynzpan, dada a sua profundidade, *os efeitos desses processos se impuseram mesmo durante os governos militares e se estendem até hoje, ainda que com redefinições importantes ao longo do tempo, mantendo presente a questão agrária*²⁰⁶.

Dentro de sua perspectiva de “reforma agrária” o governo Luiz Cavalcante promoveu em 1961 o projeto de assentamento de famílias de trabalhadores rurais nos municípios de Maceió e Rio Largo²⁰⁷ e destinou em 1963 uma área de 950 hectares no tabuleiro do Pilar, para formar um núcleo de colonização que deveria receber do governo toda infra-estrutura e assistência técnica necessárias²⁰⁸. Com seu discurso e práticas acerca da reforma agrária Luiz Cavalcante atacava em cheio o governo federal ao transmitir à opinião pública a idéia de que a realização da reforma agrária não seria um problema, nem seu governo se opunha à mesma. O problema estaria colocado na maneira como o governo Goulart pretendia realizá-la, de forma radical e fora da lei.

A preocupação de Luiz Cavalcante com a reforma agrária adivinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo. Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas que dela decorriam, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas, como os realizados em União dos Palmares, Santana do Mundaú e Murici, que contavam com a aprovação dos empresários da agroindústria canavieira e eram feitos dentro das determinações do IPES/IBAD²⁰⁹. Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana. Seguindo o mesmo princípio de controle o governo incentivou a organização de sindicatos rurais que poderiam, caso

²⁰⁴ Jornal *A Voz do Povo* publicou na íntegra o texto do decreto nº 7.038 de 20/11/1962 que regulamentou processo de sindicalização rural. “Assinado Decreto de Sindicalização Rural” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVI 09/12/1962. n. 37. p.3.

²⁰⁵ Cf. GRYNZSPAN, Marcio. *O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²⁰⁶ Op. cit., p. 75.

²⁰⁷ MELLO. Op. cit., p. 109.

²⁰⁸ Jornal de Alagoas. Maceió, 11 jan. 1963. pp. 4, 5.

²⁰⁹ Cf. MELLO. Op. cit., p. 112. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 serviu como um dos principais catalisadores da mobilização feita contra o governo João Goulart. A função primordial do IPES era integrar os diversos movimentos sociais de direita para criar as bases de uma oposição que pudesse deter o avanço do comunismo soviético no ocidente. Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi uma organização anticomunista fundada em 1959. Ao lado dele, vários empresários fariam parte desta organização e da sua “entidade-irmã”, IPES.

fossem de alguma forma controlados, representar uma alternativa às Ligas Camponesas²¹⁰ que ganhavam projeção em estados vizinhos como Pernambuco²¹¹.

No entanto, as disputas empreendidas na criação dos Sindicatos Rurais no interior do Estado não foram disputadas exclusivamente entre o PCB e o governo do Estado. No ano de 1963, o prefeito de Rio Largo, com uma atitude de hostilidade, se nega a assinar o edital de convocação do sindicato daquela cidade²¹². Meses depois, o jornal do PCB traz numa matéria a denúncia que o presidente do Sindicato Rural de Santana do Mundaú, José Pedro de Lima teria sido espancado por capangas a mando do proprietário do engenho onde morava e trabalhava²¹³. O proprietário era o Deputado Estadual Antonio Gomes de Barros, ligado aos grupos dominantes da cidade de União dos Palmares. O camponês José Pedro Lima teria sido agredido após uma reunião do Serviço de Orientação Rural – SORAL ligado a Igreja Católica, esta última temia que o avanço do comunismo entre as comunidades rurais pudesse fazer com que o evento das Ligas Camponesas se materializasse em Alagoas.

Enquanto as disputas no campo se acirravam à medida que o debate pela Reforma Agrária do governo Jango²¹⁴ se tornava mais denso, a atividade dos sindicatos urbanos também crescia. No mês de maio de 1963 alguns membros do PCB foram presos depois de comício organizado no Parque Rodolfo Lins. O comício organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores – CGT²¹⁵ contou com a participação dos demais membros do PCB bem com a dos sindicatos urbanos de maior representatividade em Maceió, como o dos operários têxteis e dos rodoviários. Terminaram presos o já mencionado presidente dos rodoviários Rubens Colaço, o estudante Agerson Dantas²¹⁶, um membro do sindicato dos bancários Anivaldo Miranda Aires²¹⁷, o presidente do Sindicato Têxtil de Fernão Velho José Conrado Alves²¹⁸, o presidente do Sindicato dos Portuários Luiz Gonzaga Alves²¹⁹ e do advogado Rubem Ângelo²²⁰, figura de importante destaque por sua função de advogado do trabalho e posteriormente secretário no sindicato têxtil de Fernão Velho.

No mês de agosto do mesmo ano outro comício organizado pelo CGT foi desmantelado pela polícia, resultando na prisão dos manifestantes. Uma greve²²¹ deflagrada no Porto de Maceió em 7 de agosto se estendeu ao longo de 11 dias apesar da

²¹⁰ Sobre o assunto ver MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução**. In: FERREIRA, Jorge. Op. cit.

²¹¹ Cf. MELLO. Op. cit., pp. 108, 109, 111 e 113.

²¹² “Fernando Oititica Expulsa Camponês e Nega-se a Assinar o Edital de Convocação do Sindicato Rural” In: *Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 21/04/1963 n.14. p.4.

²¹³ “Protestos de Massas Contra o Espancamento do Líder Camponês José Pedro de Lima”. In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 04/08/1963 n.26. p.2.

²¹⁴ Cf. FERREIRA. Op. cit.; Cf. REIS FILHO. Op.cit. Cf. TOLEDO. Op. cit.

²¹⁵ Fernando Teixeira da Silva e Antonio Luigi Negro apontam que o “o CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil. Cf. NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicato e política*. In FERREIRA, Jorge. Op. cit.

²¹⁶ DOSPE. Pasta 13, Ficha Pessoal 247.

²¹⁷ DOPSE. Pasta 01, Ficha Pessoal 09.

²¹⁸ DOSPE. Pasta 02, Ficha Pessoal 34.

²¹⁹ DOPSE. Pasta 02, Ficha Pessoal 35.

²²⁰ DOPSE. Pasta 03, Ficha Pessoal 54.

²²¹ “Prossegue a Greve dos Portuários Apesar das Violências Policiais” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/08/1963 n. 30. p.1.

mobilização das forças policiais para conter o movimento. A greve terminou com os portuários tendo a sua reivindicação, a federalização do Porto de Maceió, atendida²²².

O governador Luiz Cavalcante que se destacou pelo seu combate ao comunismo em Alagoas tinha como sustentáculo o complexo IPES/IBAD²²³, este estava presente em Alagoas através do escritório de Paulo de Assis Ribeiro (ETPAR) e de um colegiado local²²⁴. Paulo de Assis Ribeiro e sua equipe de técnicos integravam o Consórcio Brasileiro de Produtividade (CBP), um dos escritórios técnicos, politicamente mais importantes no desenvolvimento de atividades que conseguissem promover os “interesses econômicos concretos” do bloco multinacional e associado e “assegurar reformas dentro dos limites do bloco histórico populista existente”²²⁵. O governo de Luiz Cavalcante estava perfeitamente integrado ao complexo IPES/IBAD e procurava seguir suas orientações.

Em um episódio acontecido na Universidade Federal de Alagoas – UFAL, um estudante de Filosofia, Valdemir Pinto teria sido agredido por um agente do IBAD, e aquele ao revidar a agressão, foi “caçado” pelas ruas da cidade pela polícia do Estado²²⁶. A presença de programas como a “Aliança para o Progresso” suscitou debates intensos na sociedade alagoana. Numa matéria veiculada na *Voz do Povo* em 8 de setembro de 1963, há o relato de que o vereador Roberto Farias denunciou a “Aliança para o Progresso” *como forma de espoliação dos bancários norte americanos contra a população*²²⁷. Em seguida outra denúncia, do vereador Jorge Lamenha, denunciando o IBAD *como organização corrupta e anticomunista*, e faz uma acusação a Luiz Cavalcante, que seria o “representante” do IBAD em Alagoas, *recebendo dinheiro para financiar policiais e capangas na opressão a massas trabalhadoras*²²⁸.

A caminho do desfecho

O ano de 1964 foi decisivo nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das Reformas de Base, entre elas a reforma agrária cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites dominantes que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas. As constantes greves colocaram em alerta os grupos dominantes uma vez que as mobilizações de trabalhadores no campo adquiriam cada vez maior representação.

Em janeiro de 1964 a Federação de Trabalhadores Rurais e o CGT se mobilizaram para exigir o pagamento do 13º mês de salário que não havia sido pago por nenhuma Usina. Caso não houvesse o pagamento, um contingente de cerca de 50 mil camponeses

²²² Em outra matéria na mesma edição, o jornal relata que ao sétimo dia de greve os portuários conseguiram a decretação da federalização do porto, só que segundo Miranda o dinheiro liberado teria sido retido pelo governador e esta greve já estaria no décimo primeiro dia.

²²³ Segundo DREIFUSS, o complexo IPES/IBAD foi o centro político-estratégico onde foram gestadas as ações de cunho ideológico, político-partidário e por fim, militar que culminaram com o golpe de 1964. Cf. DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.** p. 233.

²²⁴ Cf. MELLO. Op. cit., pp. 111, 112.

²²⁵ Cf. DREIFUSS, Op. cit., pp. 84-85.

²²⁶ “Provocação Contra a Volorosa Classe Estudantil Alagoana” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 08/09/1963 n.33. p.1.

²²⁷ “Câmara Municipal – Aliança para o Progresso é uma Farsa” Ibid.

²²⁸ “Câmara Municipal – IBAD em Alagoas Deve ser Fechado” Ibid.

paralisariam suas atividades²²⁹. Dispostos a lutar pelo seu direito, os camponeses enfrentariam a represália violenta dos usineiros. Na edição do jornal *A Voz do Povo* de 9 de fevereiro de 64, uma matéria destaca que 5 mil trabalhadores paralisaram o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis, tendo como reivindicação central o pagamento do 13º salário e do salário mínimo²³⁰. Os grupos urbanos (operários e estudantes) sinalizaram com possibilidade de deflagração de uma greve geral como forma de solidariedade aos camponeses. No entanto a reação dos latifundiários foi violenta, pois além de terem sob seu comando grupos armados que eram utilizados para garantir a defesa da propriedade, tiveram um reforço do aparato policial cedido pelo Estado²³¹.

As greves na cidade também continuavam a mobilizar grandes contingentes de trabalhadores. Uma greve dos trabalhadores em combustíveis que contou com o apoio do PCB e do CGT, durou nove dias apesar da repressão policial do Estado²³². O jornal do PCB dá destaque a vitória dos trabalhadores nessa greve, que serviu *como fator de fortalecimento do movimento operário frente aos interesses imperialistas do petróleo*²³³.

Grandes acontecimentos no mês de março de 64 foram episódios decisivos no desfecho dos acontecimentos que marcaram o governo Jango tais como o comício da Central do Brasil, e o envolvimento com eventos de sublevação de praças militares que causaram enorme descontentamento dos oficiais das Forças Armadas, o que fez com que a conspiração em curso tomasse cada vez mais forma²³⁴.

Antes mesmo que a movimentação das tropas comandadas pelo General Olimpio Mourão Filho fosse iniciada, a movimentação dos grupos de esquerda bem como de forças policiais já ganhavam as ruas da capital. Já no dia 29 de março²³⁵, uma passeata organizada por trabalhadores e estudantes foi reprimida no Centro de Maceió. Cerca de 5 mil manifestantes participariam da marcha que sairia da Praça Pedro II e culminaria com um comício na Praça do Pirulito²³⁶. No mesmo dia 29, a cidade amanheceu em clima de guerra. As praças e todo Centro da cidade estavam tomados por policiais que montaram piquete para coibir a manifestações dos trabalhadores. A mobilização acabou não acontecendo.

Até o dia 31 de março quando de fato se deflagrou as movimentações militares no resto do país, a repressão aos trabalhadores - principalmente do campo - já estava em curso em Alagoas. Mesmo com a repressão sofrida, ainda no dia 31, trabalhadores e estudantes saíram às ruas e protestaram contra a ameaça militar. Os que lutaram contra o regime que se instaurou em seguida eram tidos como grande ameaça a ordem pública. Passaram a ser perseguidos e na maior parte das vezes eliminados pelo governo militar.

²²⁹ “50 mil camponeses de Alagoas irão à greve pelo 13º mês de salário” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/01/1964 n.2. p.1.

²³⁰ “5000 Camponeses Paralisam o Trabalho nas Fazendas e Usinas pelo Cumprimento das Leis” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVIII 09/02/1964 n.5. p. 4.

²³¹ Ibid.

²³² “Vitoriosa Greve dos Trabalhadores em Combustíveis” In: *A Voz do Povo*. Maceió, Ano XVII 18/01/1964 n.2. p.1.

²³³ Ibid.

²³⁴ Cf. FERREIRA. Op. cit.; Cf. TOLEDO. Op. cit.

²³⁵ Alguns dos militantes já mencionados neste artigo têm registrado em suas fichas pessoais a informação de que teriam tomado parte em manifestações “subversivas” entre o dia 29 de março e o dia 1º de abril de 1964.

²³⁶ A matéria “Trabalhadores Resistiram Bravamente” publicada no jornal *Tribuna* de 28 de março de 2004 exibiu uma entrevista com um ex-militante do PCB em Alagoas, Anivaldo Miranda e que foi preso durante o golpe civil-militar de 64.

Considerações Finais

Não temos a intenção de fazer das informações que mostramos aqui um retrato pronto e acabado das disputas políticas e sociais que aconteceram em Alagoas no início da década de 60. Neste artigo foram expostos apenas alguns dos fatos mencionados nas fontes que pesquisamos, pois cabe destacar que a documentação do DOPSE que pesquisamos traz apenas as Fichas Pessoais dos detidos sem os seus respectivos prontuários, mas em algumas fichas há um leque de informações bem relevantes quanto a atividade dos militantes políticos ligados aos movimentos sociais.

Quanto o jornal *A Voz do Povo*, apesar de não termos conseguido o acesso a sua coleção completa, nos números que utilizamos conseguimos obter uma descrição por vezes muito rica em detalhes das atividades do PCB, do CGT e dos diversos sindicatos urbanos bem como de seus militantes em suas atividades no período analisado.

Quando o Major Luiz de Sousa Cavalcante assume o Governo do Estado em 1961, os movimentos sociais que alcançaram significativa expressão durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão no período anterior (1956-1961) viram essa conjuntura mudar radicalmente com a eleição do Major. Luiz Cavalcante foi o elemento mais representativo desta articulação. Declarado anticomunista estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto “nacional reformista”, tendo atuado nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista após a renúncia de Janio Quadros em 1961 e sendo um dos principais articuladores, no Nordeste, do golpe militar que depôs o Presidente da República.

Diante do exposto, podemos considerar que as propostas nacional-desenvolvimentistas que Muniz Falcão procurou implementar em Alagoas representaram um obstáculo às elites e seu projeto de dominação dos trabalhadores. Na disputa eleitoral seguinte (1960) a oligarquia canavieira, procurou reeditar a tradição política alagoana de ter um governador comprometido com os grupos mais conservadores, apoiando a candidatura do Major Luiz Cavalcante, em 1960, para o governo do Estado. Esse governador, em 1964, antes do golpe militar chegou a impedir a entrada de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, e de Seixas Dória, governador de Sergipe para participar de um comício em Maceió.

Esse governador alagoano utilizou-se de todo o aparato militar estadual para efetuar essa proibição. O Major governador ficou conhecido, também, como ferrenho perseguidor dos trabalhadores assalariados e de seus sindicatos.

O fato é que o major Governador preferiu a via da repressão direta a qualquer manifestação de descontentamento popular, mesmo que se processasse pelos canais e dispositivos legais. Parece paradoxal tal reação, já que o programa de sindicalização rural, como vimos anteriormente, foi apoiado pela Confederação Nacional da Indústria, da qual fizeram parte os usineiros e se transformou em programa no seu governo.

Referências Bibliográficas

- ALVES SANTOS, James Washington. *O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas*. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo).
- ARRUDA MELLO, Paulo Décio de. *Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola. UFRRJ, Itaguaí, 1990.

- DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Vol. 3).
_____. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LESSA, Golbery. *Trama da Memória, Urdidura do Tempo: Ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos*. Maceió, manuscrito, 2008.
- LINS, Enio. *Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas*. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004 (www.fundaj.gov.br).
- MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. *A Voz do Povo: Um Registro da Esquerda Alagoana (1954-1964)*. Cabanos - Revista de História, v. 1, p. 129-144, 2008.
- MAJELLA, Geraldo de. *Rubens Colaço: Paixão e vida - A trajetória de um líder sindical*. Maceió: Recife, Edições Bagaço, 2010.
- MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita de. *O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió/AL, Edufal, 2007.
_____. *Montando o cenário: O Quadro de redefinição/modernização social e econômica: Alagoas nas décadas de 1950-1960*. Campinas, manuscrito, 2009.
- MIRANDA, Anivaldo de. *Alagoas e o Golpe de 1964*. Maceió, Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois*. Bauru, SP : Edusc, 2004.
- TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)*. Maceió: EDUFAL, 1995.
- TOLEDO, Caio Navarro. *O Governo Goulart e o Golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VÉRITAS MOUSEION – UM INSTRUMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA MUSEOLOGIA

Irla Suellen da Costa Rocha^{*}
Romário Portugal^{**}
Sandy Santos Matos^{***}

1. INTRODUÇÃO

Até dez anos atrás encontrar alguém carregando seu *notebook* como um aparelho celular era um comportamento comum de profissionais da informática e áreas afins, hoje com o poder o crescimento da inclusão digital e os crescentes avanços tecnológicos o *notebook* vem sendo trocado por *tablets* e celulares com as mais diversas funções. A sociedade atual é conectada, vive o real, transpõe para o virtual, compartilha, troca, traz para perto o que está a quilômetros de distância, tira dúvidas através de sistemas tão velozes que nem dá tempo para pensar “onde deixou aquele livro?” pode (ou não) responder a determinado questionamento.

Diante desse contexto de uma sociedade cada vez mais conectada faz necessário criar ambientes e produtos que permitam aos usuários uma troca e obtenção de informações de uma forma mais precisa e organizada. A proposta do “*Véritas Mouseion – Dicionário Eletrônico de Termos Museológicos*” um dicionário eletrônico de termos museológicos objetiva atender essa lacuna de material referencial na área da Museologia através do desenvolvimento de um dicionário eletrônico terminológico em língua portuguesa. A Museologia utiliza termos que se levantados, catalogados, definidos e organizados em um dicionário eletrônico tornam-se instrumentos imprescindíveis no cotidiano de estudos e trabalhos de instituições educacionais, museais e culturais.

2. LINGUAGEM, MEMÓRIA E INFORMAÇÃO DIGITAL

Para a elaboração do *Véritas Mouseion* os pontos linguagem, memória e informação digital se interceptam, e é nesse ponto que os encontramos a função social do dicionário enquanto produto de caráter de inovação tecnologia. O simples fato de ser eletrônico não faz do produto algo “tecnológico”. Porém ao estar dentro de um contexto em que a tecnologia é um dos componentes que caracteriza a atual sociedade como um digital, com seus indivíduos cada vez mais correlacionados a aparelhos e ferramentas tecnológicas, que o dicionário apresenta-se como um instrumento de conhecimento apto às novas tendências tecnológicas.

^{*}Aluna da graduação em Letras Português da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Bolsista PIBITI-CNPq (2011-2012). E-mail: irlasuellen@gmail.com

^{**}Aluno da graduação em Museologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Bolsista PIBITI – UFS (2011-2012). E-mail: romariohom@yahoo.com.br

^{***}Aluna da graduação em Museologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Bolsista PIBITI – FAPITEC/SE (2011-2012). E-mail: sendy2529@hotmail.com

“A linguagem vem para representar e traduzir os pensamentos e os elementos que permeiam meio social e cultural do homem, fazendo-o ser entendido pelos seus semelhantes.” (SOARES, *et al.*, 2011, p.2) A linguagem dentro da representação da informação é o canal utilizado para que o objeto revele o seu conteúdo por meio das relações entre signo e significado. Para a elaboração destes significados, que a Organização e Representação da Informação chamam-os de conceitos, a pesquisadora Ingetraut Dahlberg (2011 *apud* SOARES, 1978, p. 102) explica que estes elementos devem estar articulados numa unidade estruturada. Podemos concluir, para que os significados sejam elaborados há necessidade de uma relação entre o objeto, no caso, a palavra, e o seu significado. Esta relação pode ser o tempo e espaço, características específicas e inconfundíveis, ou por apresentarem características comuns, existindo relações lógicas, hierárquicas e de oposição.

O homem desenvolveu a capacidade de associar palavras a conceitos. Como as palavras permanecem através do tempo entesouradas por uma cultura e transmitidas de geração a geração[...] Nesse ponto é preciso distinguir o processo individual de formação de conceitos por parte de um sujeito, do acervo de conceitos transmitidos materialmente através das gerações por meio do vocabulário herdado e transmitido, sobretudo nas sociedades dotadas de uma tradição escrita. Na dimensão individual, o léxico é conceptualizado como um conjunto de representações, isto é, de objetos mentais que se consubstanciam nas palavras que esse indivíduo domina e das quais ele se serve. Essa dualidade entre o individual e o social tem que ser bem entendida para evitar ambigüidades. (BIDERMAN, 1998, p.90)

Dentro desse processo de aquisição e desenvolvimento dos conceitos das palavras, a memória funciona o local em que estão registrados os conceitos, as visões de mundo, valores, identidades e ideologias da sociedade. Sendo assim o processo de conceituação das palavras resultam da dinâmica pelo qual o homem passa durante a vida. “As palavras rotulam os processos cognitivos mediante os quais o homem interage cognitivamente com seu meio ambiente”. (1998 *apud* LENNEBERG; LENNEBERG, 1975, p. 374)

Tomando conhecimento dessa premissa sobre a linguagem e a memória que mostram como os conceitos são formados, a ciência da Informação nos apresenta mais um campo fundamental para que possamos compreender como será feita a relação destes com a o ambiente digital.

*Espaços de significação são ambientes onde grupos específicos de indivíduos se comunicam entre si e produzem novas formas de cultura e conceitos. Os indivíduos estabelecem uma linguagem que possibilite a troca de informações, consolidando, assim, uma forma específica de comunicar. (SOARES, *et al.*, 2011, p.4)*

O ambiente digital requer de recursos próprios e que sejam facilmente incorporados ao cotidiano dos usuários. Assim, o conhecimento dos Espaços de significação possibilita uma aprendizagem de como devem ser elaborados os verbetes que compõem o *Véritas Mouseion*. O processo de conceituação dos termos museológicos relaciona-se com a linguagem dos usuários, os dados conceituais que diferentes profissionais da Museologia usam para relacionar o termo e seus significados, este ponto é referente a memória, e por último como adaptar esta informação num ambiente digital.

3. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

A conservação preventiva é um dos princípios fundamentais das instituições museais. Ela é efetivada a partir de cuidados especiais por parte daqueles que, no trabalho diário, lidam diretamente com o acervo, e também pode ser compreendida como,

o conjunto de medidas de caráter operacional — intervenções técnicas e científica, periódicas ou permanentes — que visam a conter a deterioração em seu início, e que em geral se fazem necessárias com relação às partes da edificação que carecem de renovação periódica, para serem mais vulneráveis aos agentes deletérios. (DRUMOND, 2006. p. 108).

Esta área de estudos da Museologia também virá a ser objeto de estudos da terminologia museológica para a elaboração do *Véritas Mouseion*, neste momento iremos fazer todo o estudo terminológico dos termos referentes à conservação preventiva.

Para compreender melhor como será feito o trabalho de elaboração dos conceitos dos termos museológicos faz necessário saber como a terminologia se adéqua a este fase de produção do dicionário. No trabalho de Claudia Augusto Dias intitulado; *Terminologia: conceitos e aplicações*, ela destaca a terminologia como,

um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulários de uma determinada especialidade(SAGER apud DIAS, 2000. p. 90).

É a partir desse conceito de terminologia que esse trabalho projeto o será desenvolvido, buscando todos os significados terminológicos possíveis referentes ao sistema de conservação, de modo que gerará um corpus com os termos de maior significância no âmbito da museologia. Fator que irá possibilitar o acesso e uma atualização continuada de alunos e profissionais da área da Museologia, Arqueologia, Arquitetura, História entre outras áreas.

“Sem a terminologia, os autores não conseguiriam se comunicar, repassar seus conhecimentos, nem tampouco representar esse conhecimento de forma organizada” (DIAS, 2000. p. 91). Através da elaboração dos verbetes dos termos museológicos organizados de acordo com as técnicas da terminologia, o dicionário se apresenta como uma ferramenta para os profissionais que estão à frente das instituições museológicas. Afinal, estes profissionais lidam a todo o momento com a representatividade da cultura material, e procuram passar através das exposições o seu significado.

“Na área da documentação a terminologia é essencial para representar o conteúdo dos documentos e para facilitar o acesso a esse conteúdo” (DIAS, 2000. p. 91). Nesse sentido fica evidente o papel fundamental que a análise terminológica tem dentro do estudo específico de determinadas áreas do conhecimento, como é o caso da museologia, pois essa ciência assim como tantas outras é repleta de termos particulares que exigem um determinado grau de conhecimento por parte dessas pessoas que iram lidar com a documentação, o acervo, entre outros.

3.1. TESAUROS

A mesma autora destaca Cabré, pois este “cita os tesauros e as classificações como inventários terminológicos organizados de acordo com sua temática e controlados formalmente” (CABRÉ *apud* DIAS, 2000. p. 91).

Os tesauros são criados com o propósito específico a cada área do conhecimento, e é nesse sentido que a partir do estudo terminológico dos vocábulos museológicos os verbetes serão construídos. Esta técnica pode ser entendida como a formação de:

repertórios ou listas de termos autorizados, constituídos por unidades — desertores e não desertores — pertencentes a um domínio particular do conhecimento, relacionadas semântica e logicamente. São utilizados para caracterizar tanto o conteúdo de um documento, quanto o conteúdo das questões propostas pelos usuários. Sua função é, por isso, a de servir como intermediária entre os documentos e os usuários (KOBASHI; LARA; TÁLAMO, 1992. p. 199).

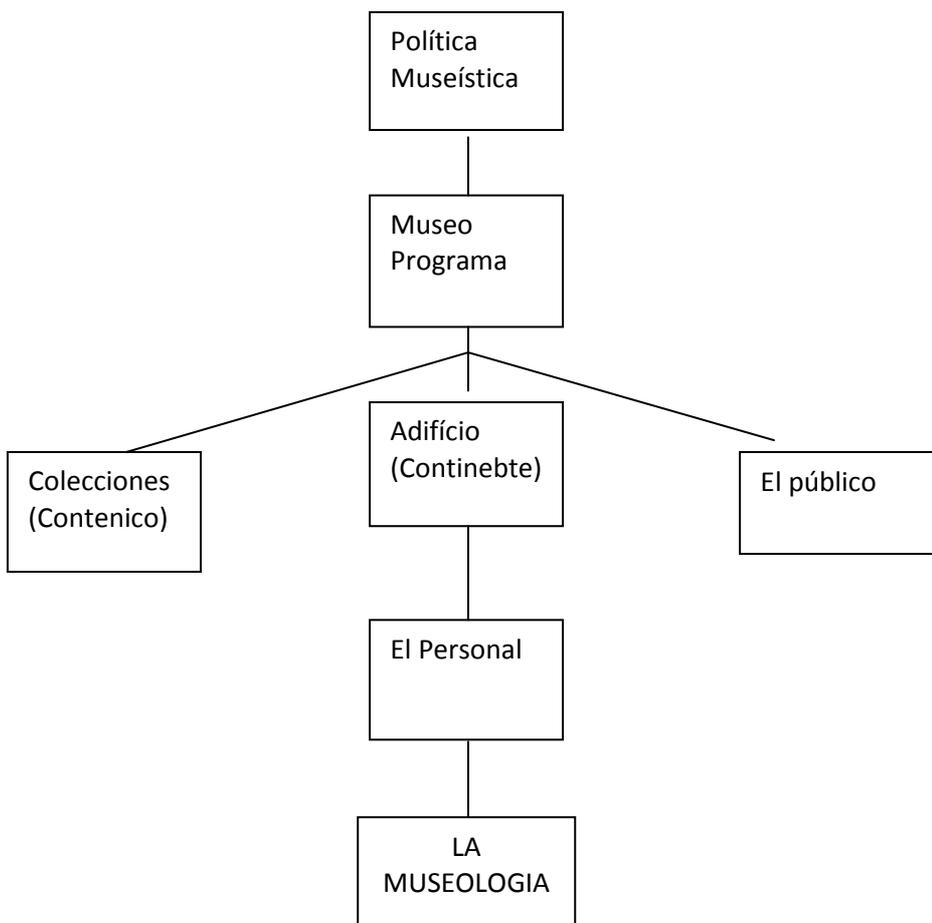
Todo o processo de desenvolvimento do *Véritas Mouseion* terá como base o estudo terminológico das palavras envolvidas no âmbito museal, e conseqüentemente dos termos referente à conservação preventiva. Estes que irão ser de grande relevância instrucional de modo a facilitar a aprendizagem sobre museologia, de pessoas endereçadas, tanto para profissionais da área e estudantes, como o público geral e, sobretudo das Instituições de Ensino Superior.

4. MUSEOGRAFIA

O curso de Museologia foi implantado na Universidade Federal de Sergipe (UFS) no ano de 2007, no *Campus* da cidade de Laranjeiras. Tendo sua maior turma no ano de 2010 com cerca de 40 alunos. Sendo assim, através de pesquisas, constatou-se a inexistência de algum trabalho esclarecedor contendo apenas termos Museológicos. Então foi dado início, juntamente com alguns professores e sob orientação da Professora Dr.^a Janaína Cardoso de Mello (GEMPS/CNPq – FAPITEC-SE), ao Projeto *Véritas Mouseion*, que tem como objetivo principal erradicar a falta de um dicionário dedicado exclusivamente a Museologia.

Segundo Francisca Hernandés (1971), os estudos do aspecto técnico da Museografia, ou seja: a instalação das coleções, arquitetura climatologia, do edifício administrativo, e assim por diante é uma atividade essencialmente técnica e prática. Uma infra-estrutura museológica poderia ser definida como:

Figura 1: Elementos Construtivos de um Museu.



Fonte: HERNADÉS, Francisca. **Manual de Museología.** Madri: Editorial Síntesis, 2001

O Museólogo Carlos Martins, em entrevista concedida a Revista Museu²³⁷ em 2004 diz o seguinte sobre a evolução da Museografia no Século XX no Brasil:

Eu acho que os museus, em geral, deram um passo muito grande dentro de sua história, da década de 90 para cá. Após ter atuado nos anos 80 no Museu de Belas Artes e no Paço Imperial, anos preparatórios para o que estava por vir, eu fui chamado para dirigir os Museus Castro Maya. Nessa época, o que se percebeu foi a necessidade de se imprimir uma dinâmica nos museus, deixando de lado a idéia de museus enciclopédicos, que armazenavam obras de arte, como o intuito de torná-los mais acessíveis ao público. As exposições de longa duração permitiram uma troca entre obras do acervo em exposição permanente e as de Reserva Técnica, levando a uma maior dinâmica e atraindo uma maior visitação ao museu. Havia espaço para realização de um trabalho de pesquisa interna e de trazer a público obras que há muitos anos se encontravam em Reserva Técnica e não eram expostas.

²³⁷ Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=3952> (30/08/2011).

À exemplo podemos citar o Museu Afro Brasileiro de Sergipe, localizado no município de Laranjeiras distante 18 km da capital Aracaju. Nesta instituição encontram-se em exposição objetos usados pelos negros e seus senhores durante o período da escravidão. Esses objetos são compostos por: instrumentos de trabalho e tortura, cadeiras, utensílios domésticos, dispostos em salas que expõem dados sobre os cultos Afro, entre outros. Porém há mais de sete anos tal exposição não passou por nenhuma modificação. De acordo com o Conselho Internacional de Museus – ICOM:

*museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição.*²³⁸

A adoção dessa definição advém da XVI Assembleia-Geral do ICOM, realizada em Haia em 1989, quando o foco das instituições museológicas outrora lançado sobre as coleções redireciona-se para o público/comunidade (ALONSO, 2001. p. 31).

O museu é um local de aprendizado, onde através da dinâmica e interação adquirem-se conhecimentos de forma prazerosa. Contudo a Museografia do Museu Afro necessita de reformulações urgentes, constituindo-se em adequações aos estudos sobre a escravidão e a identidade negra contemporâneos que façam com que os visitantes sintam-se a vontade dentro daquela instituição e conseqüentemente voltem a visitá-la. Para tanto é necessário dos profissionais que lá trabalham um domínio de termos próprios da Museologia e especificamente da Museografia.

5. CONCLUSÃO

Através dos conceitos apresentados que relaciona, a linguagem, técnicas da ciência da informação e a especificidades da Museologia é possível perceber como as características interdisciplinares contribuem positivamente para o desenvolvimento de um produto tecnológico de qualidade, e amparando cientificamente o conhecimento que será promovido. Os cuidados para a elaboração de conceitos que serão subsídios para a formação e produção de informação consistem como ponto de partida para a redação dos mesmos, pois a realidade de cada usuário é que irá determinar a praticidade do dicionário eletrônico. Para que isso aconteça da forma mais proveitosa e útil faz-se necessário avaliar a teoria e o contexto prático do *Véritas Mouseion*, tal avaliação será feita com o desenvolvimento do projeto e os resultados apresentados nas pesquisas.

Referências Bibliográficas:

ALARCO, Orestes Estevam; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; TRISTÃO, Ana Maria Delazari. Sistema de classificação facetada e tesaurus: instrumentos para organização do conhecimento In: *Ci. Inf., Brasília*, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004.

²³⁸ Disponível em: <http://omuseuaberto.blogspot.com/2008/08/definio-de-museu-do-icom.html> (30/08/2011).

ALONSO, Fernadez Luis. *Museologia y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2001.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n. 2, p. 81-118, 1998.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia conceitos e aplicações In: *Ci. Inf., Brasília*, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus. In: *Caderno de diretrizes museológicas I*. Belo Horizonte: 2º Edição, 2006. (p. 107 – 133).

HERNANDÉZ, Hernadéz Francisca. *Manual de Museología*. Madrid: Editora Síntesis, 2001.

KOBASHI, Nair Yumiko; LARA, Marilda Lopes; TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros In: *Ci. Inf., Brasília*, 21(3): 197-200, set./dez. 1992.

LENNEBERG, E. H.; LENNEBERG, E. (Eds.). *Foundations of language Development: A Multidisciplinary Approach*. New York and Paris: Academic Press and Unesco Press, 1975.

SOARES, Maria Sueny Barbosa, et al. Espaços de significação e a representação da informação. In: *Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação*, 15., São Luís, 2011.

SITES:

<http://omuseuaberto.blogspot.com/2008/08/definio-de-museu-do-icom.html> (30/08/2011)

<http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=3952> (30/08/2011).

HISTÓRIAS DE SEDUÇÃO E DEFLORAMENTO EM ESTÂNCIA/SE (1840-1890)

Sheyla Farias Silva^{239*}
Universidade Federal de Alagoas

Ao descortinar o passado brasileiro, percebemos que a sociedade Oitocentista estava fortemente impregnada de valores patriarcais que imprimiram nas relações cotidianas o uso da violência para controlar os corpos escravos e submeter os homens pobres livres. O uso corrente da violência não se restringiu ao foro público, adentrando-se nas relações privadas, em especial nas de cunho familiar. Destarte, essa pesquisa tem por objetivo estudar o uso da violência nas relações familiares dos residentes na Comarca de Estância/SE. Para desenvolvermos essa pesquisa analisaremos documentos judiciais²⁴⁰, tais como: Apelação de Crime; Corpo de delito; Denúncia crime; Sedução e estupro e Processos Crimes referentes à Comarca de Estância/SE no período de 1840 a 1890, nos quais procuraremos interpretar os significados da violência e sua racionalidade enquanto forma legitimada de expressão de valores sociais, tais como honra e dignidade, e manutenção de prerrogativas sociais em contextos competitivos.

A história da família tem suscitado interesses entre pesquisadores desde a segunda metade do século XIX, cujos estudos, buscavam identificar, tipificar e analisar os diferenciados tipo de famílias existente nas sociedades antanho.²⁴¹ Os novos estudos históricos sobre a família renasceram sobre a influência da chamada Escola dos Annales, em especial, com a terceira geração, a qual preocupada com o modo de pensar, de viver e de sentir das massas anônimas, adotou novos métodos de abordagem histórica, bem como novos objetos, entre estes, estão a família, a sexualidade, o casamento, a mulher e a criança. Desde então, os temas concernentes a família conquistaram predileção entre os historiadores e estes passaram a estudá-la sob a perspectiva da demografia, dos sentimentos e da economia doméstica.

As principais contribuições sobre a história da família foram dadas por autores que avançaram nas análises quantitativas e preocuparam-se com as questões relativas às vivências familiares, abordando os sentimentos, o significado das relações, as mudanças dos padrões normativos, possíveis motivações para as uniões matrimoniais, a escolha dos cônjuges, a sexualidade etc.²⁴²

No Brasil, os primeiros estudos sobre a história da família enfatizaram sua importância enquanto uma instituição que moldou os padrões da colonização e ditou as normas de conduta e de relações sociais desde o período colonial. O modelo de família destacada por essa produção historiográfica atribuía ao pai uma excessiva autoridade sobre os membros da família que também era extensa aos parentes, a família patriarcal. O

* Professora da Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão, doutoranda em História pela Universidade Federal da Bahia.

²⁴⁰ O uso de processos criminais permite ao historiador compreender o cotidiano de homens e mulheres pobres, mestiços e escravos que se fazem presentes nas redes da Justiça Oitocentista, não somente como réus, mas como vítimas e queixantes. VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da Ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça*: Minas Gerais, século 19. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2004, p. 21.

²⁴¹ Podemos destacar as obras de Joan Jacob Bachofen que publicou *O direito materno* (1861); Charles Morgan com *A sociedade antiga* (1877) e Friedrich Engels com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). Vide SAMARA, Eni de Mesquita. "A história da família no Brasil". In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9 nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.

²⁴² Entre estes estão: Philippe Áries, Jean Louis Flandrin, L. Stone, Edward Shorter. (BRUGGER: 1995).

modelo da família patriarcal foi aplicado para todo Brasil, sem considerar as peculiaridades regionais, temporais e tampouco os grupos sociais.²⁴³

O desenvolvimento das pós-graduações nos anos 70 do século passado e a criação de diversos programas de mestrado em História possibilitaram que inúmeras pesquisas fossem realizadas, ampliando o horizonte historiográfico brasileiro.

Neste contexto, a história da família brasileira ganhou um novo enfoque social e novos temas foram estudados. O uso de fontes primárias, tais como os documentos cartorários e eclesiásticos revelaram que o tipo de família patriarcal, preconizado pelos clássicos, a exemplo de Freyre, não poderia ser aplicado para todo Brasil, tornando-se essenciais para a compreensão da vida social do Brasil Colônia e Império, os estudos sobre a organização familiar em diversos grupos sociais²⁴⁴.

A sagrada família oitocentista vista romanticamente, sob a envolta do espectro do sagrado, mediadora entre o indivíduo e a sociedade, revela-se a partir das nossas investigações estruturada sob a égide do patriarcalismo²⁴⁵, marcada por uma cultura da violência²⁴⁶, a qual se fez necessária para submeter os corpos escravizados, uma vez que a sociedade brasileira tinha como pilar a escravidão. Nesse cenário, os castigos corporais impostos aos cativos aliavam-se ao excesso de autoridade do patriarca, resultando numa brutalidade exacerbada entre homens e mulheres. Portanto, faz-se necessário destacar a agressividade como moeda corrente das relações sociais e a valentia como premissa da honra no Brasil Oitocentista. (VELLASCO, 2005:171-195).

A historiadora Maria Sylvia de Carvalho Franco ao pesquisar a sociedade paulista do século XIX constatou que entre os homens e mulheres livres e pobres a violência insurgia nas situações de convivência, nas questões cotidianas, relacionadas a trabalho, vizinhos, parentes, família etc.

[...] o recurso à violência surge como necessário, ao desvendar-se a identidade dos conteúdos de oposição e concórdia presentes na relação comunitária. Essa mesma implicação aparece no caráter transitório da quebra violenta de laços conjugais que passado à crise, recompõem-se nos mesmos termos em que anteriormente existiram. (FRANCO, 1997, p. 48).

Desse modo, podemos perceber como nessa sociedade, marcada pela escravidão dos corpos e pelo patriarcado, a violência foi largamente justificada como forma necessária e naturalizada das interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão.

A partir dos dados coletados percebemos que essa nódoa social estava presente no cotidiano dos moradores da Comarca de Estância/SE, região agro-exportadora de açúcar e fortemente marcada pela efervescência comercial. Dentre o corpo documental iremos nos

²⁴³ Ver Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala e Sobrados e Mucambos; Oliveira Vianna, Instituições políticas brasileiras e Populações meridionais do Brasil.

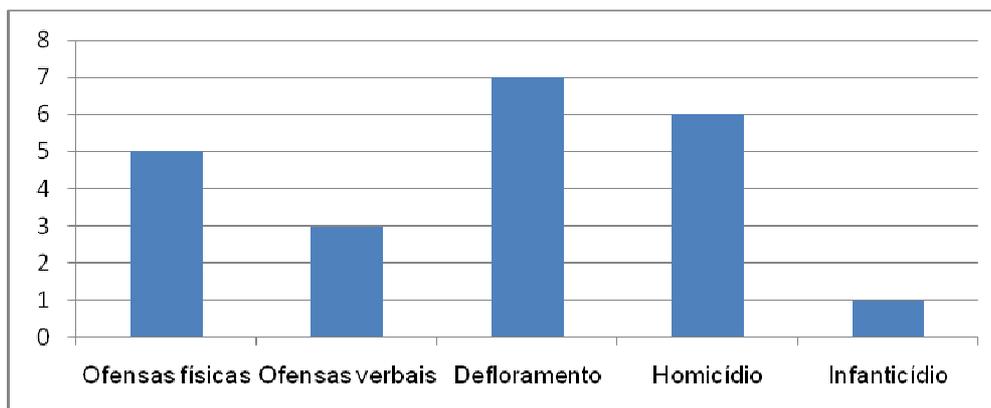
²⁴⁴ Estudos como os de Eni de Mesquita Samara, Iraci del Nero da Costa, José Flávio Motta, Kátia de Queirós Matoso, Maria Beatriz Nizza da Silva, Mary Del Priore, Miriam Moreira Leite, Paulo Eduardo Teixeira, Sheila de Castro Faria e Sílvia Maria Jardim Brugger, apontam para uma diversidade na organização da família brasileira.

²⁴⁵ Domínio masculino sobre a família, podendo ser manifesto no âmbito do espaço doméstico (laços sangüíneos, escravos e agregados) e na esfera política. (VAINFAS, 2000:470).

²⁴⁶ Entendemos violência como intervenção física, psíquica, sexual e moral de um indivíduo contra outro ou mesmo um grupo, com a finalidade de ofender e destruir a vítima. (GUIMARÃES, 2006: 22 e SAFFIOTTI, 2004:8).

deter a analisar os crimes cometidos entre parentes, amásios e enamorados no período proposto, os quais foram classificados de acordo com a tipologia apresentada nos documentos analisados, a saber: ofensas físicas, ofensas verbais, sedução e estupro, homicídios e infanticídios.

Tipologia dos crimes Estância – Sergipe (1850-1900)



Fonte: Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe (Série Penal: Estância 1850 - 1900)

A idéia de submissão da mulher ao esposo era difundida pela Igreja Católica, ao interpretar a partir do trecho da Carta de Paulo aos Efésios (5:22) "*As mulheres casadas estejam sujeitas a seus maridos como ao Senhor. Porque o marido é a cabeça da mulher, como Cristo é cabeça da Igreja (...)*". Assim, a submissão foi confundida como domínio ilimitado sobre a mulher, visto que muitos esposos utilizavam-se de sua autoridade para inocular sevícias às suas esposas ou amásias.

Por vezes, as graves sevícias experimentadas pela esposa eram encaradas como próprias das sendas matrimoniais, só levadas em consideração tardiamente. Foi o que aconteceu no caso do falecimento de D. Margarida Vieira de Moraes, segundo acusações de irmãos e sobrinhos, sua morte está associada aos inúmeros mal-tratos dados por seu esposo, o alferes Antônio Pinto de Azevedo²⁴⁷.

A partir dos relatos podemos inferir que era público que o dito alferes chicoteava e privava sua esposa de alimentos e vestimentas próprias do seu sexo, além de fazer de sua escrava, concubina e rainha do lar. Ainda segundo as testemunhas, o réu obrigou sua esposa a fazer um testamento reservando a ele o direito a todos os bens e que devido as frequentes pancadas D. Margarida ficou com problemas mentais, ficando reclusa em casa.

Ao ser convocado a depor, o alferes Antônio Pinto de Azevedo não negou as denúncias e justificou que as pancadas eram dadas porque sua esposa queixava-se da presença da concubina em seu lar. O inquérito policial não apresenta conclusão, o que nos leva a crer que foi arquivado devido a influência do réu nas redes jurídicas.

Em alguns casos, o desfecho de um relacionamento amoroso poderia acabar em feridas que não se restringiam apenas à alma, mas deixavam marcas pelo corpo. Assim, ao lermos o corpo de delito feito pelos peritos Dr. Antônio Ribeiro Lima e Dr. Manoel

²⁴⁷ Inquérito Policial n.º 08 cx.683 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1840.

Francisco Costa Caneco, em Maria Correia, podemos constatar as “marcas de paixão” deixadas no pescoço e perna esquerda da vítima.²⁴⁸

Segundo as testemunhas, por volta da meia-noite, os moradores da rua do Botequim foram acordados com gritos e palavras indecentes, seguida de grande pancadaria. Entretanto, já estavam acostumados com esses “barulhos” oriundos da casa de Maria Correia, que sempre estava por querelar com seu amásio e vizinho, Pedro José Machado, 40 anos, casado que vivia de roça e de pescaria.

Após anos de convívio ilícito, Maria Correa estava disposta a terminar o relacionamento com Pedro José, entretanto este se recusava em aceitar. Ao comparecer a casa de sua amásia e desejando saciar sua volúpia, Pedro não aceitou a recusa e tratou de imputar cacetes em Maria Correia, a qual foi acudia por vizinhas e no dia seguinte o inspetor do quarteirão compareceu para visitá-la constatando o estado deplorável no qual se encontrava sua perna.

Ao tomar por base o artigo 201 do Código Criminal do Império²⁴⁹, o promotor público da cidade de Estância denunciou Pedro José à Justiça por ofensas físicas, sendo o réu condenado a pagar a quantia de 50\$000 à vítima.

A violência imputada aos membros das famílias estancianas não se restringiam apenas à ofensas físicas, em nossa pesquisa constatamos que muitas esposas, amantes e filhas recorriam à justiça por terem sido alvo de graves injúrias daqueles que deveriam as tratar com zelo e carinho. Vejamos o caso de D. Leonísia da Silva Costa²⁵⁰, que teve sua reputação comparada a de prostitutas.

Ao adentrar na Igreja matriz da freguesia de Arauá, tributada a Nossa Senhora da Conceição, na manhã do dia dez dias do mês de novembro do ano de mil oitocentos e setenta, conduzida pelo braço do pai, o pequeno negociante Antônio Francisco da Costa, a jovem Leonísia, educada nos princípios da religião católica, certamente imaginava que ao declarar publicamente que recebia como seu legítimo esposo, o viúvo afortunado Manuel Inácio Pereira de Magalhães, estaria inaugurando uma nova etapa de sua vida, regada por respeito, carinho e ostentação material, entretanto o que estava por vim seria uma vida sortida de sevícias, injúrias, traições e humilhações.

Após a pomposa cerimônia, o casal passou a residir na cidade de Estância, local onde o consorte desempenhava atividades agroexportadoras e mercantis. Passados alguns anos, os jornais da cidade de Estância, bem como os da cidade de Salvador passaram a noticiar as querelas vivenciadas pelo casal²⁵¹. A grosso modo, os jornais questionavam a conduta moral de D. Leonísia, acusando-a de manter relações amorosas com vários homens da cidade, inclusive com o seu compadre, o alferes Pedro Federico Ribeiro de Aboim.

A primeira nota concernente aos boatos foi divulgada no jornal de circulação local,²⁵² a qual insinua o caso extraconjugal de D. Leonísia com o comprador de escravos.

Pergunta simples

Pergunta-se ao Sr. Domingos Cardoso de Meneses Sobrinho, taverneiro nesta cidade, qual a razão de ter brigado com Olímpio Jardim?

²⁴⁸ Corpo de Delito n.º 03 cx.671 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

²⁴⁹ Art. 201 Ferir ou cortar qualquer parte do corpo humano, ou fazer qualquer outra ofensa física, com que se causa dor ao ofendido. TINOCO, Antonio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Facsim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

²⁵⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana da Bahia - Libelo Cível de Ação de Divórcio nº 01, Caixa 529 DI-47, 1878.

²⁵¹ Jornais: O Rabudo (1875), Eco Estanciano (1877), Diário de Sergipe (1877) e Diário da Bahia (1877).

²⁵² Rabudo, Estância, ano 2, nº 27, 8 de abril de 1875.

*Ioiô Cardoso, eu ouvi esse Jardim dizer que tinha sido por causa do seu namoro com uma senhora casada?
Será verdade Ioiô Cardoso?! Pela bolsinha dos seus cigarros, responda do contrário...*

A preta de casa

Na mesma edição, temos outra nota sobre o caso:

Pergunta-se ao Sr. Domingos Cardoso de Menezes se sua mercê moço de tão bom conceito no comércio, não sentiu algum pejo de ter coadjuvado e achado-se junto a súcia da noite de 28? Pois foi somente o mais notado pelo público, e sentimos sua mc. ter coadjuvado para um ato tão ridículo.

O Abelhudo.

Segundo Manoel Inácio foi a partir da circulação de tais notas anônimas que sua vida conjugal passou experimentar conflitos, visto que ele passou a inquirir sua esposa sobre veracidade das acusações. “Outro agravante foi a pressão de alguns membros da sociedade estanciana, que se apresentando como um amigo-secreto e pessoa preocupada com sua honra enviou-lhe a dita nota com um bilhete anexo, o qual afirmava que “O Rabudo não mente”.

Além desse amigo-secreto e do abelhudo declarado no “O Rabudo” – preocupados com a honra do esposo, percebemos o envolvimento de outros agentes da sociedade estanciana oitocentista nessa trama de foro privado. O envolvimento de outros agentes foi motivado pelo crescimento das publicações em jornais sobre essa querela familiar.

Destarte, essa sociedade passou a acompanhar o desenrolar dessa estória através dos jornais como O Rabudo²⁵³ e Echo Estanciano²⁵⁴, bem como pelo Diário da Bahia. Os moradores da cidade de Estância aguardavam ansiosos por tais publicações, respondendo semelhantemente aos telespectadores das telenovelas e leitores das revistas de entretenimento contemporâneas. Manchetes como “O termômetro da moralidade muito tem baixado nesta cidade” e “A pirâmide com o vértice para o chão”, além de cartas do esposo, instigavam a curiosidade dos estancianos, que certamente não se consolavam com a leitura das notas, mas conforme apontado nos testemunhos concedidos ao Tribunal Eclesiástico passaram a circular com maior atenção na frente do sobrado onde residia o casal.

Voltemos às querelas conjugais. Segundo a autora, D. Leonísia, seu esposo sempre a tratou com maus-tratos e palavras injuriosas, sendo esse tratamento agravado após a divulgação das notas nos jornais. Além desse tratamento, que em nada lembra as recomendações de D. Sebastião da Vide atestadas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o Sr. Magalhães, como era conhecido na cidade de Estância, mantinha um relacionamento extraconjugal com mulher viúva, a trazendo para viver sob o mesmo que sua esposa.

Na petição de divórcio foi apresentado como principal motivo da não possibilidade coabitação dos cônjuges “*as injúrias insuladas a sua honra pelo julgado*” feitas na presença de qualquer pessoa. As testemunhas, ao que parece passaram a acompanhar o cotidiano do casal – seja por meio da imprensa ou pela cuidadosa observação ao passar na

²⁵³ Periódico crítico, chistoso, anedótico e noticioso, e segundo alguns “O Rabudo costumava atacar a vida íntima e honra de famílias desta cidade”.

²⁵⁴ Com o lema “Órgão do comércio, da lavoura e da indústria”.

rua em que o casal residia.²⁵⁵, foram essenciais para o esclarecimento das denúncias, já que o réu acusava a sua esposa de ser uma “puta e de manter uma casa de prostituição na cidade de Arauá” (onde residia sua família). A autora por sua vez se defendia dessas injúrias, afirmando que seu esposo era um “homem de gênio malvado, adúltero e que a tratava como uma escrava” .

Diante de tantos escândalos, maus-tratos e humilhações, o pai de D. Leonísia resolveu retirá-la da companhia desse esposo nefário. Após a saída da autora da casa de Sr. Magalhães, seguida da abertura do processo de divórcio, foi acompanhada por um duelo de versões sobre as reais causas da separação.

Enquanto a sociedade estanciana esperava o desfecho desse pedido de divórcio, o Tribunal Eclesiástico ouvia as testemunhas arroladas pela acusação e defesa, sendo encerrado o processo depois de dois longos anos (1879). Para o cônego Basílio Ferreira “o escândalo de uma vida entre os concubinários que atraiu a atenção de vizinhos e transientes”, foi elaborado pelo cônjuge, o qual nutria um grande rancor pelo pai da autora.

Comprovada a inocência de D. Leonísia e sendo impossível em tempo algum a reconciliação, foi concedida a separação dos corpos pela Igreja, assim como a separação igualitária dos bens.

Um dos motivos que mais incitavam o uso da violência no âmbito familiar estava relacionado a agravos contra a honra. No caso dos homens, alguns crimes eram cometidos devido à descoberta da infidelidade feminina e, no caso da mulher, referem-se à defesa frente à tentativa abusiva dos homens em atentar contra a sua castidade.

Entre os processos criminais analisados, verificamos a prática dos pais em queixa-se à justiça sobre o desvirginamento das filhas menores de idade. Em muitos casos o defloramento tivera sido feito pelo namorado da jovem e a denúncia era uma maneira de pressionar o deflorador a contrair o matrimônio, assim não contribuindo para a má fama da jovem. Talvez, esse pensamento motivou a viúva Mariana Joaquina de Macedo a denunciar João Borges da Rocha por sedução e rapto de sua filha Francisca Rosa de Araújo, menor de 17 anos, virgem e pobre²⁵⁶.

Segundo testemunhas, João Borges da Rocha vivia a rodear a casa da menor e a conversar com ela, sendo de conhecimento da mãe. Entretanto, na noite de 05 de julho de 1858, a menor fora raptada da companhia de sua mãe para a casa do deflorador, permanecendo lá por sua livre e espontânea vontade.

Após o rapto, a mãe denunciou o raptor à justiça que foi obrigado a devolver a menor e assumir o compromisso de casar com a ofendida.

Devemos atentar que para a sociedade oitocentista ferir a integridade moral masculina através de uma traição conjugal era como se o expusesse a uma situação conflitante, na qual não se permitiria outra atitude, se não o homicídio contra a esposa, visto que seria inadmissível nada fazer para “lavar” sua honra.

No mesmo aspecto, a honra feminina que neste caso está ligado à sexualidade, diretamente a sua virgindade, através da “ausência do homem” antes do casamento. As providências ofensivas e defensivas para a salvaguarda dos interesses materiais da vida ou da honra continuaram definidas como prerrogativas e obrigações pessoais. (FRANCO, 1997, p. 153).

²⁵⁵ Em seu depoimento o Sr. Felisberto Francisco Correia disse que ao passar em frente da casa onde o casal morava ouvi o réu (esposo) gritar para a autora “Eu te mato diaba”; já outro depoente também disse que ouviu o réu chamar a esposa de “puta e outros nomes injuriosos”

²⁵⁶ Sedução e estupro n.º 01 cx.699 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

Nota-se, por tanto, uma tolerância em relação aos réus que tiveram à integridade moral agredida, visto que a justiça tendia a considerar a justificativa da privação moral, ou seja, “lavar a honra com sangue” como legítima.²⁵⁷

Se a defesa da honra constitui dirimente de responsabilidade dos delitos praticados nas circunstâncias definidas no artigo 34 do código penal, mais acentuada deve ser justificativa quando essa defesa se refere ao sentimento de fidelidade conjugal, fundamentado de toda organização social e base primordial da moral pública e privada. (trad. de Direito Penal III-88)²⁵⁸

As denúncias sobre violência familiar que chegavam ao tribunal não se restringiam as praticadas entre os amantes, mas estendia-se à conflitos entre pai/mãe/filho.

No ano de 1857 Marcolina Maria de Jesus apresentou na delegacia da cidade de Estância uma queixa contra seu pai, Francisco José de Santa Ana, que tivera lhe dado umas pancadas com paus, ocasionando além de diversos ferimentos, hemorragia bucal. Vimos, no entanto, que mesmo com a denúncia apresentada, o processo não teve prosseguimento, em virtude de ser o réu parente do subdelegado da cidade²⁵⁹.

Outros delitos por sua vez, ganham notoriedade e repúdio da sociedade estanciana. Na noite de 09 de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, a viúva Maria Vitória ao dar início ao processo de parto, mandou seu filho legítimo Manuel (11 anos), chamar em secreto a parteira Perpétua da Silva Portela. Ao atender o chamado, a africana Perpétua, espantou-se com o que vira, visto que, assim como os demais vizinhos, desconhecia o estado de gravidez de D. Maria Vitória. Após dar a luz ao um vistoso menino, D. Maria Vitória não hesitou em pedir para que Perpétua amordaçasse a boca da criança a fim de sufocar seu choro para que não chamasse a atenção dos vizinhos e em seguida o matasse, porém, a parteira recusou-se em praticar tal atrocidade. Segundo D. Perpétua da Silva Portela, a mãe da criança alegava que era viúva e vista como mulher honesta e não desejava que esse incidente (a gravidez) se tornasse domínio público. Por isso, no dia seguinte ao parto, a mãe tratou de recolher os vestígios desse procedimento em baixo da cama, lavar as roupas utilizadas e esconder a criança, sendo o fato descoberto e denunciado pela parteira.

Ao ser convocada pela justiça para prestar conta da criança, D. Maria Vitória confirmou que deu a luz a um menino, mas que este estava aos cuidados de parentes fora da cidade e que dentro de um mês iria apresentá-lo, no entanto, essa foi a última vez que a viúva do negociante Sr. Vintém foi vista pelos moradores de Estância. Sua fuga foi tão repentina que abandonou Manuel, seu filho de apenas 11 anos na casa onde residia.²⁶⁰

A partir do desenvolvimento do processo e inquirição das testemunhas, verificamos que os moradores da Rua do Açougue desconheciam a gravidez de D. Maria Vitória. Contudo, ao serem perguntados sobre quem poderia ser o pai da criança, apontaram o negociante João Damasceno Pimentel, que freqüentava a residência da autora, sendo notório que tinham relações ilícitas. Ao ser inquirido sobre o estado de gravidez de sua amásia, João Damasceno disse desconhecer e alegou que tinha terminado há dois meses a relação.

²⁵⁷ SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano” IN: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 394.

²⁵⁸ Idem p.395

²⁵⁹ Corpo de Delito n.º 01 cx.671 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1857.

²⁶⁰ Homicídio n.º 01 cx.678 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1882.

O processo foi concluído a revelia da ré, a qual foi condenada no grau máximo do artigo 198²⁶¹ do Código Criminal do Império por ter sido o crime acompanhado da circunstância agravante do artigo 16§9²⁶² do citado código.

Ao investigar a vida familiar dos residentes em Estância, percebemos que as teias dessas relações eram deveras muito conflituosas, envolvendo amor, dissabores, lágrimas, dramas e crimes. Nos processos-crimes observados, verificamos que agentes de diversas camadas sociais envolveram-se em conflitos com seus parentes, sendo o crime mais freqüente o relacionado à honra que poderia resultar em ofensas verbais, físicas ou mesmo na morte de um dos envolvidos. Segundo a legislação da época perquirida, se os argumentos do delinqüente fossem convincentes – defesa da honra, ele seria beneficiado com a redução da pena, mesmo sendo uma agressão seguida de morte, este delito seria julgado como homicídio, já os demais crimes seriam julgados como ofensas físicas. Foram também verificados no Rol de Culpados as penas impostas aos réus, sendo constatado que havia uma tolerância em relação aos réus que tivessem sua integridade moral agredida, visto que a justiça tendia a considerar a justificativa da privação moral, ou seja, “lavar a honra com sangue” como legítima.

Podemos perceber que nessa sociedade, marcada pela escravidão dos corpos e pelo patriarcado, a violência foi largamente justificada como forma necessária e naturalizada nas interações sociais, que definiam as situações de poder e de submissão.

Referências Documentais

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe - AJUS

Cartório de Estância 2º ofício

Corpo de delito (1857) Cx. 671

Homicídio (1882) Cx. 678

Inquérito Policial (1840) Cx. 683

Sedução e Estupro (1858) Cx. 699

1.2. Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio de Andrade Veiga (LEV) / Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador

Libelo Cível de Ação de Divórcio CX. 529

2. Fontes Impressas

BÍBLIA. Português. *A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento*. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. 2 ed. rev. e atual. No Brasil. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

TINÔCO, Antonio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Jornais

²⁶¹ Art. 198 Se a própria mãe matar o filho recém-nascido para ocultar a sua desonra. Pena Máxima: Três anos de prisão com trabalho. TINÔCO, Antonio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

²⁶² Art. 16§9 Ter o delinqüente procedido com fraude. TINÔCO, Antonio Luiz. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Ed. Fac-sim. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

O Rabudo (1875)
Eco Estanciano (1877)
Diário de Sergipe (1877)
Diário da Bahia (1877)

Referências Bibliográficas

- BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Valores e vivências matrimoniais: o triunfo do discurso amoroso (Bispado do Rio de Janeiro, 1750-1888)*. Niterói, 1995. Dissertação de Mestrado – UFF.
- FARIA, Sheila de Castro. “História da família e demografia histórica”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.
- FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Editora da Unesp. 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1951.
- GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapesb/Annablume, 2006.
- SAMARA, Eni de Mesquita. A história da família no Brasil. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, Vol. 9 nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989.
- SOIHET, Rachel. “Mulheres pobres e violência no Brasil urbano” IN: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 394.
- VELLASCO, Ivan de Andrade. *A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX*. *Tempo*, Jan./June 2005, vol.9, no.18, p.171-195.
- _____. *As seduções da Ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais, século 19*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2004.

